

Thereza Martha Borges Presotti

NA TRILHA DAS ÁGUAS

Índios e Natureza na conquista colonial do centro da América do Sul:

Sertões e Minas do Cuiabá e Mato Grosso

(Século XVIII)

DOUTORADO EM HISTÓRIA

Brasília - DF

Julho 2008

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - IH
Programa de Pós-Graduação em História

NA TRILHA DAS ÁGUAS
Índios e Natureza na conquista colonial do centro da América do Sul:
Sertões e Minas do Cuiabá e Mato Grosso
(Século XVIII)

THEREZA MARTHA BORGES PRESOTTI

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de História da Universidade de Brasília, para obtenção de título de Doutor em História

Orientadora: Profa. Dra. Tereza Cristina Kirschner

Brasília - DF
Julho 2008

FICHA CATALOGRÁFICA

Presotti, Thereza Martha Borges.

Na Trilha das Águas: Índios e Natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: Sertões e Minas do Cuiabá e Mato Grosso (Século XVIII) / Thereza Martha Borges Presotti. – 2008.

xii, 270p. :il, color.

Tese (Doutorado) – UnB – Universidade de Brasília, 2008.

Orientação: Profa. Dra. Tereza Cristina Kirschner

Banca examinadora:

Profa. Dra. Tereza Cristina Kirschner (Presidente),

Prof. Dr. Carlos Alberto Rosa (UFMT)

Profa. Dra. Lylia da Silva Guedes Galetti (UFMT)

Profa. Dra. Vanessa Maria Brasil(UnB)

Prof. Dr. Corcino Medeiros dos Santos (UnB)

Data da defesa: 07/07/2008

*À água,
com gratidão*

Agradecimentos

À Luz do Sol, que todo dia ilumina a Natureza e traz um novo dia para ser feliz!

Esta, sem dúvida, é a melhor parte de se escrever em uma tese, mesmo que não se consiga expressar em texto a dimensão do sentimento de gratidão que se sente por poder contar com tanta gente amiga ao trilhar este caminho. Sem estas preciosas e cotidianas parcerias não se teria nem o caminho a trilhar.

As parcerias são tantas, desde aquelas que vêm do ninho, da força e do estímulo da família, a começar de meus pais, Presotti e Renette, que sempre foram meus maiores estimuladores, para que eu fosse uma menina “estudiosa”. A eles a alegria de ter uma filha doutora.

Minha gratidão ao meu companheiro, Sérgio Guimarães, que sempre me apoiou e me inspirou em sua amorosa dedicação e esperança de salvar as florestas de Mato Grosso; às filhas, Clara e Luara, com quem compartilhei momentos bem legais nesses quatro anos em que estivemos em Brasília, e com quem pude contar em diversos sentidos; à Tetê, minha sempre fada madrinha, gratidão por todo carinho e apoio no meu dia-a-dia, com sua esplêndida capacidade de fazer tudo o que faz com amizade e alegria.

Ainda bem perto do ninho, os amigos. Boa parte desta tese tem a generosa parceria da grande amiga, Tereza Moreira, que de forma alegre, firme e competente me auxiliou na revisão e na montagem desta tese. Pode parecer exagero – ela dirá e dará uma gostosa risada –, mas sem ela e o Luís Daré, - que auxiliou com as imagens, esta tese não existiria. Gratidão para todo o sempre!

No tempo em que pesquisava em arquivos do Rio de Janeiro, contei com a acolhida amiga e generosa de Oraida, Luis Parreiras e de José Augusto Pádua.

Às meninas, Maria e Carol, minha família em Lisboa, ou “Luzboa”, o carinho de cada dia.

Nas pessoas dos colegas Flávio Ferreira Paes Filho, chefe do Departamento de História, e Leny Caselli Anzai, coordenadora do Programa de Pós-Graduação (2004-2008), agradeço a solidariedade e o apoio dos colegas da Universidade Federal de Mato Grosso. Ao professor Carlos Rosa, sou grata por cada pedacinho de mérito que esta tese possa merecer. A terra da conquista na parte mais central da América do Sul, o Cuiabá e o Mato Grosso não teriam o menor sentido sem os documentos compartilhados e as conversas acadêmicas estimulantes.

À colega e grande amiga, Lylia Galetti, fonte de inspiração em suas análises dos sertões e por todo exemplo de força guerreira junto aos povos indígenas do presente.

Em Portugal, minha gratidão por toda elegante recepção e atenção da co-orientadora, Profa. Dra. Ângela Domingues, sempre disponível e gentil em suas preciosas orientações e recomendações aos arquivos que contribuíram imenso para as pesquisas desta tese.

Inestimável foi o apoio incondicional e amigo da Profa. Dra. Maria de Deus Manso, da Universidade de Évora, companhia agradável pelas paisagens do Alentejo e sobreiros no caminho para o Arquivo de Évora.

Foram fundamentais as colaborações generosas de Mario Olimpio Ferreira, cedendo cópias de documentos importantes, que muito facilitaram a pesquisa em Coimbra e no AHU.

Encontros com Junia Furtado, Fernanda Bicalho, Ronaldo Vainfas, Tiago Miranda, Selma Pantoja, Neuma Brilhante, mesmo que de formas esparsas, em palestras, almoços na BNL e Torre do Tombo, AHU, recebendo indicações documentais e bibliográficas preciosas e estimulantes.

Aos funcionários do AHU, na pessoa do diretor Sintra agradeço a pronta gentileza na localização dos documentos.

Na UnB, agradeço ao amável professor Corcino Medeiros dos Santos, pela orientação, confiança e recomendações nas pesquisas em Portugal e à Profa. Tereza Cristina Kirschner por assumir a orientação e paciência nestes últimos meses de redação da tese. À Profa. Diva Muniz e à professora colega, Vanessa Brasil, minha gratidão por mais uma vez estar recebendo suas contribuições. À amiga e colega do doutorado, Roberta Stumpf, pelo estímulo constante, também minha gratidão.

E, finalmente, ao inestimável apoio financeiro proporcionado pela Universidade Federal de Mato Grosso (PROPG-UFMT). Também à FAPEMAT e FINATEC (UnB) que apoiaram a participação em Congresso Internacional em Lisboa em 2006.

Meu agradecimento especial à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que oportunizou a bolsa do PDEE - Programa de Doutorado no Brasil com Estágio no Exterior (Lisboa, Portugal) e tornou possível a realização desta tese.

Resumo

Na trilha das águas: índios e natureza na conquista colonial do centro da América do Sul

Rastrear as pegadas a respeito da natureza e dos índios que ficaram registradas nas percepções dos conquistadores do século XVIII é a pretensão dessa tese. Privilegiou-se o exame de um conjunto de narrativas: as *Notícias Práticas das Minas do Cuyabá*, compiladas pelo padre matemático Diogo Soares, entre 1730 e 1740. Produzidos por sertanistas paulistas, práticos nos caminhos dos rios de São Paulo a Cuiabá, esses relatos transmitem visões dos sertões representadas em uma reinvenção edênica sobre os gentios e a natureza como objetos de conquista.

PALAVRAS-CHAVE:

Natureza / Índios / Conquista colonial / Sertões do Cuiabá / Notícias Práticas

Abstract

On the track of the waters: Indigenous people and nature in the colonial conquest of the centre of the South America

To follow the tracks of nature and of the Indigenous people who were registered in the perceptions of the conquerors of the 18th century is the claim of this thesis. It was privileged the examination of a set of narratives: The Practical News of the Mines of the Cuyabá, compiled by the mathematical priest Diogo Soares, between 1730 and 1740. Produced by hinterland explorers of Sao Paulo, experts in the ways of the rivers from Sao Paulo to Cuiabá, these reports transmit visions of the backwoods represented in a reinvention of the paradise on the pagans and nature as objects of conquest.

KEY WORDS: Nature / Indigenous People / Colonial Conquest / Backwoods of the Cuiabá / Practical News

Abreviaturas

ACL - Academia de Ciências de Lisboa

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo - Lisboa

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino - Lisboa

AHN- RJ - Arquivo Histórico Nacional/Rio de Janeiro

APMT - Arquivo Público de Mato Grosso

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa

BPE – Biblioteca Pública de Évora

HGBP – História Geral das Bandeiras Paulistas

IEB/USP – Instituto de Estudos Brasileiros/Universidade de São Paulo

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGMT - Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

MB - Museu Bocage/ Lisboa

MRE/IRB – Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco

NDIHR - Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional

PR - Projeto Resgate

UnB- Universidade de Brasília

UFF - Universidade Federal Fluminense

USP - Universidade de São Paulo

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Reflexões preliminares.....	4
Marcos da pesquisa.....	8
Suportes teórico-metodológicos.....	12
Os capítulos	19

CAPÍTULO I - Antes da conquista

1.1. Vestígios e aproximações: presença humana na América do Sul.....	23
1.2. Uma pálida imagem: sociedades indígenas no centro do continente.....	29
1.3. Pantanal: encruzilhada de povos, mosaico sociocultural	37
1.4. Nos berços das águas da Amazônia meridional	49

CAPÍTULO II - A conquista colonial luso-paulista dos sertões e Cuiabá e Mato Grosso

2.1. Os sertões interiores: primeiras imagens.....	59
2.2. A infestação de gentios nos sertões de Cuiabá.....	72
2.3. Os Paiaguá: de donos do rio a gentios bárbaros.....	83
2.4. O Mato Grosso: arvoredos elevados e corpulentos.....	92

CAPÍTULO III - As Notícias Práticas das Minas do Cuyabá

3.1. Renovação científica: Ciências para esplendor das Monarquias.....	109
3.1.1. Os padres matemáticos e o projeto dos mapas do Estado do Brasil.....	120
3.2. Notícias Práticas das Minas do Cuyabá.....	131
3.2.1. As condições de produção das Notícias e os seus relatores.....	137
3.2.1.1. As duas Notícias Práticas do capitão João Antonio Cabral Camelo.....	140
3.2.1.2. Notícia 3ª Prática: o “infeliz sucesso” por Domingos de Araújo.....	145
3.2.1.3. Notícia 4ª Prática: a carta que veio do Paraguai.....	148
3.2.1.4. Notícia 5ª Prática: as “nações de bárbaros” dos sertões.....	151

3.2.1.5. Notícia 6ª Prática: a Relação da viagem de Rodrigo César de 1726.....	156
3.2.1.6. Notícia 7ª Prática ou Roteiro Verdadeiro por Manoel de Barros.....	161
3.2.1.7. Notícia 8ª Prática: Roteiro de viagem às minas de Francisco Palácio.....	167
3.3. Na natureza das águas: os perigos dos rios e o Pantanal.....	173
3.3.1. A infernal derrota no arrebatado rio Tietê: a força e a violência das águas...177	
3.3.2. Malignas doenças, perigos e moléstias no Grande, Pardo e Camapuam.....	181
3.3.3. Do arrebatado rio Coxim ao rio Taquari, onde começam os pantanais.....	187
3.3.4. No Pantanal do rio Paraguai: mar-oceano onde se colhe o arroz.....	191
3.3.5. No espaçoso, alegre e abundante rio dos Porrudos e o desejado Cuyabá.....	197
3.4. Reinos e nações de “gentios bárbaros”: seus usos e costumes.....	201
3.4.1. Os Cayapó: nação que habita muita terra, o mais traidor de todos.....	202
3.4.2. Os Gualaxo e outras nações e lotes de gentios.....	206
3.4.3. Os Paiaguá e os Guaicuru-cavaleiro: formidáveis por mar e terra.....	208
3.4.4. O ataque do gentio Paiaguá na monção de 1730.....	214
3.4.5. Guató, Sarayés e outros lotes que se sustentam do arroz no Pantanal.....	223
3.4.6. O Reino dos Paresi: tanta gente, que é impossível numerá-la	225
3.4.7. Porrudos e os Bororo e outros lotes de gentios no rio Cuiabá	231

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percepções reveladas.....	239
---------------------------	-----

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Auxiliares de Pesquisa.....	248
Fontes Manuscritas.....	248
Fontes Impressas.....	253
Livros, Artigos, Dissertações e Teses.....	258
Homepage.....	270

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1. Terras indígenas remanescentes no Estado do Mato Grosso.....	9
Fig. 2. Peabiru: rotas terrestres de comunicação entre os índios Tupi e Guarani.....	27
Fig. 3: Localização do Pantanal Mato-grossense.....	38
Fig. 4. As monções do Sul	68
Fig. 5. Mapa manuscrito do século XVIII.....	74
Fig. 6. Mapa de parte do governo de São Paulo e domínios da coroa de Espanha.....	74
Fig. 7. O Termo da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.....	82
Fig. 8. Mapa dos Regimentos, Petrechos, Munições da Guerra aos Paiaguás (1733).....	89
Fig. 9. O rio Guaporé no Século XVIII.....	96
Fig. 10. O Distrito ou Repartição do Mato Grosso.....	97
Fig. 11. Mapa da Capitania de Mato Grosso.....	98
Fig. 12. Frontispício do projeto de abertura de varadouro por terra do rio Jauru ao Guaporé.....	103
Fig. 13. Mapa do Sertão entre o rio Jauru e a margem ocidental do rio Guaporé.....	108
Fig. 14. Frontispício do Itinerário Geográfico (1732).....	126
Fig. 15. Primeira página do Códice CXVI 1-15 (BPÉvora).....	130
Fig. 16. Terras e rios da Capitania de São Paulo. Século XVIII.	175

INTRODUÇÃO

Reflexões preliminares

Não é por modismo ou mero acaso que os temas ou questões ecológicas e indígenas estão em evidência nos tempos atuais. A partir da década de 1970 intensificaram-se os movimentos políticos e sociais com essas bandeiras, alertando quanto ao uso abusivo e predatório dos recursos naturais. As populações indígenas, em especial aquelas que habitam as florestas tropicais brasileiras, tornaram-se portadoras emblemáticas de saberes e estratégias de sobrevivência que podem subsidiar a busca da sustentabilidade socioambiental.

No cenário global, o estilo de vida capitalístico, de forte tendência consumista e gerador de resíduos poluidores, tem afetando a qualidade de vida numa escala sem precedentes na história humana conhecida. Os impactos, embora disseminados por todo o planeta, não atingem a todos indistintamente. Principalmente as camadas sociais menos favorecidas, nas quais se incluem as populações tradicionais e os povos indígenas, são as mais afetadas pelas alterações ambientais, pois dependem diretamente da integridade dos ecossistemas para sua sobrevivência imediata.

Estudos lançam estimativas catastróficas quanto ao esgotamento das reservas de recursos naturais e aos riscos de sucumbirmos diante da carência de água potável¹. A contaminação dos rios, dos solos e dos alimentos, as alterações na camada de ozônio, a emissão de gases do efeito estufa, dentre tantos outros graves problemas resultantes do modelo de desenvolvimento adotado, têm impactos globais e locais.

No Estado de Mato Grosso, os desmatamentos, as queimadas descontroladas, a exploração madeireira, a mineração, a ocupação de extensas áreas com monocultura de soja, algodão e pastagens são atividades que causam os principais problemas ambientais. Essas são

¹ Um quadro dramático foi revelado pela *Avaliação Global das Águas Internacionais* (GIWA), produzido por 1.500 cientistas e publicada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O relatório informa que a poluição química tem causado impactos de moderados a severos em metade das regiões com bacias hidrográficas transfronteiriças. A agricultura responde por 70% de toda a água captada de rios, represas e lagos. Outros fatores de degradação dos recursos hídricos são o desmatamento, a drenagem de terras úmidas para expandir as áreas agrícolas e práticas inapropriadas de uso do solo. Cf. GONÇALVES, José Alberto. *As águas vão rolar*. In: www.oeco.org.br. Acesso em 15/03/2006.

consequências diretas do avanço das fronteiras do capital, que também afetam as populações indígenas².

As questões socioambientais referidas e tantas outras podem ser traduzidas como uma grande crise do modelo capitalista, colocando em xeque as bases dos paradigmas da ciência pós-moderna. Enfim, a situação global tem requerido novos estudos de caráter mais interdisciplinar e holístico, que possam contribuir com a construção de propostas de uso sustentável dos recursos naturais e garantir a continuidade da vida.

Não se pode esquecer, porém, que “os temas, problemas e percepções da relação com a natureza estiveram presentes na cultura humana desde os primórdios de nossa trajetória como espécie”. Citando o historiador José Augusto Pádua, pode-se afirmar que “seria anacrônico ler os documentos antigos como se eles estivessem expressando o que hoje chamaríamos de questões e preocupações ecológicas”. Segundo este autor, é “perfeitamente possível ler documentos antigos na chave da compreensão ecológica contemporânea, garimpando informações e *insights* que possam ser úteis à nossa reflexão atual”. Busca-se, portanto, o significado desses documentos para aqueles que os elaboraram, em seu momento histórico específico, mas também para nós, que hoje podemos fazer leituras, buscando extrair dados que iluminem nossos dilemas atuais. “Este jogo entre o entendimento do passado e as perguntas do presente, aliás, está no coração da prática historiográfica”³.

É como um diálogo dos tempos: ao estudar o passado, o historiador faz perguntas sobre o presente, de onde sonha e projeta o futuro. Se acessarmos a dimensão diacrônica nas leituras dos caminhos trilhados pelas sociedades ao longo dos tempos-espacos, percebe-se que o conhecimento histórico tem muito a contribuir. A História, ao aliar-se às ciências como a Arqueologia, a Antropologia, a Ecologia, a Geografia, a Lingüística e tantas outras, pode acrescentar reflexões importantes a respeito das experiências históricas das relações estabelecidas com os recursos da natureza.

² Um exemplo ilustrativo: na década de 1990, um caminhão que transportava agrotóxicos no município de Tangará da Serra (MT) para a lavoura de soja do grupo Maggi, também transportou a merenda escolar para a escola de uma aldeia dos índios Paresi. Isso causou a contaminação dos alimentos e prejudicou a saúde das crianças e de mais pessoas da comunidade, como os idosos, que também se alimentam da merenda. Muitas pessoas foram internadas no hospital devido às fortes diarreias.

³ PÁDUA, José Augusto. *Jean de Léry, o pau-brasil e o velho tupinambá*. Ver www.oeco.org.br. Acesso em 13/10/2006.

Dentro dessa perspectiva, vale reconhecer algumas das relações sociedades/naturezas das populações ameríndias no ambiente do centro do continente sul-americano, como também das levas de outras gentes que foram povoar os sertões das minas de Cuiabá e Mato Grosso.

No exame do nome dado à Capitania – e que assim permaneceu – o topônimo já remete à presença da natureza, a imagem de uma floresta bem densa: um *mato grosso*! E no estudo do topônimo *Cuyabá*, denominação dada ao rio e aos sertões onde se iniciou a conquista da parte central da América do Sul, certamente vem à memória a identidade ameríndia. Com certeza, se pode evidenciar a origem indígena Tupi-Guarani, pois *cuya*, na língua geral usada pelos sertanistas no século XVIII, significa a *cabaça* da qual se fazem vasilhas para reservar água e alimentos, além de outros usos. O nome também pode ter sido inspirado no etnônimo de um grupo bororo que ali habitava: os Cuyabás. Há outra significação para esse nome: um estudo etno-lingüístico apresenta a palavra *ykuiá-pá* como “lugar de pesca com flecha arpão”, indicando uma micro-territorialidade ameríndia bororo assentada em suas relações com o ambiente⁴. Esses nomes sugerem, portanto, ocupação “imemorial”, territorialidades ameríndias, sociedades que ali viveram construindo experiências em suas relações com a natureza, criando culturas, jeitos de ser, de fazer e de nomear.

Na região Centro-Oeste do país, situada no centro da América do Sul, o Estado de Mato Grosso ganha destaque por ser depositário de especial biodiversidade, pois abriga em seu território os biomas e as interações ecossistêmicas do Pantanal, do Cerrado e da Amazônia. Sua importância no cenário ecológico mundial é ainda maior pela ocorrência de inúmeras nascentes, que representam importantes reservas de água potável do planeta. Basta citar alguns dos grandes rios e que têm aí suas nascentes: Paraguai, Cuiabá, Araguaia, Teles Pires, Xingu, Juruena, Tapajós e Guaporé.

O bioma Pantanal estende-se por 20% do território mato-grossense. Na época das chuvas constitui uma extensa planície alagada, formada por uma rede de rios da bacia do Paraguai. Além de relevantes unidades de conservação, esse território é considerado pela Unesco como Reserva da Biosfera. A representatividade desse bioma requer um cenário de conservação da biodiversidade e de ações capazes de contribuir com o equilíbrio climático planetário.

⁴ Lugar onde deságua no rio Cuiabá o córrego do Prainha, ou *Ikuiêbo* que na língua Bororo é “córrego das estrelas”, assim chamado pelo brilho das folhetas (lascas) de ouro em seu leito e margens. Ver: ALBISETTI, C.; VENTURELLI. Ângelo. *Enciclopédia Bororo*. Campo Grande, MS, 1962. Cabe ressaltar que o córrego Prainha, hoje canalizado, corre abaixo da Av. 15 de novembro (Av. da Prainha), - o maior coletor de esgotos da cidade.

No entanto, é nesse mesmo complexo das águas que ocorreram polêmicos debates em torno da construção da hidrovía Paraná-Paraguai, obra de grande porte que pretende servir como eixo de escoamento de grande parte da soja e carne bovina produzidas no estado, visando atender ao Mercosul. Estudos de impacto ambiental já demonstraram que se tal Projeto for implementado poderão ocorrer profundas interferências no sistema natural de cheias e vazantes. Isso devido à ampliação das áreas de plantio e das pastagens, com o conseqüente desmatamento das cabeceiras de rios e cerrados.

Por outro lado, são diversas as comunidades tradicionais pantaneiras que aí desenvolvem estratégias de sobrevivência, estabelecendo íntimas relações com o ambiente. Vivem nas proximidades de grandes lagoas, nos barrancos dos rios, onde pescam silenciosamente em suas canoas, caçam e coletam recursos naturais. Nos pequenos sítios e fazendas criam gado e outros animais, e plantam roças. Também estão presentes no imaginário os seres ditos “encantados”, como o popular “minhocão”. Rios abaixo e rios acima verifica-se um profundo conhecimento do sistema de enchentes e vazantes, no qual as pessoas convivem há séculos no ritmo das águas do Pantanal⁵.

Outros 30% da cobertura vegetal do estado representam áreas de Cerrado. Conhecido como a savana brasileira, este bioma se conecta com todos demais, constituindo áreas de transição entre eles e representando um ponto de equilíbrio entre as diversas paisagens. É nesse ambiente que estão as mais importantes serras e chapadas, de onde nascem importantes rios, além de uma rica biodiversidade faunística e florística. Apesar da existência de áreas protegidas, como o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (criado em 1989), nas últimas décadas dominam as monoculturas de arroz, soja, algodão e as extensas pastagens.

Nos restantes 50% do território mato-grossense, na região Norte, estão presentes a Amazônia e as florestas de transição. Mas a partir da década de 1960, a expansão da fronteira agrícola, com projetos de colonização e a construção de estradas como a BR-364 (de Cuiabá-MT a Porto Velho-RO) e a BR-163 (de Cuiabá-MT a Santarém-PA) fez emergir diversas cidades, grandes empresas agropecuárias e inúmeros assentamentos de colonos agricultores que vieram em sua maioria do Sul do país.

⁵ SILVA, Carolina J. da; SILVA, Joana A. Fernandez da *No Ritmo das Águas do Pantanal*, Cuiabá: 1995; LEITE, Mário César S. *Águas encantadas de Chacororé: natureza, cultura e mitos do Pantanal*, Cuiabá: 2003.

Digno de nota são os 38 povos que habitam terras indígenas em Mato Grosso⁶. As diversas sociedades indígenas, continuamente pressionadas, ainda vivenciam violentos conflitos por causa da invasão de suas terras e do risco que isso representa para suas culturas, sem falar das perdas populacionais causadas pelos contágios de doenças trazidas pelos não-índios em diferentes momentos da colonização. Essas populações vivenciam inevitáveis situações de contato, ocorridas desde os primórdios da colonização e que se mantêm nos dias atuais: das diversas frentes da mineração do ouro à extração de látex e madeiras, da introdução de tecnologias e práticas de consumo alimentar que alteraram profundamente os seus padrões de vida às grandes obras de infra-estrutura que adentram e descaracterizam os seus territórios.

Esse breve panorama aponta algumas das principais motivações para a escolha do tema desta tese: a rica biodiversidade e a diversidade cultural do Estado de Mato Grosso, bem como as diversas sociedades indígenas, com seus saberes produzidos nas históricas relações com o ambiente em que vivem. Tais questões remetem a um conjunto de bens articulados, parte significativa do rico patrimônio e da memória eco-cultural sul-americana.

Marcos da pesquisa

Rastrear pegadas a respeito da natureza e dos índios registradas nas percepções e nos olhares dos conquistadores do século XVIII, para então conhecer, em chave histórica, a construção de parte do patrimônio referido acima, é o que se pretendeu com esta pesquisa.

A partir dos registros nas paisagens, tais como inscrições rupestres, artefatos cerâmicos, nomes de lugares, e dos registros históricos escritos, como notícias, roteiros de expedições sertanistas e das monções, e outros documentos, creio ser possível reconhecer algumas das práticas socioculturais de relações com o mundo natural que foram se construindo no decorrer de milênios e séculos de ocupação do centro do continente latino-americano. As dinâmicas de interação sociedades-naturezas transformaram-se ao longo do tempo, gerando o processo de espacializações coloniais luso-paulistas. Pretendeu-se retratar as plurais maneiras de ver e sentir o mundo natural e as sociedades ameríndias que aí viviam na fase inicial da conquista colonial no século XVIII.

⁶ Ver Figura 1: Terras Indígenas em Mato Grosso. Apud. MIRANDA, Leodete & AMORIM, Lenice. *Mato Grosso: Atlas geográfico*. Cuiabá: Entrelinhas. 2000. p. 23.

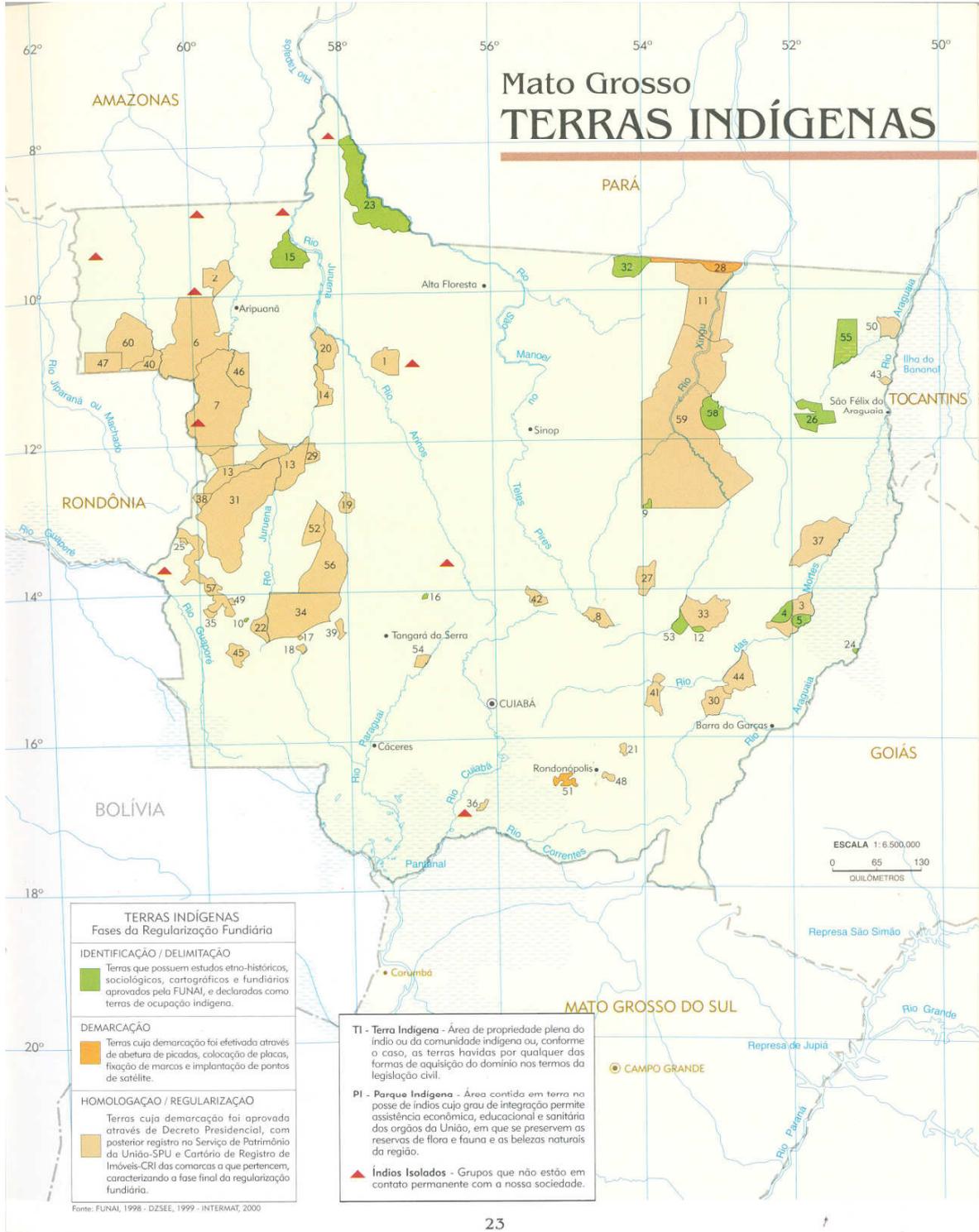


Fig. 1. Terras indígenas remanescentes no Estado de Mato Grosso

Fonte: MIRANDA, Leodete; AMORIM, Lenice. *Mato Grosso: Atlas geográfico*. Cuiabá: Entrelinhas, 2000, p. 23.

É importante reunir tais informações como argumentos que refutem as constantes reproduções e reinvenções de discursos e políticas que tratam espaços ocupados milenarmente como vazios e selvagens. Refletir sobre isso pode servir para questionar a necessidade de exploração desenfreada dos recursos naturais para gerar o tão conhecido “desenvolvimento” concentrador de renda. Tal modelo, expresso claramente nos programas de colonização e expansão da fronteira agrícola empreendidos na região, tem como propósito avançar no devassamento e no domínio da natureza e civilizar os índios. Outros segmentos da população regional, entre os quais se situam as comunidades tradicionais, continuam pressionados a acompanharem o progresso e a adotarem tecnologias e práticas que os tornem mais modernos, para então se livrarem do estigma de atrasados.

Pesquisas históricas que já trataram das relações da sociedade com a natureza durante a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX, fases de plena expansão do modelo capitalista de super-exploração dos recursos naturais, evidenciaram um conjunto de representações que situam Mato Grosso como um sertão longínquo, confins da civilização, lugar atrasado e selvagem, sem civilização.

Tais olhares são recorrentes nas narrativas de viajantes estrangeiros e nacionais, bem como em discursos de autoridades políticas, empresariais e da imprensa. O progresso só chegaria à medida que se fosse desenvolvendo a comunicação com os centros mais civilizados, bem como com a modernização na agricultura, pecuária e indústria. A população regional, que interagiu secularmente com a natureza, obtendo a sua alimentação e sustento sem participar ativamente das relações de mercado, foi muitas vezes classificada como indolente e preguiçosa. Os índios, segundo esse discurso, deveriam superar o estágio da selvageria e barbárie⁷.

Ainda se percebe no imaginário de migrantes que vieram colonizar o norte mato-grossense – principalmente nos depoimentos de “pioneiros”, nascidos nas regiões Sul e Sudeste do país, um Mato Grosso onde as personagens mais citadas são as feras perigosas, como onças, jacarés e cobras, junto aos índios selvagens, que fizeram (e que ainda podem fazer!) ataques nos sítios, fazendas e até nas ruas das cidades.

⁷ Ver teses de doutorado de GALETTI, Lyliá da Silva Guedes. *Nos confins da “civilização”: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. São Paulo, FFLCH/USP, 2000 e de CASTRO, Maria Inês Malta. *Sociedade e Natureza em Mato Grosso (1850-1930)*. Brasília, CDS/UnB. 2001.

Por outro lado, na onda do eco-turismo, em uma série de publicações, *sites* e programas de TV, assiste-se à divulgação das imagens de uma natureza exuberante, até paradisíaca, em que o Pantanal é retratado como um lugar repleto de pássaros e exóticos animais. As cachoeiras do Cerrado são fontes de purificação de *stress* e contatos com forças espirituais. As densas florestas da Amazônia reforçam a idéia da fertilidade e da abundância das terras, onde muitos índios vivem em perfeita harmonia com a natureza.

Contraditoriamente, diante de interesses de grandes empresas multinacionais e nacionais, visando atrair projetos e investimentos, se reproduzem discursos que denunciam a incompetência e ineficácia da elite e da população regional na exploração “racional” dos recursos naturais. É imperativa a necessidade da expansão do “desenvolvimento e progresso” por novos bandeirantes, prontos a colonizar esse “promissor” estado com o objetivo de retomar sua vocação de “celeiro do país”.

Esses *flashes* de mitos construídos em diferentes épocas, seu rebatimento no presente, bem como as questões ambientais que suscitam, funcionam como lembretes de que o historiador, ao rastrear olhares, saberes, práticas, usos e costumes, sentimentos e vozes das gentes silenciadas ou colocadas a falar nas escritas do passado, vivencia um presente pleno de contradições. O êxtase diante da exuberância das paisagens naturais e dos singulares usos e costumes dos ameríndios, do numeroso povoamento ameríndio e da diversidade étnica encontrados nas descrições do século XVIII, se comparados com o nosso presente, certamente não são mais possíveis.

Ao recompor parte daquele passado colonial, talvez possa entender das gêneses de relações das sociedades com a natureza, os caminhos percorridos, as alternativas possíveis que não foram consideradas, o papel da natureza na história das sociedades. Isso pode fortalecer ações por novas composições no presente, em nome de projetos de futuro que considerem a dimensão ecológica e o respeito aos povos indígenas. Ao incorporar resultados desta pesquisa no ensino de História, pretende-se contribuir com a construção dos novos paradigmas historiográficos e educacionais no campo da História e da Educação Ambiental e Indígena. Enfim, ao semear por novos campos e canteiros historiográficos talvez se possa contribuir com o repensar das relações históricas das sociedades inseridas na natureza e a produção de novas práticas sociais que rompam antigos paradigmas. Pretende-se, ainda, estimular a construção de

projetos de eco-desenvolvimento que levem em conta os saberes das sociedades indígenas e o respeito às suas histórias.

Suportes teóricos-metodológicos

O objeto de estudo desta tese é re-visitar as representações construídas acerca da natureza e dos índios nas temporalidades e espacializações da conquista colonial da parte central do continente sul-americano.

Ancorada nos fundamentos da história social e cultural, e incorporando novos recursos teóricos e metodológicos da história ambiental, o objetivo é contribuir para revelar do estudo das representações, algumas experiências históricas de relações sociais e culturais com a natureza, vivenciadas tanto por sociedades ameríndias quanto pela sociedade colonial que foi se constituindo nessa região central da América do Sul.

Esclareço que estou atenta às armadilhas do anacronismo, pois se sabe que no século XVIII não havia as preocupações ecológicas tão próprias do nosso tempo. Compartilho novamente das idéias do historiador Pádua, que esclarece as pretensões e questões aqui colocadas:

A literatura brasileira colonial é riquíssima em materiais que estimulam a reflexão ecológica. Podemos extrair inúmeras informações sobre ecossistemas, biodiversidade, padrões de exploração de recursos e ocupação do território, etc. Em determinados momentos, além disso, é possível encontrar abordagens que ajudam a iluminar questões essenciais da contemporaneidade. Ou seja, que fazem o observador atual, no contexto de sua leitura a posteriori, meditar sobre os dilemas do mundo moderno, cuja constituição está diretamente ligada à expansão colonial dos europeus pelos diversos continentes⁸.

O processo de conquista colonial no século XVIII, a partir das expedições de caça aos índios por sertanistas paulistas e da formação de uma sociedade nesta parte mais central da América pode ser visto, conforme definiu Carlos Alberto Rosa, como “espacializações”. Conquista e colonização “eram práticas de ‘tomar’ espaço, de ‘produzir’ espaço, de espacializar-se”. Desde as *desterritorializações* quando sociedades ameríndias inteiras foram expulsas de suas terras ou por mortes ou por fugas para outras áreas, até as *reterritorializações*, lugares de enraizamento e de intensos movimentos como o fazer e refazer de escritas, de alterações da

⁸ PÁDUA, José A. *Jean de Léry, o pau-brasil e o velho tupinambá*. www.oeco.org.br. Acesso em 21/01/2006.

natureza, da interação econômica e ecológica com o campo, da produção de paisagens, das práticas cotidianas que produziram formas de existir. Este historiador nos traz reflexões acerca de espaço que podem também clarear a idéia de leituras da natureza que se pretende:

O espaço (...) é uma realidade construída e não uma extensão bruta e objetiva. Ontem, como hoje, os níveis da sua construção (da sua “leitura”) são diferentes, o que faz com que, numa mesma sociedade, coexistam distintos espaços, organizados e hierarquizados diferentemente, correspondentes aos distintos planos da existência coletiva. (...) Isto explica a coexistência (por vezes conflituosa) de vários discursos sobre o espaço e de diversas práticas de apropriação espacial ⁹.

Portanto, no estudo das percepções acerca do mundo natural ou das naturezas, estou atenta para as seguintes questões:

- a caracterização das águas, principalmente os rios em suas condições de navegabilidade, travessias e salubridade, os córregos e riachos de onde se extraía ouro;
- as descrições gerais das dimensões e da localização do relevo, como serras e chapadas, capazes de qualificar para a extração do ouro e o plantio de roças ou lavouras;
- aspectos de clima: modificações de temperatura anotadas pelos sertanistas e demais conquistadores, variando do extremo calor às surpreendentes friagens, bem como outros fenômenos observados nos períodos de chuvas e secas;
- observações acerca da vegetação, dos arvoredos próximos dos rios, lavras, caminhos, arraiais e vilas, e das plantas nativas e introduzidas pelos colonizadores;
- caracterizações dos animais nativos, que causavam admiração, medo, asco ou grande incômodo, como os mosquitos, bem como os cobiçados cavalos, que “perdidos” dos espanhóis, se integraram à paisagem dos campos do Pantanal, dominados pelos guaicurús, mais tarde chamados de índios-cavaleiros.

⁹ SILVA, Ana Cristina Nogueira da e; HESPANHA, Antônio Manuel. “O quadro espacial”. In: MATTOSO, José (Dir). *História de Portugal*, HESPANHA, Antônio Manuel (Coord.) *O antigo regime* (1620-1807), vol. IV, Lisboa, 1993. p. 39. Apud. ROSA, Carlos Alberto. O urbano colonial na terra da conquista. In: ROSA, Carlos A.; JESUS, Nauk Maria de (Orgs.). *A terra da conquista: história de Mato Grosso colonial*. Cuiabá. 2003.

Essas e tantas outras percepções, destacadas da historiografia colonial, podem dar uma vaga idéia da biodiversidade nesse extenso espaço de conquista colonial, em que se produziram interações das sociedades nas naturezas.

Escrevo *naturezas* para deixar claro que reconheço ser o mundo natural plural, pois além das características biofísicas tão diversas, vistas em suas diferenças geográficas e ambientais, são também bem diversificados os olhares dos agentes coloniais e produtores de escrita, cada qual colocado em determinado lugar social e cultural de onde emergem suas representações da natureza.

Em um amplo sentido, a natureza a ser compreendida poderá ser vista como a paisagem percorrida, devassada, olhada e sentida, recebendo denominações, referências. Nessas referências, a teia de significações, construções e representações sociais do mundo natural – percepções construídas nas relações históricas das sociedades de onde emergem as práticas sociais, culturais, formuladas e reformuladas continuamente ao longo dos processos históricos¹⁰.

Portanto, a natureza é campo das representações que nos remete ao canteiro da nova história cultural, que leva ao seu entendimento como um conjunto de significados dados pelas práticas sociais e culturais de sociedades “outras”, do passado, em relações sociais, históricas, naquele presente – ambiente natural e social, de onde projetavam o futuro. E não posso deixar de citar Fernand Braudel: “civilizações são espaços, são culturas...”.

O historiador inglês Keith Thomas também pode ser tomado como importante exemplo de instrumental teórico-metodológico da história ambiental. Além de tratar das relações da sociedade moderna européia com o mundo natural, estão acrescentadas articulações mais definidas com as dimensões culturais – as mentalidades, os sentimentos e as percepções – afinando-se melhor com o estudo proposto na tese, conforme se pode ler no trecho a seguir:

O interesse pelo ambiente natural e as preocupações com a relação entre o homem e as outras espécies costumam ser vistos como fenômenos recentes (...) Para entender tais sentimentos atuais devemos retornar ao início do período moderno. Com efeito, foi entre 1500 e 1800 que ocorreu uma série de transformações da maneira pela qual os homens e mulheres, de todos os níveis sociais, percebiam e classificavam o mundo natural ao seu redor. Alguns dogmas desde muito estabelecidos, como o lugar do homem na natureza foram descartados

¹⁰ Ver CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

nesse processo. Surgiram novas sensibilidades em relação aos animais, as plantas e a paisagem. (...) ¹¹.

Na mesma direção, Francisco Carlos Teixeira da Silva sistematiza questões que dizem a respeito à História das Paisagens e também contribui para pensarmos nosso objeto de estudo:

Desde o final do século XVIII há, entretanto, uma sólida tendência de se pensar a natureza em oposição ao homem ou à “cultura”. Particularmente o idealismo e o romantismo alemães, no século XIX forçaram uma distância absoluta entre *Natur* e *Cultur*. (...) Aí a paisagem que envolvia os homens foi percebida como um dado da natureza, anterior e autônoma em relação ao homem. (...) Mesmo o “olhar treinado” não percebia, de imediato, em paisagens ditas naturais - como a floresta equatorial úmida ou na savana - a decisiva ação do homem. (...) Devemos entender a natureza não mais como um dado externo e imóvel, mas como um produto de uma prolongada atividade humana: “a natureza virgem não é mais do que um mito criado pela ideologia de civilizados, sonhadores de um mundo diferente do seu.” ¹².

Nessa seqüência, outras reflexões do historiador Keith Thomas a respeito das percepções da natureza no processo de expansão colonial inglesa na América:

Como teria progredido a civilização sem a limpeza das florestas, o cultivo do solo e a conversão da paisagem agreste em terra colonizada pelo homem? (...) Convertia a natureza em cultura. Terra não cultivada significava homens incultos. (...) E quando os ingleses setecentistas mudaram-se para Massachusetts, parte de sua argumentação em defesa da ocupação dos territórios indígenas foi que aqueles que por si mesmos não submetiam e cultivavam a terra não tinham o direito de impedir que outros o fizessem ¹³.

E quanto aos índios, primeiramente pretendo dar maior visibilidade ao numeroso povoamento e à pluriculturalidade étnica existente. Esclareço que se de uma forma geral adoto o nome genérico “índios”, para os habitantes daqueles sertões do centro do continente sul-americano, o faço por ser termo já apropriado pela literatura que trabalha com o estudo dessas sociedades e suas representações, e hoje são assim conhecidos ¹⁴. Frequentemente foram de-

¹¹ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e os animais (1500-1800)*. Tradução: João Roberto Martins Filho. São Paulo: 1996, p. 18.

¹² História das Paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia*, Rio de Janeiro: 1997. p. 204.

¹³ THOMAS, K. Op. Cit, p. 17.

¹⁴ Tomo por base: MONTEIRO, John M. *Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, 1992; CUNHA, Manuela Carneiro da *História dos Índios no Brasil*, 1992; e _____. *Imagens de índios do Brasil: o século XVI*, PIZARRO, Ana (Org.) *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura. A situação colonial*, Vol.1, Campinas, S.P: 1993, p. 151-171.

nominados de gentios pelos sertanistas, e reconheço-os convivendo em sociedades e sujeitos de suas próprias histórias.

Tomando por base as pesquisas de Ângela Domingues¹⁵, que tratam de reconstruir a visão que os lusos-brasileiros iam formando dos índios da Amazônia ou Norte do Brasil, escolhi estudar um grande espaço que passou a ser representado por sertões do Cuyabá e Mato Grosso, e que veio a ser institucionalizado em 1748 como Capitania de Mato Grosso – espacializações da conquista luso-brasileira no século XVIII. Não se trata, portanto, de destacar um grupo indígena ou um caso específico de relações; mas de optar por considerar as diversas etnias vistas e descritas nos *Sertões do Cuiabá e seu Recôncavo*, ao longo de trechos percorridos e devassados nas bacias hidrográficas do Paraguai (Pantanal/Cerrado) e cabeceiras do Guaporé (Cerrado/Amazônia).

Quero esclarecer que, além de buscar reconhecer o numeroso povoamento e a rica diversidade das etnias – o que já se pode ver explicitado nos registros coloniais – proponho superar as generalizações e os silenciamentos ao analisar as diferenciações nos etnônimos e/ou diferentes nomeações registradas para os lugares, os topônimos¹⁶.

Além desse dimensionamento e distribuição das sociedades ameríndias nos ambientes do Pantanal, Cerrado e Amazônia, interessa dos relatos dos agentes da conquista colonial as observações e percepções quanto aos usos e costumes dos indígenas, para então se ter uma idéia das relações estabelecidas com a natureza e os recursos naturais para produção cotidiana de suas existências.

Portanto, ao avançar em novas searas teóricas e metodológicas, como as articulações interdisciplinares da história com a Arqueologia, Antropologia, Ecologia e áreas afins, se abrem perspectivas para a discussão de problemas de certa relevância: a avaliação de impactos nos territórios, nas histórias e nas culturas ameríndias, direta e indiretamente afetadas por situações de conquista e colonização. Nesse sentido, a proposta de ampliar as pesquisas etno-históricas com um levantamento detalhado das referências às territorialidades ameríndias na documentação escrita do período colonial.

¹⁵ DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassallos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: 2000.

¹⁶ Nesta temática um interessante trabalho: DRUMOND, Carlos. *Contribuição do Bororo à toponímia brasileira*, IEB/USP, 1965.

Importante pontuar o avanço nas reflexões teóricas através do diálogo com outras áreas de conhecimento. Reflito que tal diálogo vem se dando no contexto do engajamento da História e demais ciências sociais e naturais na temática ambiental, onde se configuram novos desenhos teórico-metodológicos e filosóficos; ecologizando as ciências e revolvendo os fundamentos epistemológicos construídos com base em antigos paradigmas da racionalidade científica moderna euro-antropocêntrica¹⁷.

Inspirada por esta expansão da dimensão ambiental é que pretendo dialogar com estudos que ganharam força constituindo-se em referências conceituais. Penso incorporar reflexões que problematizem acerca da natureza como uma construção cultural.

Foi partir da década de 1980 que pesquisas no campo da etnobiologia¹⁸ demarcaram de maneira expressiva o espaço das análises quanto às contribuições do conhecimento e às práticas indígenas em ambiente amazônico. Destaca-se o estudo coordenado por Posey quanto ao uso e o remanejamento das florestas e savanas tropicais junto aos Kayapó no Pará. Após análises dos ambientes próximos à aldeia Gorotire, demonstrou que as florestas secundárias ou capoeiras “concentram recursos altamente diversificados, incluindo plantas alimentícias, medicinais e caça”. Além da complexidade de relações nos usos materiais e imateriais dos diversos tipos de floresta (*apêtês*), constata que uma percentagem considerável (estimada em 75%) é, na realidade construída pelos Kayapó, apesar de um exame superficial indicar que sejam naturais¹⁹.

Em outra pesquisa a respeito das práticas culturais dos nativos amazônicos, mais uma vez se vê reforçada a tese de que os diferentes ambientes da Amazônia são produtos de conhecimentos e relações milenares e seculares.

¹⁷ Sobre a questão do *ecologizar* das ciências, ver: DANSEREAU, Pierre. "Uma preparação ética para a mudança global: prospecção econômica e prescrição moral". Em VIEIRA, P. F. e RIBEIRO, M. A. (orgs.), *Ecologia Humana, Ética e Educação: a mensagem de Pierre Dansereau.*, [1993], 1999, pp. 299-371.

¹⁸ D. Posey traz definições conceituais bem interessantes para se pensar o tema em questão, quando define a *etnobiologia* como “o estudo do papel da natureza no sistema de crenças e de adaptação do homem a determinados ambientes.” Com esta abordagem, considero que se amplificam as possibilidades de estudos com sociedades indígenas, pois mesmo reconhecendo sua relação com a ecologia humana, passa a enfatizar “as categorias e conceitos cognitivos utilizados pelos povos em estudo.” Avança ainda mais ao reconhecer que “o conhecimento indígena não se enquadra em categorias e sub-divisões precisamente definidas como as que a biologia tenta, artificialmente, organizar;” e a “embricação entre os mundo natural, simbólico e social, que exige uma abordagem interdisciplinar de caráter *cross-cultural* no estudo de diferentes culturas.” POSEY, D. “Introdução. Etnobiologia: Teoria e Prática.” Em B. RIBEIRO et alii (org.), *Suma Etnológica Brasileira*, v. 1- Etnobiologia. 1987. p. 15-25.

¹⁹ POSEY, Darell. “Manejo de Floresta Secundária, Capoeiras e Campos Cerrados (Kayapó)”. Em Berta Ribeiro et alii (org.), *Suma Etnológica Brasileira*, v. 1, 1987. p. 175, e 181-85.

Mas é Balée quem permite compreender melhor, com mais detalhes, as transformações e os usos das paisagens por sociedades indígenas em dimensões históricas, de longa duração. Considera que muitos povos caçadores-coletores das terras baixas da América do Sul dependem econômica e culturalmente de áreas de capoeira velha e não de florestas primárias. Explica que tal processo se deu devido às adaptações diante das forças sociopolíticas, tais como: a necessidade de deslocamento constante por motivos de perseguições de outros grupos; fugas do movimento de perseguições escravagistas; miscigenação e doenças epidêmicas; forças estas que os obrigavam a um estilo de vida nômade, influenciando na regressão de sociedades hortícolas sedentárias para o nomadismo da caça-coleta. Pontua aspectos históricos do período colonial, nos quais índios do litoral eram organizados em cacicados agrícolas, com cultivo intenso de plantas domesticadas. Exemplifica evidências lingüísticas em palavras usadas para plantas cultivadas, herdadas do Tupi-guarani, que reforçam as ligações com grupos contemporâneos de caçadores-coletores. Chega a afirmar que a atual biodiversidade seria fruto da influência de povos agrícolas que ocupavam as áreas de atuais capoeiras velhas. Enfim, diz que a ecologia histórica é mais adequada para explicar os padrões de uso de recursos das terras baixas da América do Sul, e o principal problema relativo ao uso de recursos botânicos não é evolucionário, mas histórico²⁰.

Recentemente, o antropólogo Paul Little, ao refletir sobre questões conceituais a respeito dos conhecimentos ambientais, e do debate em torno do etnoconhecimento atribuído às populações tradicionais, soou bem interessante ao dizer que “toda a ciência ou conhecimento é *etno*, porque socialmente construído e também parte de uma tradição etno-cultural”. Pontuando a complexidade e a vastidão a respeito do tema do “conhecer”, reconhece que toda forma do conhecimento acerca do ambiente emerge dentro de contextos específicos, socioculturalmente delimitado, em que cada sociedade mantém múltiplas tradições de conhecimento.

Outros estudos significativos enriquecem ainda mais o entendimento da complexa rede de articulações entre elementos sociais e naturais na composição das naturezas. Creio que tais reflexões já podem nos indicar as ricas perspectivas de inserção da dimensão ambiental no campo historiográfico e poderão amplificar a leitura da biodiversidade no centro da América

²⁰ BALLÉE, W. People of the fallow: A historical ecology of foraging in lowland South America. In: *Conservation of Neotropical Forests: Working from traditional resource use*. New York: 1992. p. 35-57.

do Sul como um precioso conjunto documental, construído e reconstruído nas redes de trocas interculturais ao longo dos tempos²¹.

Referência inspiradora no campo da história social e cultural são os estudos de John Manoel Monteiro, sobretudo para o contexto da primeira metade do século XVIII, pois ele retoma aspectos da formação da sociedade colonial paulista que expande ao sertão cuiabano²². Considero significativo destacar a forte presença indígena na Capitania de Mato Grosso nos “serviços” da conquista e colonização²³. Outra afinidade é com a tipologia das fontes, típicas do bandeirantismo, principalmente as narrativas sertanistas dos sertões “devassados” pelos paulistas²⁴.

Em síntese, penso ser possível reler através dos olhares impressos na historiografia colonial, as percepções inaugurais de aspectos da natureza e dos índios, conjunto de representações que “inventaram” *os sertões do Cuiabá e Mato Grosso*; revisitar no passado colonial o mundo natural – as naturezas ou as paisagens “descobertas”, inventadas, representadas; as gentes que aí habitavam e as relações que estabeleciam com esse mundo natural.

Os capítulos

Diante da evidência de diferentes contextos de ocupação e conquista do espaço central da América do Sul, proponho delimitar a pesquisa em duas grandes molduras temporais: a ocupação ameríndia no período pré-colonial e a conquista colonial na primeira metade do século XVIII.

No **Capítulo 1** apresento um breve panorama da ocupação ameríndia no período pré-colonial. Este capítulo pretende levantar o conhecimento arqueológico já disponível acerca do

²¹ NEVES, W. "Sociodiversidade e Biodiversidade: dois lados de uma mesma equação". Em ARAGÓN, L. (org.), *Desenvolvimento Sustentável nos Trópicos Úmidos*. v. 2., 1992.

²² Priorizei *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, para subsidiar reflexões quanto à presença ameríndia nas minas do Cuiabá e Mato Grosso na primeira metade do século XVIII, e ainda publicações de pesquisadores com afinidades teóricas nesta temática: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena*. (pp.27-37) In: Martha Abreu &, Rachel Soihet (Orgs). *ENSINO DE HISTÓRIA: Conceitos, Temáticas e Metodologia*. Rio de Janeiro: 2003.

²³ Para destacar a forte presença ameríndia nas espacializações da conquista, baseio-me nas pesquisas de Jovam Vilela da Silva em *Mistura de Cores: política de povoamento e população da capitania de Mato Grosso*.1995, que apresenta estudos de demografia em *Mapas de População* do século XVIII, e demonstra a incorporação expressiva de ameríndios como mão-de-obra no povoamento da fronteira.

²⁴ Muitas já consultei para minha pesquisa de dissertação de mestrado “*O novo descobrimento das minas e sertões de Cuiabá: a mentalidade da conquistista*”(UnB, 1996), mas proponho aprofundamentos.

Centro-Oeste brasileiro e dos sítios de Mato Grosso. Em alguns momentos, busco seguir antigas pegadas para, a partir delas, visualizar panoramicamente os movimentos do povoamento pré-colonial em dimensão continental. Outras vezes, os vestígios arqueológicos falam por si, evidenciando a presença de sociedades ameríndias e suas ações na natureza bem antes da conquista colonial.

A base utilizada para esses estudos foi desenvolvida principalmente por arqueólogos, historiadores, etnógrafos, antropólogos, lingüistas, entre outros, que se debruçaram sobre as sociedades ameríndias nessa região central da América do Sul. Ali estão registrados os movimentos migratórios; as diferentes características de cada grupo na interação com os ecossistemas mais representativos da região – Cerrado, Pantanal e Amazônia; a “construção” do espaço natural, com as modificações produzidas no ambiente pela introdução de espécies e o manejo dos recursos naturais; e as interações das diversas etnias no continente.

Os **Capítulos 2 e 3** representam a segunda moldura temporal da tese, em que o período da conquista é focado em suas implicações na parte central sul-americana e também no contexto mais geral das estratégias de ocupação e delimitação do território pela coroa portuguesa. Esses capítulos constituem o eixo principal da tese, retratando o contexto da conquista colonial portuguesa desde a chegada dos primeiros colonizadores até a primeira metade do século XVIII, período que antecede a criação da capitania de Mato Grosso (1748) e a assinatura do Tratado de Madrid (1750), que consolidaria o domínio português sobre esse território. O limite final é a chegada do primeiro capitão-general Antônio Rolim de Moura, em 1752, mesmo ano de fundação da Vila Bela da Santíssima Trindade no Mato Grosso.

Enfatizo as percepções dos índios e da natureza apresentadas no devassamento dos *sertões dos gentios* por expedições de sertanistas paulistas e conquistadores lusos interessados em apresar indígenas, encontrar riquezas e assegurar a conquista dos “novos descobrimentos”. Nesse período, o pólo colonizador foi a Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá, de onde se estabeleceram as ligações no eixo sul para chegar ao “povoado” ou cidade de São Paulo e vilas como Itu e Sorocaba, ou às minas do Mato Grosso e Goiás. As autoridades portuguesas começam a se fazer presentes nas “espacializações” da conquista colonial luso-paulista: nos caminhos aos sertões, nas roças, nas lavras ou minas, nos registros, nos arraiais e na Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, visando consolidar e garantir a conquista.

Ainda na primeira metade do século XVIII, prossigo relendo relatos da conquista nos sertões dos Parecis, momento da expansão da fronteiras coloniais ao noroeste de Cuiabá, quando se “descobrem” as novas minas do Mato Grosso.

O **Capítulo 2** debruça-se sobre as primeiras imagens das terras centrais mais interiores, os chamados sertões dessa parte do mundo recém-descoberto, que originalmente não pertenciam aos portugueses e sim à coroa espanhola. Nesse mesmo segmento, incluo sínteses das primeiras impressões do Pantanal presentes em narrativas das expedições espanholas, e ainda alguns depoimentos de sertanistas que deixaram descrições das penetrações nos sertões interiores. Discorro sobre os motivos que levaram os sertanistas paulistas a adentrarem o território: a busca do apresamento de índios e a descoberta de tesouros minerais, sobretudo ouro.

Além de explorar os múltiplos significados da palavra sertão, tratado no imaginário português como espaço a ser conquistado para impulsionar o movimento civilizatório marcadamente cristão, procuro apontar as estratégias de “desinfestação” utilizadas pelos sertanistas para aprisionar índios e exterminar os que resistissem. A etnia paiaguá merece destaque nesse capítulo, por ter marcado a conquista do Cuiabá em constantes enfrentamentos com os colonizadores luso-paulistas, pela resistência ativa à invasão de seus domínios e pelas suas relações comerciais com os espanhóis.

O **Capítulo 3** é dedicado ao conjunto de *Notícias Práticas*, que fornecem os roteiros e as notícias das primeiras expedições sertanistas, bem como os relatos da época das monções, viagens de comboios de canoas pelos rios no ambiente do Pantanal, que estabeleciam a ligação das minas de Cuiabá a São Paulo. Mostra o contexto em que aparecem essas notícias, sua articulação com o projeto de inovação científica ocorrido no reinado de D. João V, em seu interesse de conhecer, mapear e dominar os territórios. As narrativas das Notícias são ricas em descrições do ambiente, principalmente os rios, como também das sociedades indígenas que habitavam o trecho monçoeiro da bacia do Paraná-Paraguai.

Este estudo também discorre sobre a autoria das *Notícias*, descrevendo cada um de seus pretensos autores e as condições em que produziram estes registros. O conteúdo de cada *Notícia* é intensivamente examinado. O foco estabelecido é estudar as percepções de sertanistas e monçoeiros a partir das fontes reunidas nesse conjunto documental. A coleção desses manuscritos se encontra na Biblioteca Pública de Évora, em Portugal. Foi coligida a partir da

década de 1730 pelo padre matemático jesuíta, Diogo Soares, que a enviou ao rei D. João V para realizar observações das ocupações portuguesas, inclusive dos sertões das minas.

Como considerações finais, apresento as **percepções reveladas** que essa pesquisa suscitou, bem como aponto algumas pistas de por onde caminhar para avançar na compreensão dos efeitos dessas conquistas sobre a formação da nossa identidade. Novas paisagens são “descobertas”, bem como “outras” sociedades ameríndias.

Resta, enfim, observar que, neste enquadramento da primeira metade do século XVIII, contornam os olhares da conquista as questões de conhecimento desta parte da Amazônia meridional que antecedem o Tratado de Madrid (1750).

CAPÍTULO I

Antes da conquista

1.1. Vestígios e aproximações: presença humana na América do Sul

O processo evolutivo e histórico da ocupação humana do continente sul-americano é complexo e difícil de traçar, pois as “pesquisas mais recentes indicam várias populações-fundadoras com origens diferentes, entrando no continente em diferentes períodos, trazendo diferentes hábitos, tecnologias e ideologias”.

A temporalidade da ocupação por grupos humanos no grande espaço continental que se passou a chamar Brasil faz parte de uma discussão iniciada há pouco mais de um século no âmbito da arqueologia brasileira. Questões como a cronologia das primeiras ocupações humanas e a contemporaneidade dessas ocupações com a megafauna extinta, bem como as origens biológicas das primeiras populações, têm sido pesquisadas e debatidas nos meios acadêmicos desde o fim do século XIX²⁵.

Em estudo de história ambiental, Warren Dean reuniu um rico acervo de dados de pesquisas arqueológicas sobre o povoamento e as relações de sociedades ameríndias com a natureza no território brasileiro durante o período pré-colonial. Tal acervo demonstra que a América do Sul foi o último continente a ser ocupado por agrupamentos humanos²⁶.

²⁵KIPNIS, Renato. *A colonização da América do Sul*. Em: >www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arqlz.shtml<. Acesso em 04/12/2004.

²⁶ Neste capítulo ao pretender oferecer um panorama da ocupação ameríndia em tempos pré-coloniais no continente sul-americano, o livro de DEAN, W. *A Ferro e Fogo: história da devastação da Mata Atlântica brasileira* (1996), além de fonte de inspiração metodológica, permite leituras das sínteses de pesquisas arqueológicas e reflexões que oferecem ‘pistas’ ou ‘pontes’ para estabelecer as possíveis ‘ligações’ quanto à circulação de saberes e práticas entre os diversos povos da América, as relações entre sociedades e natureza.

Suas referências para as primeiras ocupações do continente sul-americano são os vestígios de povos caçadores-coletores na Mata Atlântica, datados de 11 mil anos²⁷. Nomeando-os como “a primeira leva de invasores humanos” da Mata Atlântica, Dean avalia que, apesar das poucas pistas sobre os padrões de assentamento, adaptações culturais ou adequação da exploração dos ambientes, as evidências arqueológicas indicam que esses grupos vivam basicamente da caça de grandes herbívoros e da pesca nos cursos d’água das florestas de galeria. Mesmo considerando a hipótese da extinção da megafauna (preguiça, tatu, etc.) causada pelo recuo das geleiras e pela repentina mudança climática, o historiador sugere que o desaparecimento dos animais de grande porte pode ter sido uma consequência das caçadas excessivas nas matas, planícies e campos cerrados do entorno da Floresta Atlântica. Um aspecto salientado quanto à modificação da paisagem por grupos caçadores foi o uso intensivo do fogo, que parece ter sido um método eficaz para “eliminar a vegetação lenhosa que crescia na planície, substituindo-a por folhagens tenras para atrair herbívoros esparsos”²⁸.

No entanto, por volta de oito mil anos antes do presente (A.P.), a maioria dos sítios conhecidos na Floresta Atlântica foi abandonada. Os caçadores e coletores aparecem com mais frequência na região montanhosa ao longo dos rios, caçando veados, antas, caititus, pacas, capivaras, etc. A pesca era outra atividade importante, pois alguns rios ofereciam fartura de peixes. Com o declínio dos grandes animais de caça, alguns grupos migraram para as margens do continente, onde a costa “era protegida por recifes ou bancos de areia, que permitiam a formação de estuários de maré, verdadeiros lagos de acumulação de nutrientes arrastados por rios e riachos”. Ao encontrarem nos mangues grande quantidade de moluscos, passaram a viver dessa coleta. Logo acumularam “pilhas enormes de conchas de amêijoas, mariscos, mexilhões e ostras das árvores e da lama” – monumentos classificados como sambaquis, encontrados ao longo da costa Sul. Pelo menos durante sete mil anos muitos grupos tiveram “um período de extraordinária abundância”, mas não livre de disputas, pois “há uma sucessão clara de culturas no interior dos monturos”. Os moradores dos mangues, apesar da pouca necessidade de explorar outros recursos alimentares, coletavam frutos e remédios silvestres nos ambientes adjacentes. Investigações antropológicas destacam “o considerável conhecimento das

²⁷ Há controvérsias quanto às mais antigas datas de ocupação da América do Sul. Datações em sítios, como o do abrigo Santa Elina (MT) remontam a 25 mil anos A.P.; o Abrigo do Sol (MT) em 14 mil anos A.P.; e pesquisas da arqueóloga Niéde Guidón em São Raimundo Nonato (Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí) dataram a ocupação humana em mais de 50 mil anos!

²⁸ DEAN, W. Op. Cit, p. 38-42.

plantas por povos pré-agrícolas” e seus diversos usos não só na alimentação, mas também como alucinógenos, estimulantes, afrodisíacos, objetos de culto, tintura de pele, etc.²⁹

Enquanto isso, as populações da região serrana persistiam na caça e na coleta. Há indícios de que a passagem da coleta de vegetais para o cultivo ocorreu de forma gradual, pelo menos alguns milênios após o início da prática da agricultura nos Andes e na Meso-América. O milho, encontrado em área de floresta de galeria em Minas Gerais, data de cerca de 3.900 anos A.P. Dean sugere que a prática do cultivo ocorreu por um incremento na população humana, o que transformou radicalmente a relação dos seres humanos com a floresta, tornando-a local de cultivo e moradia dos primeiros grupos agricultores³⁰.

As culturas alimentares mais antigas eram nativas das terras baixas da América do Sul. Além do milho, destacam-se a mandioca (em suas mais diversas variedades) e outras raízes da família do inhame, a abóbora, o abacaxi e o amendoim. Iniciado o cultivo das espécies silvestres, os ameríndios tornaram-se os principais agentes de dispersão das plantas, promovendo “a seleção e, potencialmente a hibridação que, por fim, distinguiram as populações de plantas manejadas pelo homem, inteiramente dependentes de cultivo para se propagarem, de suas congêneres silvestres”³¹.

Durante mais de mil anos antes da chegada dos europeus, a agricultura itinerante foi praticada com base na coivara ou roça de toco. Os solos das florestas eram mais viáveis ao plantio e, perto do fim da estação seca, uma área com cerca de um hectare era cortada e, depois de seca, antes das chuvas, procedia-se a queimada.

A descoberta de fragmentos cerâmicos encontrados em níveis superiores dos sambaquis permite concluir que os povos das serras e dos planaltos, já praticantes da agricultura, migraram para o litoral. Mas, por volta do ano 400, cerca de 1.100 anos antes da chegada dos portugueses na costa atlântica, “esse primeiro grupo de povos agricultores foi varrido da maior parte do litoral pelos Tupi, grupo cultural e lingüisticamente aparentado aos Guarani das bacias dos rios Paraguai e Prata”³².

²⁹ Idem, Op.Cit, p. 42-43. (Interessante a semelhança com os monturos de conchas e outros sedimentos encontrados no Pantanal nos chamados *monchões de bugre*, Cf. OLIVEIRA, Jorge Eremites. Da pré-história à história indígena: repensando a arqueologia e os povo canoeiros do Pantanal. *Revista de Arqueologia*, 16: 2003, p. 80.

³⁰ DEAN, W. Op. Cit, p. 43.

³¹ Idem, Op. Cit, p. 43-44.

³² Ibidem, p. 46-47.

Para González, existe consenso de que o tronco lingüístico e a matriz cultural Tupi teriam se formado há cerca de cinco mil anos A.P., em algum ponto da Amazônia Central, próximo ao vale do rio Madeira. Só por volta de 2.500 anos depois surgiram os povos Tupi-Guarani, constituindo uma família lingüística própria. Entre 2.500 e 2.000 anos A.P., quando os europeus ainda não haviam chegado à América, esses povos iniciaram uma grande frente de expansão, envolvendo milhares de indivíduos, com base em conflitos e guerras, repelindo ou incorporando os grupos que encontravam pelo caminho – o que redesenhou o quadro de ocupações humanas de grande parte das terras baixas da América do Sul³³.

Cerca de mil sítios tupi foram localizados ao longo de 500 km do litoral florestado, em aldeias de cerca de 500 m de diâmetro, que viveram com relativa tranqüilidade no primeiro meio século de ocupação. Mas a partir do século IX (ano 1.000 d.C) já há vestígios de aldeias com o dobro do tamanho, protegidas por paliçadas, o que indica aumento da população e da competitividade, resultando em maior pressão sobre os recursos da floresta.

Esses povos praticavam uma agricultura baseada principalmente no plantio da mandioca, da qual faziam a farinha torrada. Cultivavam em menor escala o amendoim e o milho para preparação da *chicha*, bebida usada em seus rituais. Coletavam mais de 100 espécies de frutas da floresta, lavras de insetos e mel. Os homens caçavam animais maiores, como veados, quatis, macacos, caititus, pacas, tatus, cotias, antas, capivaras, lontras, jacarés, etc. Às crianças competia caçar passarinhos e seus ninhos, lagartos, ratos e outros animais menores. A pesca era intensa e diversificada: pelo menos oito espécies de peixes dos rios e 23 do mar, além de caranguejos, camarão e peixe-boi. Para manter o estoque de alimentos, também produziam farinha de peixe. O comércio de produtos agrícolas era realizado entre as aldeias Tupi e das regiões do interior estas obtinham pedras preciosas, pássaros vivos, penas de ema e similares. Mesmo não havendo um comércio intensivo, mantinham uma rede de trilhas que serviam como rotas estratégicas e migratórias³⁴.

Detalhando um pouco mais acerca da expansão Tupi, são conhecidos dois grandes modelos explicativos: o mais antigo, divulgado por Métraux (1937), é de um movimento migratório de Sul para Norte, a partir da bacia Paraná-Paraguai, onde os Tupi e os Guarani teri-

³³ GONZÁLEZ, Érika M. R. A expansão Tupi, em busca da terra sem mal. IN: Museu de Arqueologia e Etnologia/MAE-USP (Org), *BRASIL 50 mil anos: uma viagem ao passado pré-colonial*. (Catálogo da Exposição) São Paulo, 2001. p. 27.

³⁴ DEAN, W. Op. Cit, p. 47-48.

am se separado. Já a explicação arqueológica mais recente, liderada por Brochado (1994), é de um nicho originário amazônico, de onde teriam partido duas frentes migratórias. Os proto-Guarani teriam rumado para o Sul, via Madeira-Guaporé, e atingido o rio Paraguai, espalhando-se ao longo do sul dessa bacia, desde o início da era cristã (os mais conservadores acreditam que isso ocorreu desde o século V). Os Proto-tupinambá teriam descido o rio Amazonas e, ao chegarem à sua foz, se expandiram pelo litoral até o Sul, onde os Guarani ali os barraram. Estima-se que a ocupação total da costa atlântica pelos grupos Tupi ocorreu entre 700-900 d.C e 1.000-1.200 d.C ³⁵.

Pelos caminhos das águas, os Tupis-Guarani mantiveram eficiente integração entre as aldeias, navegando tanto pela costa atlântica como pelos rios. Onde não havia rios navegáveis do litoral para o interior, implantaram uma vasta rede de caminhos terrestres. Um dos mais famosos caminhos foi o Peabiru, que ia justamente de Cananéia, no sul do Estado de São Paulo, passando pelo Paraguai indo até ao Peru (Fig. 2).



Fig. 2. Peabiru: rotas terrestres de comunicação entre os índios Tupi e Guarani

MADUREIRA, Elizabeth. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá, Entrelinhas, 2002, p. 21

³⁵ FAUSTO, Carlos. Fragmentos de História e Cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, M. C. da. (Org.) *História dos índios no Brasil*, 1992. p. 381-382.

Essa rede de caminhos por rios, serras e florestas facilitou a perpetuação de suas práticas culturais no amplo território ocupado, mantida desde o período da ocupação Tupi até a época da conquista portuguesa. Isso facilitou o acesso às regiões ocupadas por grupos distintos, definindo contatos extra-culturais de amplitude quase continental³⁶.

A população ameríndia encontrada pelos portugueses no século XVI era “bastante homogênea em termos lingüísticos e culturais”. Dividiam-se em dois grandes blocos: ao Sul, os Guarani ocupavam a bacia Paraná-Paraguai e o litoral, desde a Lagoa dos Patos até Cananéia (SP); na costa atlântica, os Tupi se instalavam desde Iguape até a costa do atual Ceará. As populações Tapuia foram assim localizadas: próximo ao estuário do Prata, os Charrua; na foz do rio Paraíba, os Goitacaz; no sul da Bahia e no norte do Espírito Santo, os Aimoré; e os Tremembé entre o Ceará e Maranhão³⁷.

Segundo Paulo Assunção, “os jesuítas eram conscientes da diversidade dos povos indígenas que habitavam as terras coloniais portuguesas da América”. Ao se fixarem, estabeleceram a distinção entre Tupi-Guarani e Tapuia. Os grupos Tupi-Guarani reconhecidos pelos jesuítas foram os Tupiniquim e Tapanás, em Porto Seguro e Espírito Santo; e Caeté, Tabajara e Amoipira, no Nordeste. Os Tapuia foram assim localizados: na estreita faixa do litoral do Espírito Santo, os Guaitacá ou Goitacaz; em São Vicente, os Guaianás. Tapuia significava o “outro”, ou seja, aquele que não falava a mesma língua e não praticava os mesmos costumes dos Tupi-Guarani, e era, em geral, tratado como escravo³⁸.

Apesar das sociedades ameríndias dos sertões centrais serem ainda desconhecidas pelos cronistas coloniais, de acordo com Gilson Martins, “na época do Descobrimento, o Centro-Oeste Brasileiro era densamente povoado por um número expressivo de tribos indígenas diferenciadas entre si”. Análises com base na classificação lingüística identificaram línguas filiadas aos três maiores troncos lingüísticos: Tupi, Aruak e Macro-jê, “o que, por si só, é revelador da malha cultural imbricada que aí se estabeleceu”³⁹.

³⁶ GONZÁLEZ, Érika M. R. A expansão tupi, em busca da terra sem mal. Op. Cit, 2001, p. 27.

³⁷ FAUSTO, Carlos. Fragmentos de História e Cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, M. C. da (Org.) *História dos índios no Brasil*, 1992. p. 382. A pesquisa de Carlos Fausto baseia-se nas crônicas de viajantes, correspondências dos religiosos jesuítas ibéricos, capuchinhos franceses (Abbeville, Évrex), o huguenote Léry, colonos portugueses, além do artilheiro alemão Hans Staden, entre outros.

³⁸ Cf. ASSUNÇÃO, Paulo. *Na terra dos Brasis: a natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596)*. São Paulo, 2000, p. 18.

³⁹ VIALOU, A. Resumo do conhecimento acumulado sobre o passado arqueológico do processo de povoamento humano no Centro-Oeste brasileiro. In: VIALOU, A. (Org.) Op. Cit, (Vol. 1- Santa Elina), 2005, p. 65.

Podemos reconhecer as trajetórias e padrões de relações com os recursos naturais por caçadores-coletores e agricultores que habitaram a Mata Atlântica desde há 11 mil anos, bem como a expansão dos grupos Tupi-Guarani, que ali chegaram cinco séculos antes dos portugueses. As reflexões apresentadas por Warren Dean, pautadas nos vestígios arqueológicos e nos registros etnográficos e historiográficos demonstram que a ocupação humana pode, sim, ter transformado significativamente o ambiente da Mata Atlântica. Em um primeiro momento, durante milênios, os caçadores-coletores com excessivas caçadas e uso descontrolado do fogo; na seqüência, o desenvolvimento do cultivo e a continuidade das queimadas para produção das roças por grupos agricultores; o manejo de plantas, as assíduas caçadas e coletas para consumo alimentar e a produção de artefatos diversos pelos variados grupos; e, finalmente, a ocupação dos Tupi-Guarani, com suas práticas de cultivo, caça e coleta. Portanto, a floresta atlântica, os ambientes adjacentes e os povos indígenas ali residentes, que os europeus “descobriram” e com os quais estabeleceram contatos nos primeiros séculos da conquista, não eram tão “naturais” ou “selvagens” como se supunha.

1. 2. Uma pálida imagem: sociedades indígenas no centro do continente

Os movimentos migratórios registrados na costa leste da América do Sul parecem não ser exclusivos desse território. Há registros do mesmo fenômeno também na parte central do continente. Durante o I Encontro Mato-Grossense de Arqueologia, ocorrido em Cuiabá em 1995, a arqueóloga Irmhild Wust, sugeriu que para essa região “convergem influências amazônicas e chaqueanas, e o conhecimento de seu patrimônio arqueológico desempenha um papel importante para a pré-história brasileira e sul-americana”⁴⁰.

Até cerca de uma década atrás, havia registros oficiais de 498 sítios arqueológicos no Estado de Mato Grosso e pelo menos 161 destes ainda não estavam catalogados: 249 sítios lito-cerâmicos (antigas aldeias de sociedades que em geral praticavam a agricultura); 186 abrigos em cavernas; 109 aterros de ocupação por grupos pré-cerâmicos e cerâmicos; 43 sítios líticos a céu aberto (acampamentos ou oficinas de grupos caçadores-coletores); 17 lajes com

⁴⁰ WUST, I. O Patrimônio Arqueológico do Mato Grosso. In: *Boletim do I Encontro de Mato-grossense de Arqueologia*. Fundação Cultural de MT, agosto, 1995, p. 1.

gravuras e 14 sítios históricos. As inúmeras pinturas rupestres expressam a criatividade artística e o senso estético dessas populações; os artefatos de pedra lascada e os objetos cerâmicos dizem respeito ao domínio de “uma tecnologia que perdurou por cerca de 11.000 anos como instrumental eficaz na manutenção e na reprodução de suas sociedades”⁴¹.

Uma recente publicação sobre a Pré-História de Mato Grosso, apresenta resultados de pesquisas reveladoras, até mesmo revolucionárias sobre o povoamento pré-colonial nesse estado, situado no Centro-Oeste brasileiro. A partir de informações de fazendeiros locais a respeito de pinturas rupestres nos paredões do vale da Serra das Araras, uma série de escavações arqueológicas vem sendo realizada desde o ano de 1984, acompanhadas de diversos estudos científicos das mais diferentes áreas⁴².

De acordo com os estudos realizados em Santa Elina e Cidade de Pedra⁴³, quatro grandes períodos caracterizam as ocupações no sul do atual Estado de Mato Grosso. A mais antiga deu-se por volta de 25 mil anos A.P. e caracteriza-se por dezenas de utensílios líticos em associação direta com restos ósseos da preguiça-gigante. Tal achado testemunha a convivência de grupos humanos com a megafauna extinta no abrigo Santa Elina. Nesse mesmo abrigo, o segundo momento de ocupação (de 10 mil a 7 mil anos A.P.), apresenta vestígios de fogueiras compostas de pedras e carvões, ao lado das quais reaparecem ossos da preguiça-gigante. É marcante a presença de blocos compostos de pigmentos vermelhos e muitos frutos. Em um terceiro período, entre 6 mil e 2 mil anos A.P., tanto em Santa Elina como nos sítios da Cidade de Pedra, a ocupação foi mais intensa, prevalecendo a confecção de utensílios de pedra e o uso da hematita como corante. O período mais recente, a partir de menos de 2 mil anos até quase os dias de hoje, é pleno de ocupações por grupos ceramistas, conservando a tecnologia de lascamento das rochas locais. Nos estudos dos vestígios vegetais, os frutos se mostraram

⁴¹ Idem, loc. cit.

⁴² Além da arqueologia contribuíram nos estudos das formações geológicas as áreas da geologia, pedologia, sedimentologia, pedrografia; para conhecer os vegetais, a flora circundante e consumida, a botânica, carpologia, palinologia e a coprologia; a antropologia, paleontologia, zoologia e arqueozoologia, para identificar os seres humanos e a fauna ali presente, e animais caçados em tempos remotos; para datações, a geocronologia (métodos de radiocarbono, urânio-tório, luminescência óptica estimulada); a etnologia e a história para estudos comparativos com registros escritos dos primeiros contatos e cultura material dos indígenas atuais. VIALOU, Águeda (Org.). *Pré-história do Mato Grosso*. Vol 1: Santa Elina; Vol. 2: Ferraz Igreja, S.P: EdUSP, 2005. A publicação é o resultado do Programa de Pesquisas “O homem pré-histórico e o seu paleo-ambiente na bacia do Paraná e MT”, realizado desde 1984, entre o Brasil e a França (Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e Museu de História Natural de Paris).

⁴³ O abrigo Santa Elina situa-se a 100 km de Cuiabá, próximo de córregos formadores do rio Cuiabá, no município de Jangada, no centro-sul de MT. A *Cidade de Pedra* é um conjunto de sítios (Ferraz Igreja, Vermelho e Cipó) ao longo do rio Vermelho (afluente do rio S. Lourenço), município de Rondonópolis, MT. (Figura 4 - Mapa de localização dos sítios pesquisados (VIALOU, A. Op. Cit. 2005, vol.1, p. 10.)

bem freqüentes e variados, e a flora assemelha-se à dos tempos atuais. Peças de indumentárias de fibras de palmeiras têm fortes semelhanças com objetos e adornos dos atuais bororos e umutina-bororos, etnias vizinhas das áreas pesquisadas. Em síntese, os dados acerca dos habitantes dos abrigos rupestres e assentamentos, em diferentes fases, indicam que souberam explorar os recursos do ambiente⁴⁴.

Os grupos do Brasil Central, desde os princípios da colonização, foram enquadrados na categoria genérica de tapuias (os de língua travada, que não falavam o Tupi-Guarani). Entre eles, os Jê – que englobam uma grande parte das etnias nos cerrados do Centro-Oeste brasileiro –, estão “carregados de um estigma de anomalia, em que a organização sociopolítica estaria em contradição com o quadro tecnológico, o sistema de subsistência e o comportamento territorial”. Portanto, se vê negado à maioria desses grupos étnicos o conhecimento da tecnologia cerâmica, enfatizando seus movimentos sazonais e a elevada mobilidade espacial, “além do baixo grau de permanência nas aldeias-base, freqüentemente atribuído ao rápido esgotamento do solo e à carência de proteínas”⁴⁵.

Tais modelos se baseiam em uma perspectiva evolucionista, que coloca os Jê como representantes dos grupos ameríndios mais “primitivos”, vivendo na fase da transição da caçacoleta para a agricultura. Lévi-Strauss os concebe como “remanescentes de agricultores empobrecidos, provenientes da floresta tropical e adaptados a ambientes menos favoráveis”⁴⁶. Segundo Wust, tais interpretações se devem principalmente “às informações etnológicas, quase sempre desprovidas de uma profundidade maior”. Outro aspecto a se observar é o fato desses modelos terem sido “construídos a partir de uma situação etnográfica, já fortemente afetada pelo contato com o colonizador, de modo que dificilmente poderão ser projetados para situações mais remotas”. De certa maneira, Nimuendajú dá início às revisões desse tipo de concepção, pois a partir de seus estudos com etnias de áreas centrais brasileiras sua opinião é de que eles são “portadores de complexos sistemas sociais, cujos assentamentos comportariam até 1800 indivíduos”⁴⁷.

⁴⁴ VIALOU, A. Op. Cit, 2005, Vol. 1, p. 10-11.

⁴⁵ GONZÁLEZ, Érika M. R. As aldeias circulares do Brasil Central. In: MAE-USP Museu de Arqueologia e Etnologia (Org). *BRASIL 50 mil anos: uma viagem ao passado pré-colonial*. São Paulo: 2001. p. 35.

⁴⁶ STEWARD, J.H. *Handbook of South American Indians*, 1946; STEWARD, J.H. e FARON, L.C. *Native peoples of South América*, 1959; e LEVI-STRAUSS, *Tristes trópicos*, 1970 (Apud. WUST, 1992: 14).

⁴⁷ NIMUENDAJÚ, C. *The Apinayé. Antropological Series 8*. Catholic University of America, 1939; _____. *The Eastern Timbira, American archeology and ethnology 41*, University of California, Berkeley & Los Angeles, 1946. (Apud. Wust, I. 1992: 14.)

Após esse balanço crítico, Wust apresenta dados arqueológicos até agora disponíveis para o Brasil Central, que permitem rever interpretações quanto a esses grupos, tradicionalmente considerados “marginais”. São revisões importantes quanto ao contexto do desenvolvimento sociocultural da América do Sul, pois evidenciam que as

(...) sociedades ceramistas e agricultoras, estabelecidas em grandes aldeias anulares, demograficamente expressivas, remontam pelo menos ao século VII da nossa era e em casos específicos existia uma clara hierarquização a nível de sistemas de assentamentos e uma eventual divisão de trabalho entre unidades domésticas. (...) para uma área que compreende uma parte do tradicional território bororo (...) existiam alguns mecanismos de organização sociopolítica supra-aldeias, (...) e uma dinâmica incorporativa própria, de modo que os grupos tribais da atualidade etnográfica podem ser considerados apenas uma pálida imagem daquelas sociedades que ocupavam o Brasil Central em tempos anteriores ao contato ⁴⁸.

Rastreando a memória ameríndia é possível iluminar um pouco mais essa “pálida imagem” e perceber alguns sinais do remoto povoamento e relacionamentos entre grupos ameríndios. Segundo narraram alguns anciãos bororos, que se autodenominavam *Orari mugu doge* ou “habitantes de onde há peixe pintado”, há “três raças de indígenas com os quais eles e seus antepassados tiveram contato direto: os *Caiao doge*, ou “habitantes ao norte da zona ocupada pelos bororos e além do rio das Mortes, com os quais guerreavam e guerreiam atrozmente”; os *Rarai doge* e os *Baraji ragudu doge*, que “em outros tempos habitavam cavernas e eram seus vizinhos, também denominados *Toritada uge* (os que estão nas pedras)” ⁴⁹.

Ao tratar dos avanços de suas pesquisas⁵⁰, Wust reafirmou que por volta de 700 anos antes da chegada dos colonizadores portugueses, as sociedades proto-bororo das áreas centrais da América do Sul viviam em grandes aldeias circulares habitadas por mais de mil indivíduos. A base de sua subsistência era a agricultura, complementada pelas atividades de pesca, caça e coleta. Esses povos dominavam a tecnologia cerâmica para o cozimento e a conservação dos alimentos, e os aspectos decorativos nas vasilhas pressupõem elaborações articuladas aos seus sistemas socioculturais. A existência de inúmeras urnas funerárias (enormes vasos cerâmicos)

⁴⁸ WUST, I. Contribuições arqueológicas, etnoarqueológicas e etnohistóricas para estudo dos grupos tribais do Brasil Central: o caso Bororo. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 1992, p.14.

⁴⁹ Narrativas de anciãos bororos a Colbacchini, padre salesiano que esteve entre os bororos no fim do século XIX e princípio do século XX. COLBACCHINI, A. *A tribo dos bororos*. 1919. p. 5.

⁵⁰ Refiro-me ao *Projeto etnoarqueológico e arqueológico da bacia do rio São Lourenço (MT)* com apoio financeiro da FAPESP, em execução desde 1983 sob coordenação de I. Wust (UCG/UFG) e Renate Vierther (USP). As prospecções ocorrem no médio e alto curso do rio Vermelho, afluente do rio São Lourenço (antigo rio dos Porrudos), e nas aldeias bororo de Córrego Grande (Rondonópolis, MT) e Tadarinama (Barão de Melgaço, MT).

e os diversificados padrões de sepultamento remetem a elaborados sistemas cerimoniais e religiosos⁵¹.

Érika González reúne dados de suas pesquisas arqueológicas e de outros pesquisadores que permitem ainda refletir a respeito dos relacionamentos entre grupos pré-coloniais nos processos de ocupação das áreas centrais. Além de reafirmar a suposta formação e expansão dos povos Tupi-Guarani em áreas que pertenciam ao antigo território da Capitania de Mato Grosso, comenta os vestígios diversos de populações que ocuparam as “terras baixas da América do Sul”⁵².

Segundo sínteses de pesquisas em áreas centrais, há milhares de anos, bem antes do advento das aldeias circulares, no período Pleistocênico, os primeiros ocupantes “paleo-índios” foram se espalhando aos poucos e organizaram-se em pequenos grupos de caçadores e coletores nômades. Seus vestígios aparecem de forma generalizada, permanecendo nos artefatos de pedra-lascada e nos resíduos de sua fabricação em abrigos rochosos e sítios a céu aberto. Reconhecem-se como sítios mais antigos o de Santa Elina (25 mil anos) e do Abrigo do Sol (14 mil anos), ambos no Estado de Mato Grosso. Mas sabe-se também que a partir de 10 mil anos houve uma diversificação de caçadores-coletores, acompanhando as transformações ambientais, como o aumento da temperatura e da pluviosidade no planeta (período Alti-termal), o que provocou alterações no sistema de abastecimento dos grupos e no quadro de artefatos. Assim, seus vestígios

começam a ocorrer mais intensamente em áreas de serra, como a Chapada dos Paresi e divisores de água do Tocantins, Araguaia e outros, podendo ser identificados em vários abrigos rochosos. Gradualmente esses bandos vão se espalhando e, aos poucos, deixando de se caracterizar como uma ocupação dispersa e numericamente reduzida, uma vez que começam a apresentar, ao menos em certas áreas, assentamentos maiores e mais estáveis⁵³.

Com base em pesquisas desenvolvidas por Wust, González afirma que, por volta de 2.600 anos, grupos de caçadores e coletores instalaram assentamentos em ambientes florestados e com solos mais ricos, situados na bacia do rio Vermelho, afluente do São Lourenço, no atual município de Rondonópolis (MT). Ali teriam desenvolvido o cultivo de plantas, embora

⁵¹ *Boletim do I Encontro de Mato-grossense de Arqueologia*, 1995, p. 1; VIERTLER, Renate B. A vaca louca: tendências do processo de mudança sociocultural entre os Bororo-MT. *Revista de Arqueologia*, (33), 1990, p. 20.

⁵² GONZÁLEZ, Érika M. R. A expansão Tupi, em busca da terra sem mal; As aldeias circulares do Brasil Central. In: MAE (Org). *BRASIL 50 mil anos: uma viagem ao passado pré-colonial.*, São Paulo: Edusp, 2001.

⁵³ Idem, Op. cit, p. 36.

ainda em escala reduzida. Assim, permaneceram mais tempo nesses assentamentos, onde ocorreram adensamentos populacionais e o início da produção de vasilhas cerâmicas. Alguns arqueólogos refletem que tanto a prática do cultivo, como dos artefatos de cerâmica podem estar relacionados a processos de desenvolvimento cultural variáveis, localizados e isolados; mas também podem ter se dado mediante o contato com grupos de outras áreas, talvez amazônicos, nos quais tanto o cultivo quanto o conhecimento cerâmico são bem mais antigos⁵⁴.

Vestígios arqueológicos da indústria cerâmica nos assentamentos das áreas centrais apresentam grande quantidade de vasilhas em forma de pratos, assadores (para produção de beiju), tigelas rasas de borda reforçada, utilizadas no processamento da mandioca amarga, e jarros de diversos tamanhos. Da indústria lítica provêm lâminas polidas de machado, mãos de pilão e outros artefatos, como os fusos. Os estudos apontam ainda intensa interação cultural entre esses grupos Uru e Aratu, principalmente a partir do século X da era cristã no vale do rio Araguaia. Outro aspecto interessante observado nos sítios de tradição Aratu e Uru é que, em alguns casos, encontram-se vasilhas cerâmicas relacionadas a um terceiro grupo ceramista: o Tupi-Guarani. Tal fato pode indicar um intenso fluxo de objetos e informações nos contatos e trocas, já que a maioria das aldeias Tupi-Guarani ocupava, em maior densidade, o entorno do Brasil Central⁵⁵.

Portanto, entre os séculos VII e VIII da era cristã, pelo menos sete séculos antes da chegada dos portugueses na América, o que hoje conhecemos como região Centro-Oeste, “encontrava-se extensivamente ocupada por diferentes grupos humanos, entre caçadores-coletores nômades ou semi-sedentários a grupos cultivadores, que já dominavam a técnica de fabricação de cerâmica”. Suas aldeias, geralmente formadas por uma única mancha de ocupação, apresentavam dimensão de até 100 metros, e se espalhavam por grande parte do Brasil Central. Mas entre os séculos IX e X, esse padrão foi profundamente alterado:

Dá-se início a uma maciça e gradativa implantação de extensas aldeias circulares, que podem alcançar mais de 500 metros de diâmetro, formadas por um a três anéis de casas e mantendo uma grande praça central em seu interior. Cálculos demográficos indicam que essas aldeias eram ocupadas, no mínimo, por cerca de 200 pessoas, podendo chegar até 2.000 indivíduos. A economia era baseada na agricultura intensiva do milho, além de diferentes tipos

⁵⁴ GONZÁLEZ, Érika M. R. As aldeias circulares do Brasil Central. Op. Cit, 2001, p. 35.

⁵⁵ Idem, Op. Cit, 2001, p. 40-41.

de tubérculos. Exibiam uma indústria cerâmica bastante desenvolvida, onde incluem grandes vasilhas destinadas à estocagem de alimentos, fusos, cachimbos e urnas funerárias⁵⁶.

Passados mais de mil anos do surgimento de aldeias circulares no Brasil Central, ainda se pode observar vários grupos indígenas como os caiapós, os xavantes, os bororos e grupos do alto Xingu mantendo essa forma de assentamento, “tendo resistido, inclusive, a situações de profundo *stress* e mudança cultural, onde se inclui o próprio contato com o europeu”. Portanto, “as aldeias circulares podem ser consideradas como um dos principais símbolos da arqueologia regional, definindo um estilo de organização que é compartilhado por diferentes grupos humanos e que atravessa a barreira do tempo”⁵⁷.

Apesar dos mais de 1.000 sítios identificados e da intensificação das pesquisas na região Centro-Oeste, ainda não há um conjunto de evidências que esclareça a origem das grandes aldeias circulares. Mas os diversos vestígios e comparações de dados permitiram a González inferir que, a partir do século X, quando o Brasil Central já estava todo ocupado por grupos ceramistas e reunido em grandes aldeias circulares, “os contatos extra-tribais ganhariam novo significado, desenvolvendo-se com grande intensidade e através de estímulos diversos”. E ainda que as características dessas relações certamente apresentam enormes variações no tempo e no espaço,

teriam envolvido a ocupação pré-colonial do Centro-Oeste como um todo, motivando processos locais de mudança cultural, envolvendo expansão territorial, fusão e cisão de aldeias, incorporação de grupos e desaparecimento de outros. Se a introdução de aldeias circulares, no século VIII, levou à definição de áreas “exclusivas” de ocupação (ceramistas aratu a leste do Araguaia e uru a oeste), a intensificação dos contatos culturais teria resultado no surgimento de uma série de variações locais, que passam a constituir o padrão arqueológico regional. Dessa situação é que derivaria, na época do contato com o colonizador europeu (principalmente nos séculos XVII e XVIII), a grande densidade e a diversidade de grupos etnograficamente conhecidos⁵⁸.

Em outro artigo sobre esse mesmo tema, González contrapõe claramente outros autores que consideram o Brasil Central como um “corredor de deslocamento” e manifesta “ser,

⁵⁶ Idem, Op. Cit, 2001, p.35.

⁵⁷ Idem, ibidem.

⁵⁸ Idem, Op. Cit, 2001, p. 41.

de fato, pertinente considerar o Centro-Oeste enquanto área de confluência, para onde grupos ceramistas oriundos de diferentes regiões teriam se deslocado e desenvolvido”⁵⁹.

Ainda que a natureza e a intensidade desses contatos necessitem ser aprofundados e explicitados, as sínteses e as reflexões apresentadas por González e Wust trazem contribuições significativas para a compreensão das relações dessas sociedades com a natureza. Destacam-se informações que citam as grandes aldeias circulares instaladas “preferencialmente em áreas vegetadas e de floresta, onde o solo de melhor qualidade teria garantido uma agricultura intensiva baseada no milho, além de amendoim e uma variedade de tubérculos.” Quanto às suas dimensões, são dignas de admiração, pois poderiam variar de 100 a 560 metros de diâmetro, reunindo entre 11 e 90 casas. A necessidade de construir um maior número de casas pode ter levado à formação de um segundo anel na parte externa do anel original; e chegam a apresentar de um a três anéis concêntricos, indicando a ampliação da estrutura. Já nos sítios de grupos de tradição ceramista uru, que se espalham por todo o centro-sul do Estado de Mato Grosso, as aldeias localizavam-se preferencialmente em áreas de Cerrado, propícias ao cultivo da mandioca amarga, base de sua agricultura. Suas moradias familiares ocorreriam tanto em fileiras duplas, nas margens dos rios, ou em aldeias circulares de até, no máximo, dois anéis concêntricos. Algumas têm vestígios de construção em meio à praça central, semelhante à casa cerimonial, ou “casa dos homens” dos atuais bororos⁶⁰.

Os grupos que ficaram conhecidos por bororos, ocuparam uma área aproximada de 350.000 km², que se estendia pelos atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (inclusive em partes do Pantanal). Alcançaram rios da bacia Araguaia-Mortes (região de Aragarças) e ainda alguns afluentes do curso superior do Paraguai, até penetrar na fronteira com a Bolívia⁶¹.

⁵⁹ GONZÁLEZ, Érika M. R. A ocupação ceramista pré-colonial do Centro-Oeste Brasileiro. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* (6), SP, 1996, p. 117.

⁶⁰ GONZÁLEZ, Érika M. R. As aldeias circulares do Brasil Central. Op. Cit, 2001, p. 38-40. Pesquisa histórica acerca da morada bororo indica que, após o contato, as aldeias sofreram transformações, principalmente nos desenhos das casas. Mas, mesmo diante das pressões decorrentes da conquista colonial, há indicações da continuidade da complexa rede de relações implícitas no traçado da aldeia e na disposição das moradias. Ver: PORTOCARRERO, José Afonso. *Arquitetura indígena: uma história da morada Bororo*. Cuiabá, 2002. p. 55.

⁶¹ Estima-se que sua territorialidade localizava-se entre os paralelos 14° e 19° de lat. Sul, e 51°/59° de lat. Oeste de Greenwich (aprox. 35 milhões de hectares), com cerca de 10 mil habitantes. (Cf. BORDIGNON, M. Campo Grande, MS, 1987, p. 2). Afirmções mais recentes estimam uma população de 16 mil no ano de 1500. (segundo estudo de Steward para Wust, 1990, p. 108).

Portanto, nos ambientes característicos do bioma Cerrado, assim como na sub-bacia do rio Cuiabá, vale lembrar que a ocupação humana vem se dando há pelo menos oito mil anos, demonstrando a “complexa rede de territorialidades e as apropriações de espaços territoriais na exploração dos recursos e os aspectos sociopolíticos correlatos”⁶².

1.3. Pantanal: encruzilhada de povos, mosaico sociocultural

O Pantanal é considerado a maior área de planície inundável contínua do planeta. Estende-se por três países da América Latina: Bolívia, Brasil e Paraguai. A sua maior parte situa-se no Brasil, nos atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; por isso, é conhecido como Pantanal Mato-grossense. Abrange uma área de cerca de 136.700 km², caracterizando-se como “uma extensa planície de acumulação, de topografia bastante plana e frequentemente sujeita a inundações, onde a drenagem é comandada pelo rio Paraguai”⁶³. Pertence ao sistema hidrográfico da bacia Paraná-Paraguai, integrado à bacia do Prata.

Seus amplos limites são: a Norte e Nordeste, os planaltos dos Parecis e dos Guimarães; a Leste e Sudeste os planaltos do Taquari-Itiquira e Maracaju; e a Oeste e Sudeste, os planaltos residuais do Urucum e do Amolar. Quatro sistemas florestais sul-americanos compõem o grande contorno do Pantanal: a Floresta Amazônica, a Norte e Nordeste; os Cerrados do Brasil Central, a Leste; a Floresta Atlântica, ao Sul; e a Floresta Seca da Bolívia e do Paraguai, a Oeste. A flora desse ambiente tão diversificado vai se misturando e abriga uma fauna bastante rica em variedade de espécies ⁶⁴.

O povoamento pré-colonial nessas “terras inundáveis”, bem como em suas “terras altas”, além das ligações amazônicas pela expansão Tupi-Guarani, que chegou até a bacia do Paraná-Paraguai (com destaque para os povos Guarani, que ali se instalaram), está articulado aos deslocamentos das populações de caçadores-coletores e cultivadores dos cerrados centrais contíguos e adjacentes ao Pantanal. Esse processo deve ser atentamente examinado diante dos

⁶² WUST, I. A pesquisa arqueológica e etnoarqueológica na parte central do território Bororo, Mato Grosso: primeiros resultados. *Revista de Arqueologia* (30/31/32), USP.1987/88/89, p. 21-22.

⁶³ RADAMBRASIL, 1982. Ocupa 7,02% da área total do Estado de Mato Grosso.

⁶⁴ RADAMBRASIL, 1982; FUNARI, P. P. ; OLIVEIRA, N. V. *Arqueologia em Mato Grosso*. 2000, p. 7.

movimentos de territorializações e desterritorializações na grande região do *Chaco*, descrito como “encruzilhada de povos e *melting pot* cultural”⁶⁵.

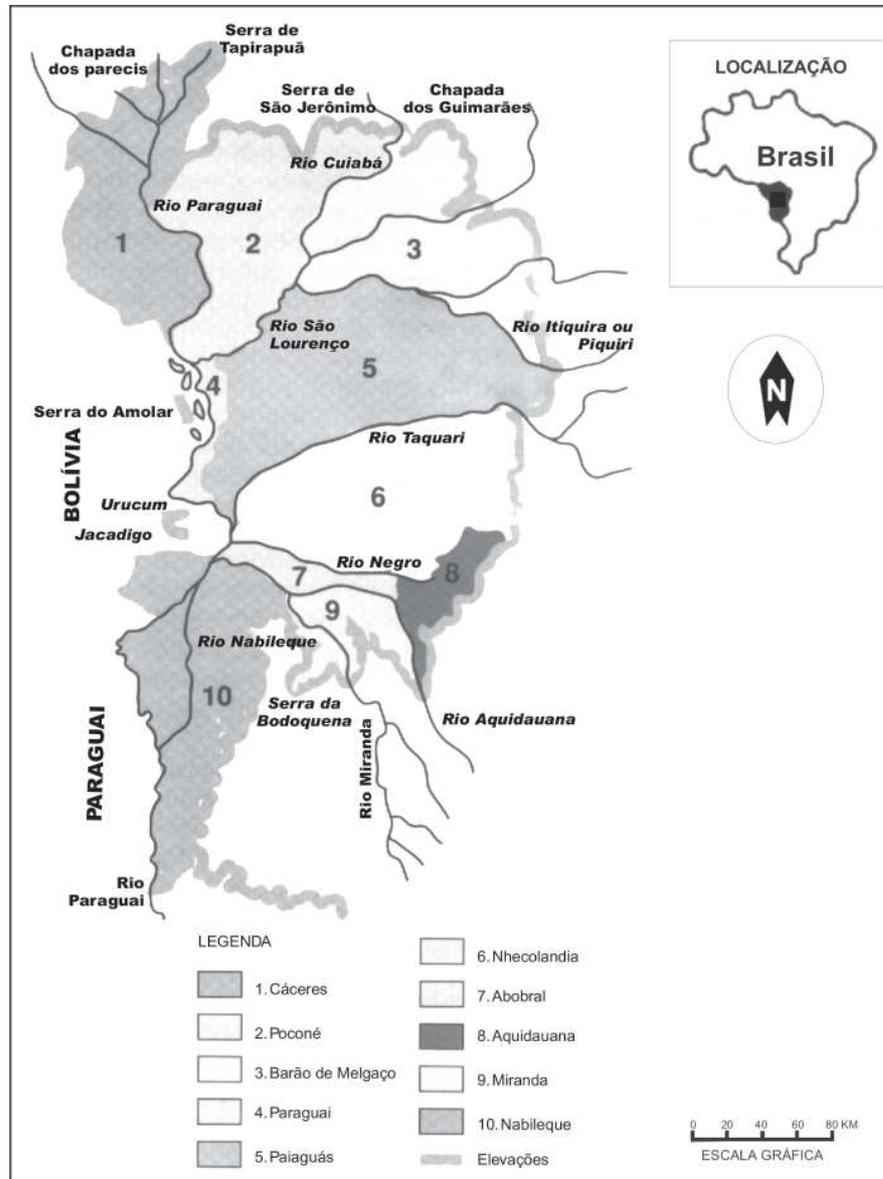


Fig. 3. *Localização do Pantanal Mato-grossense*

Fonte: Magalhães (1992:17 [modificado]). In: OLIVEIRA, Jorge E. Da pré-história à história indígena: (Re) pensando a arqueologia e os povos canoieiros do pantanal. *Revista Arqueologia*, 16: 2003, p.75

⁶⁵ Chaco ou Chacu (topônimo Quéchua) era todo território a Leste da Província de Tucumán, extensa planície que se estende por cerca de 700 mil km², abrangendo áreas da Bolívia, Paraguai, Argentina e Brasil. Cf. METRAUX, *Etnography of the Chaco* (1946:198). Apud CARVALHO, Silvia M. S. Chaco: encruzilhada dos povos e *melting-pot* cultural: suas relações com a bacia do Paraná e o sul mato-grossense. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. 1992. p. 457. Essa grande área alagada foi chamada no século XVI pelos espanhóis de *Mar de los Xarayés* (Cf. COSTA, M. F, Op. Cit, 1999).

Por serem terras alagadas permanentemente ou em grande parte do ano, torna-se difícil realizar prospecções arqueológicas no Pantanal. Por isso, estas ocorrem com mais frequência nas terras altas, mais secas e periféricas, ou nos típicos aterros, nos quais encontram-se evidências arqueológicas de povoamento pré-colombiano. O exame de objetos líticos, da cerâmica utilitária e mortuária e das tradições funerárias oferece pistas sobre a conformação dos antigos assentamentos, suas formas de vida, a relação com os ambientes e o estabelecimento de vínculos entre os povos nessa região.

O costume de sepultamento em urnas, por exemplo, tem sido encontrado com certa frequência. Vale lembrar que esse tipo de “enterro em vasos de barro é um traço amazônico e não andino”. No século XVI, tal característica foi anotada para os Tupinambá do litoral, porém exclusivamente em enterros de caciques e líderes guerreiros. Há evidências também de que tal prática funeral tenha sido ocasionalmente adotada para alguns Guayanazes do planalto meridional brasileiro. No delta do Paraná e no antigo território dos Itatim (onde viviam predominantemente povos Guarani), surgem novamente as grandes urnas funerárias. Do outro lado do Chaco, no rio Parapiti, o enterramento em grandes vasos de *chicha* reaparece entre os Chané (Araúak guarinizados), Chiriguano (Tupi-Guarani) e os Mataco-vejoz⁶⁶.

Alguns grupos Guaykuru, como os Mocovis, enterravam seus mortos em decúbito dorsal, cobrindo-lhes o corpo com ervas; e os Abipón amarravam o corpo e espalhavam ramos espinhosos sobre a sepultura, colocando sobre esta uma vasilha invertida. Os Paiaguá, igualmente aos Mataco, tinham o costume de fazer suas sepulturas aéreas, em plataformas arbóreas, ou mais comumente em poços, deixando a cabeça do morto para fora. Já um registro de Azara, do século XVI, diz que estes passaram a “enterrar os mortos de corpo inteiro devido às onças”. Sanchez Labrador observou que “jamais enterravam em urnas, mesmo que possuíssem grandes potes”⁶⁷.

Ao comparar os sepultamentos e outros vestígios arqueológicos e etnográficos de grupos indígenas por quase todo o Chaco, perceberam-se vinculações diversas entre eles. Grupos como os Paiaguá, Abipón, Mocovis, Toba, Pilagá, Mbaíá, pertenciam à grande nação dos Guaicuru e eram as tribos mais extensamente distribuídas na parte meridional e central do Chaco. Há indícios de que a região, entre os vales dos rios Salado e do rio Dulce (Saladino),

⁶⁶ CARVALHO, Sílvia M. S. Chaco, encruzilhada dos povos e *melting-pot* cultural: suas relações com a bacia do Paraná e o sul mato-grossense’. In: CUNHA, Manuela C. da (Org.), Op. Cit, 1992, p. 458.

⁶⁷ Idem, ibidem.

“pode ter constituído desde há muito um corredor de povos, pelo qual os Paiaguá e seus congêneres ou antepassados levaram traços culturais dos Calchaqui para as terras mais a leste (rio Paraguai e bacia do Paraná)”. Quanto aos incas, apesar de não terem conseguido conquistar as zonas tropical e subtropical, “as relações que se estabeleceram com grupos que direta e indiretamente entraram em contato com eles, provocaram um certo grau de interrelação cultural”. Vale citar os Chiriguano-Guarani e os Guarayo-Guarani, que chegaram a invadir a cordilheira andina antes da chegada dos europeus para se estabelecerem em território que lhes permitisse relações vantajosas para os Inca. Esse e outros deslocamentos fizeram pressões em outros grupos, como os do lado oriental (Zamuco, Mataco e Tapieté)⁶⁸.

Para Gilson Martins, é evidente a forte influência platina-chaquenha nos aspectos ambientais e culturais da região sul-pantaneira ou do leste do Chaco e de seu entorno. Trata-se de uma área com alta densidade de sítios arqueológicos de grupos ancestrais dos canoeiros-ceramistas, entre os quais os antepassados dos índios Guató, além de outros grupos adaptados às áreas inundáveis. Portanto, sua idéia de que aí pode estar representado um subconjunto típico da complexidade de relacionamentos inter-étnicos na parte central da América do Sul⁶⁹.

Nas áreas secas do Pantanal, os sítios arqueológicos conhecidos mostram ampla distribuição de uma tecnologia cerâmica, provavelmente associada aos povos Guaná (Aruak) com nítidas influências chaqueanas. Nesse caso, Gilson Martins cita o exemplo das impressões feitas na argila com cordinhas tecidas de caraguatá. Além da presença de cerâmica Tupi-Guarani na serra da Bodoquena, nas imediações de Corumbá (MS), seus estudos indicam “uma manifestação tecnológica ceramista ainda não classificada”. É bem provável que haja outros conjuntos ainda a serem descobertos. Os pantanais e as cabeceiras dos rios Aquidauana e Negro, no Mato Grosso do Sul, podem também ter sediado outros processos culturais indígenas, pois se localizam nessas áreas sítios com cerâmicas, machados de pedra polida e abrigos sob rocha com pinturas e gravuras⁷⁰.

Em busca de compreender as características culturais da ocupação da bacia Platina, Gilson Martins traça um panorama etno-histórico da região de Maracaju na Serra da Bodoquena (MS) e se reporta à origem amazônica das tribos falantes do tronco lingüístico Tupi-

⁶⁸ Idem, Op. Cit, p. 459

⁶⁹ MARTINS, Gilson. Resumo do conhecimento acumulado sobre o passado arqueológico do processo de povoamento humano no Centro-Oeste brasileiro. In: VIALOU, A. (Org.) Op. Cit, (Vol. 1- Santa Elina), 2005, p. 65.

⁷⁰ Idem, ibidem.

Guarani nessa área do Pantanal. Refere-se a estudos etnolingüísticos que afirmam serem as migrações dos Proto-tupi provenientes da área entre os rios Ji-Paraná e Aripuanã, com início por volta de 5 mil A.P. Segundo consta, os migrantes ameríndios buscaram novas áreas férteis na direção Leste e Sudoeste, acompanhando as bacias fluviais que drenavam espessas coberturas de florestas⁷¹.

Interessante observar que ao sul do alto Paraguai há registros cerâmicos da tradição Pantanal dos pescadores-caçadores-coletores ocupantes dos sítios Tupi-Guarani localizados nas encostas do maciço de Urucum. Com base nessa evidência considera-se a ocorrência de contatos entre grupos das diferentes tradições cerâmicas. Mesmo em regiões onde a ocupação Tupi-Guarani não se efetivou, é recorrente o registro de sua cerâmica, ao menos de forma intrusiva, em sítios arqueológicos das mais diversas filiações. Tal fato evidencia “o vigor da expansão dos grupos associados àquela tradição ceramista, bem como de possíveis influências exercidas por eles sobre grupos pré-existentes”⁷².

Vale ainda citar a pesquisa a respeito da classificação de comunidades vegetais ou conhecimento botânico dos Guarani, que fazem supor que povos dessa etnia contribuíram consideravelmente para dispersar muitas espécies amazônicas e enriquecerem a biodiversidade das regiões nas quais viviam. Isso se deve ao tipo de manejo ambiental que praticavam, conforme comparações com estudos de demais povos do tronco lingüístico Tupi-Guarani. É certo que transportavam suas plantas alimentícias, curativas e simbólico-ritualísticas da mesma forma que os demais objetos, como as cerâmicas, os enfeites e outros⁷³.

Em se tratando dos grupos canoieiros Guató, que ocupavam exclusivamente a região pantaneira, os estudos de Jorge Eremites de Oliveira têm grande relevância⁷⁴. Evidenciam as estratégias de adaptação ecológica, caracterizadas por grande mobilidade espacial, dos grupos caçadores-coletores-pescadores associados à cerâmica da tradição Pantanal. Essas estratégias se relacionam aos fatores sazonais ali existentes, com destaque para os períodos de cheia e vazante.

⁷¹ MARTINS, Gilson. *Arqueologia do planalto de Maracaju-Campo Grande: o estudo do sítio Maracaju-1 através da análise quantitativa de sua indústria lítica*. Tese de Doutorado, USP, 1996. p.57.

⁷² Cf. PEIXOTO, José Luiz (1995 e 1998) Apud. MIGLIACIO, M. C. Op. Cit, p. 32.

⁷³ NOELI, Francisco S. *Fronteiras UFMS*, Campo Grande, 2(4): jul.dez., 1998, pp. 277-78. (o levantamento etno-botânico foi feito com base no dicionário de Montoya do século XVII).

⁷⁴ Dados de sua Dissertação de Mestrado (1995) e Tese de Doutorado (2002) e outros mais recentes desenvolvidos para dar suporte às contestações que apontam o risco de impactos ambientais no patrimônio arqueológico e histórico em projetos como a hidrovía Paraná-Paraguai e gasoduto Brasil-Bolívia, alguns resumidos em textos publicados *on-line*.

Em linhas gerais, Eremites Oliveira segue o paradigma indicado por Brochado, no qual a arqueologia do leste da América do Sul é vista como “a pré-história das populações indígenas históricas e atuais”; e se “não forem estabelecidas relações entre as manifestações arqueológicas e as populações que as produziram, o mais importante terá se perdido”. Sua orientação é clara: “as conotações etnográficas das tradições e estilos cerâmicos não devem ser evitadas, mas pelo contrário, deliberadamente perseguidas”⁷⁵. Esclarece que não se trata de “advogar a tese de que a cultura pode permanecer fossilizada no tempo e espaço”, pois “a cultura é algo verdadeiramente dinâmico e plural”, não sendo possível um arqueólogo conhecer o passado longínquo sem considerar os grupos atuais⁷⁶.

Como um habilidoso detetive perseguindo a interdisciplinaridade, Eremites procurou analisar todo tipo de informação possível para além-fronteiras político-territoriais do país. Reuniu dados de pesquisas arqueológicas pioneiras acerca das primeiras ocupações e da expansão de populações ameríndias no Chaco e no Pantanal, até chegar aos últimos argonautas guató, que vivem no curso inferior do rio São Lourenço, na divisa entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e outros grupos estabelecidos na região pantaneira⁷⁷.

Baseando-se em estudos paleoambientais e arqueológicos, Eremites informa que as primeiras ocupações indígenas podem ter se dado no início do Holoceno, por volta de 11.000 A.P., quando os pescadores-caçadores-coletores devem ter se estabelecido pela primeira vez na planície pantaneira. De acordo com este e outros contextos de povoamento, defende a tese de que “não há evidências de natureza alguma que possam sustentar a idéia de que o Pantanal teria sido uma área inóspita à instalação de populações indígenas, como sugerem algumas publicações”. Segundo avaliou, esse tipo de argumento não pode ser verdadeiro, pois no alto Paraguai, desde o Holoceno, há “uma expressiva biodiversidade e oferece uma gama de recursos para grupos adaptados aos ecossistemas locais”. Nota-se que a partir do fenômeno conhecido como ótimo climático, há 4.500 anos ocorreu um significativo aumento demográfico na região. Esse momento coincide com o contexto em que grupos pescadores-caçadores-

⁷⁵ BROCHADO, José Joaquim Proenza. *An ecological model of the spread of pottery and Agriculture into Eastern South America*. PhD Tesis. Urbana-Champaign, University of Illinois at Urbana-Champaign. 1984. p. 565. (Apud Eremites de Oliveira, 2003. p. 73).

⁷⁶ OLIVEIRA, Eremites de. Da pré-história à história indígena: (Re)pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal. (Síntese de Doutorado, UCRS, 2002). In: *Revista de Arqueologia*, 16. 2003. p. 73.

⁷⁷ Os pesquisadores que mais contribuíram com o conhecimento dos grupos indígenas no Pantanal, embora influenciados por idéias difusionistas e evolucionistas da época foram: Max Schmidt (com uma série de trabalhos de 1902 até 1959) e B. Susnik, com publicações diversas desde 1959 até 1998) (Cf. EREMITES OLIVEIRA, J. Op. Cit, 2003, p. 76).

coletores parecem ter intensificado a ocupação das terras baixas, ali construindo as estruturas monticulares ou aterros⁷⁸.

Nas áreas inundáveis da região do Projeto Corumbá⁷⁹ mais de uma centena de aterros foram levantados. Os raros sítios com evidências de ocupações, onde não havia a prática da cerâmica, datados entre 8.000 e 3.000 anos A.P., em sua maioria estão estratigraficamente cobertos por ocupações cerâmicas (tradição Pantanal). De modo geral, as pesquisas indicam que os ameríndios ocuparam a planície de inundação do Pantanal e estabeleceram seus assentamentos sobre terraços, sopés de escarpas, diques lacustres, diques fluviais, diques marginais, cordilheiras, capões-de-mato⁸⁰, margens de ilhas lacustres e fluviais, margens fluviais, margens lacustres, paleodiques, morros isolados, planícies fluvio-lacustres e demais áreas próximas a serranias. Já foram identificados mais de 200 sítios arqueológicos ao sul do Pantanal, englobando vários vestígios de diferentes manifestações culturais⁸¹.

Considerando os registros encontrados, é bem provável que no ano 1.000 a.C, cerca 2.500 anos antes da conquista colonial,

tenha começado a gradativa formação de um rico mosaico sociocultural no centro da América do Sul. Esse mosaico perdurou até tempos coloniais e foi constituído por grupos canoieiros que lá estavam estabelecidos, além de grupos agricultores, supostamente de origem amazônica, que migraram para o Pantanal por motivos ainda pouco conhecidos⁸².

A arquiteta-arqueóloga, Maria Clara Migliacio, enriquece a compreensão do processo constitutivo de diversidade cultural que caracteriza o Chaco e o Pantanal. Suas pesquisas haviam demonstrado a complexidade e a particularidade tecnológica da tradição cerâmica Descalvados, da região do Pantanal de Cáceres, situado há 220 quilômetros a oeste de Cuiabá.

⁷⁸ Idem, Op. Cit, 2003, p. 79.

⁷⁹ Projeto que demarca a segunda fase de pesquisas arqueológicas no Pantanal no fim da década de 1980, coordenado por Pedro Ignácio SCHMITZ (Instituto Anchieta de Pesquisas, Univ. do Vale do Rio dos Sinos, RS). No âmbito desse Projeto, dezenas de artigos, dissertações e teses lançam novos aportes a respeito do passado indígena do Pantanal e áreas adjacentes. Os trabalhos de Girelli (1994), Schuch (1995), Eremides de Oliveira (1995a, 1995b), Peixoto (1995), Peixoto & Schmitz (1998), Herbets (1998), Magalhães (1999) e Schmitz et al. (1998) constituem exemplos bem-sucedidos dessa contribuição. (Cf. EREMIDES OLIVEIRA, J. Op. Cit, 2003, p. 78).

⁸⁰ Capões de mato são morrotes cobertos de vegetação de vários tamanhos e formas quase sempre circulares ou elípticas (Ponce e Cunha, 1993); cordilheiras são pequenas elevações de terrenos que ficam nas baías, com elevações médias de cerca de dois a três metros sobre o nível das águas. Estão sujeitas a inundações no período de cheias excepcionais e servem como refúgio para os rebanhos durante as cheias normais. As baías são áreas de dezenas ou centenas de metros quadrados, baixas, de forma circular, semicircular ou irregular. Às vezes salinas (lagoas de água salgada), reservam água da estiagem e podem correr para os pequenos córregos (corixos). (PONCE, 1995) (Apud. MIGLIACIO, M. C. 2006. p. 6).

⁸¹ Cf. OLIVEIRA, J. Eremides de. A hidrovía Paraguai-Paraná e o patrimônio arqueológico brasileiro: análise de um diagnóstico. In: *Congreso Virtual de Antropología y Arqueología* (Ciberespacio, Octubre de 1998/ Organiza: Equipo NAYa em <http://www.naya.org.ar/congreso>).

⁸² OLIVEIRA, J. Eremides. Op. Cit, 2003, p. 79.

Dando continuidade a esse trabalho, em sua tese de doutorado⁸³, Migliacio concentra-se nos aspectos funcionais e espaciais de um conjunto de sítios arqueológicos inseridos nessa área setentrional do Pantanal mato-grossense. Foram catalogados mais de 100 sítios arqueológicos e milhares de pequenas descobertas: peças de cerâmica, adornos em rocha, conchas e dentes de animais, além de esqueletos humanos bem conservados, desvendando um período em que o território foi exclusivamente indígena.

Migliacio reúne pesquisas acerca dos povos Aruak associadas aos vestígios encontrados em sua área de estudo no Alto Paraguai. Estudos lingüísticos apontam fortes indicações de que esses povos tenham realizado “uma grande expansão no continente americano”. As áreas do Gran Chaco e do Alto Paraguai são geograficamente posicionadas entre os grupos Aruak classificados como do ramo meridional (línguas Baure e Ignaciano) e aqueles do ramo central (Paresi e Waurá)⁸⁴. Heckenberger inclui o Pantanal e o Chaco na Periferia Meridional Amazônica, pois ali ocorrem falantes Aruak, como os Kozárini-Paresi, os Saraveka-Chiquitos e os extintos Xarayé, com fortes indícios de filiação lingüística Aruak⁸⁵.

Os grupos Aruak, em sua dispersão na América do Sul, desceram o Amazonas, expandiram-se por meio do sistema fluvial Madeira-Mamoré e ocuparam as terras baixas na Bolívia ocidental (*Llanos de Mojos*). Essa foi a segunda onda migratória de representantes desse grupo em busca de novas terras aluviais, processo ocorrido entre 1.000 e 500 a.C.⁸⁶. Possivelmente foi nesse tempo que teriam se dispersado por trechos dos divisores de água das bacias Amazônicas (rio Guaporé), passando pelos vales e serras até chegarem ao Pantanal.

A cultura monticular está evidenciada nos milhares de sítios identificados por fotos aéreas e atestam a grande concentração étnica na planície de Mojos (oriente boliviano) e nos extensos cerrados sazonalmente alagados da bacia dos rios Mamoré-Guaporé. Os campos elevados para plantio, os canais de transporte e comunicação, os diques, as plataformas elevadas para habitação e outras estruturas monticulares, certamente construídas por populações

⁸³ MIGLIACIO, Maria Clara. *O doméstico e o ritual: cotidiano xaray no alto Paraguai até o século XVI*. Tese de Doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, 2006.

⁸⁴ Ver: Max Schmidt (1916); E. Nordenskiöld (1930) e recentemente os arqueólogos Donald Lathrap (1970), Eduardo Góes Neves (1998) e M. Heckenberger (2000), além de lingüistas. Todos parecem concordar quanto à ampla difusão Aruak. (Apud. MIGLIACIO, M.C. Op. Cit, p. 57).

⁸⁵ A Periferia Meridional da Amazônia é “como uma cunha entre as duas Províncias Macro-Culturais: Amazônia (grupos Tupi-Guarani) e o Brasil Central (populações Jê)”, e se caracterizaria por uma heterogeneidade cultural, que mostra um bloco quase contínuo de povos Aruak. Cf. HECKENBERGER, M. 2000, p. 29 (Apud. MIGLIACIO, M.C. p. 58).

⁸⁶ LATHRAP, Donald. 1970. (Apud. MIGLIACIO, M. C. Op. Cit, p. 60).

Aruak ou Proto-aruaq, têm feições bem semelhantes às construções ou aterros identificados no Pantanal⁸⁷.

Também são características predominantes dos vestígios encontrados no Chaco-Pantanal: grandes aldeias anulares e densamente povoadas, interligadas por caminhos, que sugerem intercâmbios e integração de populações periféricas; agricultura intensiva e baseada no cultivo da mandioca; ênfase na exploração dos recursos aquáticos; integração sociopolítica regional baseada em culturas comuns e padrões desenvolvidos de troca na forma de comércio, visitação e cerimonialismo intertribal; ideologias não-ofensivas, com estratégias militares defensivas; lideranças no comando de trabalhos comunais, podendo ter ocorrido uma classe de servos ou integrados, a exemplo dos Chané-Aruak⁸⁸.

Jeru, Jaru, Xarayé ou Xaray foram designações dadas aos povos que habitavam as margens de um longo trecho do alto Paraguai, estudados por Migliacio. Xarayés foi a designação mais comum dada a esses populosos grupos com características dos povos Aruak, que ocupavam significativa área da planície alagável do Pantanal quando os espanhóis ali chegaram. Considerando que os Guarani freqüentemente acompanhavam os espanhóis, servindo de guias e intérpretes, Eremites Oliveira propôs a sugestiva explicação etimológica para Jaray (etnônimo talvez adulterado na língua dos espanhóis), pois na etimologia Guarani, jara quer dizer “dono” e y “água ou rio”; portanto, “donos do rio”⁸⁹.

Dentre os grupos do Pantanal descritos no século XVI, os Xarayés seriam o grupo mais setentrional, localizado no Pantanal de Cáceres, entre as proximidades da fazenda Descalvados⁹⁰ e a confluência do rio Sepotuba com o rio Paraguai. Há possibilidade, no entanto, desse grupo ter ocupado territórios desde a confluência do rio S. Lourenço ou Cuiabá com o rio Paraguai até as cabeceiras deste junto ao rio Bugres.

Em alguns registros de expedições espanholas, que percorreram a região no século XVI, os Xarayés são descritos como moradores de grandes aldeamentos, onde se realizavam festas com fartura de comida e onde se cultivavam o milho, a mandioca e a batata. Estes exe-

⁸⁷ MIGLIACIO, M. C. Op. Cit, p. 62.

⁸⁸ Resumo com base nas pesquisas de SUSNIK, B. 1994, pp. 58-59; HECKENBERGER, M. 2000, p. 29-31; DENEVAN, 1966. (Apud. MIGLIACIO, M. C. Op. Cit, p. 61-63).

⁸⁹ Cf. Migliacio, M. C. (nota 37) p. 67.

⁹⁰ A Fazenda Descalvados, situada a 150 Km, rio abaixo, da cidade de Cáceres, foi construída para sediar uma indústria de charque e extrato de carne de capital belga no século XIX. Esse sítio esteve ameaçado pelo desabamento das barrancas do rio, supostamente devido à intensa navegação e às transformações ambientais decorrentes da ocupação humana.

cutavam músicas e danças com instrumentos, como buzinas e tambores. Altos e de boa constituição física, os Xarayés usavam adornos labiais e auriculares, bem como ornamentos de plumas de papagaios e aventais de contas brancas. Os relatos registram o uso de pinturas corporais de aspectos elaborados, em especial nas mulheres. Estas teciam redes e mantas e usavam vestimentas compridas, feitas de algodão. Há relatos sobre a presença de um “principal”, espécie de cacique ou de “grande senhor”, além de outros informes sobre rituais de sepultamento em grandes urnas cerâmicas⁹¹.

Susnik, há algum tempo estudando a história ameríndia no Chaco e no Pantanal, classifica aos Xarayés como Aruak paleo-amazônicos. Essa afirmação se deve às informações colhidas nas crônicas quinhentistas, que permitiu configurá-los em aldeias, formadas por “macro-famílias”, algo como “bairros cacicados”, organizados em um “senhorio sociopolítico”, no qual os “chefes” teriam autoridade e nobreza. Constituiriam unidades socioeconômicas independentes, vivendo em numerosas aldeias no rio Paraguai⁹².

Com foco nos materiais líticos e cerâmicos e na sua distribuição espacial, Migliacio percebeu pequenos grupos de pescadores-caçadores-coletores distribuídos amplamente pelos aterros da planície alagável – populações associadas à cerâmica Pantanal –, que faziam uso de pequenas vasilhas para cozinhar seus alimentos, obtidos basicamente dos recursos lacustres e fluviais. Também encontrou vestígios de grupos agricultores associados à cerâmica Descalvados, que se estabeleciam em grandes aldeias ao longo do rio Paraguai e de seus tributários, além de estarem presentes também nos aterros. Há indícios de estoques de alimentos e de uma dieta alimentar baseada em recursos lacustres, fluviais e terrestres, bem como produtos da atividade de cultivo. Tinham uma população numerosa e organizavam-se em grupos extensos. Os padrões de assentamento e os registros da cultura material fazem supor uma especialização do trabalho e relativa complexidade social⁹³.

Nos sítios em que predomina a tradição cerâmica Descalvados registra-se significativa presença de vasilhas abertas, apropriadas para servir, sugerindo ênfase na partilha de alimentos e em eventos de caráter social. As variadas dimensões de capacidades volumétricas indi-

⁹¹ Estão citadas as descrições de Cabeça de Vaca (1984, p. 207) e SchmIDL, 1950, pp. 56-7). Apud. MIGLIACIO, M. C. Op. Cit, 2006, p. 68.

⁹² SUSNIK, Branislava. (1994, p. 145) Apud. MIGLIACIO, M. C. Op. Cit, 2006, p. 70

⁹³ MIGLIACIO, Maria Clara. *O doméstico e o ritual: cotidiano Xaray no alto Paraguai até o século XVI*, 2006. pp.81-82. Vale reconhecer que M. C. Migliacio há mais de 10 anos participa de levantamentos e salvamentos de sítios arqueológicos em Mato Grosso.

cam preparo de alimentos para o grupo familiar pequeno e também para o grupo social extenso, em que eram usadas tigelas rasas e tostadeiras, próprias para a manipulação de alimentos secos, supostamente no preparo de farinha de mandioca e beijus. Registra-se também a presença de vasilhas apropriadas para estocagem de grandes quantidades de alimentos – com mais de 100 litros –, indicadores de população numerosa e provisões excedentes. Outras vasilhas, de caráter ritual, têm presença marcante como acompanhamento funerário em sepultamentos de padrões complexos. Aspectos tais como utensílios líticos apropriados para atividade do plantio fizeram com que os grupos portadores da cerâmica Descalvados fossem considerados como grupos horticultores. A variabilidade tecnológica, decorativa, bem como as dimensões e a morfologia e ainda comportamentos diferenciados nos registros arqueológicos caracterizam as distinções apresentadas pela cerâmica – uma das principais evidências de grupos culturais distintos⁹⁴.

Estudos de caráter etnológico e etnohistórico também corroboram a perspectiva de compreender a complexidade que envolve a ocupação indígena do Pantanal como “um tipo de mosaico cultural no centro da América do Sul”; e apontam que em tempos coloniais o Pantanal foi fortemente ocupado por populações Arawak (ou Aruak), Guaycuru, Macro-Jê (e Jê), Tupi-Guarani e Zamuco⁹⁵.

Migliacio retoma dados de pesquisas sobre a ocupação do Pantanal e reafirma a predominância de vestígios dos grupos ceramistas desde pelo menos 200 anos antes da era cristã. Mas a partir do século XI, os dados indicaram padrões culturais diferenciados, corroborando com os registros etno-históricos e etnográficos, que descrevem uma complexa situação étnica no século XVI, quando os portadores de distintas tradições ceramistas deveriam estar mantendo intensos contatos⁹⁶.

Quanto aos aterros ou monchões, há uma década Eremites afirmou terem sido construídos e ocupados apenas como resposta a fatores ecológicos regionais. Mas suas argüições mais recentes revelam maior complexidade:

Sua construção requereu o uso de conhecimentos arquitetônicos e a organização do trabalho social, além de fatores ideológicos, relações de poder e estratégias de territorialidade, ou se-

⁹⁴ MIGLIACIO, M. C. Op. Cit, p. 81.

⁹⁵ Eremites Oliveira cita: Carvalho (1992), Kersten (1968), Métraux (1963), Nimuendajú (1981), Susnik (1972 e 1978) e Schuch (1995). Cf. OLIVEIRA, J.E. *A hidrovía Paraguai-Paraná e o patrimônio arqueológico brasileiro: análise de um diagnóstico*. Disponível em: <http://www.naya.org.ar/congreso>. Acesso em 15/12/2007.

⁹⁶ MIGLIACIO, M. C. Op. cit, p. 80.

ja, estratégias de domínio da paisagem natural e social dentro de uma visão cognitiva do universo. Alguns dos maiores montículos conhecidos em várias regiões do Pantanal, inclusive no Paraguai, por exemplo, foram erguidos em pontos estratégicos, para o controle de importantes vias fluviais e áreas lacustres. Trata-se provavelmente de um indício de disputas interétnicas por nichos ecológicos com abundantes recursos⁹⁷.

E defende a revisão do paradigma, divulgado em alguns estudos, de que os grupos canoeiros “viviam em sociedades frouxas, igualitárias e sem conflitos internos”. Sua reflexão atual considera que “ter a posse de aterros provavelmente foi motivo de diferenciação social e da existência de hierarquias entre grupos pescadores-caçadores-coletores”. Em fontes textuais produzidas por agentes das coroas ibéricas que disputavam a posse do alto Paraguai, Eremites percebe rivalidades interétnicas estrategicamente estimuladas pelos conquistadores. Foram localizadas aldeias de grupos lingüísticos Aruak e Guarani nas terras altas. Nas terras baixas havia presença marcante de grupos canoeiros, como Guató, Guasarapo, Paiaguá, entre outros. Sabe-se que os canoeiros também ocuparam pontos das terras altas, mas se estabeleceram prioritariamente nas terras baixas. Os grupos agricultores, apesar de terem chegado às terras altas, assentavam-se em sua maioria nas terras baixas. Os contatos inter e extragrupoais também são evidentes nesse contexto⁹⁸.

No sentido de ampliar as possibilidades de reflexões, cotejamentos e comparações com os relatos setecentistas⁹⁹, parece enriquecedor listar algumas características das complexas sociedades canoeiras do Pantanal, conforme elaborou Eremites:

– Abundância de recursos em algumas áreas e iminência de estresse ambiental em outras, em face de eventuais desequilíbrios entre oferta de recursos e demografia, foi motivo de grande competitividade por determinados nichos ecológicos, a exemplo das disputas pelos arrozais nativos; – Pressão demográfica ocasionada por migrações diversas, deslocamentos territoriais e crescimento populacional, é talvez a mais plausível explicação para a existência de um rico mosaico sociocultural no Pantanal e no Grande Chaco; – As relações interétnicas mantidas entre os grupos canoeiros e entre eles e outros grupos lingüisticamente Guarani e Aruak, favoreceu muito a circulação de informações e ideologias diversas, bem como a composição de estratégicas alianças entre grupos vizinhos para o controle, a defesa e talvez a expansão de seus territórios; – A aquisição de matérias-primas e artefatos variados, incluindo objetos exóticos oriundos de regiões distantes, foram provavelmente acumulados nas mãos de pou-

⁹⁷ OLIVEIRA, Eremites de. *Da pré-história à história indígena*. Op. Cit, 2003. p. 80

⁹⁸ Idem, *ibidem*.

⁹⁹ Cito aqui as *Notícias Práticas das Minas de Cuyabá* (manuscritos de Évora, Portugal) a serem apresentadas no segundo capítulo desta tese.

cas pessoas capazes de liderar um sistema de intercâmbio e incursões a longas distâncias, além de ataques surpresas a algumas expedições provenientes das zonas andina e sub-andina, bem como às aldeias para onde elas se destinavam; – O controle da organização do trabalho social está relacionado à construção de aterros e à economia de grupos domésticos ligados por laços de consangüinidade, aliança e afinidade; – Ocorria a manutenção de índios cativos aprisionados em conflitos bélicos interétnicos; – Eficazes estratégias de territorialidade associadas à desenvolvida mobilidade estacional em espaços muito bem conhecidos, delimitados e defendidos contra possíveis invasores, o que remete a particulares e distintas formas de organização sócio-espacial.

Nota-se que essas famílias canoieras parecem ter elaborado algo como uma estratégia de territorialidade ao formarem alianças interétnicas com grupos canoieiros vizinhos, a exemplo dos guasarapos. As alianças, articuladas por indivíduos capazes de liderar grupos locais, foram constituídas em tempos pré-coloniais e perduraram até o período colonial¹⁰⁰.

Finalmente, no Pantanal mato-grossense, os estudos de Eremites Oliveira e de Maria Clara Migliacio permitem constatar um complexo de sociedades canoieras, marcado por diferenciações socioeconômicas e políticas, havendo indícios consistentes da existência de desigualdades socioeconômicas e concentração do poder político nas mãos de uma minoria. A combinação de vários fatores inter-relacionados favoreceu a existência de poderes nas mãos de indivíduos capazes de liderar determinados grupos domésticos. Esse complexo parece ter emergido em tempos pré-coloniais, desestruturando-se com a conquista ibérica.

1.4. Nos berços das águas da Amazônia meridional

Um olhar para Amazônia de antes da conquista européia permite dizer que, de acordo com os resultados de investigações iniciadas a partir da década 1950, a ocupação humana vem se dando na região há cerca de 10 mil anos, ou seja, desde o fim do Pleistoceno. Em 1992, durante as comemorações e revisões dos 500 anos da Descoberta da América, a arqueóloga Anna Roosevelt desenvolveu uma “nova visão da pré-história amazônica”, que emergiu das pesquisas de campo desenvolvidas na década de 1980, as quais têm permitido reavaliar trabalhos anteriores.

¹⁰⁰ OLIVEIRA, Eremites de. *Da pré-história à história indígena*. Op. Cit, 2003. p. 80-81.

Um rico patrimônio arqueológico preservado e substancial vem sendo revelado com participação de diversos outros campos científicos. O sensoriamento remoto, por exemplo, produziu informações sobre o arranjo de sítios, e o paciente peneiramento do solo trouxe à tona uma abundância de objetos utilizados por sociedades amazônicas. Com isso, tornou-se possível conhecer padrões tecnológicos, modos de subsistência, aspectos de consumo alimentar e relações dos diferentes povos com o meio natural antigo, informações que esclarecem as características das seqüências de ocupações indígenas na região¹⁰¹.

De acordo com os novos dados, ao contrário do que se afirmara, as terras baixas da Amazônia podem ter sido ocupadas há muito mais tempo, possivelmente originando alguns desenvolvimentos culturais para as Américas. Primeiramente, confirma-se a ampla dispersão de caçadores-coletores nômades no território, tanto nas várzeas como nas áreas mais altas, entre 10 e 11 mil anos atrás. No período seguinte, no Holoceno, observam-se manifestações pioneiras de sedentarismo, com atividades de horticultura e cerâmica nas áreas de várzeas. Por último, “na culminância da ocupação pré-histórica, entre os séculos V e XV, a densidade da população atingiu uma magnitude não reconhecida anteriormente”. A maior parte da extensão dos principais rios amazônicos parece ter estado repleta de assentamentos humanos e consideráveis sistemas de terraplanagem foram elaborados nas várzeas e nas áreas interfluviais.

Esse rico e complexo quadro da Amazônia pré-histórica contraria antigos pressupostos de “pobreza ambiental”¹⁰², segundo os quais inovação cultural e desenvolvimento não eram esperados nessa região. Durante muito tempo, a floresta tropical foi considerada muito densa para o deslocamento fácil e muito pobre em recursos animais e vegetais comestíveis para manter o sustento de caçadores e coletores. As inovações culturais sempre foram consideradas externalidades, provenientes das culturas andinas, que se degeneraram no pobre ambiente tropical úmido. Mas a teoria da pobreza ambiental pode ser contestada, pois

a seqüência pré-histórica que está emergindo na Amazônia não sustenta a visão de uma ocupação prejudicada por um meio ambiente pobre de recursos. Ao invés de seqüências temporais curtas e derivadas, e de ocupações ligeiras, temos agora uma seqüência de prolongada duração de sociedades complexas de larga escala e de consideráveis inovações e influências partindo da Amazônia para outras áreas¹⁰³.

¹⁰¹ ROOSEVELT, Anna C. Arqueologia amazônica (Tradução: John M. Monteiro). In: CUNHA, M. Manuela C. da. *História indígena no Brasil*. p. 53.

¹⁰² Idem, Op. Cit, p. 53-54

¹⁰³ ROOSEVELT, Anna. Op. Cit, p. 55.

Vale mencionar que pesquisas na área de paleoecologia, campo da ciência que estuda a constituição do ambiente natural da floresta, indicam que, há cerca de 18.000 anos, a Amazônia já era coberta por uma floresta semelhante à atual. Diante dessa descoberta, Neves fez a seguinte afirmação:

As civilizações indígenas da Amazônia são, desse modo, tropicais. O ambiente que encontraram e posteriormente modificaram ao longo de milênios foi uma floresta tropical úmida. É no contexto de abundância e diversidade de recursos que a história dessas civilizações deve ser entendida. Uma vez iniciado o processo de ocupação, a história da floresta e dos povos que a ocuparam imbricou-se de tal maneira que muito do que é considerado ‘natureza’ na Amazônia resulta, de fato, do manejo humano no passado¹⁰⁴.

Outros dados sobre artefatos de cerâmica na Amazônia levam a crer que começaram a ser produzidos há cerca de 8.000 anos por grupos que praticavam uma economia voltada para a exploração dos grandes rios e do litoral atlântico. É também provável que a abundância de peixes – alguns dos quais de grande porte, como o pirarucu e o pirarara –, o mamífero peixe-boi, répteis como jacarés, tracajás e seus ovos, bem como as diversas aves das margens dos rios, “fornecessem um sustento contínuo de proteína que proveria a base material para o estabelecimento de um modo de vida semi-sedentário”. Além do consumo da fauna aquática, deveriam se alimentar da coleta de espécies vegetais, principalmente frutos das palmeiras, como açaí, bacaba, patuá, pupunha e tucumã, dentre outras, até hoje tradicionalmente consumidas na região¹⁰⁵.

Continuando suas reflexões, Neves considera bem provável que a domesticação de plantas na Amazônia seja resultado do manejo das florestas e afirma que “uma das contribuições mais importantes dos povos indígenas do Novo Mundo foi a domesticação de dezenas de espécies de plantas, atualmente bastante consumidas em quase todo o planeta”. Para ficar apenas nos exemplos mais cotidianos, lembra as espécies de batata, milho, feijão, abóbora e tomate. Para esse pesquisador, “a planta ontologicamente mais importante para os caboclos amazônicos seja a mandioca”, que se transformou na base da alimentação de metade do continente. No litoral do Peru já foram encontrados restos de mandioca com cerca de quatro mil anos e supõe-se que o cultivo na Amazônia remonte a outros milhares de anos. Vale lembrar que essa raiz é extremamente venenosa e exige um preparo cuidadoso. Portanto, ela teve de

¹⁰⁴ NEVES, Eduardo G. A Velha hiléia: paisagens e passado dos povos amazônicos. In: MAE-Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (Org). *BRASIL 50 mil anos: uma viagem ao passado pré-colonial*. Edusp, 2001, p. 47.

¹⁰⁵ *Ibidem*

ser domesticada, o que exigiu enorme “conhecimento botânico dos índios amazonenses”. Os saberes e as práticas de seu cultivo e preparação são reconhecidamente patrimônio desses povos, que se revela em inúmeros produtos de consumo, de âmbito regional e nacional, como farinhas, tucupi, mingaus, beijos e a bebida fermentada caxiri ¹⁰⁶.

O esboço apresentado por Neves a respeito da ocupação na Amazônia indica um surpreendente dinamismo da história pré-colonial dos povos indígenas e o advento de sociedades complexas, inicialmente na ilha de Marajó e, posteriormente, ao longo do baixo, médio e alto Amazonas. São aspectos marcantes dessas sociedades: uma rica dinâmica social e cultural nos 1.500 anos que antecederam o início da colonização européia; as sofisticadas cerâmicas encontradas, que têm origem local e não dos Andes ou do Caribe, como se poderia supor; o desenvolvimento de sociedades complexas a partir do primeiro século da era cristã, que ocorreu devido a fatores locais, sejam demográficos políticos ou econômicos; grandes sítios arqueológicos com elementos estruturais associados a padrões de uso mais intensos dos recursos naturais e ao crescimento demográfico; extensas áreas de solos escuros (as terras pretas de índios), que estão presentes nessas áreas e são resultantes do manejo humano no passado pré-colonial. A partir desses dados se pode afirmar que:

Toda essa dinâmica foi profundamente alterada com a conquista colonial, e inúmeras sociedades desapareceram, deixando fragmentos cerâmicos. Os cerca de cinco milhões de índios que ocupavam a Amazônia no século XVI eram herdeiros históricos e biológicos de inúmeras gerações de indivíduos que, ao longo de milênios, transformaram a floresta virgem em uma paisagem recriada. Os índios e caboclos é que ainda mantêm viva essa herança¹⁰⁷.

Evidências de pesquisas arqueológicas sugerem que um visível crescimento populacional desenvolveu-se a partir dos princípios da era cristã (há cerca de 2.000 anos). Desse processo se supõe terem emergido sociedades complexas ou cacicados, nos ambientes adjacentes aos grandes rios que têm suas nascentes nos Andes, como o Amazonas e Madeira, mas também em outros tipos de rios, como o Tapajós, o Negro e o Xingu e mesmo em ilhas, como a do Marajó. Dentre essas sociedades, a mais conhecida é a tapajônica, com sua cerâmica de tradição Marajoara. Destacam-se os grandes aterros construídos, de dezenas de metros de altura e centenas de comprimento, que serviam como local de habitação e cemitérios, já que nesses locais ocorriam inundações, próprias do período das cheias. Nesses aterros foram en-

¹⁰⁶ Idem, Op. Cit, p. 49.

¹⁰⁷ Idem, Op. Cit, p. 51-52.

contrados diferentes tipos de cerâmicas, algumas com alto grau de sofisticação. O fim dessas sociedades se deu a partir da colonização européia no século XVI¹⁰⁸.

Na Amazônia meridional ou mato-grossense situam-se inúmeras nascentes ou “berços das águas” de importantes mananciais amazônicos citados acima como locais de rica biodiversidade e de onde teriam emergido sociedades complexas. Os rios pertencentes à bacia amazônica,¹⁰⁹ em Mato Grosso, drenam 2/3 de seu território. Esses rios percorrem grandes superfícies do Planalto e da Chapada dos Parecis e outros planaltos e serras residuais, e ainda as depressões do norte do estado. Sítios arqueológicos são frequentemente encontrados por toda a extensão da região amazônica. Alguns deles já foram estudados e estão citados em pesquisas arqueológicas como locais de significativos assentamentos de povos ameríndios no decorrer de milênios e séculos que antecedem o período da conquista colonial.

No sudoeste e noroeste do estado situam-se as sub-bacias dos rios Guaporé e Aripuanã, ambos afluentes do rio Madeira. O rio Guaporé recebe afluentes, como os rios Galera e Sararé (que hoje estão na Terra Indígena Nhambikuara). Seu ambiente é de grandes extensões de várzeas inundadas nos períodos de chuvas, formando lagoas marginais, onde se reproduzem muitas espécies de peixes. Esse rio corre em direção ao estado de Rondônia e deságua no rio Mamoré, definindo a fronteira com a Bolívia. Suas nascentes e seus afluentes estão nos divisores de água da bacia do rio Paraguai. Mais ao Noroeste está a sub-bacia do rio Aripuanã. Após receber um dos seus maiores afluentes – o rio Roosevelt –, que nasce em Rondônia, segue até o território amazonense, onde desemboca no rio Madeira.

Na região mais ao centro-norte da bacia amazônica, em Mato Grosso, estão as sub-bacias do Juruena-Arinos e a do Teles Pires (ou S. Manoel). O rio Juruena, após receber seu maior afluente, Arinos, e outros rios que vêm da chapada dos Parecis, segue seu curso até demarcar a divisa com o Estado do Amazonas. Pelo Centro-Norte flui o Teles Pires até chegar à divisa com o Estado do Pará. São esses rios – o Juruena e o Teles Pires – que formam aquele curioso triângulo que aparece no mapa do extremo norte do Estado de Mato Grosso: uma espécie de mesopotâmia, onde hoje se situam importantes unidades de conservação, como o

¹⁰⁸ NEVES, E. Op. Cit, p. 49-50.

¹⁰⁹ Bacia hidrográfica (formada por sub-bacias) é a área drenada por um rio e seus afluentes e nascentes, de forma que todo volume de água que flui no sistema é descarregado em um rio principal. MAITELLI, Gilda Tomasi. Hidrografia (Cap. 15). In: MORENO, G. & HIGA, Tereza C. *Geografia de Mato Grosso*, 2005. p. 278-281.

Parque Estadual de Cristalino e o de Juruena. Unidos, esses rios deságuam no Tapajós, rio que faz limite com os estados do Amazonas e do Pará.

A respeito do vasto território situado entre os rios Madeira e Tapajós, assim pronuncia-se Miguel Menéndez:

Apesar da vastidão desse território praticamente inexplorado pela arqueologia e pela antropologia, e pouco trabalhado por uma historiografia de caráter etno-histórico preocupada em levantar e registrar a memória dos povos indígenas apresenta-se para a área Madeira-Tapajós um volume considerável de documentação histórica produzida no período colonial e imperial referente aos grupos indígenas aí localizados (...) o primeiro aspecto a ser destacado dessa documentação é a alta densidade demográfica que ela sugere para a área, pelos muitos etnônimos registrados ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX¹¹⁰.

A documentação existente faz referências aos assentamentos de populações indígenas em seus baixos e médios cursos, sendo mais freqüentemente citados os Tupinambá e os Tapajó, bem com as missões jesuítas ali instaladas. Mas, sabendo-se que os ameríndios tinham grande mobilidade pelos rios, é possível fazer uma projeção dessa densidade também para as áreas da Amazônia mato-grossense, onde esses rios possuem importantes afluentes e nascentes.

E há ainda a bacia do rio Xingu, com suas nascentes e o seu alto e médio curso percorrendo a Amazônia mato-grossense, onde hoje se localiza o Parque Indígena do Xingu¹¹¹. Nos padrões etnográficos e arqueológicos das aldeias no alto Xingu (MT), Heckenberger percebeu “comunidades extensas e sedentárias, uma ideologia de elite, uma economia política desenvolvida e uma integração sociopolítica regional – atributos característicos das estruturas de cacicado”. Observou-se ainda o idioma hierarquizante e um fundo de poder concentrado em mãos de agentes poderosos, que os faz acumularem uma espécie de “reserva de recursos simbólicos”. Tais aspectos citados, que permeiam a maioria das relações sociais nessa área, são indicativos de “uma economia verdadeiramente política” e “sociedades com elevado grau de

¹¹⁰ MENENDEZ, Miguel A. A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas. In: CUNHA, Manuela C. da. Op. Cit, 1992, p. 281.

¹¹¹ No Parque Indígena do Xingu (3.276.918 ha) convivem cerca de 17 etnias, dos 4 troncos lingüísticos e 3.110 índios. Cabe informar que as nascentes dos formadores do rio Xingu (MT) estão sofrendo fortes impactos devido ao desmatamento de suas nascentes, situadas fora da área demarcada. Os agentes da degradação são a monocultura da soja e as extensas pastagens, situadas nas áreas adjacentes ao Parque. Isso deu origem a uma campanha coordenada pelo Instituto Socioambiental (ISA) para minimizar os efeitos devastadores sobre a terra indígena. Ver: www.ikatuxingu.org.br

complexidade”; o que permite rever “a idéia de que os povos ameríndios viviam em um estado social pré-civil ou ‘primitivo’ – sem fé, sem lei e sem rei”¹¹².

Na Amazônia boliviana, nas terras baixas da bacia do Beni-Mamoré, fronteira com o rio Guaporé, estabeleceu-se uma densa ocupação pré-colonial caracterizada por admiráveis construções de terra, compostas de campos elevados para cultivo, canais e calçadas para ao transporte e comunicação, diques, represas e sistemas de drenagem para o controle de águas, além de plataformas elevadas de habitação. Há sugestões de que a ocupação da Planície de Mojos tenha se intensificado no período entre 600 e 1.000 d.C.¹¹³. Ali, a complexidade de estilos na cerâmica arqueológica é atribuída à complexidade étnica registrada por ocasião da conquista européia¹¹⁴.

Algumas pontas de projétil de osso com datas ao redor de 6.200 anos A.P. foram encontradas em sambaquis do alto Guaporé. Trata-se de pontas de flechas idênticas a algumas que ainda são usadas entre grupos indígenas na Amazônia. Mas antes da adoção da cerâmica nas terras baixas centrais, a evidência da presença humana é fornecida pelo carvão proveniente de fogos domésticos em sítios de habitações datados de 7.300 A.P. debaixo dos níveis com cerâmica em sítios no médio Madeira e nos *Llanos de Mojos* no nordeste da Bolívia, e entre 7.000 e 5.000 anos ao longo de tributários do alto Madeira¹¹⁵.

Anna Roosevelt também cita resultados das pesquisas realizadas por Eurico Miller (1987) no Abrigo do Sol, situado no rio Galera, afluente do rio Guaporé, ao sul da grande bacia amazônica. Descreve as evidências arqueológicas em riquezas de detalhes, que até aquele momento seria a mais antiga ocupação paleoíndigena na Grande Amazônia:

Este abrigo arenítico com arte rupestre apresenta artefatos líticos lascados por percussão em níveis estratificados interiores, bem como material cerâmico nos níveis superiores. Suas camadas pré-cerâmicas produziram diversas datações radiocarbônicas na faixa de cerca de 10.000-7.000 a.C. Uma outra data de 12.500 a.C. foi registrada anomalmente no carvão dos níveis mais altos da estratigrafia. Os utensílios provenientes do abrigo incluem machadinhas toscas, núcleos, lascas e raspadores de superfície plana, aparentemente para confecção de gravuras rupestres. Estas, por seu turno, abrangem círculos rajados, faces humanas estiliza-

¹¹² HECKENBERGER, M. O Enigma das Grandes Cidades: Corpo Privado e Estado na Amazônia. In: NOVAES, Adauto (Org.) *A Outra Margem do Ocidente*, 1999, pp. 126-7

¹¹³ Denevan (1996, 1980); Arnold & Prettol (1988); Erickson (1980;1995), Nordenskiöld (1917, cit. por Denevan 1966); entre outros. (Apud. MIGLIACIO, M.C. Op. Cit, 2006, p.28)

¹¹⁴ Metraux (1942); Erickson (1980). Apud. MIGLIACIO, M.C. Idem, p.28)

¹¹⁵ Pesquisas realizadas por Eurico Miller (1987). Apud. MEGGERS, Beth. ‘Desenvolvimento cultural pré-histórico nas terras baixas tropicais da América do Sul’. In: *Fronteiras* (UFMS), 1998, p. 19.

das ou máscaras, triângulos púbicos femininos, motivos baseados em pés humanos, quadrúpedes, motivos geométricos sombreados e cavidades para trituração e raspagem. A cobertura de pedra que protege este importante sítio preservou restos dissecados de vegetais comestíveis, cascas de caracóis, ossos e fragmentos de arcos e flechas; mas, suas posições estratigráficas e associações não foram ainda clarificadas¹¹⁶.

Os estudos de Heckenberger também identificam uma distribuição Aruak na periferia meridional da Amazônia – região “como uma cunha entre as duas províncias macro-culturais: Amazônia (grupos Tupi-Guarani) e o Brasil Central (populações Jê)” –, e que se caracterizaria por grande heterogeneidade cultural, e mostra um bloco quase contínuo de povos Aruak, composta por áreas posicionadas que vão pelo menos do alto Xingu até as terras baixas bolivianas, onde correm os formadores do rio Madeira. Segundo o lingüista Lathrap, a família Aruak foi a de maior dispersão geográfica na América. Identifica-se uma segunda onda migratória de representantes desse grupo em busca de novas terras aluviais entre 1.000 e 500 a.C. Nessa jornada, após descerem o Amazonas, os Aruak ocuparam as terras baixas da Bolívia ocidental (*Llanos de Mojos*) e se expandiram por meio do sistema fluvial Madeira-Mamoré-Guaporé até alcançarem áreas mais meridionais do continente sul-americano¹¹⁷.

Na periferia meridional do alto curso do rio Xingu, Heckenberger realizou pesquisas nas últimas décadas e atesta a chegada de grupos Aruak por volta de 800-900 d.C. Nessa região teria se iniciado um processo de fusão, incorporação e aculturação, que resultou no estabelecimento de uma cultura regional etnograficamente conhecida como xinguana. Entre 1.400 e 1.600 d.C., as grandes aldeias já estariam estabelecidas e representariam uma clara evidência da necessidade de uma estratégia defensiva que pressupõe um estado de guerra relativamente marcante¹¹⁸.

Beth Meggers, arqueóloga que desenvolve pesquisas sobre o povoamento na Amazônia, trata dos estudos sobre a distribuição das principais línguas e fornece importantes indicações da antiga presença de caçadores-coletores na extensa região amazônica. São duas as grandes famílias ocupantes: a primeira é a composta pelos Jê, Caribe e Pano; e a segunda por Tupi e Arawak. Percebe os atuais falantes Caribe no nordeste amazônico, onde predomina o Cerrado; os Jê no Cerrado ao sudeste, e os Pano ao longo da base dos Andes. Já a floresta

¹¹⁶ ROOSEVELT, Anna. Op. Cit, p. 58.

¹¹⁷ LATHRAP, Donald (1970). Apud. MIGLIACIO, M.C. Op. Cit, p. 60.

¹¹⁸ Cf. HECKENBERGER, Miguel (1996); 2001: 49. Apud. MIGLIACIO, M. C. Op. Cit, 2006, p. 28.

intermediária é dominada pelos falantes de línguas equatoriais Arawak e Tupi. Meggers observa, que:

essas associações ambientais sugerem que a população original das terras baixas centrais falava línguas do ancestral Jê-Pano-Caribe; e quando expandiu a floresta, ao fim do Pleistoceno, ela foi substituída ou assimilada pelos imigrantes falantes de línguas equatoriais [Arawak e Tupi], sobrevivendo nas periferias onde ainda se mantém a vegetação mais aberta¹¹⁹.

Os citados aterros, que poderiam servir para plantio ou para moradia, e outras interferências antrópicas, como diques, canais e caminhos, hoje identificadas por fotos aéreas, certamente foram construídas por populações Aruak ou Proto-aruak. Essa é a cultura monticular evidenciada nos milhares de sítios que atestam a grande concentração étnica na planície de Mojós (oriente boliviano), bem como nos extensos cerrados sazonalmente alagados da bacia do rio Mamoré, no qual deságua o rio Guaporé¹²⁰.

O trecho ocidental da Amazônia meridional, que compreende o vale do rio Guaporé, recebe especial atenção. Foi nessa região que se deu o segundo momento do povoamento luso-paulista, que ocorreu na década de trinta do século XVIII, a partir da única vila portuguesa no centro do continente sul-americano às margens do rio Cuiabá, a Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá (1727).

O estudo de Denise Maldini Meireles – *Os guardiões da fronteira: rio Guaporé, século XVIII* – revela, por meio de impressões e relatos, que o vale deste rio foi um espetacular cenário de diversidade étnica e povoamento ameríndio. Diversos povos que ali estiveram praticavam agricultura, tecelagem, construções variadas e mantiveram intensos relacionamentos entre si e com os incas. Nos séculos XVII e XVIII foram instaladas grandes missões ou aldeias jesuítas nas margens oriental e ocidental do rio Guaporé¹²¹. Dentre estas, as mais conhecidas são as de Moxos e Chiquitos.

Enfim para as áreas do território mato-grossense situados no bioma Amazônia os divisores de água, que abrigam as nascentes de grandes rios da bacia amazônica e onde hoje também habitam diversas etnias indígenas já eram compartilhados por sociedades ameríndias. O

¹¹⁹ Apud. MEGGERS, Beth. Desenvolvimento cultural pré-histórico nas terras baixas tropicais da América do Sul. In: *Fronteiras* (UFMS), Campo Grande/MS, 1998. p. 18-19. Cita os lingüistas Greenberg (1987) e Miggliazza (1982). Cita os lingüistas Greenberg (1987) e Miggliazza (1982).

¹²⁰ MIGLIACIO, M. C. Op. Cit, p. 62.

¹²¹ Recebe o nome de rio Beni no lado que pertencia às conquistas da Coroa de Castela, missões dos padres da Companhia de Jesus, limítrofes à Capitania de Mato Grosso. MEIRELES, Denise Maldini *Os guardiões da fronteira: rio Guaporé, século XVIII*, Vozes, Petrópolis, 1989, passim.

avançar das pesquisas poderá trazer novas datações da ocupação, mas já se pode afirmar que os primeiros ocupantes, ancestrais dos indígenas e caboclos que ocupam a Amazônia atualmente, eram caçadores-coletores hábeis na exploração dos recursos da floresta tropical¹²².

Digno de nota é ainda o movimento migratório Tupi-Guarani pelas águas dos rios Madeira e Guaporé, por onde esse povo possivelmente fez a travessia da bacia do alto Paraguai. Nessa travessia ficam evidentes as práticas de navegação canoeira nos grandes afluentes da margem direita do Amazonas, como o rio Madeira. Por esse rio, os grupos teriam subido até as cabeceiras do rio Guaporé e transposto os divisores de águas para alcançarem novas redes hidrográficas. Isso indica que navegaram rios, assentaram-se e migraram por florestas, serras, campos, cerrados e pantanais no antigo território dos sertões de Cuiabá e Mato Grosso.

Seja nas serras, chapadas e cerrados mais centrais, seja nas áreas de floresta amazônica, ou ainda no pantanal mais ao sul, essa ampla territorialidade compreendida na América Tropical viveu uma ocupação intensiva, marcada por contatos inter-étnicos, muito antes da chegada dos europeus. Tais evidências se contrapõem à noção dos vazios demográficos e das sociedades primitivas e estáticas, que muitas vezes povoam o imaginário sobre as condições socioambientais na era pré-colonial.

Os grupos sociais que compartilhavam o espaço territorial da porção central da América do Sul promoviam intensas trocas, intercambiando saberes e influências culturais. Estas envolviam a domesticação de plantas, o uso dos recursos naturais e, uma grande sabedoria na convivência com as especificidades de cada ambiente. Esses povos interagem com seu habitat, tendo sido influenciados e influenciando profundamente a formação das paisagens. Eram, pois sociedades estruturadas, manifestas nas mais distintas regiões do continente, vivendo um processo que pode ser entendido, no dizer de Maria Clara Migliacio, “como um processo pan regional”.

¹²² NEVES, Eduardo G. A. “Velha Hiléia”: paisagens e passado dos povos amazônicos. In: MAE-Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (Org). Op. Cit, p. 47.

CAPÍTULO 2

A conquista colonial luso-paulista dos sertões de Cuiabá e Mato Grosso

2.1. Os sertões interiores: primeiras imagens

Muito já se disse a respeito de estar registrada na Carta de Caminha a tão conhecida idéia de um paraíso terrestre, dotado de uma natureza benfazeja e abundante, na nova terra descoberta. Vale destacar também que nessa visão inaugural do Brasil se lê uma primeira descrição da natureza e do índio relacionada ao que avistaram interior adentro – o sertão¹²³.

Do que a vista alcançou, lhes pareceu ser de grande extensão toda aquela terra. Além de arvoredos, bons ares e infindas águas, despertara-se a esperança de poder encontrar ouro e prata, diante do aceno de um dos homens pardos que adentrou o navio ancorado em Porto Seguro, onde estava o capitão da frota. Nessa primeira imagem do habitante da nova terra, o índio é visto como um amável informante dos tesouros do sertão, que pareceu adivinhar um dos maiores desejos dos europeus:

Pelo sertão nos pareceu, vista do Mar, muito grande, por que a estender os olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa. (...) a terra é de muitos bons ares, (...). Águas são muitas, infindas (...) um deles [índios] pôs olho no colar do Capitão, e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos

¹²³ Desde o século XIV os portugueses empregavam a palavra *sertão* ou *certão* para se referirem às áreas situadas dentro de Portugal, porém distantes de Lisboa. A partir do séc. XV usaram-na também para nomear espaços vastos, interiores, situados nas possessões recém conquistadas ou contíguos a elas, sobre o que pouco ou nada sabiam. Sertão foi ainda bastante utilizado até o fim do século XVIII pela coroa portuguesa. Ver: AMADO, Janaina. “Região, Sertão, Nação”. *Estudos históricos: história e região*. Goiânia, 1995, p. 145-151.

dizendo que ali havia ouro. Também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acesa para a terra e novamente para o castiçal, como se lá também houvesse prata¹²⁴.

No entanto, de acordo com o Tratado de Tordesilhas (1494), as terras centrais mais interiores – os sertões – dessa parte do mundo recém-descoberto não pertenciam aos portugueses e sim à coroa espanhola. Logo nas primeiras décadas do século XVI, expedições a serviço do rei de Espanha começaram a penetrar os sertões centrais do continente sul-americano em busca das riquezas. Adentraram as terras molhadas¹²⁵ pela embocadura do rio da Prata, por onde navegaram nos caminhos do rio Paraguai, no Pantanal, um ambiente do qual também trata esse estudo.

Narrativas de navegadores, tais como Juan de Solis (1515), Sebastian Caboto (1526) e tantos outros, passaram a divulgar a existência de uma Serra de Prata e de um Rei Branco. Conta-se que Solis foi devorado pelos índios charruas, do povo guarani, quando navegou no rio Paraná-guaçu. Os naufragos sobreviventes, entre os quais o português Aleixo Garcia, conseguiram chegar à ilha de Yurumirim (Santa Catarina). Ali tiveram notícias, fornecidas por índios da margem setentrional do rio da Prata, de que o metal usado em pequenas chapas confeccionadas por eles era obtido dos índios que viviam ao Norte. Os “naturais” de Santa Catarina também disseram possuir algumas peças de ouro e prata, conseguidos com os índios do rio acima.

A partir dessas informações, na década de 1520, Aleixo Garcia adentrou o *Gran Chaco* – que ficou conhecido na geografia primitiva como *Tierra de los Mbayaes* – e chegou a atingir as fronteiras do reinado inca, trazendo um rico tesouro roubado em povoações dos povos charcas. Apesar de não ter retornado, conseguiu enviar notícias e parte da prata. Essas notícias continuaram estimulando sonhos de fabulosas riquezas, levando novas expedições às terras e águas do centro da América do Sul, que hoje se conhece como Pantanal¹²⁶.

No mapa-múndi trazido ao público europeu em 1544 por Sebastian Caboto, cosmógrafo do rei de Espanha, o desenho da América do Sul traz um interessante texto à esquerda, em que se descreve o rio da Prata, por onde Caboto havia viajado:

¹²⁴ CORTESÃO, Jaime *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, RJ, s/d, p. 240-242.

¹²⁵ Expressão usada por Maria de Fátima Costa no artigo “Deus e o diabo em terras molhadas”. In: *Revista Territórios e Fronteiras*. Programa de Mestrado em História, UFMT, Cuiabá, Vol.1, nº1, jul/dez. 2000, pp. 63-84.

¹²⁶ A respeito dessas conquistas, as narrativas e a cartografia construída a partir das expedições citadas foram consultadas na tese de doutorado de Maria de Fátima Costa (USP, 1997), publicada em *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI/XVIII*. São Paulo, Estação Liberdade, 1999. p. 31-38.

É de infinitíssimos peixes e o maior [rio] que há no mundo. Ao chegar àquela terra quisemos saber se era fértil e boa para lavrar e encher de pão. Então semeamos no mês de setembro 52 grãos de trigo, logo no mês de dezembro se colheu cinquenta e dois mil grãos. Esta mesma fertilidade foi encontrada em todas as sementes. Os que naquela terra vivem, dizem que não longe dali há umas grandes serras de onde tiram infinitíssimo ouro e que mais adiante, nas mesmas serras, tiram infinita prata. Há nesta mesma terra umas ovelhas grandes como asnos comuns, que têm lã tão fina como seda, e outros muitos diversos animais. A gente da dita terra é mui diferente entre si, porque os que vivem nas fraldas das serras são brancos como nós, e os que estão próximos da beira do rio são morenos. Alguns deles dizem que nas ditas serras há homens que têm o rosto como cachorro, e outros do joelho para baixo como avestruz¹²⁷.

Trata-se de um exercício criativo imaginar o que circulou nos corações e nas mentes dos homens da Europa, em se tratando da tão farta natureza, com fabulosas riquezas e, ainda, das tão diversas e estranhas gentes descritas nesse mapa a respeito dessa região da América! Como as idéias e os seus portadores não pararam no tempo e nos espaços, é bem provável que tenham influenciado a mentalidade e as percepções daqueles que deram continuidade à conquista colonial no centro da América do Sul durante os séculos seguintes.

No século XVII, a região foi registrada na cartografia como *Laguna de los Xarayés*. O mapa de Luis Teixeira (datado de aproximadamente 1600 d.C.) é uma representação cartográfica exemplar do mito da *Ilha Brazil*. Tal mapa fez reavivar a crença de que existia uma grande lagoa no centro da América do Sul e que dela se originavam as águas da bacia Paraguai/Prata e de outros importantes rios que corriam para o Norte e iam se juntar ao Amazonas. Esses rios representavam fronteiras naturais, demarcando os limites a partir do Centro até o Sul e ao Norte da América portuguesa.

Nesse mesmo século, a paisagem da região Sul, grande parte de onde hoje se situa o Estado de Mato Grosso do Sul, foi dominada pelas missões da Companhia de Jesus, chegando a ser referenciada como “Paraguai Jesuítico”. Itatim, Tape e Guairá são as mais conhecidas. Reuniam a grande maioria de etnias Guarani, mas também diversas outras. Além das *Cartas Jesuíticas*, os padres da Companhia produziram diversos mapas e narrativas que descrevem o

¹²⁷ Apud. COSTA, Maria de Fátima Op. Cit. 1999, p. 39 e p. 161(Fig.8).

ambiente, bem como os violentos ataques dos paulistas, que aí já faziam suas incursões para escravização dos indígenas¹²⁸.

Nas últimas décadas do século XVII e na primeira metade do XVIII, sertanistas paulistas adentraram ainda mais o interior com suas “entradas e bandeiras”. Eram motivados pelos apresamentos de indígenas, conhecidos como “os negros da terra”, e pelos descobrimentos de ouro¹²⁹. Continuando essas conquistas, em busca de serras de ouro e prata, vale ressaltar a serra dos Martírios, que remete às expedições no século XVII de caça aos índios e descobertas de ouro, nas quais constam referências ao rio que mais tarde ficou conhecido como Cuiabá.

O local da lendária serra dos Martírios parece ter sido encontrado por volta do ano de 1673 em uma expedição de conquista dos gentios serranos. Comandava essa bandeira, com 60 homens armados, o sertanista Manoel de Campos Bicudo. Tinha em sua companhia o seu filho Antônio Pires de Campos¹³⁰, o mesmo que fez um apresamento de índios coxiponé após subir o rio Cuiabá em 1718. Nessa mesma bandeira esteve Bartolomeu Bueno da Silva (Anhanguera) e seu filho de mesmo nome, também menino, que veio descobrir as minas de Goiás em 1722¹³¹.

Em *Notícias* participadas na Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá por Antônio Pires de Campos (já com a idade de 90 anos) ao capitão-mor Luiz Rodrigues Villares, procurador do povo da mesma vila, são feitas anotações em forma de um *Roteiro*, nas quais narra-se a abundância de ouro e da muita gentilidade nos *Martírios*:

(...) a Tapera dos Araés, aonde chegamos com meu pai [Manoel de Campos Bicudo], que Deus haja, achamos várias cunhãs [moças] com folhetas [lascas de ouro] pelo pescoço e braços. E destas folhetas meu pai mandou fazer um resplendor para uma imagem de vulto de Nossa Senhora do Rosário, que na nossa casa tínhamos e também uma coroa do mesmo ouro, que pesava quarenta oitavas, para a Senhora do Carmo do Hospício de Itu. E perguntando aos índios aonde tinham achado aquelas folhetas, respondeu o cacique que naqueles morros, depois de chover. (...) e por cima da barra do Araguaia achamos muita gentilidade e o rio

¹²⁸ Existe farta historiografia e fontes impressas a respeito dessas missões e aqui cito apenas algumas: CORTE-SÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Itatim (1556-1760)*, RJ, 1952; ANGELIS, Pedro de. *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las Provincias del rio de la Plata*, Buenos Aires, Imprenta del Estado, 1836

¹²⁹ John M. Monteiro descreve a prática dos apresamentos nos sertões interiores para a manutenção da escravidão indígena no planalto paulista e trata da crise da mão de obra indígena no início do XVIII. Os apresamentos nos sertões do Cuiabá demonstram as últimas tentativas para amenizar esta crise. Cf. em *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994. (Capítulo 7, pp. 209-26)

¹³⁰ Sobre este sertanista, no cap. 3 desta tese estão apresentados mais dados.

¹³¹ Ver: TAUNAY, A. *História geral das bandeiras paulistas*. Tomo IV. S. Paulo, 1928, p. 58.

com má navegação por ter muitas cachoeiras; e onde estão os Martírios é o rio muito afunilado com pedrarias de parte a parte, e fica subindo rio acima da parte esquerda com aparência de galo, cruz, lança e mais coisas (...) ¹³².

Constatam-se as evocações de símbolos do cristianismo e as práticas cristãs sertanistas alimentando o imaginário da conquista. Novamente os índios são os informantes do local do ouro dos Martírios, aqui na pessoa do cacique do povo Araés. As *Notícias das Minas dos Martírios*, que o sertanista João Leme do Prado ofereceu ao capitão-general Luis de Albuquerque de Melo e Cáceres (governador da capitania entre 1772 e 1789), demonstram que até aquela época permanecia o desejo do reencontro com essas minas. Ainda circulavam notícias de depoimentos dos primeiros sertanistas revelando que, com as próprias mãos, haviam extraído ouro do barranco do riacho Paraupaba e trazido “uma folheta, que puseram na mão de N. S. da Penha, em São Paulo”. Tais informações teriam vindo de Bartolomeu Bueno (o Anhanguera filho) e de Antonio Pires de Campos (o velho, filho de Manoel de Campos Bicudo), que lá estiveram, ainda meninos, em companhia de seus pais. Segundo informou João Leme do Prado, os sertanistas que chegaram à serra dos Martírios extraíram folhetas de ouro com suas próprias mãos, já que não portavam instrumentos adequados. Por serem “mais cobiçosos do gentio, do que de ouro, não fizeram dele a estimação que hoje se faz”. O relato também revela que os sertanistas só estiverem ali por disporem de pouca pólvora, estarem sem ferramentas e cheios de gentio. Não tiveram outro remédio senão seguirem para São Paulo, mas tinham o projeto de retornar com ferramentas para minerar. Ao saberem da grandeza das Minas Gerais, no entanto, interessaram-se mais por elas, esquecendo-se do que “em outro tempo tinham visto” e começaram a minerar¹³³.

O relato revela também que o capitão-mor, regente Bartolomeu Bueno, depois de um tempo nas Minas Gerais sem conseguir enriquecer e vendo-se tão pobre, “com nove filhas para casar, ofereceu ao capitão general de São Paulo esta conquista” e este lhe deu o apoio necessário, nomeando-o capitão-mor regente e guarda-mor de todo o descoberto¹³⁴. E ao dar o rumo para onde seguiu essa expedição, é que se tem a certeza de que haviam passado pela

¹³² “Roteiro que deu o capitão-mor Antônio Pires de Campos ao capitão-mor Luiz Rodrigues Villares, procurador do Povo da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, para o descobrimento de grandes haveres para as aldeias dos gentios Araés”. In: TAUNAY, Afonso(Org). *Relatos sertanistas*. 1981, p.199-200.

¹³³ PRADO, João Leme do. Notícias das Minas dos Martírios oferecidas ao governador e capitão-general Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. In: TAUNAY, A. *Relatos sertanistas*, p. 211-212.

¹³⁴ Esta empresa saiu de São Paulo em julho de 1722, apoiada pelo capitão-general Rodrigo César de Menezes. Detalhes dessa expedição em TAUNAY, Afonso. HGBP, t. XI, p. 25-32.

região do rio Cuiabá, na primeira bandeira, acima citada, conforme escreve da vila de Cuiabá, João Leme do Prado:

Marchou pois o dito Bueno animado deste calor. Mas como nesse tempo [1722] estava descoberto este Cuyabá e era caminho por onde devia entrar como da primeira vez, temeu pela distância que vai de São Paulo ao Cuiabá, se desanimassem os soldados e desertassem para o mesmo Cuiabá, procurou rumo diferente, dando volta pelos sertões de Goiás¹³⁵.

Apesar do descobrimento das minas de Goiás, essa empresa não teve o sucesso esperado, que era o de reencontrar as minas dos Martírios. Outra expedição comandada por Amaro Leite com 300 homens para lá também rumou, chegando apenas até o território dos araiés, onde certamente houve grande massacre desses índios.

A serra dos Martírios ainda estava incógnita e João Leme conclui suas *Notícias* dando o rumo certo dos tesouros da serra ao capitão-general de Mato Grosso. Mostrando conhecer o caminho, ao que parece buscava o apoio do governador para empreender essa expedição. Para se chegar à paragem dos Martírios, conforme haviam dito o capitão-mor regente Bartolomeu Bueno e o coronel Antonio Pires,

(...) é entrar pelo Cuyabá, procurando rumo entre norte e poente, levando o sertão dos Bacaris à direita, e passando pelo sertão dos Aguitis, e marchando a rumo direito, procurar o gentio Mamberiára, da língua geral com quem já tive fala, e também visto parte dessa campanha, que acho muito suficiente para outras Minas Gerais. É isto o que pode informar a V. Ex. o seu mais humilde súdito. João Leme do Prado¹³⁶.

Nesse derradeiro trecho, o autor confirma o rumo dos Martírios entrando pelo Cuiabá e, ao fornecer um parcial mapeamento do caminho, pode-se constatar territorialidades ameríndias na região norte e poente na segunda metade do XVIII, inclusive nomeando os Bakairi e outros povos de língua Tupi.

A serra dos Martírios e seus tesouros, imaginados na forma da paixão de Cristo, podem ser tomados como um emblema do efeito mobilizador das conquistas aos sertões interiores desde o século XVII. Na esperança de encontrar os tão desejados tesouros, e no serviço de apresar os “negros da terra” – considerados por paulistas o “remédio para sua pobreza”¹³⁷ –

¹³⁵ PRADO, João Leme do. *Notícias das Minas dos Martírios oferecidas ao governador e capitão general Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres*. Op, cit, p.212

¹³⁶ Idem, *ibidem*.

¹³⁷ Essa expressão é recorrente nos inventários e testamentos dos paulistas, para justificar as entradas aos sertões para captura de índios. Ver: MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do Bandeirante*, 1980.

águas e terras, matos e serras, florestas e sertões de gentios foram devassados no processo da conquista colonial dessa parte mais central da América do Sul¹³⁸.

Retornando ao processo mais amplo da conquista colonial, ao findar o século XVII, os grandes contornos da América do Sul já estavam “descobertos” e conhecidos pelo velho mundo ocidental cristão, principalmente pelos portugueses e espanhóis. Cartas, mapas, plantas, gravuras e outras formas de escritas, tais como diários, crônicas, relações, notícias, mais frequentemente expressaram as percepções elaboradas com base nas narrativas dos participantes de expedições que exploraram diferentes regiões da América.

As conquistas coloniais levadas a cabo pelas coroas ibéricas nas primeiras décadas do século XVI, ao menos nas faixas litorâneas e na região dos Andes, pareciam estar relativamente consolidadas ao findar o século XVII. As imensidões das águas dos estuários dos rios Amazonas e da Prata já haviam sido “descobertas”, bem como grande parte de seus leitos, margens e maiores afluentes interiores, que receberam várias incursões exploratórias, por onde foram se instalando marcos de posse colonial.

Os descobrimentos e as conquistas envolviam o registro e a oficialização, com o envio de comunicados ao rei; a colocação de algum marco ou símbolo de conquista na nova terra – geralmente uma cruz – e ainda a anunciação de um novo nome cristão, muitas vezes diretamente vinculado ao poder real. Enfim, esse era o ritual de batismo e posse colonial.

Nos princípios da conquista lusa da Terra de Santa Cruz, que depois se chamou Brasil, as expedições exploratórias buscaram conhecer os produtos da terra e a sua gente. Na sequência, instalaram-se as feitorias para o escambo de pau-brasil e de espécies exóticas de animais, como papagaios, araras, macacos, etc. Até mesmo as gentes – os índios ou ‘naturais’ da terra – foram levados à Europa e exibidos como espécies exóticas. Foi o caso do índio carijó Essomericq e de um grupo de Tupinambá levados para a França¹³⁹. Mas, ao fazerem as incursões por rios e terras adentro, a grande motivação era a possibilidade de encontrar os tesouros de ouro e prata, ou seja, o Eldorado.

¹³⁸ Consideramos a expressão “*parte mais central da América do Sul*” uma categoria conceitual explicativa para expressar a dimensão continental do território onde se constituiu a capitania de Mato Grosso. Foi concebida no período de 1997 a 2002, nas reflexões do Grupo de Pesquisa/CNPq “*A Terra da Conquista: a capitania de MT no século XVIII*”, coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Rosa.

¹³⁹ PERRONE-MOISÉS, Leila. Essomericq, o venturoso carijó. In: NOVAES, Adauto. *A outra margem do Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999, p. 335-350.

E é sempre bom lembrar que todas essas formas de conquista envolveram o devassamento e a exploração da natureza e dos habitantes locais. Inicialmente esse processo se deu na Floresta Atlântica, com a exploração e o traslado para outros continentes dos “produtos da terra”, não só resultantes do extrativismo da madeira e espécies animais exuberantes e curiosas, conforme já foi dito, mas também de espécies alimentícias, tais como o amendoim, o milho e frutas tipicamente tropicais (maracujá, abacaxi, caju, etc.). Por outro lado, a colonização dessa mesma natureza implicou na introdução contínua de plantas e animais de outros continentes, como a cana-de-açúcar, o arroz, o trigo, as galinhas, os bovinos, os eqüinos, os suínos, etc. Outro aspecto marcante foi o enfrentamento com os nativos ameríndios, seja por meio de formas “amistosas” como os escambos e a catequese jesuíta, seja de maneira marcadamente violenta, como os genocídios provocados por guerras com armas de fogo ou pelo contágio de doenças.

No caso mais específico das conquistas da coroa portuguesa no litoral atlântico, na segunda metade do XVI já se vêem implantados os principais núcleos de povoamento, tais como São Vicente e Rio de Janeiro, nas regiões Sul e Sudeste, Salvador, Recife e São Luís, no Nordeste; e Belém, no Norte.

No além-litoral, apenas um núcleo de catequese e povoamento se destaca no espaço da conquista lusitana. Partindo da vila de São Vicente, seguindo por uma antiga trilha indígena na Serra do Mar, chegava-se ao Planalto do Piratininga, onde grupos ameríndios de maioria étnica Tupi foram desterritorializados para dar lugar às espacializações coloniais, como o colégio dos jesuítas e a vila de São Paulo. Em seu entorno, os aldeamentos, fazendas e capelas deram origem à formação de novas vilas, como Itu, Sorocaba, geralmente em antigas terras dos índios que povoavam as margens de rios, como o Tietê e seus afluentes.

Os sertões centrais interiores, mais especificamente *os sertões de Cuiabá e do Mato Grosso* ainda estavam na condição de terras de conquista colonial portuguesa, com as incursões a partir de São Paulo. Também a presença espanhola contornava aqueles sertões com missões da Companhia de Jesus na região da bacia do Paraná-Paraguai, ao sul, e em áreas da Amazônia meridional (Moxos e Chiquitos). Na Amazônia central, entre os rios Madeira e Tapajós, há notícias de incursões esporádicas de tropas de resgate ou expedições de extração

das chamadas drogas do sertão, bem como de algumas missões jesuíticas que passam a ter uma presença mais constante a partir de 1680¹⁴⁰.

Mas foi em fins do século XVII e nas primeiras décadas do século XVIII, que sertanistas paulistas, em busca de apresarem índios e encontrarem riquezas minerais, intensificaram o devassamento e as conquistas do sertão no amplo território da parte mais central da América do Sul¹⁴¹. A fase inaugural da conquista colonial luso-paulista nas áreas centrais do continente desenvolveu-se a partir da primeira metade do XVIII.

Pode-se dizer que as conquistas e ocupações coloniais luso-paulistas em territorialidades ameríndias foram desencadeadas e têm seu marco inicial no apresamento dos índios coxiponés, por volta de 1718. No ano seguinte, sertanistas informados de que por lá existiriam ainda mais desses gentios, partiram em uma expedição de captura. Foi quando se descobriu o ouro às margens do rio Coxipó, afluente do rio Cuiabá.

Ainda não havia sido criada a capitania de São Paulo, apesar de já existir a cidade de São Paulo, alçada a essa condição em 1711, e tantas outras vilas, como Itu e Sorocaba, de onde partiram os paulistas aos sertões e minas de Cuiabá e Mato Grosso. Em 1720, foi criada a capitania de São Paulo e Minas Anexas, separando-se das Minas Gerais. O conflito com os emboabas expulsou sertanistas mineiros, que partiram em busca de novos descobrimentos.

Nesse momento se intensificam os confrontos entre sertanistas paulistas e diversos povos indígenas que viviam nos sertões do Oeste e que habitavam as margens ao longo dos rios. Esse movimento histórico pode ser considerado parte do processo de continuidade da busca de mão-de-obra indígena para sustentar a economia colonial paulista, em crise na primeira metade do XVIII¹⁴².

A partir dos “novos descobrimentos” do ouro nesses sertões iniciou-se o povoamento colonial. Levas de gente de povoado vinham embarcadas nas tropas de canoas, navegando nos caminhos das águas traçados ao longo dos rios da bacia Paraná-Paraguai, nas chamadas de

¹⁴⁰ MENENDEZ, Miguel A. A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas. In: CUNHA, Manuela C. da. Op. Cit. 1992, p. 281.

¹⁴¹ Considera-se a expressão “parte mais central da América do Sul” como uma categoria conceitual explicativa para expressar a dimensão continental desse vasto território e dar maior visibilidade às espacializações da conquista colonial portuguesa na capitania de Mato Grosso.

¹⁴² MONTEIRO, John M. Op. Cit., capítulo 7, p. 209-26.

monções¹⁴³. E foi se formando a sociedade colonial nos primeiros arraiais da região chamada de *sertões do Cuiabá*, tendo como referência o rio Cuiabá, um dos principais afluentes do rio Paraguai.



Fig.4. *As monções do Sul*

Apud. SIQUEIRA, Elizabeth Madureira de. História de Mato Grosso, Cuiabá, Entrelinhas, 2002, p. 34

Os *sertões do Cuiabá* representavam terras e águas de povo indígena, territorialidade ameríndia a ser devassada, conhecida, conquistada. Sertões, que ao ganharem esse nome, remetem a lugar de habitação de sociedade ameríndia em relações com o ambiente das águas. Portanto, merecem atenção especial as percepções que esses primeiros colonizadores tinham a respeito dos sertões, com foco nas suas descrições da natureza e dos índios; e também a importância de se conhecer o lugar de quem falava, em sua dimensão social, cultural e política, para se ter claro os motivos desses sujeitos em devassarem os sertões e para quem falavam. Isto é, por que e para quem escreviam.

¹⁴³ Viagens que partiam do Tietê e seguiam por rios da bacia do Paraná, atravessavam por terra no varadouro de Camapuam, e entravam em rios da bacia do rio Paraguai até subirem o Cuiabá e chegarem até às minas. Ocorriam com frequência anual e eram chamadas de *monções*. Na Fig. 4 (acima) é o traçado em azul-vermelho e azul o trecho fluvial percorrido pós anos 1720. (ver mais detalhes no Cap. 3.3, p. 176 e seguintes)

Inicialmente, vale a pena refletir sobre a palavra *sertão* ou *certão* e seus significados durante a colonização lusitana. Até o fim do século XVIII, o termo foi muito usado pelas autoridades lusas nas colônias. No dicionário de Rafael Bluteau, do século XVIII, “sertão é o interior, o coração das terras, que ao opor-se ao marítimo, tomava-se por mato longe da costa”¹⁴⁴.

Em 1721, o rei D. João V citou os sertões como “lugar de minas de ouro, prata e pedras preciosas”. Os sertanistas paulistas, que faziam as entradas de apresamento de índios, ao solicitarem auxílio ao mesmo rei, disseram estar “abandonados à sorte cruel entre os sanguinários selvagens habitantes desses sertões”. Para eles, esses “interiores perigosos, porém dourados” eram os atuais estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Para aqueles que viviam nos ambientes urbanos do litoral, como o Rio de Janeiro, o sertão começaria além dos limites da cidade “no desconhecido espaço dos indígenas, feras e espíritos indomáveis”¹⁴⁵.

Para os governantes e outras autoridades que iam ao sertão, onde teriam de vencer os mais terríveis perigos, era o exílio a que haviam sido temporariamente relegados. Por outro lado, as expedições aos sertões representavam a oportunidade de poderem receber honras e mercês mais rapidamente. Para os degredados e perseguidos pela justiça real e pela Inquisição, para os escravos fugidos e índios perseguidos, o sertão significava liberdade e esperança de recomeço. Em síntese, segundo Janaína Amado,

(...) Sertão pode ter significados tão amplos, diversos e aparentemente antagônicos, variando segundo a posição espacial do enunciante; configurou uma perspectiva dual, contendo em seu interior, uma virtualidade: a da inversão. Inferno ou paraíso, tudo dependia do lugar de quem falava¹⁴⁶.

Os bandeirantes paulistas dos séculos XVII e XVIII viam o sertão como as terras que ficavam além da vila de Piratininga, por onde iam fazer suas ‘entradas’ ou o apresamento dos indígenas, buscando o remédio para sua pobreza. Além do objetivo maior de se abastecerem de “negros da terra”, ainda vislumbravam encontrar ouro e pedras preciosas.

Se os *sertões do Cuyabá* em seus primeiros tempos fez parte dos vastos sertões da América, importa refletir ainda mais sobre os significados dados à palavra “sertão”. Apesar dos múltiplos significados, ela ganha seu primeiro sentido na origem etimológica do vocábu-

¹⁴⁴ BLUTEAU, Rafael. Dicionário da Língua Portuguesa. Lisboa, MDCCLXXXIX.

¹⁴⁵ AMADO, Janaina. Op. Cit, 1995. p.150-151.

¹⁴⁶ Ibidem

lo: derivado do latim *desertu* ou *desertanu*¹⁴⁷. Seguindo as referências das pesquisas de Lyliã Galetti neste tema, é que se ampliam as possibilidades de estabelecer vínculos explicativos com o sertão dos sertanistas e monçoeiros setecentistas. A hipótese de Gustavo Barroso¹⁴⁸, que propôs sua origem no vocábulo da língua angolana *bunda*, corruptela de *mulcetão* (*celtão*, *certão*), sinônimo de lugar longe do mar, não pode ser desprezada, pois sugere interessantes familiaridades. Entretanto, mais completa é a explanação conceitual de Gilberto Mendonça Teles, que incorpora a usual associação entre os vocábulos *deserto* e *sertão*, termos usados como sinônimos nas crônicas e nos documentos coloniais. Para Teles, *sertão* foi adquirindo várias significações à medida que o espaço brasileiro foi se ampliando com a conquista colonial para o Oeste. Referia-se sempre ao lugar “oposto e distante de quem está falando, e designaria o lugar do desertor, do que sai da ordem, o terreno incerto figuradamente impenetrável e desconhecido e, ainda, o que não está entrelaçado ao conhecimento”¹⁴⁹.

No campo dessa significação do “terreno incerto, que não está entrelaçado ao conhecimento”, é onde se pode enxergar melhor a necessidade do Estado português “tomar notícias dos práticos da terra ou sertanistas”, para tornar conhecidos os vastos sertões brasileiros. Nas primeiras décadas do século XVIII, após as descobertas das minas do Coxipó, viram como cada vez mais necessário, estratégico, penetrar os desconhecidos sertões das minas de Cuiabá. Para tanto, as *Notícias Práticas* incluem esses sertões no projeto do *Atlas da América Portuguesa*, dos padres matemáticos, parte do processo desencadeado de conhecer nos sertões os limites naturais onde se deveria demarcar as fronteiras com a parte de Castela e garantir as posses das conquistas lusas.

O historiador americanista Russel-Wood, escreveu um ensaio em que reflete sobre a fronteira do Brasil colonial como uma metáfora, mais de que uma linha divisória política. Pretendendo compreendê-la como área de interação entre diferentes culturas, Russel Wood vê na palavra “sertões” a solução para sua abordagem alternativa. Sertões que pode indicar hoje uma característica topográfica – o agreste –, mas que engendra tanto percepções como realida-

¹⁴⁷ Cf. MACHADO, J. P. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 1952.

¹⁴⁸ BARROSO, Gustavo. Vida e história da palavra sertão. Apud BARTLET, D. D. Os custos da modernização: dissociação, homogeneização e resistência no sertão do Nordeste brasileiro. Apud. GALETTI, Lyliã da Silva Guedes. *Nos confins da “civilização”: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas. 2000. p. 34-35.

¹⁴⁹ TELES, Gilberto Mendonça. O Lu(g)ar do Sertão na poesia brasileira. *Colloque International: sertão, réalité, mythe, fiction*. Rennes, 1991, p.1. Apud. GALETTI, Lyliã da S. Guedes, Op. Cit. 2000. p. 35.

des. Não se trata de uma palavra neutra e, como tal, deve ser analisada no contexto em que está sendo utilizada e com as adjetivações que a acompanham.

Observando tais aspectos, sertões eram regiões normalmente não habitadas pelos portugueses, onde certamente haveria forças potencialmente perigosas. Representava tudo de repulsivo e diferente dos valores e princípios apreciados pelos portugueses: justiça, cristandade, disciplina, boa administração. Por isso era o bárbaro, o caótico, a “região esquecida por Deus e desconhecida do homem civilizado”. Um conceito essencialmente etnocêntrico concebido pelos administradores locais, missionários católicos e colonos, que se colocavam no lugar de representantes da civilização assim entendida pelos portugueses. As penetrações ao sertão estavam associadas à conquista ou supressão da barbárie e não meramente à noção de expansão de fronteiras. Os habitantes naturais do sertão eram selvagens (gentios), não domesticados (bravos), que cometiam atrocidades (bárbaros), o que era universalmente aceito, pelo menos entre os colonizadores¹⁵⁰.

Outra referência citada por Galetti é um ensaio sobre a utilização do tema *sertão* na literatura brasileira. Reconhece suas origens mais remotas na noção de deserto, freqüentemente associado ao viajante, aquele que faz a sua travessia e suas vinculações com as tradições milenares, carregadas de imagens religiosas, como inferno, paraíso, purgatório, purificação e solidão. A noção de deserto indicaria o “lugar onde o sagrado e o profano se encontram e se defrontam, lugar mais freqüentado pelos animais selvagens que pelos homens, povoado de espíritos, demônios, assombrações, ou lugar de refúgio para expiação de crimes e pecados”¹⁵¹.

Portanto, para conhecer as diversas percepções dos sertões de Cuiabá, com o foco nas descrições dos gentios e de suas relações com a natureza, é fundamental conhecer o *lugar* de quem contava ou fazia o registro escrito acerca desses “sertões”, considerando estarem implícitas aí as percepções a respeito das paisagens para as quais olhavam e os seus sentimentos em relação ao mundo natural; e quanto aos seus habitantes “naturais” – os gentios, como eram comumente chamados. Examinar esse ‘lugar’ significa conhecer os porquês e para quem se registrava o que se via: os motivos de se estar “devassando” esses sertões.

¹⁵⁰RUSSELL-WOOD, A. J. R. A Formação Territorial do Brasil. *Revista Oceanos*, n° 40, out./dez. 1999, CNCDP, p. 9.

¹⁵¹CRISTÓVÃO, Fernando. A transfiguração da realidade sertaneja e a sua passagem a mito (A Divina Comédia do Sertão). *Revista USP, Dossiê Canudos*, São Paulo, 1993-1994, p. 50-51. Apud. GALETTI, Lyliá da S. Guedes, Op. Cit, 2000. p. 35.

2.2. A infestação de gentios nos sertões de Cuiabá

Na década de 1770, o cronista José Barbosa de Sá, morador na Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá escreveu a *Relação das povoações do Cuyabá e do Mato Grosso*. Ele mesmo diz ser dos “segundos que cultivaram estes sertões” e que examinou tudo que nele havia¹⁵². Essa narrativa contém versões das paisagens e das sociedades ameríndias percorridas no processo da conquista colonial, relacionando os acontecimentos a cada ano. Aí se vê evocado o sentido original daquelas povoações como frutos da expansão e continuidade da missão jesuítica, na missão de “semear a Divina Palavra” pelos sertões, conduzida por paulistas “americanos, operários desta Santa Lavoura, de onde colhiam almas para Deus e utilidades humanas”; que, ao promoverem a “expugnação das barbaridades que aqueles lugares ocupavam”, foram “se estendendo aos longes e tiraram muita soma de indivíduos e reduziam do agreste estado ao do cristianismo”¹⁵³.

É ao detalhar as entradas pelos rios que os levariam às conquistas dos sertões de Cuiabá, que revela a numerosa presença indígena e descreve a paisagem do Pantanal em linguagem que faz recordar o paraíso:

Correndo os tempos e continuando aqueles aventureiros [paulistas] as suas conquistas, chegaram a navegar o rio Paraguai, descendo uns pelo [rio] Coxim, outros pelo Embotetei [atual rio Miranda-MS], (...) e entrando pelas grandes baías, foram achando tantas nações de gentes que não cabem nos arquivos da memória e só me lembro as seguintes: Caroyas, Taquasentes, Xixibes, Xanites, Porrudos, Xacororés, Aragoarés, Coxiponés, Pocuris, Arapoconés, Mocos, Goatós, Araviras, Buripoconés, Arapares, Hytaporés, Ianés, Aycurus, Bororos, Payagoas, Xaraés, Penacuicas, e outros. Divertidos com estas gentes e fertilidade das terras, donde se colhem os frutos sem semear, esquecidos das pátrias, mulheres e filhos, e sobretudo das obrigações de católicos, passavam as vidas anos e anos¹⁵⁴.

Ao continuarem a navegação pelo conhecido Pantanal, os sertanistas paulistas sobem o rio Cuiabá. O cronista, ao comentar a denominação dada ao rio, constata a existência de habi-

¹⁵² *Relação das povoações do Cuyabá e do Mato Grosso desde os princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: Secretaria de Educação e Cultura/UFMT, 1975. p.10. O local de nascimento deste cronista é até hoje ignorado. Parece ter chegado bem jovem no arraial de Cuiabá, à época de sua elevação a vila (1727). Foi sertanista, observador oficial das missões hispânicas da parte ocidental do Guaporé, procurador do povo e advogado licenciado na vila de Cuiabá. Primeiro cronista da vila, possuía a maior livraria de Cuiabá, onde constavam João de Barros e Antônio Vieira. Ver: ROSA, Carlos A. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá: vida urbana colonial em Mato Grosso (1722-1808)*. Tese de doutorado. USP, São Paulo, 1996.

¹⁵³ *Ibidem*.

¹⁵⁴ SÁ, José Barbosa de. Op. Cit, p. 10.

tantes às suas margens, que cultivavam e faziam uso de uma planta, conhecida como cabaça, da qual se faz a *cuiá*, conforme narra:

(...) o rio Cuiabá, assim chamado dizem uns por acharem em suas margens cabaças plantadas de que faziam cuias para seus usos, outros que o nome Cuiabá procedeu de uma cuiá que os primeiros que subiram este rio acharam sobre as águas, que ia rodando, por onde inferiram que havia gente por ele acima e por esta inferência subiram em procura dela, outros disseram que é apelido do gentio que nas margens deste rio habitava¹⁵⁵.

É ainda evidente que o cronista não teve acesso às informações passadas pelo sertanista Antônio Pires de Campos na *Breve Notícia...*¹⁵⁶, pois naquele registro constataria a referência a *um lote de gentio* – os *cuiabases*, como habitantes desse rio. No entanto, revelou em detalhes a prática do apresamento e destruição de aldeias do gentio coxiponé pelo sertanista, o descobrimento do ouro pela bandeira de Pascoal Moreira Cabral e o cultivo de lavouras nas margens dos rios:

Foi o primeiro que subiu este rio, Antonio Pires de Campos, em procura do gentio Coxiponé; chegado a uma aldeia deles, (...), aí prendeu muitos e voltou para baixo, em procura das mais frotas que andavam por essas largas e dilatadas baías em procura das mais nações. No seguinte ano [1719] seguiu Pascoal Moreira Cabral o mesmo rumo em procura dos coxiponés e chegou ao lugar da aldeia velha já destruída. Não os achando subiu o rio Coxipó-mirim (...) acharam ouro em granetes cravados pelos barrancos.(...) Trataram logo de fabricar casa e lavouras de mantimentos pelas margens dos rios Cuiabá e Coxipó; extinguindo uma aldeia do gentio¹⁵⁷.

Em um roteiro de caminhos percorridos pelos paulistas para se chegar à *província dos coxiponés*, pode-se constatar o projeto invasor em territorialidades ameríndias: “Está o tal sertão [do Cuiabá] também rodeado de bastantes nações de índios; e em pouca distância há uma grande aldeia, na qual esperam os paulistas nela fazerem uma habitação, por ser o lugar mais cômodo aos mineiros”¹⁵⁸.

¹⁵⁵ Idem. p. 11.

¹⁵⁶ “Breve Notícia que dá o capitão (...) do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuiabá e seu recôncavo, (...)”.TAUNAY, A. de *Relatos sertanistas*. São Paulo: Edusp; B.Horizonte: Itatiaia, 1981, p.191.

¹⁵⁷ SÁ, José Barbosa de. Op. Cit. p. 10-2.

¹⁵⁸ ANÔNIMO. Demonstração dos diversos caminhos de que os moradores de São Paulo se servem para os rios Cuiabá e província de Coxiponé. In: TAUNAY, A. de. *Relatos sertanistas*. B.Horizonte/S. Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981, p.206.



Fig. 5. *Mapa manuscrito do século XVIII*
Anônimo. Acervo Instituto de Estudos Brasileiros – IEB/USP.

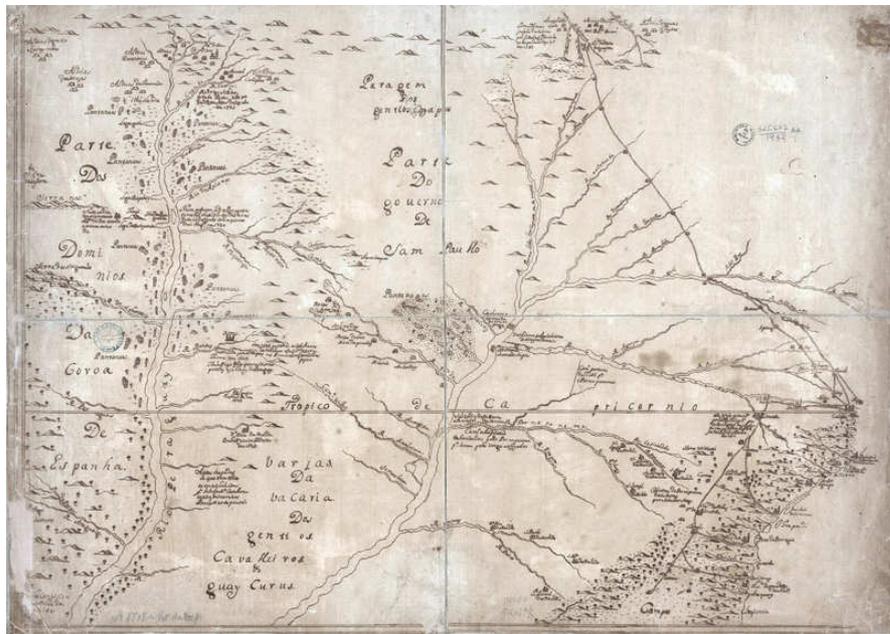


Fig. 6. *Mapa de parte do governo de São Paulo e dos domínios da coroa de Espanha*
Anônimo, século XVIII (Acervo BN-RJ)

Em uma das primeiras cartas do capitão-general da Capitania de São Paulo ao rei D. João V, em 1721, este faz referência a notícias enviadas pelos desbravadores dos sertões de Cuiabá. Segundo o relato, estes se encarregaram primeiramente do plantio de roças e da conquista dos gentios, que não eram poucos. Segundo o relato, boa parte dos índios já se achava unido com os sertanistas e outra parte havia se retirado por causa do medo, mas havia esperanças de que imitassem os primeiros. Na carta ao rei, o capitão-general expressa sua satisfação, dizendo que os sertanistas estavam achando ouro, para glória de Deus e aumentos da Fazenda Real e do bem comum dos povos¹⁵⁹.

Com a informação de que grande parte do gentio se “achava unido aos sertanistas”, se pode deduzir que logo nos primeiros anos da conquista muitos foram retirados do convívio de suas aldeias e colocados na condição de índios domésticos, segundo o costume na terra dos paulistas. Sabe-se que “costume da terra” era uma forma de apropriação do trabalho indígena nos serviços domésticos e nas lavouras¹⁶⁰. Naquela condição, os indígenas trabalhavam também na confecção das canoas e em outras atividades das expedições sertanistas e/ou monções pelos rios, sendo eles os melhores guias, pilotos práticos das embarcações e os “negros” que carregavam as cargas às costas. Portanto, acharem-se unidos aos sertanistas significava que já estavam incorporados aos serviços das expedições sertanistas e poderiam envolver-se nas atividades de apresamento de grupos indígenas inimigos, já que os paulistas pretendiam “desinfestar” os sertões e obter novas presas. Eles eram empregados também nas lavras de ouro das margens dos rios e córregos, encarregando-se principalmente do sustento das tropas seja na caça, pesca, coleta de mel e frutas, seja derrubando os matos para plantio de lavouras, como mandioca, milho e outros mantimentos.

Poucos meses depois, uma nova carta do mesmo governador Rodrigo César repassou as notícias das minas de Cuiabá que havia recebido de “dois homens que lá se achavam, dos principais e melhores sertanistas da vila de Sorocaba”. Segundo escreve, eles confirmavam não só “as mesmas notícias que corriam, mas apresentavam muito mais”. A abundância do ouro estava ali narrada de forma bem atrativa, ao dizer que alguns sertanistas, ao trabalharem somente mês e meio com três escravos, “tiraram 900 oitavas de ouro sem mais ferramenta que o cabo da espingarda servindo-lhe em lugar de alavanca”. Outro detalhe, para se entender mais adiante a necessidade que apresentou o capitão-

¹⁵⁹ Carta de Rodrigo César de Meneses a Aires Saldanha. (São Paulo, 20/12/1721). Mss, Mfcha 1, nº 215. AHU, NDIHR/UFMT (Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFMT).

¹⁶⁰ As roças envolviam principalmente as mulheres, que por tradição da cultura tupi-guarani são as responsáveis pelo plantio, pela colheita (principalmente de mandioca e milho) e pela preparação dos alimentos.

general da capitania de São Paulo em ir pessoalmente às minas de Cuiabá, em 1726, é quando também diz que os sertanistas confessaram o “pecado em que todos estes homens tropeçam por fugirem dos quintos”¹⁶¹, aludindo à sonegação dos impostos cobrados sobre o ouro.

A mesma carta de Rodrigo César fornece pistas sobre os confrontos com os indígenas no cenário da conquista. Conforme descreveu, “também não é pequena a felicidade de acharem pouca oposição do gentio, sem embargo de ser muito diverso, porém a maior parte tem pedido paz a estes homens que agora chegaram e trouxeram oitenta”¹⁶².

E assim se pode ver revelada a diversidade étnica presente nos sertões do rio Cuiabá, as possíveis negociações ou rendições, diante da violência das práticas decorrentes dos apresamentos, como o caso daqueles oitenta gentios que foram levados para São Paulo pelos “melhores sertanistas da vila de Sorocaba”.

Nesses primeiros anos da década 1720, o movimento colonizador ou “corrida do ouro” aos sertões das minas de Cuiabá, está relatado pelo capitão-general nesta mesma carta: “Até o fim de maio, parte muita gente dividida em tropas, porque os parentes que lá se acham os animam a que vão”.¹⁶³

Em 1722, seguiu das minas do Coxipó uma carta dirigida ao rei D. João V, enviada pelo sertanista “descobridor”, Pascoal Moreira Cabral. Este informou ao rei estar distante da cidade de São Paulo durante quatro meses de viagem, após ter passado por inúmeros riscos de vida tanto por rios, como por terra, perdido um filho, 15 homens brancos e alguns escravos, mortos e devorados pelo gentio¹⁶⁴. Vale observar que o gentio foi descrito como antropófago em uma das primeiras notícias dos sertões do Cuiabá. Esse detalhe, cuja autenticidade não pode ser confirmada, causava horror e era forte o bastante para justificar e reforçar as atitudes de guerra e escravidão. O autor da carta esclarece que estava na diligência de novos descobrimentos de ouro por vários rios e ribeiros, com homens de guerra notadamente para “vencer” o gentio. Evidenciando os promissores lucros com o ouro, Moreira Cabral vislumbrava para a região um cenário de grandezas comparável ao das Minas Gerais:

Entendo serão estas minas como as grandezas das Gerais, e muitos lucros para a Fazenda Real pelas passagens dos rios e dízimos. Ao presente tenho mandado três tropas com seus

¹⁶¹ Carta de Rodrigo César ao vice-rei (29/04/1722). *Doc. Int.*, vol. 20, p. 20.

¹⁶² Carta de Rodrigo César de Meneses a Aires Saldanha. (São Paulo, 20/12/1721). Mss, mfcha 1, nº 215. AHU, NDIHR/UFMT.

¹⁶³ Idem, ibidem. Carta de Rodrigo César ao vice-rei (29/04/1722). *Doc. Int.*, vol. 20, p. 20.

¹⁶⁴ Carta de Pascoal Moreira Cabral ao rei. Minas do Coxipó, 15/07/1722. Mss, mfcha 1, nº 247. AHU, NDIHR/UFMT.

cabos à mesma diligência por vários rios e ribeiros, e estou de partida com 70 homens de guerra a fazer outros descobrimentos pelas noticias que tenho do gentio e, ao fazer desta, se tem descoberto um ribeiro com boa pinta de ouro¹⁶⁵.

O autor ressalta sua ação sertanista e a área de abrangência daquele sertão para solicitar ao rei sua confirmação como guarda-mor e regente daquelas novas minas:

E como tenho descortinado este sertão nesta diligência, desde o rio dos Porrudos, cabeceiras do Paraguai e Cuiabá, até mais perto das cabeceiras do rio do Maranhão, me acho destituído de cabedais e com família de mulher e duas filhas e um filho; pelo que peço a V.M. ponha os olhos neste real vassalo como for servido, e confirmar-me a ocupação em que estou de guarda-mor destas minas de ouro do sertão do Cuiabá e capitão-mor regente, por ser assim também conveniente ao aumento de sua Real Fazenda e sossego do povo, e que nenhum mandador me possa impedir esta conquista nas ocasiões do serviço de Deus e V.M. que Deus guarde¹⁶⁶.

Nesse comunicado dirigido ao rei observa-se como um caçador de índios e de ouro poderia ser alçado à condição de “descobridor” e reivindicar um posto de autoridade nas conquistas. Nesse caso, Pascoal Moreira Cabral, na busca do ouro, diz ter descortinado e devassado os rios Paraguai, dos Porrudos e Cuiabá, chegando até as cabeceiras do rio Maranhão¹⁶⁷.

Sem dúvida, o maior argumento era a conquista do gentio e o sucesso de novos descobrimentos de riquezas para o “aumento da Real Fazenda e sossego do povo”. O gentio é presença constante e, para combatê-lo, o sertanista contava com uma tropa com 70 homens de guerra, o que certamente o tornava apto a enfrentar as oposições dos gentios. Por sua vez, esse homens não mediam esforços em trazê-los violentamente para o serviço de Deus e de Vossa Majestade.

Nesse mesmo requerimento em que solicita ao rei sua confirmação no cargo de guarda-mor do novo descobrimento, Pascoal Moreira Cabral alega serem os gentios e as doenças as principais causas de só realizarem as viagens pelos rios para São Paulo uma vez ao ano, o que causava grande demora na comunicação: (...) por não perder a ocasião de portador para povoado, que por causa de doenças, e gentio são viagens de ano a ano, enquanto não há caminho por terra, e mantimentos com estalagens.¹⁶⁸

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ Ibidem.

¹⁶⁷ Ao citar o rio Maranhão, o autor pode estar se referindo a diversos rios divisores de água da bacia amazônica ou da bacia dos rios Araguaia e Tocantins.

¹⁶⁸ Ibidem.

Passado quase um ano, em outubro de 1722, o rei D. João V escreveu ao governador de São Paulo que o “obstáculo maior que os paulistas enfrentavam era a multidão do gentio que por todo o sertão existe, porém como a maior parte tem se unido a eles sem resistência alguma, ficam desembaraçados para concluírem de todo aquela diligencia”¹⁶⁹. Pode-se examinar que o rei reproduz as informações que o capitão-general havia repassado ao vice-rei no ano anterior.

A primeira referência em discurso historiográfico a essa parte da América, é de Sebastião da Rocha Pita, na *História da América Portuguesa*, em que faz uma breve caracterização das novas minas do Cuiabá:

Pouco tempo antes havia descoberto estas novas minas [Cuiabá] Pascoal Moreira Cabral (...). Estão em altura de vinte e oito até trinta graus ao poente de São Paulo, declinando para o sul. (...) trânsito desde a vila de Itu em grandes canoas, por continuados rios de perigosa e dilatada navegação (...), levando os mantimentos de que se haviam de sustentar naquele país inculto, enquanto o não cultivassem das plantas e sementeiras precisas para a numerosa gente daquela expedição que ia, assim para lavar as minas, como para se defender do gentio bárbaro que habita aqueles distritos.¹⁷⁰

Alguns aspectos salientados por Pita são recorrentes na documentação que trata desse contexto: a extrema dificuldade para se chegar às minas pelos caminhos dos rios; a visão de um sertão inculto; a necessidade do cultivo de roças para o sustento das gentes que se destinavam às lavras e aos novos arraiais mineradores; e o reconhecimento da numerosa presença do gentio bárbaro, um obstáculo a ser vencido. Percebe-se no conjunto de sua obra a construção de uma história pelo engrandecimento do Império português na missão da conquista da América, correspondendo às orientações e ao estilo da Academia Real da História Portuguesa. Um dado intrigante é que a localização das minas está incorreta, indicando que teria ocultado o local do cobiçado ouro, por se tratar de uma área de expansão e conquista portuguesa em ter-

¹⁶⁹ Carta do rei à Rodrigo César de Meneses. Lisboa, 07/10/1722. Mss., nº2, documentos diversos (1719-1751), APMT.

¹⁷⁰ Sebastião da Rocha Pita. *História da América Portuguesa*, Edusp/Itatiaia, São Paulo/Belo Horizonte: 1976, p. 283. Essa obra foi concluída entre 1724 e 1728 e publicada em Lisboa em 1730. Rocha Pita nasceu em 1660 na cidade de Salvador, Bahia, onde estudou no Colégio jesuíta, ali obtendo o título de Mestre em Artes. Foi senhor de engenho, fidalgo da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Cristo, membro eleito do Senado da Câmara de Salvador por cinco vezes e coronel da Companhia de Ordenanças. Escreveu sua obra em Salvador, como sócio-fundador da Academia Brasílica dos Esquecidos (ativa em 1724-1725); era também sócio da Academia Real da História Portuguesa, fundada em Lisboa em 1720, e que esteve ativa entre 1721 e 1736. (Ver: José Honório Rodrigues. *História da história do Brasil-1ª parte, Historiografia colonial*. São Paulo/Brasília, Nacional/INL, 1979, p. 494-495; Íris Kantor. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1725)*. São Paulo: Hucitec; Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004. p. 67 e p. 99.

ras de Espanha no tempo em que se iniciavam as negociações preparatórias ao Tratado de Madri, assinado em 1750.

O capitão-general Rodrigo César, em seu relato ao rei sobre a viagem aos sertões do Cuiabá em 1727, imprime uma linguagem de quem vem do reino, tecendo comparações com a navegação marítima e destacando, sobretudo, os perigos encontrados na travessia do caminho dos rios aos sertões, como forma de ser reconhecido e recompensado em sua determinação e sacrifício em servir à coroa:

Cheguei a este Sertão com quatro meses de viagem, tropeçando a cada instante com um sem numero de riscos, por que sendo vinte e tantos os rios, são vinte mil os perigos, assim por serem caudalosos, e muitos tão largos como o mar, e os mais com cachoeiras, que intimidam ainda ao ânimo mais forte, e assim se fazem precisos os práticos para acertarem os canais, por que se há o mais leve descuido, é infalível a ruína, sem remédio¹⁷¹.

Passados apenas alguns meses desde sua chegada às minas de Cuiabá, em fins de 1726, se lê a estratégia do capitão-general para “reconduzir e meter de paz” os gentios que “infestavam” as minas, vencendo-lhes a resistência. Primeiramente monta um cenário de franca desordem, provocada por parte dos índios. Tal desordem, aos olhos dos conquistadores, é parte do que contém o sertão dos gentios, do que se situa fora dos padrões europeus cristãos: as atitudes altamente condenáveis de matar, devorar e roubar a gente que veio para minerar e povoar. Na carta que escreve ao rei é possível perceber suas intenções pela forma como o capitão-general apresenta a situação em que encontravam as minas de Cuiabá, bem como a sua política de “desinfestação”, que hoje pode ser traduzida como extermínio. Inicialmente aplica práticas de atração, como o envio de presentes e mimos, com a intenção de forçar o convívio. Diante da resistência de alguns, aplica ataques vigorosos, matando e aprisionando os “bugres”:

Como estas minas se achavam infestadas pela multidão do gentio, impedindo alargarem-se os mineiros, não só fazendo roubos, mas matando e comendo a gente, procurei logo atalhar esta desordem e assim mandei por duas vezes pombeiros, aos caciques para que sem demora alguma, se metessem de paz e viessem dar obediência. E para os obrigar mais, lhes remeti uns mimos de que eles mais gostam, assim de facas flamengas como algum tabaco de fumo, e me remeterão outra vez dizendo que eram homens como os mais, e só por força de armas

¹⁷¹ Carta do [governador e capitão-general da capitania de São Paulo], Rodrigo César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, em que dá conta da jornada que fez às novas Minas e dos perigos e carestia da terra. Vila de Cuiabá, 10 de março de 1727. A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 01, doc. 08.

se renderiam. A vista de que escolhi um cabo, e lhe dei a gente que bastava, ordenando-lhe os fosse atacar vigorosamente, o que executou com bom sucesso, que achando nele uma tal resistência, foi necessário investi-los segunda vez, e matando-lhe cinqüenta e tantos bugres. Aprisionou os mais, fugindo-lhe o cacique com quatro, ou cinco. Este tal gentio é dos mais guerreiros, que se acham destas partes, e com a hostilidade que lhe fez ficam estas minas de-sassombradas, para com facilidade se fazerem novos descobrimentos, e muito mais depois de conseguirem o mesmo sucesso, três tropas que fiz sair, para diversas partes¹⁷².

Além da série de atrocidades, a carta ao rei evidencia os relacionamentos do capitão-general com os paulistas ou cabos, conhecidos como “pombeiros”. Esse termo era aplicado aos africanos encarregados de aprisionar outros negros com a finalidade de negociá-los nas feitorias de comércio de escravos.

Em fins de 1727, Rodrigo César proibiu que bastardos e índios deixassem as casas de seus administradores, pois “seria injusto tirar estes homens do poder daqueles que os tinham trazido das brenhas do sertão”¹⁷³. Nessa proibição, revela-se a cumplicidade e a parceria do capitão com os apresadores e escravizadores dos índios.

O ouvidor Vila Lobos manifesta, em 1731, essa mesma postura do capitão governador da capitania de São Paulo, quando afirma que:

(...) sem dúvida, que nas Minas Gerais, e nestas do Cuyabá para se estabalecerem expulsou o gentio, e sem ser conquistado se não pode habitar nestes sertões, por ser a sua guerra atraída e de ciladas. Com o interesse das peças que se aprisionarem poderão estes sertanistas animar-se na conquista tão necessária, da qual resulta tantas utilidades à real fazenda nas minas que estão descobertas¹⁷⁴.

Passados 14 anos, mais um capitão-general viaja pelas águas do Pantanal. Nota-se o olhar de quem vem do reino e expressa interesse nos aspectos da natureza, atento em descrever o que via da imensidão das águas. D. Antonio Rolim de Moura, embarca nas águas do Tietê em 5 agosto de 1751 e chega a Cuiabá no dia 12 de janeiro de 1752. Cinco dias depois, toma posse como capitão-general da recém-criada capitania de Mato Grosso. O início da narrativa já expressa sua admiração diante da paisagem: “Quanta terra e quanta água tenho pas-

¹⁷² Carta do [governador e capitão da Capitania de S. Paulo] Rodrigo César de Menezes ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real em que dá conta da jornada que fez às novas Minas e dos perigos e carestia da terra. Vila de Cuiabá, 10 de março, 1727. A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 01, doc. 08.

¹⁷³ Apud Jovam Vilela da Silva. *A capitania de Mato Grosso: política de povoamento e população - século XVII-I*. Tese de Doutorado. USP, São Paulo. 1994. p. 217.

¹⁷⁴ Carta do Ouvidor da vila de Cuiabá, 1731, 7 de Abril José de Burgos Vila Lobos, ao rei D. João V. A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 01, doc. 52.

sado depois que vos escrevi! Rios tão caudalosos, matos tão espessos e campos tão distantes, que fazem a admiração, principalmente a quem vem de uma terra tão apertada, como o nosso reino.(...) ¹⁷⁵.

No rio Taquari, após descrever o aspecto de suas águas e o ambiente dos pantanais, seu olhar volta-se para a caça, por meio de comparações entre os animais que via ali e os da Europa. Ao acampar em um palmital, descreve essa palmeira e as formas de comê-la. Suas descrições desse rio coincidem com outras observações acerca da abundância de alimentos:

É este rio bastante largo, e como dá muitas voltas, parece aos que navegam que estão sempre em baías fechadas. Quando leva pouca água, deixa várias praias descobertas as quais se enchem de caça, principalmente patos de extraordinária grandeza e outros mais pequenos, a que chamam marrecos. Há também pelos matos muita de jacu e jacutingas, que passam de bom gosto a agradáveis, de modo que se dão aos doentes, principalmente as *aracoans* [aranquãs, aves aquáticas], sempre tem o tamanho de nossas frangas. Há outros a que chamam mutuns, do tamanho de nossos perus novos, muito airosos e bem feitos, e de bom gosto. A caça de pêlo também é infinita, muito porco bravo, muito veado e capivaras. (...) me fui arranchar em um mato, que estava cheio de palmitos (...). É o palmito uma árvore de que se tira do tronco uma espécie de nabo, ou raiz branca e gostosa, a qual se come guisada de várias maneiras. E ainda crua há alguma que tem o gosto de castanha verde ¹⁷⁶.

Descrevendo com detalhes o pantanal do rio Cuiabá, também se admira em ver os vastíssimos arrozais nativos do rio Cuiabá. Nesse trecho de sua narrativa chama atenção a sua informação de que já haviam lhe contado de que o arroz crescia “naturalmente”, mas queria comprovar com os próprios olhos:

O rio Cuiabá no tempo das águas faz de uma e outra banda grandes pantanais, e chega a tomar tanta água, que por eles se navega até junto da vila; porém nesta ocasião ainda em partes não tinha a altura necessária, e vi-me obrigado a buscar o rio. Sempre tive o gosto de ver com os meus olhos o que já tinham me contado, mas não persuadido. E foi marchar com as canoas por cima de vastíssimos arrozais que, naturalmente, sem serem plantados, crescem por aquele pantanal, e ali vem colher todos os anos o gentio. Quando mais as águas crescem, tanto mais cresce o arroz; de sorte que sempre está cinco ou seis palmos fora d'água ¹⁷⁷.

¹⁷⁵ Relação da viagem que fez o conde de Azambuja, D. Antônio Rolim de Moura, da cidade de São Paulo para a Vila de Cuiabá em 1751. In: TAUNAY, A. de E. *Relatos monçoeiros*. p. 194.

¹⁷⁶ Idem. p. 208.

¹⁷⁷ Idem, Op. Cit. p. 215. Percebe-se uma grande semelhança com as narrativas da *Noticias Praticas*, o que nos leva a pensar ter consigo alguns dos *Roteiros* que foram reunidos pelo padre matemático.

Pelos trechos extraídos de narrativas dos conquistadores que viajavam pelos rios e chegavam às minas se pode ter uma idéia das relações estabelecidas com os povos indígenas nas primeiras décadas da conquista colonial. Ali estão expressas as diversas percepções acerca desses “outros” – os gentios – e do que viam na paisagem, dos riscos que corriam, revelando importantes aspectos do mundo natural, bem como das territorialidades ameríndias estabelecidas ao longo dos rios e de suas estratégias para dificultar a conquista portuguesa.

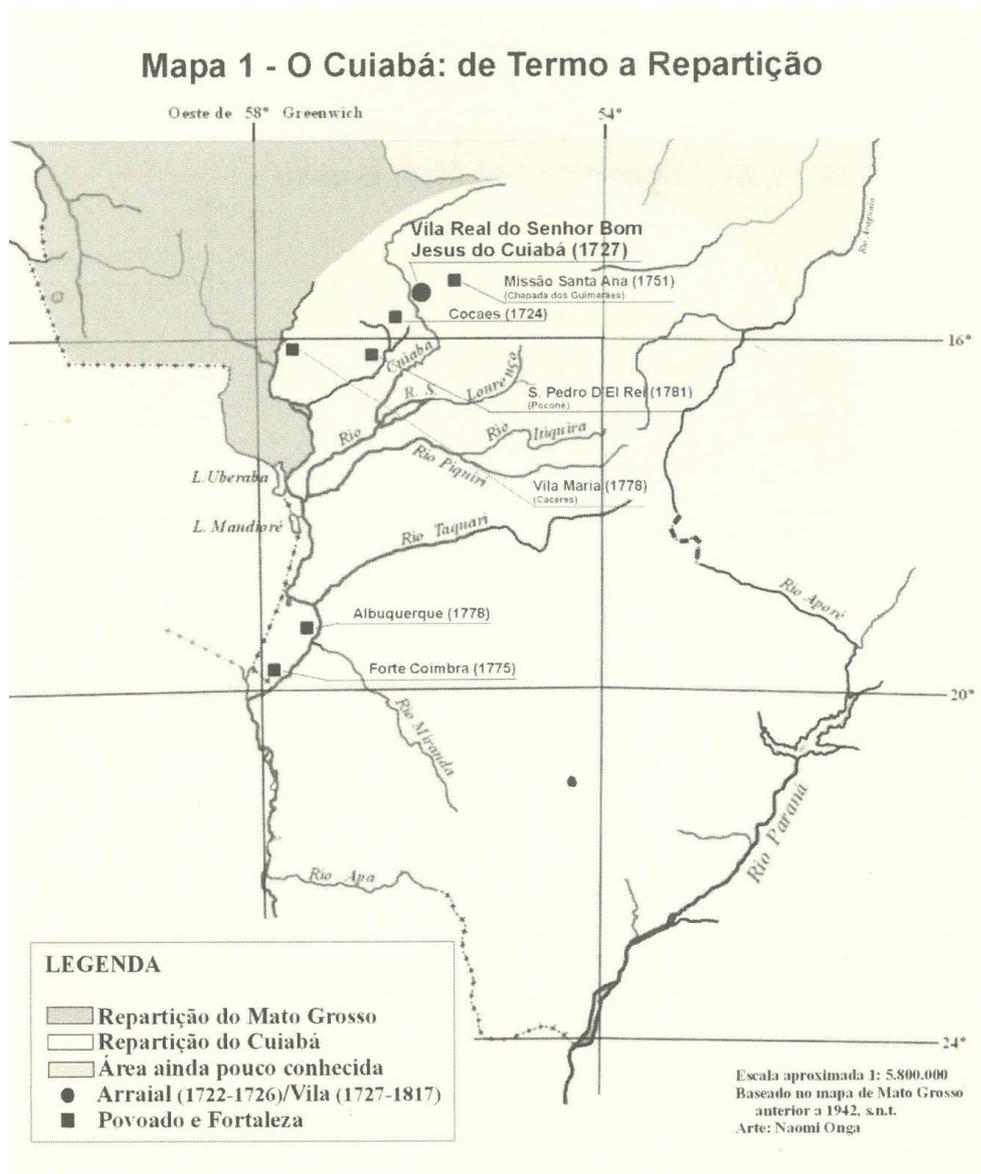


Fig. 7. *O Termo da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá*

ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de (orgs.). *A terra da conquista. História de Mato Grosso Colonial.*

Cuiabá: Editora Adriana, 2003. p. 63

2.3. Os Paiaguá: de donos do rio a gentios bárbaros

Nas primeiras informações acerca das penetrações espanholas no rio Paraguai, no século XVI, já se tem notícia de enfrentamentos com os Paiaguá na região do *Gran Chaco*¹⁷⁸. Max Schmidt, ao explicar a origem do etnônimo *Paiaguá*, diz que este aparece pela primeira vez no relato do encontro de Ayolas (1535) com esses índios. Em outras expedições foram chamados de *agaces*, *aigas*, *aigeis* e *payembos*, mas a autodenominação era *evuevi* – “gente do rio” ou “donos do rio”¹⁷⁹.

Diversos são os relatos de enfrentamentos, bem como de alianças com os mesmos espanhóis, e com os demais indígenas para o ataque a outros grupos, como os “portugueses de San Pablo”. Portanto, a conquista hispânica e a presença das missões jesuíticas podem ser consideradas como propulsores de metamorfoses, re-significações e novas práticas das populações indígenas em terras americanas, além das tradicionais violências que causaram a baixa populacional por doenças e genocídios.

Os Paiaguá, dentre as diversas etnias do mosaico cultural chaqueano, estão caracterizados como caçadores nômades, pescadores e coletores. Segundo Branislava Susnik, integraram a grande migração Mbaya-Guaycuru e em contato com populações canoieiras ribeirinhas passaram a adotar a canoa como um novo elemento cultural, caracterizando-se não mais por ser “a gente da cultura de planície”, mas “precisamente portadores da cultura canoieira”¹⁸⁰.

Símbolo do ethos guerreiro, a canoa tornou-se também o instrumento principal de deslocamento, numa área fluvial extensa, desde a desembocadura do rio Bermejo até o Alto Paraguai¹⁸¹. Ao contrário de outros grupos canoieiros, os Paiaguá não possuíam limites estabelecidos por outras etnias; seus assentos poderiam estar localizados em ambas as margens ou em diversas ilhas no rio Paraguai. Na historiografia, os Paiaguá são retratados como os ameríndios que mais ofereceram resistência à conquista colonial portuguesa dessa parte central da América. Estão apresentados como desconhecidos até o primeiro “ataque” em 1725, quando,

¹⁷⁸ Este é o nome da extensa região de ampla planície que se estende por cerca de 700 mil km² abrangendo área da Bolívia, Paraguai, Argentina e Brasil. Apud CARVALHO, Silvia M. Schmuziger. Chaco: encruzilhada dos povos e melting-pot cultural.’ Em CUNHA, Manuela Carneiro da (org.), História dos índios no Brasil, p.457.

¹⁷⁸ SUSNIK, B. *Los Aborígenes del Paraguay*. Tomo II. Etnología del Chaco Boreal y su periferia (Siglos XVI y XVIII). Asunción, Museo Etnográfico "Andrés Barbero", 1978. p. 94.

¹⁷⁹ SCHMIDT, Max. Los payaguá. IN: *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol.3, 1949, p. 129-137

¹⁸⁰ SUSNIK, B. Op. Cit, p. 94

¹⁸¹ Cf em MOURA, Carlos Francisco. Os Paiaguá: índios anfíbios do rio Paraguai. *Separata do suplemento dos Anais Hidrológicos*. Tomo XLI. Rio de Janeiro. 1983, passim

(...) vindo (...) conserva de canoas de povoado para estas conquistas, (...) com muitos escravos e fazendas para negócio, foi acometido do gentio paiaguá (...); acabaram as vidas todos (...), escapando só um branco e um negro (...); morreram seiscentas pessoas e levou o gentio vinte canoas, (...) Não se sabia que gentio era, onde habitava e que nome tinha, por não ser o nome Paiaguá até então conhecido¹⁸².

Sérgio Buarque de Holanda, ao comentar o relato do cronista, diz “que nada indica que os de São Paulo, habituados a correr sertões freqüentados pelos Paiaguás, os ignorassem”. Avalia que foi a partir de quando se institucionalizou o sistema de frotas de canoas de comércio – as monções de Cuiabá –, que a situação mudou. A partir daí, embarcam nos caminhos dos rios muitas pessoas sem prática sertanista.

De outro lado, os hábitos predatórios e a pugnacidade dos índios só podem ganhar alentos à perspectiva de uma vitória mais fácil sobre os intrusos. É o confronto de duas humanidades tão diversas, tão heterogêneas, tão verdadeiramente ignorantes, agora sim, uma da outra, que não deixa de impor-se entre elas uma intolerância mortal.¹⁸³

Iniciado o confronto dessas duas humanidades a partir desse primeiro ataque a uma monção, é de outro grupo dessa “outra humanidade” – os Guató – que também são reveladas algumas informações sobre estes “naturais das vargens”. Domésticos, ao falarem sobre o outro falam também de si, de sua desterritorialização pelos luso-brasileiros. Os Guató, antes de terem sido “destruídos” pelos “brancos”, eram quem impedia a entrada dos Paiaguá rio Paraguai acima. Portanto, com as entradas mais intensivas dos sertanistas e o descobrimento das minas, rompeu-se o delicado equilíbrio de territorialidades das diversas etnias na região, revelando perturbações nas fronteiras indígenas. Nesse breve relato indígena, extrai-se também informação sobre as relações estabelecidas pelo povo paiaguá como o ambiente natural, que é apresentado como vivendo do que caçavam e pescavam dos pantanais:

inquirindo-se dos índios domésticos naturais das vargens, cientes das nações circunvizinhas (...) declararam que eram Paiaguá, gentio de corso que não tinha morada certa, viviam sobre as águas sustentando-se de montaria pelo Paraguai e pantanais, gente que já em outro tempo fora aldeada pelos padres missionários da Província do Paraguai de onde haviam fugido (...), e que enquanto os Guató tiveram forças, não fizeram os Paiaguá aventuras, por serem deles acoçados e que como os brancos destruíram os Guató, fossem também destruir os Paiaguá¹⁸⁴.

¹⁸² Idem, p. 18.

¹⁸³ *O Extremo Oeste*, São Paulo, Brasiliense/Secretaria de Educação e Cultura. 1986. p. 58-59.

¹⁸⁴ Idem, p. 18.

Os conflitos com os monçoeiros se concentraram, sobretudo, no rio Paraguai, após o rio Taquari. Estão registrados 18 ataques, iniciando com o referido conflito onde morreram 600 pessoas em 1725. O derradeiro parece ter ocorrido em 1786¹⁸⁵. A tática por eles usada, segundo se apreende dos relatos dos que presenciaram os ataques, eram de emborcar as embarcações, para molhar armas e munições. Os cuiabanos logo aprenderam a distingui-los, pois só atacavam em emboscadas de canoas, com gritos e estranhos instrumentos.

Mas é no ataque da monção de 1730 que o conflito chega ao extremo. Além da morte do ouvidor Antonio Lanhas Peixoto, 60 arrobas de ouro dos cofres da Real Fazenda foram parar nas mãos dos paiaguás. O cronista Barbosa de Sá constrói uma dramática narrativa, muito semelhante ao que fora narrado por Cabral Camelo e Domingos Araújo em suas *Notícias Práticas*¹⁸⁶, a começar pelos “urros” estrondosos que saíam das gargantas dos “bárbaros”, o que os caracterizaria como feras, animais. Ainda mais assustadora é a descrição da atrocidade cometida. Com o sangue derramado, as águas cristalinas do rio Paraguai ficaram “encarnadas”. O cenário é de horror, pleno de representações do que se considerava próprio de ações praticadas por “gentios bárbaros”, em que foram a mortos 400 “cristãos”, incluindo os índios que talvez fossem a maioria:

(...) saiu de Cuiabá no mês de junho algumas canoas para povoado, (...) e bastante gente, com sessenta arrobas [c. 900 kg] de ouro do povo; (...) [no rio] Paraguai saiu-lhes(...) uma turba de Paiaguá com urro tão estrondoso, que atemorizou os ânimos de alguns e a outros incitou o valor; pelejaram fortissimamente de parte a parte; foi tanto o sangue derramado, que tornou as águas de cristalinas, encarnadas; acabou a vida em marcial contenda o Doutor Lanhas(...).Continha a frota do gentio oitenta e três canoas, com o melhor de trezentos [homens]; pelejaram das nove horas da manhã até as duas da tarde, em que acabaram quatrocentos cristãos, entre brancos, pretos e índios, e dos inimigos cinqüenta, escapando dos nossos doze pessoas, que por terra se acoutaram a um capão de mato. (...)

Até Santo Antônio, o popular santo de Lisboa, foi inserido nesse “lastimoso espetáculo”, que profanado, tendo sua imagem decapitada, ainda manifesta-se em brados, abandonada entre pedaços de corpos esquartejados, pelo pantanal:

Detrás de uma ilha, umas vozes que bradavam como gente humana. E seguindo esta voz, (...), não acharam gente viva que pudesse bradar, e só muitos corpos, uns em terra, outros no

¹⁸⁵ ROHAN, Beaurepaire. Anais de Mato Grosso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. vol. XVI. p. 34. Apud. MOURA, Carlos F.. Op. Cit. p. 420.

¹⁸⁶ O episódio do ataque Paiaguá à monção do ouvidor Lanhas em 1730 narrado nas 2ª e 3ª *Notícias Práticas* esta examinado no Cap.3 desta tese.

pantanal, alguns dependurados em forcas, outros com as cabeças quebradas a porretadas, atravessados de lanças, alguns esquadrejados, abertos, tiradas as entranhas, que eram os que escaparam do conflito e tornados prisioneiros, ali lhes deu o gentio a todos morte por aqueles modos; aí acharam caixas quebradas, roupas espalhadas, papéis rasgados, e entre isto uma imagem de Santo Antonio, com a cabeça dividida do corpo, a quem atribuíram os brados, para que tivesse aquele lastimoso espetáculo.¹⁸⁷

Diante do ocorrido, a *Relação* de Barbosa de Sá com base em devassas e documentos que consultava na Vila de Cuiabá e depoimentos colhidos da memória de alguns, informa que em 1731 trataram de montar uma esquadra com 21 canoas de guerra, 215 homens, entre brancos, pretos e índios, que partiu da vila para invadir o Paiaguá¹⁸⁸. Sem sucesso, no mês de abril, saiu outra armada “com trinta canoas de guerra e cinquenta de bagagem e montaria, quatrocentos homens entre brancos, pretos e pardos, duas peças de artilharia, dois pedreiros de bronze, armas e apetrechos necessários, tudo à custa dos homens principais”¹⁸⁹.

Nesse episódio, há evidências da aliança dos Paiaguá com os Guaicuru-cavaleiros e de se esconderem ou serem acoitados nas aldeias da gente espanhola católica, moradora das proximidades de Assunção. Por outro lado, ocorrem atrocidades sob mando de um paulista principal, como por exemplo, cortar orelhas dos guaicurus na tentativa de infundir horror nos gentios. Assim descreve o cronista este enfrentamento, quando os da tropa de portugueses viram

(...) navegando mais abaixo [da barra do rio Mbotetueu] alguns dias, saiu um troço de cavaleiros, que eram os gentios Guaicurus (...) e ao mesmo tempo subiu do rio [Paraguai] abaixo uma escolta de canoas de Paiaguás, [que] saltaram em terra e unidos com os cavaleiros, entraram a florear e desafiar os portugueses. Disparou-se-lhes a peça com bala miúda, que matou muitos de uma e outra nação, deixando-os tão atemorizados, que os Paiaguás, recolhidos a suas canoas, rodaram rio abaixo e os cavaleiros puseram-se de muito longe a observar os nossos movimentos. (...) no outro dia viram cavaleiros perto do rio, (...) [dois deles foram trazidos] amigavelmente [e] aí os prendaram com facas, machados e roupas e mandaram que fossem chamar seus parentes. (...) chegou no outro dia um cacique [Guaicuru] com sete homens e outras tantas mulheres; (...) e vestindo o cacique de camisa, um

¹⁸⁷ Idem, p. 27-28.

¹⁸⁸ Idem, p. 29.

¹⁸⁹ Nesse aspecto da participação de homens principais em seus grupos de governabilidade na Câmara Municipal da Vila Real de Cuiabá, Nauk M. de Jesus acata em suas perspectivas de análises, seu papel fundamental, obtendo poder de atuação, mediação e de representação no interior da localidade e diretamente com o rei. Seus estudos demonstraram que, na primeira metade dos setecentos, a Câmara foi uma das responsáveis pela defesa do território conquistado e pelo combate aos índios principalmente os paiaguá, já que o socorro à localidade era demorado e as rendas da coroa seriam insuficientes. Ver: *A guerra justa aos Paiaguá*. Revista *História em Reflexão*, vol 1, nº 2, >www.historiaemreflexão.ufgd.edu.br<, Dourados/MS. 2007. p. 13. (Acesso em 15/12/2007)

vestido encarnado, meias, sapatos (...), mandou-o que fosse buscar a sua gente; foi, voltou com alguns (...), deixando de fora uma multidão deles montados a cavalo, armados; vendo-se-lhes a cautela, [Antonio de Almeida Lara] prendeu (...) alguns, que trouxe consigo, e a outros mandou cortar as orelhas, dizendo-lhes que fossem buscar o seu exército e viessem brigar, que a todos os acabaria. (...)¹⁹⁰

Dos aspectos do ambiente, o cronista descreve quando os portugueses atacaram os guaicurus, eles estavam em um campo “por entre palmeiras de corda que por ali havia”. E descendo um pouco mais o rio Paraguai, passaram uma “bocaina”, onde o rio passa por um local estreito entre uns morros, local que assim ficou conhecido m “fecho dos morros”, e dali

(...) saiu-lhes uma manhã o Paiaguá com grande chusma de canoas, que se lhe não soube o número, (...); dispararam-lhes da armada as duas peças de artilharia a um tempo, com bala miúda, que os fez amainar a fúria e rodaram para baixo, deixando sobre as águas muitos mortos e feridos e canoas (...). Seguiu-os a armada portuguesa até as aldeias [das] gentes católicas de Assunção (...); aí tomaram fala de uns índios (...) que entendiam a língua geral brasílica, de quem souberam que nas (...) [aldeias espanholas] se tinham os Paiaguá acoutado (...)¹⁹¹.

Outros ataques se sucederam nas proximidades das minas e algumas armadas saíram para dar combate aos paiguás mesmo antes de autorizada a guerra. Também em 1731, um grupo de três homens brancos e oito escravos negros foi atacado junto à casa do Arraial Velho. O índio carijó, José Homem, foi mandado por João Lopes Sedas ao rio Piquiri para trazer uma canoa que lhe pertencia. O ataque foi efetuado por cerca de 30 canoas de índios paiaguás, cada uma com cerca de 20 homens. Os índios estavam com luas de prata na cabeça e armados com arcos, flechas, lanças e porretes¹⁹².

No bando que ordena “guerra justa”, em 1732 estão explícitos todo um conjunto de representações dos índios paiguás, que vinham sendo repetidamente assinaladas nas petições, devassas, cartas ao rei e tantos outros documentos consultados destas primeiras décadas do setecentos. Tornava-se imperativo “desinfestar” o caminho das minas do “gentio bárbaro”, que causava mortes e prejuízos, atacando as tropas portuguesas e roubando ouro, escravos e até brancos, matando as pessoas:

Sendo tão notórias as extorsões, mortes e roubo que os gentios bárbaros da nação paiaguá e os mais que infestam o caminho das minas do Cuiabá (...) e o rio Paraguai infestado dos pai-

¹⁹⁰ Idem. p. 31-32.

¹⁹¹ Idem, *ibidem*

¹⁹² A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 1, doc. 46; A.H.U., *Mato Grosso*, cx, 1, doc. 53.

aguás, onde por várias vezes atacaram as nossas tropas, destruindo no ano de 1730 a que vinha o ouvidor Antônio Lanhas Peixoto, matando-o e à maior parte dos que o acompanhavam, roubando todo ouro que traziam, de que tem resultado um considerável prejuízo não só aos direitos reais, mas aos interesses deste Estado, e se deve recear que o mesmo gentio paiaguá e os mais bárbaros, animados dos roubos que têm feito, continuem e freqüentem os mesmos insultos, de que se poderão seguir sinistras conseqüências, fazendo-se muito preciso acudir-se com pronto remédio para se evitarem os danos futuros, dando-se um tal castigo àqueles bárbaros que lhes sirva de terror, e assim a eles e a todos mais que habitam por aqueles sertões.¹⁹³

A partir daí preparou-se a guerra, e só no dia 1 de agosto de 1734 saiu a armada da vila, com 28 canoas de guerra, 80 de bagagem e montaria, três balsas que eram casas portáteis armadas sobre canoas, 842 homens entre brancos, pretos e pardos. Todos os brancos ostentavam patentes militares e só se diziam soldados os pretos, os índios e os mestiços¹⁹⁴.

Antônio Pires de Campos é citado pelo biógrafo Sá Carvalho como aquele que decidiu a luta contra os índios Paiaguá, ajudado por seus irmãos e “seu exército de bororos” que fazia parte das tropas. Sob o comando do tenente-general Manuel Rodrigues de Carvalho, a guerra foi organizada em Sorocaba e Itu. A concentração de todos esses elementos se fez em Cuiabá, no Itaiçi, propriedade do pai de Antônio Pires. Pode-se observar a figura de um mapa do ano de 1733 onde estão representados os regimentos da guerra e, entre eles, aquele sob comando do coronel Antonio Pires de Campos¹⁹⁵

¹⁹³ Bando de 20/09/1732. Em ‘Bandos, regimentos e ordens dos capitães-generais conde de Sarzedas e dom Luís Mascarenhas, 1732-1748’, *Doc. Int.*, vol 22, p.12-14.

¹⁹⁴ *Idem.* p. 33-34.

¹⁹⁵ Apud. PRESOTTI, Thereza Martha. *O novo descobrimento das minas e sertões de Cuiabá: a mentalidade da conquista*. Dissertação de Mestrado, UnB, Brasília, 1996, p. 102-3

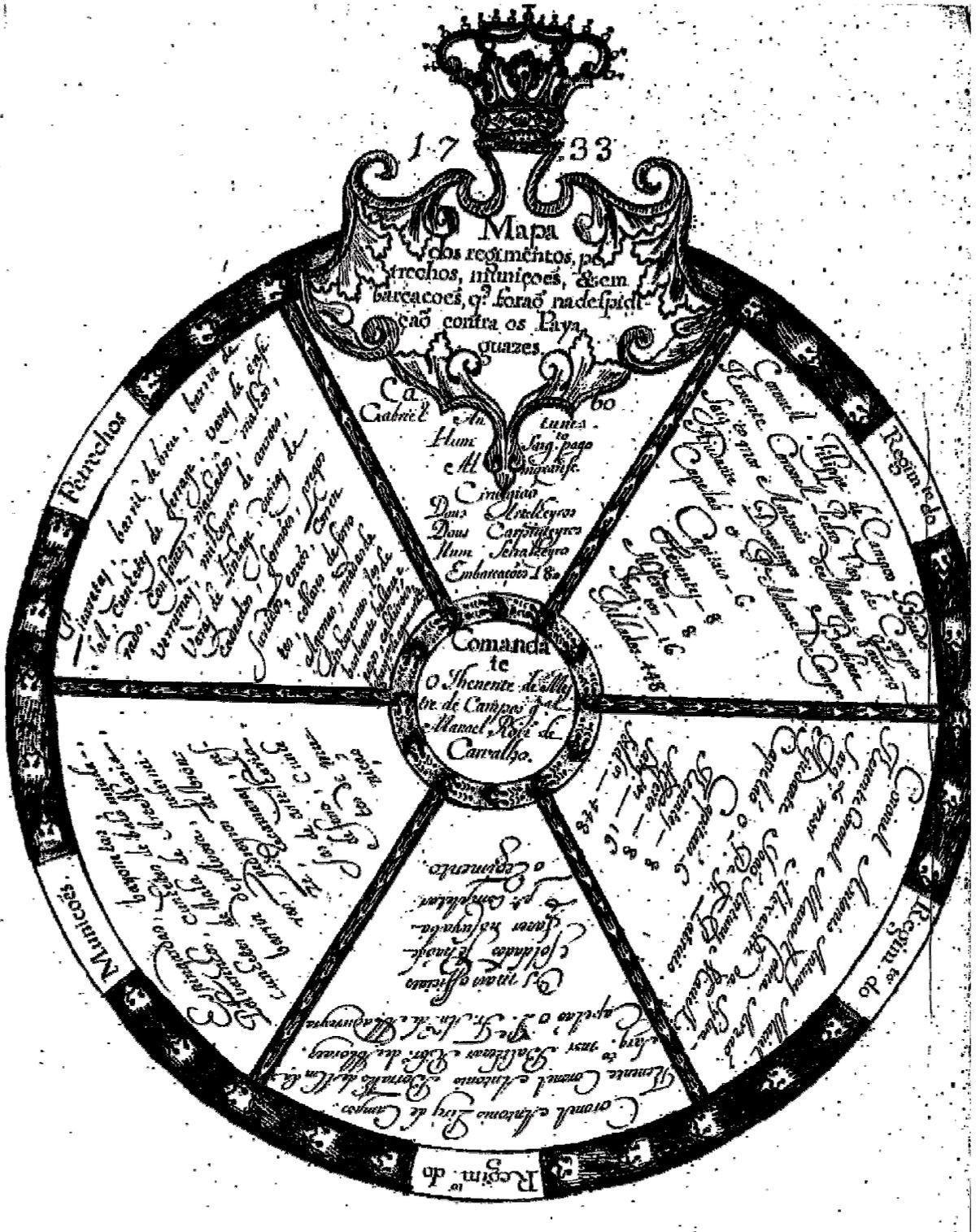


Fig. 8. Mapa dos Regimentos, Petrechos, Munições da Guerra aos Paiaguás (1733)

AHU- (CMG-SP) - Catálogo Mendes Gouvêa, Cx.São Paulo, Doc. 1102

E se decidiu, assentando-se em uma junta, que se fizesse guerra ao gentio paiaguá dentro de seus alojamentos, “queimando e destruindo todas as suas aldeias, para que este espetáculo lhes sirva de maior horror”. Ordena o cativo de “todos aqueles que se puderem render e apanhar”, sendo os cativos “repartidos pelas pessoas que nela entrarem, para que com esse interesse, entrem mais gostosos”. Está também assentado que a Fazenda Real deverá custear “toda pólvora, bala, munições, armas e mais petrechos que forem necessários para a dita expedição”¹⁹⁶.

No relato ou *Relação da sanguinolenta guerra*, um relatório detalhado do combate nas águas do Pantanal, por ordem direção e regimento do conde de Sarzedas, governador da capitania de São Paulo, onde está escrito o horror praticado:

Com a fortuna de ouvir os alaridos que o gentio fazia na praia, (...) por ser noite, mandou um negro a nado para reconhecer em silêncio o sitio. Voltou logo com a notícia que o gentio estava entregue ao sono nas canoas descansando. (...) cercaram a passagem e mandaram tocar as caixas de guerra e deram uma carga onde todos pereceram, exceto três, que por fortuna escaparam para dar notícia de onde estava o alojamento. (...) chegaram a um logradouro onde um gentio estava, e (...) penetraram mais adentro com as canoas armadas, avistaram um ponto onde 150 canoas estavam meio encalhadas, (...) o que mandou logo de madrugada cercar as canoas do inimigo. (...) Já dia claro tocaram os instrumentos militares, de cujo estrondo movido, os gentios vieram subitamente armados com lanças de 25 palmos a procura da praia onde os nossos os esperavam e as suas canoas estavam. Apenas chegaram à boca do canhão, logo recebendo chuveiros de balas em si, das cargas sucessivas que as nossas armas disparavam com tal emprego que todas as balas e perdigotos em seus agigantados corpos se aproveitaram, (...) e tendo já pago com a vida a maior parte deles as traições e invasões e insultos cometidos (...) sem que algum ficasse com vida, se pôs termo e último fim às crueldades e traição daquela vil canalha (...). Acabada a batalha na forma referida, entraram os soldados a saquear as barracas, (...) e aprisionou as poucas mulheres que ficaram vivas e com elas algumas crianças que tudo fez o número de 250 almas porque toda a mais multidão perdeu a vida a fogo e a espada.(...) E para que o cacique na volta que fizesse ao alojamento morresse de pasmo, cortaram os soldados 50 cabeças dos mortos e as deixaram espetadas em paus na borda d’água na praia (...). E para que ficasse acabado, depois de por todas as canoas em rachas concluíram com o castigo com fogo em todas as barracas (...). Este foi o funesto e desgraçado fim que tiveram aqueles salteadores e tiranos paiaguás.¹⁹⁷

¹⁹⁶ Bando de 20/09/1732. Idem, loc. Cit.

¹⁹⁷ *Relação da sanguinolenta guerra que por ordem, direção e regimento do Exmo. Sr. Conde Sarzedas, governador e capitão-general da capitania de São Paulo e minas anexas foi fazer Manuel Ruiz de Carvalho, tenente-general do governo da capitania, ao bárbaro, indômito e intrépido gentio chamado paiaguá*. Em Ana Mesquita

Conforme analisa Nauk Maria de Jesus, os conflitos dos paiaguá vão além da compreensão dos esquemas binários que privilegiam as disputas entre dois grupos em ação, no caso paiaguás versus portugueses. Ao aprofundar um pouco mais a trama dos conflitos, percebe-se que “as correlações de forças ultrapassavam a dicotomia metrópole/colônia, paulista/reino e, neste caso em análise, índio/colonizador português”¹⁹⁸.

Nas bandeiras e na guerra justa, narradas por Barbosa de Sá, ora o comando está nas mãos de paulistas sertanistas, ora de militares portugueses, percebendo-se as alianças e negociações entre os diferentes grupos. Esses grupos, que se armavam em tropas para dar combate aos bárbaros paiaguás, assemelhavam-se a uma empresa, na qual os grupos se uniam de acordo com interesses comuns. A coroa portuguesa e seus representantes nas minas, muitas vezes disfarçados em vassalos leais, participavam desse jogo a seu modo, utilizando das alianças e dos conflitos para se fortalecer. Ao mesmo tempo em que aliviavam os cofres da Fazenda Real, compartilhando as despesas com os homens principais, podiam obter lucros pessoais, como os demais interessados em obter cativos do resgate da guerra.

Nesse contexto de disputas entre as coroas ibéricas por conquistas do território do Prata, os paiaguás fizeram alianças com os espanhóis de Assunção e se beneficiaram do antagonismo existente entre os colonizadores. Desenvolveram-se como comerciantes e ainda mantiveram o seu ethos cultural de canoieiros guerreiros. Adquiriam metais e outros produtos, desenvolvendo uma rede de trocas com outros grupos indígenas (como os guajarapo, chané e os mbayá), do Alto Paraguai, e com os moradores e comerciantes de Assunção. No século do século XVIII, comercializavam tecidos, escravos e ouro, capturados nos ataques às monções cuiabanas¹⁹⁹.

Os paiaguás não foram exterminados, como o relatório da “sanguinolenta guerra” faz supor. Seus ataques continuaram, como também seu território deslocou-se um pouco mais acima do rio Paraguai. As imagens de bárbaros e traidores a eles associadas também ganharam espaço nos discursos das disputas para se garantir a posse das conquistas das minas de Cuiabá.

de Paiva. (Transcrição) Os paiaguás lutaram até o fim. *Diário Oficial* de Mato Grosso/NDHIR, Supl.mensal nº 8, ano I, Cuiabá (1987), p. 9-10/15-16.

¹⁹⁸ JESUS, Nauk Maria de. *Revista Eletrônica História em Reflexão*: Vol. 1 n. 2, UFGD, Dourados,MS, Jul/Dez 2007, p.15. Disponível em > www.historiaemreflexão.ufgd.edu.br<. Acesso em 15 de dezembro de 2007.

¹⁹⁹ MAGALHÃES, Magna Lima de. *Payaguá: os senhores do rio Paraguai*. Dissertação de Mestrado em História, Porto Alegre. 1999, p. 120-128.

2.4. O Mato Grosso: arvoredos elevados e corpulentos

Por trilhas das águas, saindo da Vila de Cuiabá, sertanistas paulistas ultrapassaram as cabeceiras do rio Sepotuba em conquista do gentio parsi e encontraram ouro nas cabeceiras do rio Galera, afluente do Guaporé. A partir desse “descobrimento” começa a expansão da conquista ao norte dos sertões de Cuiabá, que passou a se chamar Mato Grosso.

Uma das mais antigas referências da travessia das cabeceiras do rio Paraguai pelas territorialidades dos índios parsi encontra-se na *Notícia* de um dos mais antigos sertanistas que devassaram esses sertões: “Passada a fonte do Hicepotuba [rio Sepotuba] se dá em umas chapadas dilatadíssimas cujas águas começam já a correr para o Norte e nestas habitam os *Paraciz*”. Vale lembrar que em suas descrições desse “reino”, além de observar serem enumeráveis e suas aldeias, formadas por até 30 grandes casas, essas dilatadas chapadas e campanhas deveriam ser férteis e manejadas para suas práticas da agricultura de mandioca, milho, feijão, batatas e abacaxis²⁰⁰.

Os informes acerca das penetrações em sertões dos paresis e de seus apresamentos para vendê-los como escravos foram narradas pelo cronista Barbosa de Sá e datam do ano de 1727. Diante da crise que se vivia na vila de Cuiabá, com falta de chuvas, pragas nas plantações, carência de alimentos e excessivos impostos, quadro que se intensificou com a chegada do capitão-general Rodrigo César, a alternativa para alguns moradores foi “botarem-se para o sertão do gentio bororo e outros para os pareci, que então se descobriram, de onde traziam indivíduos de uma e outra nação que vendiam como escravos”²⁰¹.

Em 1727 já havia conhecimento da existência de ouro ou “boas disposições” nas morrarias e ribeirões das cabeceiras do Guaporé, como informa carta do ouvidor da vila de Cuiabá, José de Burgos Vila Lobos ao rei D. João V, de 7 de abril de 1731. Nessa carta está clara a argumentação que justificava uma campanha mais intensa para cativar os gentios Parsi e outros gentios nas vizinhanças. Os Parsi, por terem causado mortes, impedindo os descobrimentos de ouro. Os outros gentios, porque eram cruéis e comiam carne humana. Tais informações foram tiradas de uma devassa que conta que o “gentio da nação *Parasis* tem feito al-

²⁰⁰ PIRES DE CAMPOS, Antônio. *Notícia 5ª Prática* dada pelo capitão (...) ao Capitão Domingos Lourenço de Araújo e comunicada por este ao R. P. Diogo Soares, sobre os Reinos e Nações de Bárbaros que há na derrota da viagem do Cuyabá e seu Recôncavo. In: *Notícias Práticas das Minas do Cuyabá e Guayases na Capitania de São Paulo*, Ms. BPE, Cód. CXVI-1-15, fl. 17.

²⁰¹ SÁ, José Barbosa de. *Idem*, p.23

gumas mortes e impede as bandeiras que vão aquele sertão a descobrimentos de ouro, por haver nas vizinhanças boas disposições, nas morrarias e ribeirões”. Também informam os capitães Antonio Pires de Campos e Gabriel Antunes Maciel que tiveram de se retirar “por sair muito deste gentio”, quando para lá foram com ordem do governador Rodrigo César de Menezes “fazer diligência por descobrir ouro no ano de 1727”²⁰².

Outra informação dada por esses sertanistas é de que as nações do gentio que faziam fronteira com os paresi eram “cruelíssimos, e comem carne humana, e andam uns com outros em contínua guerra. E por estas “hostilidades”, devia todo o gentio ser cativo”²⁰³. A opinião do ouvidor ao rei é de que o gentio, se não fosse todo ele conquistado, não poderia “habitar nestes sertões, por ser a sua guerra atraçoada e de ciladas”. E ainda deixa explícitas as negociações com os sertanistas, que poderiam vender os índios aprisionados, conforme propõe: “com o interesse das peças que se aprisionarem poderão estes Sertanistas animar-se na conquista tão necessária, da qual resulta tantas utilidades à Real Fazenda nas minas que estão descobertas”.

Quanto à nação dos paresi, o discurso é contraditório, mas revelador de sua resistência, como também de sua intensa escravização no trabalho das roças que abasteciam as minas de Cuiabá. O relato do ouvidor fornece o cenário da situação dos Paresi na entrada da década 1730:

Como esta nação dos *Parasis* é menos bárbara, ainda que depois de domesticados tenha alguns fugido e morto a seus administradores, o que tem acontecido muitas vezes nas roças do distrito destas minas, onde se acha muito grande número desta gente, que se apanharam em bandeiras, sem outro justo título, de que se ocupassem no cultivo das roças, por cuja causa há abundância de mantimentos²⁰⁴

Dito isto, começa a destacar qualidades observadas nos Paresi, em que se percebe o delineamento de um projeto para torná-los cristãos, assentá-los em povoações:

²⁰² Esta informação de que o governador Rodrigo César enviou bandeiras para descobrir ouro em 1727, ele mesmo informou ao rei em março deste ano, juntamente ao relato que faz de sua política de extermínio de “nações bárbaras” nas redondezas das minas. Cf. Carta do [governador e capitão general da Capitania de São Paulo] Rodrigo César de Menezes ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real. Vila de Cuiabá, 10 de Março, 1727. A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 01, doc. 08.

²⁰³ Carta do Ouvidor José de Burgos Vila Lobos, ao rei D. João (Vila de Cuiabá de 07/04/1731) A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 01, doc. 52. Obs: Esse trecho, extraído da devassa dos sertanistas, é idêntico ao trecho da *Notícia* de Antonio Pires de Campos que trata dos gentios vizinhos aos Paresi. Ver Cap. 3.4.6

²⁰⁴ *Ibidem*.

E esta nação mostra capacidade para tudo que lhe ensinam, abraçando com vontade o batismo, e a doutrina cristã. Será muito conveniente metendo-a depois por meio de padres da Companhia acompanhados destes que estão já catequizados, para servirem de língua, mandando V.Majestade gente militar para defesa, estabelecendo-se neste sertão povoações dos convertidos a fé para se conquistar por força de armas as outras nações circunvizinhas, que comem carne humana, desinfestando-se assim este sertão para se fazerem descobrimentos nas morrarias, e ribeirões, que tem tão boas disposições de ouro²⁰⁵.

Por fim, o resultado esperado era de que, por esse meio, os bárbaros tivessem conhecimento do verdadeiro Deus, livrando-se da ignorância, e sugeria ao rei ser a coroa a financiar as conquistas, utilizando “sua Real Fazenda e estes vassallos com prêmio do risco com que habitam nestes sertões, que afirmam se comunicam sempre por rios até o Grão-Pará”²⁰⁶. Observa-se nesse comunicado ao rei que os vassallos citados acima, provavelmente os mesmos sertanistas nomeados, os paulistas Antonio Pires de Campos e Gabriel Antunes Maciel, sabiam da comunicação por rios com o Grão-Pará desde 1731. Nessa comunicação do ouvidor com o rei são enfatizadas as aptidões dos Paresi no plantio das roças e em outros serviços que teriam facilidade em aprender, bem como a receptividade à fé cristã. Percebe-se que já está delineado o projeto de catequização dos paresi, propiciando com mais facilidade a inclusão desses índios na sociedade colonial.

Aqui se vêem reforçadas as conclusões dos estudos de Loiva Canova, onde afirma que ao contrário de outros gentios “bravios infiéis”, sem condições de aceitarem a fé cristã, os Paresi foram vistos pelos colonizadores como índios “mansos”, “os mais predispostos de serem incluídos nos fundamentos dos valores conceituados como civilização, inclusive por serem os de maior inclinação aos ensinamentos da fé católica”. E essa foi “a representação mais recorrente sobre os índios paresi nos discursos que circulavam entre 1719 e 1757, compondo imagens que, repetidas e reforçadas nos séculos XIX e XX, e mesmo nos dias atuais, foram incorporadas à própria identidade destes índios”²⁰⁷.

Em 1728, um fato narrado pelo mesmo cronista cita novamente a prática de escravização envolvendo os Paresi e os Paiguá. Conta que quando um grupo embarcado em canoas descia o rio Paraguai abaixo e trazia muito gentio do sertão dos Paresi, foi atacado pelos Paia-

²⁰⁵ Carta do Ouvidor da vila de Cuiabá, 1731, 7 de Abril José de Burgos Vila Lobos, ao rei D. João V A.H.U., Mato Grosso, cx. 01, doc. 52.

²⁰⁶ Idem, *ibidem*.

²⁰⁷ CANOVA, Loiva. Imagens dos Índios Paresi no espelho do colonizador (1719-1757). *Revista Territórios e Fronteiras*. Cuiabá, Programa de Pós-Graduação em História, UFMT, vol. 4, n.1, jan/jun, 2003, p. 50.

guá, que mataram parte deles [Paresi] e ainda levaram alguns cativos. Esse acontecimento foi narrado por um dos brancos que também tornou-se cativo do gentio, mas sobreviveu e conseguiu retornar à vila após dois anos, fugindo em uma pequena canoa²⁰⁸. Os Paresi cativos tanto podem ter sido levados para os acampamentos dos Paiaguá quanto negociados com espanhóis, já que os paiaguá costumavam comercializar os cativos portugueses, trocando-os por armas ou outras coisas de seu interesse em Assunção²⁰⁹.

Na década de 1730, continuando a busca de índios para escravizar e de novos descobrimentos de ouro, sertanistas paulistas continuaram suas penetrações no noroeste de Cuiabá, chegando ao ambiente atualmente conhecido como floresta de transição e Amazônia.

As “dilatadas planícies ao norte da grande chapada” nas “campanhas dos gentios Pareci” passam a ser devassadas, conforme se vê nesta *Notícia*:

(...) saindo uma tropa de gente da vila do Cuiabá a explorar as campanhas dos gentios chamados Pareci (...), [que] habitavam nas dilatadas planícies ao norte da grande chapada, e achando a referida tropa todo aquele continente destituído de tudo o que pudesse fazer interesse às suas diligências, se determinaram atravessar a cordilheira das Gerais de oriente para poente; e como estas montanhas são escalvadas, logo que baixaram à planície da parte oposta aos campos dos Pareci (que só tem algumas ilhas de arbustos agrestes), toparam com *matos virgens de arvoredo muito elevado e corpulento*, que entrando a penetrá-lo o foram apelidando Mato Grosso; e este é o nome que ainda hoje conserva todo aquele distrito.²¹⁰

Quem assim descreve a conquista do Mato Grosso na década de 1740 é o secretário de governo do estado do Grão Pará, José Gonçalves da Fonseca. Nos anos 1740 Alexandre de Gusmão escreveu ao governador daquele estado, pedindo mapas “do rio da Madeira e das minas do Mato Grosso”. Para isso, o governador do Pará o incumbiu, desta tarefa, que para realizá-la utilizou dados textuais e cartográficos produzidos por Francisco de Melo Palheta nos anos 1720, e as informações de Manuel Félix de Lima da primeira metade dos anos 1740. Com esses dados Gonçalves da Fonseca elaborou mapa, remetido pelo governador a Gusmão em 1747.²¹¹

²⁰⁸ SÁ, José Barbosa de. Op. Cit. p. 23 e 26.

²⁰⁹ Sobre os paiaguás, ver recente publicação em JESUS, Nauk Maria de. A guerra justa aos Paiaguá. Revista *História em Reflexão*, vol. 1, nº 2, www.historiaemreflexão.ufgd.edu.br, Dourados, MS, 2007.

²¹⁰ FONSECA, José Gonçalves da “Notícia da situação de Mato Grosso e Cuiabá, estado de umas e outras minas” [c.1740], *RIHGB*, t. XXIX, , parte 1^a, 1866, p. 352-3.

²¹¹ FERREIRA, Mário Clemente O *Mapa das Cortes* e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. *Vária história*. Belo Horizonte, v. 23, n. 37, jan/jun. 2007.

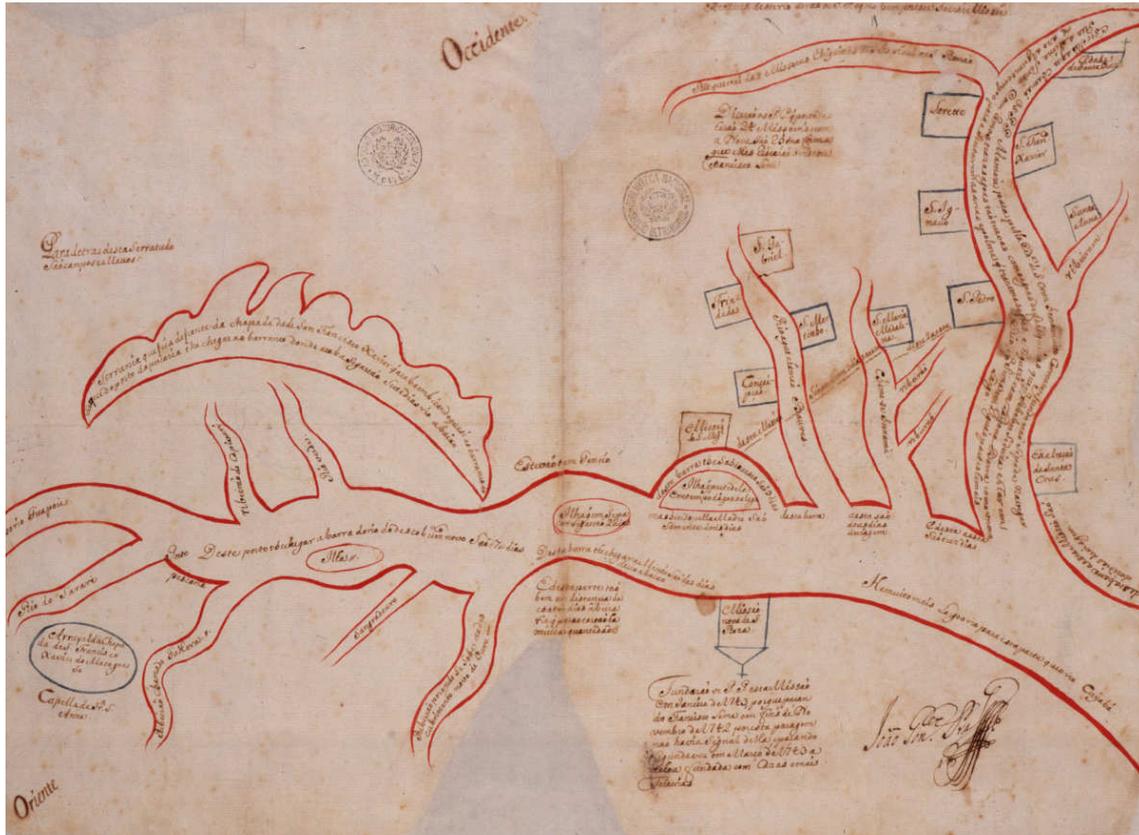


Fig. 9. Rio Guaporé no Século XVIII (Assina: João Gonçalves Pereira)

AHU- Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Cartografia do Brasil nº 850

Após passar por campanhas ou campos, extensas planícies, uma grande chapada, cordilheira, montanhas escavadas, ilhas de arbustos agrestes [cerrado], toparam com a floresta, os “matos virgens de arvoredo muito elevados e corpulento”, um “mato grosso”, que deu origem ao nome daquele novo descobrimento e depois ao distrito e à capitania criada em 1748²¹².

²¹² E não há como deixar de registrar que Mato Grosso é o nome do estado que detém os maiores índices de desmatamento da Amazônia!

camente mais adequado para sediar a vila capital da nova capitania: a Vila Bela da Santíssima Trindade, fundada no ano de 1752²¹⁴. As possibilidades de navegação pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, no sentido de estabelecer a comunicação e o comércio com a capitania do Grão-Pará e Maranhão, também deve ser considerado como fator preponderante nessa decisão.

O *Anal de Vila Bela* narra o princípio da conquista dessa região como tendo sido empreendida por “naturais da serra acima chamados paulistas”, em suas práticas de “cursar os sertões à conquista do gentio, de cujo serviço tinham ainda mais ambição do que do ouro”²¹⁵. Nesse mesmo registro, os sertanistas de Sorocaba estão citados como os descobridores de lavras de ouro ou novos descobrimentos, em busca de apresarem o gentio paresi, e conforme relata “naquele tempo o mais procurado e já quase extinto”. Depois de conquistados alguns, continua a descrever o ambiente de vastas campanhas, por onde seguiram em busca de mais gentios no rumo Oeste. Ao arrancharem-se no ribeirão que deságua no rio Galera, encontraram o ouro. O rio Galera é afluente do Guaporé, que por sua vez vai desaguar no rio Madeira, afluente do Amazonas. No *Anal* registra-se este acontecimento “na era de 1734” nas cabeceiras de rios que correm para o Norte, em um riacho que nasce nas Serra que deram o nome de Chapada de São Francisco Xavier de Mato Grosso²¹⁶.

A coroa portuguesa recomendou povoamento na região do distrito do Mato Grosso desde o ano de 1741, atraindo-os com privilégios e isenções a todos que se dirigissem para o local. Na minuta de Provisão passada pelo rei D. João V que manda criar a vila, já estão delimitados os limites dos termos entre a futura vila e a vila de Cuiabá, que deveriam tomar por base os divisores de águas das bacias amazônica e platina:

Fui servido (...), mandar erigir uma vila no distrito do Mato Grosso em sítio que se julgar mais conveniente, a qual da parte do Cuiabá tenha por termo o Cubatão desembocadouro do rio Jauru (...).²¹⁷

²¹⁴ Idem, *ibidem*.

²¹⁵ BORGES, Francisco Caetano. “Anal de Vila Bela da Santíssima Trindade desde o descobrimento do sertão de Mato Grosso no ano de 1734”. In: *Revista do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso*. [publicação com notas de Carlos Alberto Rosa], Cuiabá (MT), 1(2). Set/1982-fev/1983, p. 55. Este Anal, redigido pelo escrivão da Câmara de Vila Bela, assinado e aprovado pelos vereadores em 1754, por este escrivão, Francisco Caetano Borges. Uma mais recente publicação deste Anal incorpora os anos subsequentes de 1754 a 1789. VER: AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (Orgs). *Anais de Vila Bela*, Cuiabá, 2006.

²¹⁶ Idem, *ibidem*.

²¹⁷ Minuta de Provisão de D. João V ao Ouvidor do Cuiabá. (c. 27-06-1741).

As instruções régias, enviadas em 1746 ao governador de São Paulo, para que fosse fundada uma vila no vale do Guaporé, deixa claro que se pretendia assegurar os domínios da fronteira lusa²¹⁸.

Para tornar mais explícitas as diferenciações da paisagem entre o Cuiabá e o Mato Grosso, o relato de uma *Notícia* fornece um detalhamento geográfico, em que se destacam as áreas elevadas das chapadas, o divisor de águas das bacias do Paraguai e Guaporé, que se prolongam até onde o rio Madeira deságua no rio Amazonas:

Entre as serras da cordilheira das Gerais e rio Guaporé (...) se levanta um agregado de montes de espessa construção de rochedos, que formam várias chapadas no mais alto da sua elevação e algumas lombadas nos seus declives, cujo composto se dilata em figura quase triangular lançada de leste a oeste, (...) É a positura desta chapada em 16 graus quatorze minutos de elevação austral (...), quase (...) com a entrada que faz o Madeira no grande rio das Amazonas²¹⁹.

E ainda as observações do clima e suas irregularidades, no corpo e olhar de um português que anotava suas impressões, estranhamentos e incômodos a partir de sua experiência no hemisfério Norte:

O clima desta região se averigua ser quente e seco e nele é sumamente irregular o tempo nas suas mutações, porque reduzido o ano somente a inverno e verão, é este tão intemperado, que desde o mês de abril em que principia, até o de setembro em que acaba, padece aquele território uma interpelação de calor como costuma haver de ordinário na zona tórrida, em que jaz, e frio tão desordenado, como em Portugal se experimenta no janeiro mais desabrido. Acha-se o dia claro de sol intenso e, de repente, se levanta do sueste um vento frigidíssimo com uma serração de neblina tão espessa, que apenas pelos campos e pelas ruas se divisam as pessoas quando chegam a encontrar-se. É preciso, com acidente tão estranho, desampararem os trabalhadores o serviço das faisqueiras e lavouras e fecharem-se nas casas, aonde só bem enroupados e com o benefício do lume podem resistir ao frio, que já em ocasiões foi tão grande, que apanhando em partes ermas alguns escravos, os privou da vida; razão porque logo que o horizonte austral dá os primeiros sinais de tão espantosa friagem, logo põem toda a diligência de se recolher a povoado todos os que se acham dispersos pelas chapadas²²⁰.

²¹⁸ De acordo com essas instruções, todas as pessoas que fossem para a nova Vila estariam isentos do pagamento de fintas, talhas e quaisquer outros tributos por dez anos e não poderiam ser executados por dívidas contraídas em outras vilas e distritos nos primeiros três anos. Provisão de D. João V ao governador da capitania de São Paulo, Luís de Mascarenhas, 1746. In: ROSA, Carlos Alberto e Nauk Maria de Jesus. (orgs.). *A terra da conquista. História de Mato Grosso Colonial*. Cuiabá: Ed. Adriana, 2003, p. 191.

²¹⁹ José Gonçalves da Fonseca. “Notícia da situação de Mato Grosso e Cuiabá, estado de umas e outras minas” [c.1740], *RIHGB*, t. XXIX, parte 1^a, 1866, p. 353.

²²⁰ FONSECA, José Gonçalves da Notícia da situação de Mato Grosso e Cuiabá (...). p. 378-9.

E continua a comentar que esse “acidente tão estranho” de frio repentino podia durar cerca de dez dias, tornando-se mais moderado quando a estação vai finalizar, depois do equinócio de setembro. A partir deste mês, até março “não padece aquela região de intemperança de frio, sendo então o tempo das águas em que se experimenta o maior calor”²²¹. Outro aspecto a salientar do ambiente das minas do Mato Grosso é que passou a ser citado como lugar “pestilento”, onde as febres e sezões atacavam com frequência²²².

O capitão-general Rolim de Moura, no exame que faz para escolher o local mais adequado para fundar a vila capital, comenta ser o arraial de São Francisco de “clima destemperado, resultando em contínuas sezões nos seus moradores”. Outros aspectos foram a sua localização, no alto de uma chapada, que poderia dificultar a condução de lenha e madeira, e o fato de não possuir boas pastagens para a criação de gado e cavalo. No arraial de Santa Ana, onde os poucos moradores estavam dispersos pelos sítios e lavras, observa a existência de bons campos para a criação de gado e de fartos matos para lenhas, mas a água era pouca para uma grande povoação e o clima mais quente e temperado, menos sujeito às febres e catarrais. Seguiu até o lugar chamado Pouso Alegre, à beira do rio Guaporé, e esperou todo o mês de fevereiro e março observando a altura das águas. Ao ver que o barranco do rio protegia o terreno das enchentes e que o ar e a água eram bons, o clima temperado e benéfico para a saúde dos moradores, decidiu por fundar aí a Vila Bela²²³.

De acordo com o que se narra no *Anal de Vila Bela*, “com as notícias que já tinham de estarem perto destas minas as Missões das Índias de Espanha pela terra adentro”, moradores saíram no ano de 1742 a “fazer negócio e toparam do rio Verde para baixo ainda muito gentio, principalmente da parte ocidental”. Ao saberem pelos índios espanhóis das notícias de “que não havia muitos anos tinham subido do Grão-Pará pelo rio Mamoré acima umas canoas grandes carregadas de negócio para aquelas aldeias”, resolveram quatro dos aventureiros “a rodar para o Grão-Pará, com o conceito de que podiam eles descer por onde aquelas canoas

²²¹ Idem, *ibidem*.

²²² Sobre as concepções de saúde e doença aplicadas à capitania de Mato Grosso. Ver ANZAI, Leny.

²²³ Carta de Antonio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real 28 /05/ 1752. In. *Antonio Rolim de Moura* (correspondências). Vol. 1. Cuiabá: Editora da UFMT, 1982, p. 70; *Anal de Vila Bela*. Op. Cit. p. 61. Cf em Nauk Maria de Jesus. “Oposição à consolidação da vila-capital da Capitania de Mato Grosso”. Texto nos Anais (CD-Rom) do XXIII Simpósio Nacional de História/ANPUH, Londrina/PR, jul.2005.

tinham subido”. E foram esses que primeiro realizaram a navegação até o Pará, mas foram presos e remetidos à Corte²²⁴.

No ano de 1743, o comerciante Luis Roiz Vilares propõe um dos mais ousados projetos que se pode imaginar para a região amazônica: *Projeto de Abertura do caminho de Terra ou Varadouro tirado desde o rio Jauru até o Guaporé na Capitania de Cuiabá*. Na abertura, louva a Deus por dignar-se em lhe conceder tolerância para sofrer tantos contratemplos que no decurso de muitos anos tem padecido “neste Sertão Cuyabá, aonde como em toda parte dentro dos limites da humana possibilidade tenho procurado observar as Leis Divinas e as de sua Majestade com pronta obediência as Ordens dos Exmos Senhores Gerais da Capitania de S. Paulo(...)”. Discorre sobre seus empenhos e de mais sertanistas comerciantes em “reduzir os gentios ao grêmio da Igreja e vassalagem de Portugal, para extensão e defesa de suas conquistas e também descobrir ouro diante das extremas necessidades dos moradores das minas”. E para justificar o referido Projeto, lembra-se que desde sua infância tinha “impressas na alma as utilíssimas” notícias precisas do Brasil do padre o Sr. Simão de Vasconcelos, onde “mostra ser o coração do mesmo o lago Xararez ou Dourado”. E avançando ainda mais nas informações do padre, diz ter dele as notícias que se subissem as correntes acima e após passar com canoas nos ombros em “intervalo de terra se põem em rio que navegando água abaixo nas tais canoas se entra no maior dos Amazonas”. Traduzindo para um português claro, aqui se pode notar um grupo de sertanistas guiados pela antiga geografia imaginária da *ilha-Brasil* com o objetivo de estabelecer um caminho de integração entre as bacias do Prata e Amazônica, projeto de grande importância para desenhar ou consolidar as fronteiras naturais entre as coroas ibéricas. O comerciante propõe estudar e implementar as melhores condições para construir um varadouro “na menor distancia de terra em meio dos dois rios Jauru e Guaporé ou de ribeiros permanentes até agora incógnitos”. E descreve o ambiente do rio Aguapé, que aqui tem semelhanças a um pantanal e parecia não ter as melhores condições:

o Aguapehy é sangradouro pela maior distância onde principia-se por campanha menos montuosa e se compõe de diversas baias, umas grandes outras menores, porém em todo com cerrados extinguireis e aguapés, ereciomas [?], arvoredos, tabuas, ou peripizaes, tudo custo-

²²⁴ *Anal de vila Bela...* Op. Cit. p. 57-8. Observa-se que a Coroa muito se interessou pelas informações dos sertanistas em momento que antecede as negociações para o Tratado de Madri.

so a romper-se, e mais em tempo de secas de modo que quando permita onde navegar-se, será só nos meses de chuvas e isto em pouca distância (...)²²⁵

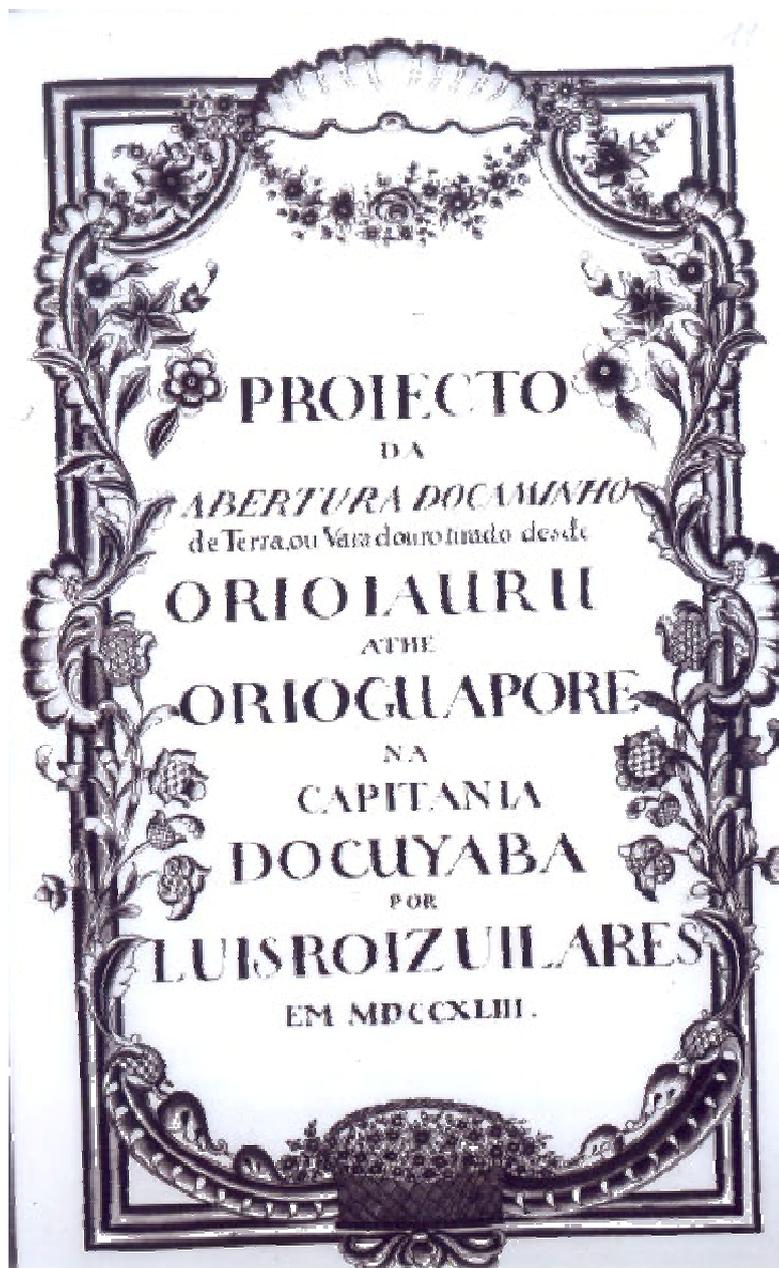


Fig. 11. *Frontispício do projeto de abertura de varadouro do rio Jauru ao Guaporé, na Capitania de Cuiabá*

Luis Roiz Vilares, 1743

²²⁵ VILARES, Luis Roiz. *Projeto de Abertura do caminho de Terra ou Varadouro tirado desde o rio Jauru até o Guaporé na Capitania de Cuiabá*, [1743] Mss. Cópia de Manuscrito gentilmente cedido pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Rosa.

No ano de 1743 o ouvidor-geral da Comarca do Cuiabá, João Gonçalves Pereira, mandou tomar informações a respeito das Missões da Companhia de Jesus das Índias Ocidentais de Castela, chamadas Moxos, de autoridades e pessoas que fizeram viagens saindo do arraial de São Francisco Xavier. Nesse documento, algumas informações interessantes dos percursos pelos rios: as distâncias, as condições e o tempo para percorrer seus principais trechos entre uma e outra missão, os gentios daqueles sertões, se “bravios”, de que parte estavam, e se tiveram algum choque com os sertanistas. Quando trata do caminho que se faz até a primeira Missão de São Miguel, uma descrição do rio Guaporé:

É este limpo sem cachoeiras, itaipavas, nem correntezas e em partes parecem as águas sem movimento; tem o rio Guaporé de largura regular quinze, até vinte braças com muitas barras, sangradouros e baías; dois dias antes de chegar à barra de cima de S. Miguel, está um lugar que tem muitas ilhas (...) ²²⁶.

Na descrição dos percursos navegáveis pode-se perceber locais de pesca, pois o relato refere-se ao porto da Pescaria, onde o rio Sararé faz barra no Guaporé e “um ribeirão que os pescadores chamam Capivary que nasce de uma grande Serra”. Navegando por outros rios mais abaixo descreve aspectos da hidrografia e do gentio guarayu, indicando que havia comunicação com os índios das missões de Chiquitos:

(...) abaixo deste [Saráré] está o *rio Galera*, o qual é pequeno mais navegável até as cabeceiras; (...) e tem por uma e outra parte *grandes pantanais*. Abaixo uns dois dias o *rio Verde* (...) e para cima tem saltos medonhos. (...) dois dias de viagem abaixo (...) um grande sangradouro que expele água para a madre, por ele se comunica o *gentio Guarayu* com os índios dos padres da companhia das missões de Chiquitos, e junto do dito sangradouro se vê um grande alojamento já deixado do dito gentio ²²⁷.

Dez anos se passaram e, em 1754, uma *Relação* escrita por Caetano Paes da Silva dá *Notícias* de uma monção que chegou ao Mato Grosso, dos caminhos que fizeram por aquelas terras “com outras muito curiosas e agradáveis de rios, fontes, frutos, que naquele país acharam”. Conta terem desembarcado quase todos doentes, talvez “por estranhar as águas da viagem, que se nos corromperam, ou pelas calmas da linha em que andamos muitos dias”. Essa monção parece ter chegado no mês de janeiro, pois esperando encontrar o frio de Lisboa, sur-

²²⁶ João Gonçalves Pereira. *Itens sobre os quais mandei tomar informações (...)*. Cópia manuscrita do Arquivo Colonial de Lisboa. MT, Avulsos, 1743. In: IHGB/RJ, Arq. 1.4-37-4, Lata 762-Pasta 16, p. 2.

²²⁷ Idem. p. 3.

preenderam-se com o verão, e consideraram assim ser o clima de bons ares que lhes trouxeram saúde:

A terra pela vizinhança do Sol é livre de todas aquelas calamidades que se experimentam em Portugal pelos meses de dezembro, janeiro, e fevereiro, (...) porque desembarcados os doentes por falta de cômodo ficaram muitos ao rigor do tempo, mas este os não ofendeu; que a ser o clima do Reino, nenhum escaparia pelo desabrigado. E ainda que alguns morreram já em terra, contudo depois que entraram a gozar os ares dela experimentaram a saúde que naqueles Países costuma haver. (...) aqueita estas terras de forma que se escusam nelas os reparos que nesse Reino se hão de mister; aqui são nenhum os pleurises, pouco o defluxos, exceto quando algumas pessoas pouco acauteladas no extremo do calor, abertos os poros do corpo se banham nos rios 228.

E ao comparar o tratamento das “malignas” no Reino e no sítio de Mato Grosso, reconhece ser positiva a prática de curas com ervas que se pega na própria natureza do lugar: “remediam nestes países com águas de ervas, suores e remédios que não fazem mais custo que o de conhecê-los e apanhá-los”. Enquanto que os médicos do Reino “curam com a medicina da moda, que são leites e amendoadas, donde procedem a contínuas obstruções”²²⁹.

Sobre a alimentação no “sítio de Mato Grosso”, elogia o sabor da excelente carne, mas a farinha, “único mantimento destas terras está alguma coisa rara; mas espera-se em Deus que freqüentadas sejam, haja dela abundância”. Compara as frutas com as do Reino, percebendo nelas muita diferença e, por não saber o nome de algumas, diz que lembram as pêras e as maçãs de vários tipos, e os “limões, e laranjas também temos notícias de que os há, ainda que até agora não temos visto; e nos dizem que sem cultura nascem e se criam ainda que não tão grandes com as do reino”²³⁰.

Sobre a vegetação, faz interessantes observações dos aspectos das árvores, admirando-se da densa e frondosa floresta e do entrelaçamento dos cipós como obra da Natureza. Também relata da “mortificação” em não ser possível andar livremente, sem a faca para abrir caminho. O fogo também não era fácil de pegar. Observa aspectos da floresta, comparando-a com o que conhecia em Portugal, assim descrevendo:

²²⁸ SILVA, Caetano Paes. *Relação e notícia da gente, que nesta segunda monção chegou ao sítio do Grão-Pará e às terras de Mato Grosso, caminhos que fizeram por aquelas terras, com outras muito curiosas e agradáveis de Rios, Fontes, frutos, que naquele país acharam*. Lisboa, MCC.LIV(1754), fl. 2.

²²⁹ SILVA, Caetano Paes. *Relação e notícia da gente ... Op. Cit.* fl. 2.

²³⁰ Idem, fl. 3.

Em toda esta terra, e em todo tempo do ano estão as árvores cheias de folhas, e os matos frescos, o intrincado dos quais nos serve de mortificação; porque se não pode por eles dar livremente um passo. Ao chegarmos vendo-o denso, e frondoso dele nos parecia que o fogo poderia fazer caminho livre; mas ao depois nos enganou a experiência, pois ainda cortados os paus, e postos no cume, dificultosamente ardem. Todas as árvores são enlaçadas de cipós: assim com as do Reino pelas partes muito viçosas vemos aos olmeiros coberto de era. É esta árvore [cipó] de tal forma, que unindo-se à outra, sobe por ela até ao cimo o cume, e de uma salta às outras de sorte, que pelo mato se não pode dar passo sem que se leve na mão um cotelo ou faca grande, com a qual se vai cortando aquela rede de cordas com que a Natureza foi prendendo as árvores umas nas outras²³¹.

Também cita as várias utilidades dessas árvores para as pessoas que desembarcaram, que delas vão “se servindo” para construção de suas casas e choupanas na forma que explica, e tece considerações sobre as adaptações que devem ser feitas ao observar o clima e a umidade do lugar, e a pouca comodidade de dormir em redes:

Elegendo sítio onde estejam árvores grossas das quais fazemos umas como colunas e por entre elas metidos paus, a vamos enredando de cipó verde, o qual, com uma folha se faz um tapa tão densa, como qualquer das casas de Lisboa. Por cima, e por baixo se atravessam paus da mesma forma enredados em razão de ficar o pavimento levantado do chão por causa da umidade da terra; porque é de crer que sendo o clima do ar o mais ardente, é a terra em si sumamente fria, e também porque apenas o Sol se esconde no horizonte, não deixa de correr uma viração, que pouco difere do mês d outubro, e novembro em o reino. Nos paus das árvores se pregam redes, e nelas fazemos as camas enquanto o tempo não nos dá lugar para preparar habitações mais cômodas²³².

Lamenta ser a terra “sumamente agreste”²³³, mas confia em Deus, que com a chegada de mais gente do Reino, “se façam povoações, e com elas, e com o trato, e comunicação, brevemente chegarão a outro estado”. Refletindo sobre o futuro do Mato Grosso, lhe parece ser a falta de mantimentos o que mais a faz agreste, e que serão necessários anos para suprir a falta de força de trabalho e diligencia que sane esta necessidade, naquele tempo bem grande. Mas quando lá estavam informa ter chegado de Cacheu um navio carregado de negros e fazendas que em poucos dias vendeu²³⁴.

²³¹ Idem, fl. 4.

²³² Idem, fl.5.

²³³ *Agreste*: adj. próprio do campo, relativo ao campo, campestre, rústico; mato agreste, bravio, inculto, selvagem, bravo; tosco, rude. BLUTEAU, R. Op. cit, 1720.

²³⁴ Ao consultar o anal de Vila Bela, há a informação de que, em 1754, chegou ao porto da Vila Bela da Santíssima Trindade, João de Moura Colasso com suas canoas de negócios do Pará.

E sempre tendo por referência Lisboa, continua a fazer descrições dos rios, da diversidade e abundância de bichos e o medo e a estranheza causada por uma grande cobra d'água, que compara a um monstro. Mas também fala do encanto do canto e das cores das penas das aves:

Os Rios de todo este continente são grandes, e cheios de muitos bichos, e a terra também deles é assaz abundante; causa porque os que viemos costumados do Reino a não ver mais que os cães e gatos de Lisboa, nos sobressaltamos quando vemos uma cobra de quatro, cinco varas de comprido, tão grossa como a cintura de qualquer de nós; e principalmente uma que é da água, a que chamam Suriulo [sucuri] , a qual não é difícil tragar um novilho; tão monstruosa, que no sitio; ou lagoa aonde assiste, não chega, nem aparece outra alguma coisa. E assim como é monstro no corpo o é na velocidade, que é nenhuma; porque permite Deus se não mova do lugar em que habita, porque de outra forma nada escaparia. Há mais outras qualidades de bichos, e as aves são em grande número, muita diversidade, umas alegrando com a melodia, outras com a vista de suas penas, de tal forma, que a primeira representação desta terra é boa, e parece não haver mais que desejar ²³⁵.

Das notícias de sertanistas, cronistas e portugueses muito ainda pode ser revelado dos aspectos do mundo natural, dos indígenas e das relações dos colonos que chegavam ao Mato Grosso no vale do Guaporé – ambiente tão diverso daquele que estavam acostumados a ver e sentir.

Mas já se pode ver revelados das descrições da conquista colonial aqui selecionadas, seja através das descrições da expansão da ação sertanista de caça aos índios, seja das autoridades coloniais, o intenso povoamento ameríndio, principalmente dos paresis que habitavam suas dilatadas campanhas e chapadas. Enxerga-se nitidamente a política de escravização e “desinfestação” dos indígenas bem como as alterações ambientais nas morrarias e nascentes de rios em busca do ouro.

O que ainda não era conhecido ia sendo “descoberto”, conquistado. Importava na conquista os novos descobrimentos de ouro. Os índios desterritorializados, eram obrigados a buscar “outros” sertões ou participarem da exploração das novas lavras de ouro nos arraiais, e outros serviços para os “aumentos da Fazenda Real”.

²³⁵ Idem, fls 5 e 6.

CAPÍTULO III

As Notícias Práticas das Minas do Cuyabá

3.1. Renovação científica: “Ciências para o esplendor das Monarquias”

O *Elogio Fúnebre e Histórico*, de Francisco Xavier da Silva e dedicado a D. João V, bem como tantas outras obras que tratam do seu reinado, fazem crer na existência de um tempo de renovação científica e cultural. O fundamento dessa renovação é perceptível no *Elogio*: o rei “conhecia que as Ciências são aquelas brilhantes tochas que fazem mais claro o esplendor das Monarquias; e que tem grande decadência o amor das Letras se falta nos Reis espírito para os animar, protegendo os estudos e honrando os sábios”²³⁶.

Buscando o desenvolvimento dessas ciências, em 1720 o rei D. João V instituiu a Academia Real da História Portuguesa, da qual se declarou protetor. Ordenou a criação de arquivos e determinou que cópias de manuscritos da Torre do Tombo fossem distribuídas aos integrantes da Academia Real com o objetivo de imprimi-los. Percebe-se também uma preocupação com a preservação do que hoje se conhece como patrimônio histórico, pois ordenou que se conservassem monumentos e relíquias representativos dos períodos de ocupação da Península Ibérica por fenícios, gregos, romanos e árabes, bem como das épocas áureas da monarquia lusitana²³⁷.

²³⁶ SILVA, Francisco Xavier da. *Elogio fúnebre e histórico do muito alto, poderoso, augusto, pio e fidelíssimo rei de Portugal Senhor D. João V, em que se referem ações de sua religião, piedade, clemência, justiça, liberalidade; as fundações sagradas, como civis; os sucessos do tempo da guerra, da paz, das vitórias ...* Lisboa, Regia Oficina Sylvana e da Academia Real, 1750, p.139

²³⁷ Idem, p. 139-140; e SOUZA D. Antonio Caetano de. *História genealógica da Casa Real Portuguesa*. Livro VIII, Lisboa, Regia Oficina Sylviana, 1741.

O Colégio de Santo Antão, da Companhia de Jesus, mereceu atenção do rei, que todo ano destinava 200 mil réis para a compra de livros, como prêmio aos estudantes que mais se destacassem nos estudos de Latinidade, Filosofia, Teologia e Matemática. Para o aprimoramento da Matemática mandou contratar na Itália dois padres jesuítas, os professores João Batista Carbone e Domingos Capacci, que chegaram a Lisboa em 1722. Para o trabalho das observações astronômicas, encomendou aos mais reconhecidos inventores da Europa instrumentos astronômicos e relógios, que foram colocados no Observatório Astronômico, construído no mesmo Colégio de Santo Antão, em Lisboa²³⁸.

O Decreto de 24 de dezembro de 1732 instituiu uma Academia Militar no reino e em suas colônias, para que os engenheiros aprendessem “as máquinas da ciência tão úteis às Campanhas”. Outra grande obra foi a edificação da majestosa Livraria da Universidade de Coimbra (Provisão de 3/10/1716), para a qual ordenou a compra de uma grande quantidade de livros. Enfim, D. João V teria se destacado como um rei que “deu mão às Letras e à História de Portugal para se levantar da queda a que a reduzira a injúria dos tempos e o descuido dos antigos Lusitanos, que se empregaram mais em pelejar que em escrever”²³⁹.

Mas, conforme bem avalia André Ferrand de Almeida, não se pode exagerar quanto ao alcance desse novo interesse por ciências, como Matemática, Astronomia, Geografia e História. Fundamentalmente, o movimento renovador ocorreu à sombra da proteção tutelar do monarca e se restringiu aos círculos ligados à Corte, como a Companhia de Jesus e a Congregação do Oratório. Além da simples curiosidade científica e da vaidade em acompanhar os principais centros europeus, como Inglaterra e França, é o poder do Estado que se procurava reforçar. Além do mais, o rei e seus ministros já haviam percebido o valor estratégico de tais saberes, principalmente aqueles que deveriam ser aplicados à cartografia²⁴⁰.

Não se pode esquecer a conjuntura geopolítica europeia na qual Portugal se inseria desde as últimas décadas dos anos seiscentos. O período pós-guerra da Restauração com a Espanha (1640-1668), obrigou a dinastia bragantina lusa à posição de defesa de suas prerrogativas. Após o Tratado de Paz em Westfália (1648), disseminou-se uma atitude secularizante frente às questões de domínio e soberania territorial, o que esvaziou o direito de arbitragem da

²³⁸ SILVA, Francisco Xavier da. Op. Cit, p. 161

²³⁹ Idem, p. 139.

²⁴⁰ ALMEIDA, André Ferrand de. *Os padres matemáticos e o projeto do novo Atlas da América portuguesa* (1713-1748). Lisboa, 2001. p. 92-93.

Igreja católica romana, sob o comando do papa. Portugal foi forçado a aceitar a doutrina do *Mare Liberum*, concebida pelo jurista holandês Hugo Grócio, advogado da Companhia das Índias Ocidentais, que reivindicava revisões na bula *Inter Coetera* (1456) e no Tratado de Tordesilhas (1494). O português Serafim de Freitas rebateu o jurista da Companhia das Índias Ocidentais, afirmando o direito e a obrigação dos reis católicos em evangelizar os povos gentios e infiéis. Mesmo assim, as condições de *dominium* e do alegado monopólio de navegação ibérico por mares nunca antes navegados foram colocadas em xeque.

Os “descobrimientos” só poderiam criar títulos de domínio se comprovada a posse e a demarcação por meio de limites precisos e guardados por força permanente. Assim, em fins do seiscentos estava firmada a noção de soberania limitada pelos outros Estados juridicamente reconhecidos. A diplomacia portuguesa viu-se obrigada a reformular a fundamentação teológica da expansão ultramarina sem, no entanto, esvaziá-la de sentido. Foi nesse cenário geopolítico de concorrências entre os Estados europeus que se projetou um discurso historiográfico de defesa do domínio do Estado português, forjado principalmente pelos acadêmicos da Academia Real de História²⁴¹.

Nas origens da Academia havia o desejo de alinhar a nação portuguesa ao movimento da erudição europeia do século XVII e inícios do século XVIII. Quem deu a D. João V a idéia de criá-la foi Manoel Caetano de Sousa, que visitou Roma e outras cidades italianas em 1710, deslumbrando-se com as grandes livrarias e oficinas de impressão. Ao instituir uma academia de Estado, a grande sacralidade passa a ser a do rei e da nação, perdendo espaço a memória mágico-religiosa²⁴².

O estudo da historiadora Íris Kantor sobre a Academia Real de História Portuguesa amplia a compreensão das iniciativas “científicas” do tempo de D. João V. O sentido da Academia e de suas projeções no espaço colonial luso-americano visava à glorificação da Monarquia e do espaço imperial, ao enfatizar a legitimidade das conquistas ultramarinas pelo Estado português²⁴³.

²⁴¹ Ver KANTOR, I. Uso diplomáticos da *ilha-Brasil*: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia História*, Belo Horizonte, Vol. 23, N.37, Jan/Jun 2007, p. 77; _____. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*, S. Paulo/ Salvador: 2004, p. 45-48.

²⁴² MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real de História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Minerva, 2003, p. 29 e 35.

²⁴³ KANTOR, Íris *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo/Salvador: Hucitec, 2004.

Um resultado do projeto de recolher e registrar o conhecimento a respeito das conquistas ultramarinas e recompor Portugal do “descuido dos antigos lusitanos que se empregaram mais em pelejar, que em escrever”, é a publicação da *História da América Portuguesa, desde o ano de seu descobrimento até o ano de 1724*, obra de Sebastião da Rocha Pita. A importância atribuída a essa obra, publicada em 1730 pela Academia Real de História, se lê nas licenças emitidas pelos acadêmicos, como a de D. Antonio Caetano de Souza, clérigo regular, qualificador do Santo Ofício, consultor da Bula da Santa Cruzada: “Esta História, excelentíssimos Senhores, é a única que temos seguida e completa dos dilatados e riquíssimos domínios, que el Rey nosso Senhor tem nesta parte do Mundo”²⁴⁴.

No decorrer da segunda metade do século XVII e primeiras décadas do XVIII, novos paradigmas geopolíticos com fortes repercussões no Estado português começaram a vigorar. Além disso, ao aproximar-se o século XVIII, houve uma revalorização das relações coloniais com o Brasil. Esse fenômeno decorreu primeiramente dos expedientes agro-comerciais, tornando-se ainda mais importante com o surto de mineração. As descobertas de riquezas mineiras trouxeram novo ânimo econômico por longo tempo. Superava-se, portanto, uma profunda crise econômica vivida na década de 1670. Historiadores portugueses vêem realçados nesse novo tempo estigmas muito antigos, como a prioridade do Além-Mar, que “até converte a Metrópole numa prisioneira do Brasil, em contradição com o sistema colonial mais vulgar, que promove o engrandecimento dos estados pela rentabilização dos complementos ultramarinos”²⁴⁵.

No início do XVIII, os oceanos e continentes não eram mais superfícies indiscriminadas e sim espaços conhecidos como portos, zonas de abastecimento e consumo, por onde passavam rotas, mercadorias, riquezas e culturas. Em tal cenário, o debate sobre a soberania nos mares e nas terras distantes balizou a elaboração de novos conceitos de soberania territorial, no quais um “novo paradigma suplantaria os pressupostos teológicos-políticos que asseguravam a incorporação dos espaços ainda não reconhecidos e dominados numa totalidade representada por um virtual Império cristão universal”²⁴⁶.

²⁴⁴ PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa, desde o ano de seu descobrimento até o ano de 1724*. Oficina de José Antonio da Silva, Lisboa Ocidental, MDCCXXX [1730], p. 5.

²⁴⁵ SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dirs.) e MENEZES, Avelino Freitas de (Coord.). *Portugal: da paz da restauração ao ouro do Brasil*. Nova História de Portugal (vol. VII). Lisboa, 2001 p. 9.

²⁴⁶ KANTOR, I. Op. Cit, p. 50; Idem, “Uso diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas”. *Varia História*, Belo Horizonte, Vol. 23, N.37, Jan/Jun 2007, p. 77-78.

Ainda que se reconheçam alguns progressos nos conhecimentos sobre a colônia brasileira, principalmente na faixa litorânea, a grande maioria das informações disponíveis baseava-se em autores dos séculos XVI e XVII. Bem pouco se sabia sobre a natureza e a humanidade da parte central do continente sul-americano²⁴⁷.

O Tratado de Utrecht (1713) também contribuiu com a redefinição das posições estratégicas das potências européias na questão das posses e das fronteiras coloniais. Portugal recebeu os territórios na foz do Amazonas e os espanhóis restituíram a Colônia do Sacramento aos portugueses. Mas ainda assim, a França continuou pretendendo ocupar os territórios no Cabo do norte e discordou da posse portuguesa na Colônia do Sacramento.

O mapa apresentado na Academia de Ciências de Paris, em 1720, foi o argumento de que se valeu a França. Segundo o mapa, elaborado pelo geógrafo Guillaume Delisle, a linha de Tordesilhas teria sido deslocada para o Oriente. As preocupações de representantes portugueses, expressas na correspondência entre D. Luís da Cunha, diplomata português na França, e o Secretário de Estado da Corte Real, Diogo de Mendonça, sugere a necessidade de aprimorar o cálculo das longitudes. Portanto, nessa época os portugueses já admitiam a necessidade de revisão técnica do meridiano de Tordesilhas. Ao consultar importantes estudos acerca dos desdobramentos geopolíticos para a consolidação das fronteiras e posses das conquistas lusobrasileiras, Íris Kantor destacou que a redefinição do tratado de Tordesilhas não era novidade, mas fazia parte dos desdobramentos políticos desde o fim da União Ibérica na América²⁴⁸.

Afirma Jaime Cortesão que o meridiano divisório de Tordesilhas, longe de ser fixo e universalmente reconhecido como tal, variou de posição nos mapas, ao sabor das conveniências das coroas ibéricas. Os portugueses desviavam a linha para Oeste, de maneira a abranger o mais vasto quinhão da América do Sul; já os espanhóis seguiam a tática contrária, de modo a conceder o mínimo possível do mesmo continente²⁴⁹.

²⁴⁷ DOMINGUES, Ângela. Notícia do Brasil Colonial: a imprensa científica e política a serviço das elites (Portugal, Brasil e Inglaterra) *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 22, n.º 35, jan/jun 2006, p. 154.

²⁴⁸ KANTOR, Íris. Op. Cit. 2007, p. 80. Cf. também CORTESÃO, Jaime. *A história do Brasil nos velhos mapas*. Tomo I, Rio de Janeiro. 1957, p. 338-363.

²⁴⁹ O avanço do meridiano para Oeste, operado por portugueses, começou na Carta de Cantino (1502). Em 1519, o Mapa de Lopo Homem, cosmógrafo e cartógrafo real, serviu de padrão à cartografia portuguesa dos séculos XVI e XVII, o que se intensificou nas vésperas da realização do Tratado de Madrid (1750). Apud. CORTESÃO, Jaime. Op. Cit. 1957, p. 90.

Kantor sublinha, ainda, que o velho mito ou concepção geográfica da *ilha-Brasil*²⁵⁰ foi reutilizado com engenho pelos diplomatas portugueses (e obviamente rejeitado pelos espanhóis) para justificar a fundação da Colônia de Sacramento e os direitos portugueses à margem oriental do rio da Prata. O uso do argumento da “fronteira natural” estava claramente formulado nas negociações luso-espanholas de 1680. Portanto, “a diplomacia portuguesa esteve atenta para o valor prático do conceito de fronteira natural, que fazia coincidir os acidentes naturais com as jurisdições políticas”. Assim, o mito da *ilha Brasil* foi reinventado e mobilizado no decorrer do século XVIII como uma “ideologia geográfica, mais do que um saber em que se projetavam os horizontes de expectativas da colonização”²⁵¹.

Nesse aspecto, vale citar a reflexão de Luis Ferrand de Almeida, de que o princípio de “fronteira natural” viria ser o principal instrumento de demarcação utilizado pelas comissões demarcadoras ibéricas²⁵².

Mas a inexistência de um método científico e prático para observar as longitudes serviu como pretexto e base para os múltiplos enganos e, por conseqüência, retardou a fixação da posição do meridiano a 370 léguas de Cabo Verde, conforme estava escrito no Tratado de 1494. Só nos começos do século XVIII generalizou-se o processo de observação das longitudes pelos eclipses dos satélites de Júpiter. A Portugal e a D. João V pertence a iniciativa de enviar para a América, em 1729, a primeira missão científica no gênero, formada pelos padres matemáticos Domingos Capacci e Diogo Soares, com o objetivo de traçar um mapa do Brasil, agora a partir de longitudes observadas. Essa missão era justificada por razões de Estado, de acordo com os interesses da Coroa portuguesa.

Com a Paz de Westfália (1648) e as novas proposições do *Mare Liberum*, os mapas ganham grande importância, processo que desencadeia a revisão dos paradigmas a respeito dos limites territoriais na Europa e dos domínios no além-mar. Se a nova concepção de soberania privilegiava a comprovação da ocupação efetiva dos territórios, os mapas construídos de

²⁵⁰ O mito da *Ilha-Brasil* foi concebido desde o século XVI quando os portugueses começaram delinear nos mapas a entidade geográfica “Brasil” representando-a entre o delta do rio Amazonas e o estuário do rio da Prata. Estes rios partiam de uma mesma grande nascente ou grande lagoa no interior central da América do sul (*Eupana, Xaraiés*) e pelos seus cursos ao Norte e ao Sul desaguavam no Oceano e permitiam a circunavegação. Seus amplos contornos excediam largamente os limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas. (Cf. Mapas de Lopo Homem de 1519 e Cartas de Diogo Ribeiro de 1525 e 1527) Apud. CORTESÃO, J. *A história do Brasil nos velhos mapas*. Tomo I, Rio de Janeiro, 1957 p.342-343.

²⁵¹ KANTOR, Íris. Op. Cit, 2007, p. 80.

²⁵² ALMEIDA, Luis Ferrand de *A colônia do Sacramento na época da sucessão da Espanha*, p. 317. Apud I. KANTOR. 2007, p. 80.

acordo com os padrões científicos passaram a ser testemunhos fidedignos das conquistas imperiais.

O rei e as classes cultas interessaram-se pelo estudo da Geografia, da Cartografia e, por conseqüência, também da Astronomia. Que os problemas da soberania e o desejo de afirmá-la sobre novos, vastos e ricos territórios estavam na base desse renascimento científico, é mais que certo. Mas a dissertação do geógrafo francês Delisle, na qual este apresentou o novo mapa, foi o sinal de alerta que chamou à consciência das responsabilidades do seu passado de nação identificada como precursora da expansão ultramarina. Em sessão da Academia Real de História, de 9 de outubro de 1721, em pleno momento da divulgação das afirmações de ordem científica apresentadas por Delisle, o engenheiro-mor, Manoel de Azevedo Fortes, considerado “alma e voz do renascimento geográfico”, anunciava aos seus pares que Portugal era o único reino da Europa que não possuía cartas particulares (topográficas), apesar de ter sido o primeiro a ensinar a Geografia e Navegação aos demais!²⁵³.

É de notar que, nas primeiras décadas do século XVIII, as informações ou conhecimentos sobre o território da América portuguesa, principalmente da costa litorânea e sobre seus habitantes, ainda se alimentasse das crônicas missionárias, relatos de marinheiros, mercadores e militares a serviço das diferentes monarquias européias. Mas as conquistas portuguesas localizadas no interior da América eram ainda mais desconhecidas, “espaços opacos e descontínuos para o olhar dos colonizadores europeus”²⁵⁴.

Para Ângela Domingues, a imagem veiculada na Europa setecentista a respeito da América portuguesa, sobretudo a partir de inícios do século XVIII, esteve condicionada pela falta de informações atualizadas. Além de outros motivos, a indefinição de limites com os espanhóis no rio da Prata e com os franceses na Guiana, as revoltas nas Minas e em outras capitanias, mas, acima de tudo, a existência de ouro do Brasil foram razões mais que suficientes para que a Coroa defendesse o sigilo do que já se conhecia do território e de sua ocupação geográfica²⁵⁵.

Era estratégico ocultar, principalmente, o acesso às riquezas minerais, pois os descobrimentos de ouro e de outras riquezas minerais despertavam o apetite de estrangeiros pelo

²⁵³ CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. (HBVM). Tomo II, p.170.

²⁵⁴ KANTOR, Íris, Op. Cit, 2004, p.15.

²⁵⁵ DOMINGUES, Ângela. *Notícia do Brasil Colonial: a imprensa científica e política a serviço das elites* (Portugal, Brasil e Inglaterra). Op. Cit, 2006, p. 152-3.

território. Temia-se não haver forças militares suficientes para controlar uma invasão. De fato, o controle que a Coroa portuguesa mantinha sobre o território não se traduziu unicamente nos constrangimentos jurídicos impostos e tampouco nas proibições de navios estrangeiros em portos brasileiros para comercializarem com os naturais da terra²⁵⁶. Os portugueses não permitiam publicações que divulgassem informações sobre esses territórios, mantendo inéditos os manuscritos e submetendo os textos editados a uma divulgação restrita. Exemplo paradigmático é o livro *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, destruído por ordem de D. João V, em nome da razão de Estado²⁵⁷.

A *História da América portuguesa*, datada de 30 de março de 1727, em parte também revela o desconhecimento e as confusas e fantasiosas informações que chegavam à Corte a respeito dos sertões, conforme parecer de José Barbosa:

(...) e sabíamos que aqueles sertões mais eram povoados de ouro e de pedraria, que de homens; mas tudo isso sabíamos com tanta confusão, que nem seria grande erro o afirmar, que era o mesmo que se o ignorássemos, porque esta costuma ser a pena do que se sabe em confuso. Para que tudo se soubesse com distinção, escreveu Sebastião da Rocha Pita esta História (...) ²⁵⁸

Em se tratando do conhecimento dos sertões, nome dado aos espaços desconhecidos ou terras de conquistas, lugar habitado por “gentios”, ou “naturais”, cabe refletir sobre o entendimento a respeito da Natureza e de seus habitantes nativos da América colonial portuguesa. Mesmo que reconhecidas as semelhanças com visões formuladas ao longo dos séculos XVI e XVII, importa examiná-las nas obras divulgadas no contexto da renovação científica. Na primeira metade do século XVIII, conforme já visto, mudanças de paradigmas estavam em curso.

Júnia Furtado, ao tratar de importantes escritos setecentistas que tiveram por tema as Minas Gerais nas primeiras décadas do século XVIII, destaca a obra *Historiologia Médica* e observa que seu autor, o médico José Rodrigues Abreu, que viajou pelo Brasil e pelas Minas entre os anos 1705 a 1714, estava “na vanguarda do pensamento da época, opondo o raciona-

²⁵⁶ A Carta Régia de junho de 1711 ordena ao governador de São Paulo e Minas para que embarque todos estrangeiros, com exceção de ingleses e holandeses, que estivessem sob seu governo. Outra Carta Régia, de 1713, ordena que fossem tolerados os estrangeiros casados com portuguesas, tivessem filhos e fossem homens de negócio (BNRJ 1-2-14). Apud. DOMINGUES, A. Op. Cit, p. 154.

²⁵⁷ DOMINGUES, A. Op. Cit, p. 154. Cita o estudo introdutório de *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa, 2000, CNPCDP, p. 52.

²⁵⁸ Parecer de D. José Barbosa, clérigo regular e cronista da Casa de Bragança, *cronista da sereníssima casa de Bragança*, e examinador das três ordens militares. In: PITA, Sebastião da Rocha. Op. Cit, Lisboa, 1730, p. 7.

lismo ao princípio da autoridade, salientando o primado do empirismo e da experimentação”. Em suas viagens, “discorreu sobre as terras com observação de sábio, colhendo várias notícias das virtudes medicinais das ervas e plantas que produzem aquelas vastíssimas terras”²⁵⁹.

Outro escrito representativo do pensamento que emerge desse ambiente de renovação científica nas primeiras décadas do setecentos é *O peregrino instruído*, escrito por D. Manoel Caetano de Souza²⁶⁰. Trata-se de uma espécie de formulário, com 212 questões a serem respondidas por “aqueles que, por meio das viagens, querem conhecer utilmente o mundo”. Segundo Luiz Mott, as finalidades expressas pelo próprio autor estão claras, convincentes e coerentes com a estrutura geral do texto: “apresentar o meio mais fácil para se adquirir o perfeito conhecimento do mundo”²⁶¹. Na primeira parte, para o conhecimento do *Estado Natural*, lista 19 questões ou itens a serem conhecidos e respondidos pelo viajante que chega à cidade:

Que clima tem? Que campos a cercam? Que montes tem vizinhos? De que frutos é abundante? Que fontes tem? E de que qualidade? Que rios logra? Que tais gado? Que tais aves? Que tais peixes? Que minerais tem? Que pedras tem, assim preciosas como ordinárias? De que gêneros experimentam mais falta? De onde lhe vem o que necessita? De que gêneros têm mais cópia? Para que partes mandam os que lhe sobejam? Se os gêneros que entram e saem se conduzem por água, se por terra? Com que lugares avizinham? Quanto dista de tais lugares? Se a tais lugares se vai por terra, se por água, se por planície ou por montanha?

Esses escritos revelam que, para conhecer “o mundo”, era necessário realizar uma descrição do ambiente físico-geográfico em aspectos como clima, relevo, rios. A resposta a essas questões forneceria um inventário detalhado das condições naturais e da produção local daquela parte do mundo em que chegava um “peregrino instruído”. As perguntas sobre os gêneros que faltam ou excedem, se são transportados por rios ou estradas, demonstram preocupações com a comercialização da produção e evidenciam a proposta dessa instrução: “conhecer

²⁵⁹ FURTADO, Júnia. Op. Cit, p. 160. José Rodrigues Abreu escreveu *Historiologia Médica* em 1730 e obteve, em 1734, a “licença necessária” para circulação do rei D. João V. A apresentação do Tomo I ficou a cargo de Martinho de Mendonça de Pina e Proença, o mesmo com quem se correspondeu e chamou de amigo o padre Diogo Soares. (Cf. Cartas de Diogo Soares à Martinho de Mendonça de Pina e Proença: São José, dezembro de 1734 e S. Paulo, fevereiro de 1735. ANTT, Ms. do Brasil, Livro 11, fols. 38 e 43).

²⁶⁰ Manoel Caetano de Souza nasceu em Lisboa em 1658. Foi clérigo regular teatino, sacerdote em 1683, vigário da Casa de Nossa Senhora da Divina Providência, e membro da Academia Real de História. Em “*Memórias do Pe. Caetano.*”: “Foi grande amigo da verdade, insigne promovedor das Ciências e Estudos. Morreu em 1734 e deixou uma livraria com mais de 7.000 volumes. Suas obras, em um total de 289 títulos, foram compiladas por Francisco Xavier de Menezes e publicadas em 1736, sob o nome de *Biblioteca Souzaana*. Planejou escrever uma longa história eclesiástica de Portugal e D. João V entusiasmou-se com a idéia, fundando a Real Academia de História portuguesa. (BN-Cód. 187, fls 69-71)

²⁶¹ MOTT, Luiz. O peregrino instruído: a propósito de um formulário etnográfico do século XVIII. Separata do *Boletim Cultural* da Junta Distrital de Lisboa, 1973 (BNL-Res.cód. 618, fls 1 a 8).

utilmente o mundo”. Mott diz que no conjunto, “as perguntas se destinam à sociedade europeia ocidental-cristã”, mas na leitura do manuscrito, encontra-se a seguinte informação: “O modo que se deve informar todo sujeito que fizer giro pela Europa e as mais partes do mundo”²⁶².

Da parte do mundo que chamavam Brasil, a Academia Real de História imprimiu, em 1730, a *História da América Portuguesa*. Um parecer favorável à sua publicação menciona serem agradáveis as descrições nela contidas das “extraordinárias produções da natureza” (minerais, animais e vegetais), que até chega a dividir o status dessa história política com o de uma história natural:

Esta história, que sendo principalmente política, tem muito da natural, pelo que se faz mais agradável, não só pela notícia de seus preciosos minerais, mas pela de inumeráveis animais terrestres, quadrúpedes, répteis e voláteis, monstros horríveis, ainda aquáticos, porque aqueles mares produzem coisas de grande admiração, como também o são as vegetáveis, com tão extraordinárias produções da natureza, que fazem fertilíssima aquela porção da terra, compreendida debaixo do domínio de nosso augusto protetor²⁶³.

Nessa obra, escrita nas primeiras décadas da era setecentista, a Natureza da América portuguesa, “uma das maiores regiões da terra” estava elevada em suas “grandezas e excelências”, representada em meio às descrições geográficas. No prólogo dirigido ao leitor, Rocha Pita²⁶⁴ desabafa que as riquezas do Brasil têm chegado mais que as suas “notícias”. Sua intenção é fazer chegar ao mundo “as notícias colhidas de relações fidedignas”, acrescentando “informações modernas” de pessoas que percorreram as maiores partes da colônia e deram depoimentos como testemunhas, cientes de que os inquiria para compor aquela história “cujo essencial instituto é a verdade”. Na obra destacam-se o rigor da erudição, o experimentalismo e o racionalismo científico aplicado à História. É no Livro Primeiro, que melhor se pode perceber a construção de um cenário de prodigalidade da natureza, na qual se propaga a abundância de riquezas e utilidades para o enriquecimento do império português. Dessa visão pragmática

²⁶² Idem.

²⁶³ Parecer de D. José Barbosa, clérigo regular e cronista da Casa de Bragança *cronista da sereníssima casa de Bragança* e examinador das três ordens militares. In: PITA, Sebastião da Rocha. Op. Cit, 1730, p. 7.

²⁶⁴ Sebastião da Rocha Pita nasceu em Salvador (BA) no ano de 1660 e faleceu em 1738. Até 16 anos estudou no Colégio Jesuíta da Bahia e depois seguiu para a Universidade de Coimbra, formando-se em Bacharel em Cânones. Voltando à Bahia, teve o posto de coronel de regimento de infantaria das ordenanças, casou com Brites de Almeida e foi para uma fazenda na cidade de Cachoeira, nas margens do rio Paraguassú, tornando-se um senhor de engenho. A Academia Real de História examinou a obra e enviou ao autor o diploma de sócio supranumerário. D. João V fez-lhe a mercê de fidalgo da Casa Real. (Dados biográficos colhidos da Notícia Biográfica na 2ª edição, revista e anotada por F. G. Góes, oficial da BNL, Editor Francisco Artur da Silva, Lisboa. 1880. p. 9).

renasce, com grande força, a imagem paradisíaca, edênica, de um Brasil coberto de frutos, que tem em seu centro tesouros:

Do Novo Mundo, (...) é a melhor porção o Brasil; vastíssima região, felicíssimo terreno em cuja superfície tudo são frutos, em cujo centro tudo são tesouros, em cujas montanhas e costas tudo são aromas; tributando os seus campos o mais útil alimento, as suas minas o mais fino ouro, os seus troncos o mais suave bálsamo, e os seus mares o âmbar mais seleto; admirável país, a todas as luzes rico, onde prodigamente profusa a natureza se desen tranha nas férteis produções, que em opulência da monarquia e benefício do mundo apura a arte, brotando as suas canas espremido néctar, e dando as suas frutas sazoad ambrosia, de quem foram mantida a sombra, o licor e vianda, que aos seus falsos deuses atribuiu a culta gentildade²⁶⁵.

No *Vocabulário português e latino, anatômico, arquitetônico, bélico, botânico, autorizado com os melhores exemplos dos melhores escritores portugueses e latinos*, escrito por Rafael Bluteau, a Natureza é definida como “todo o Universo, todas as coisas criadas, e Deus o autor da Natureza”. Há uma “ordem da Natureza” e, para conhecê-la, deve-se “estudar no grande livro da Natureza”. Comenta o autor que à palavra Natureza “deram os filósofos antigos e sábios da gentildade várias significações, entendendo por ele todos movimentos necessários e operações naturais. E o universo criado, o globo terráqueo habitado por homens”. O nativo era o mesmo que natural, próprio da natureza e, ainda, “aquele que é natural desta terra, que nasceu nela, indígena”. Natural é o que “pertence à Natureza, conforme sua ordem e curso ordinário; a lei natural(...)”. Para *gentio* atribui-se o significado de “bárbaro, idólatra, pagão; a gente bárbara que serve o gentilismo, o gentio do Brasil”²⁶⁶.

²⁶⁵ PITA, Sebastião da Rocha. Op. Cit, 1730. p.19.

²⁶⁶ Consta que Rafael Bluteau era Doutor da Sagrada Teologia, pregador da rainha da Inglaterra Henriqueta Mari de França e qualificador no sagrado tribunal da inquisição de Lisboa. Esta extensa obra em diversos volumes foi oferecida ao rei D. João V e impressa pela primeira vez em 1720 pela Oficina de Pascoal da Silva, impressor de S. M., com todas as licenças necessárias. In: BLUTEAU, Rafael. DICIONÁRIO DA LINGUA PORTUGUESA. LISBOA, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXXXIX, Vols. I, V e outros.

3.1.1. Os padres matemáticos e o projeto dos mapas do Estado do Brasil

O avanço dos espanhóis pelo sertão constituía uma forte preocupação dos conselheiros do rei, principalmente após uma comunicação do ouvidor-geral da capitania de São Paulo, Rafael Pires Pardini, ao rei em dezembro de 1717. O ouvidor dizia ter recebido informações de sertanistas paulistas de Itu sobre os avanços dos padres jesuítas castelhanos nos sertões paulistas, os quais entendiam pertencer à coroa portuguesa. O Conselho Ultramarino, em seu parecer, considerou ser “este negócio muito grave e que necessitava se proceder com toda a ponderação, porque poderia envolver uma guerra com Castela nesta matéria”²⁶⁷.

O Ouvidor encaminhou também, em anexo, um “papel” e um mapa. A respeito do papel, os conselheiros não encontraram informações ou “notícias” necessárias para formar juízo certo sobre aquela matéria. Observaram ser o mapa “muito informe” e a pessoa que o fez não devia de “ter notícia da Geografia, pois nem traz escala, nem vem graduado”. Diante dessas incertezas, recomendaram ao rei remeter ao governador das Minas a cópia da carta com as informações, e que

(...) tomasse todas *as notícias* que pudesse e mandasse o Engenheiro com algumas pessoas práticas, e Paulistas sertanejos a examinar estas Campanhas, e que procure averiguar a distância em que se tem adiantado novamente para a nossa parte os Castelhanos, e que o dito Engenheiro faça um Mapa muito distinto assinalando nele os rios e cordilheiras que houver em todo aquele distrito, apontando o Rio ou Serrania que lhe parecer poderá servir de divisa e separação por aquela parte entre os domínios de uma e outra Coroa²⁶⁸.

Esse parecer do Conselho apresenta informações preciosas sobre as pretensões da coroa portuguesa quanto às práticas ou estratégias para demarcação dos limites com a Espanha pelos sertões. Além de dar como certa a presença de um engenheiro nas Minas, já naquela época, revela o reconhecimento do saber dos práticos e paulistas sertanejos sobre os sertões. Torna evidente também a orientação de observarem os rios ou serras que pudessem servir como “fronteiras naturais” entre as conquistas das coroas ibéricas.

Alguns meses depois, o Conselho referiu-se a uma carta do governador de São Paulo e Minas informando a descoberta de novas minas de ouro muito perto do rio Paraguai por sertanistas paulistas. Certamente seriam essas as notícias dos descobrimentos de lavras de ouro nos barrancos do rio Coxipó, afluente do rio Cuiabá. Sabe-se que Pascoal Moreira Ca-

²⁶⁷ A.H.U, Lisboa, 29 de abril de 1719. (Cód. 233, fls. 165-165 v).

²⁶⁸ Ibidem.

bral informou ao rei, em abril de 1719, a descoberta das minas do Coxipó. Diante do avanço dos jesuítas castelhanos rio Paraguai acima e das dificuldades de conter o afluxo descontrolado da população colonial às novas minas, a solução proposta pelo Conselho foi a criação da Capitania de São Paulo, independente do governo das Minas Gerais, e a fundação de uma povoação para garantir a posse e o controle daquelas minas²⁶⁹.

Em novo parecer, de agosto de 1720, o Conselho considerou que, apesar do governador ter encarregado um jesuíta e um engenheiro de fazerem um mapa dos sertões de São Paulo, estes não teriam tal condição e necessitavam-se pessoas mais especializadas na “ciência particular da cosmografia, para poder arrumar as terras, os rios e montes pelos graus”. Ao entender que se impunha contratar técnicos capazes, recomendou-se ao rei que se solicitasse ao Geral da Companhia de Jesus o envio de “dois religiosos matemáticos alemães ou italianos, por serem das nações menos suspeitosas a esta Coroa”. O objetivo era que viessem para o Brasil “um pela banda de São Paulo e outro pela do Maranhão, para que percorressem os sertões e fizessem mapas mui individuais”²⁷⁰.

A mesma consulta do Conselho Ultramarino de meados de agosto de 1720 deixa bem clara a utilidade de possuir mapas detalhados do território do Estado do Brasil:

(...) porque esta diligência será sumamente conveniente para tirar as confusões que dos limites dos governos daquele Estado e Bispados com que se perturbam muitos vassallos, e se embarçam uns com os outros reciprocamente; porque também por este modo se poderá conhecer por onde nos convém fazer a separação dos domínios de Castela pelo sertão, a qual questão é grave e poderá envolver grandes dissensões se não nos prevenirmos ante tempo para constituirmos limites certos entre os domínios desta Coroa com a de Castela²⁷¹.

Essa recomendação torna evidente a preocupação em organizar as divisões político-administrativas e religiosas da América portuguesa, principalmente porque por “esse modo” poderiam conhecer os sertões e definir os “limites certos” entre as coroas ibéricas, somente possíveis mediante mapas detalhados²⁷².

Diante da necessidade de ampliar o conhecimento geográfico para se fazer as medições de terras e posses luso-brasileiras é que se pode compreender melhor como foi crescendo

²⁶⁹ Consulta do Conselho Ultramarino de 31 de outubro de 1719. Cód. 233, fl. 168.

²⁷⁰ Consulta do CU de 23 de agosto de 1720 (IHGB, 1-1-25, p. 278) Apud. ALMEIDA, A. F. de. Op. Cit. p.78.

²⁷¹ Idem, Op. Cit, p. 79-80.

²⁷² ALMEIDA, André Ferrand de. Op. Cit, p. 80.

a necessidade e a importância da presença dos padres jesuítas matemáticos cartógrafos na América portuguesa.

Atendendo à recomendação do seu Conselho, já em maio do ano de 1721 D. João V enviou o padre jesuíta Manuel de Campos²⁷³, sócio fundador da Academia Real de História, para contatar padres matemáticos da Companhia de Jesus na Itália. Em setembro de 1722, chegaram a Lisboa os padres João Batista Carbone e Domingos Capacci. Ambos teriam solicitado à Companhia de Jesus que os enviassem às missões no Maranhão. Portanto, apesar da informação de que um deles havia sido professor de Matemática, seus estudos e experiências em Nápoles eram nas áreas de Gramática, Humanidades, Teologia e Filosofia. Nenhum deles era astrônomo ou tinha qualquer experiência em produção de mapas, mas o avaliador das contratações observou que “com pouco mais exercício sairão perfeitos matemáticos, porque tem a Ciência que basta e bons fundamentos”²⁷⁴. Mesmo considerando seus incipientes conhecimentos em Matemática, provavelmente a coincidência entre os pedidos dos padres e do rei português foi o que prevaleceu na escolha de enviá-los ao Brasil.

Para melhor aperfeiçoamento e atendimento das demandas e interesses do rei, durante mais de sete anos os padres fizeram estudos astronômicos e observações sobre latitude e longitude em Portugal, ao mesmo tempo em que organizaram um observatório astronômico em Lisboa. Enquanto Carbone esteve na Corte, as observações em Coimbra, Porto, Braga ficaram a cargo de Capacci. Algumas dessas observações foram publicadas na *Philosophical Transactions*, veículo de divulgação da *Royal Society* de Londres e nas *Acta Eruditorum* de Leipzig, uma clara afirmação da política através da Ciência, junto das principais nações européias²⁷⁵.

O padre Carbone, além de ser o maior responsável pelo Observatório Astronômico do colégio de S. Antão e do Paço, conquistara a confiança e a proximidade do rei, que passou a reconhecer nesse jesuíta qualidades de conselheiro. Segundo relatam seus biógrafos, não foi designado para ir ao Brasil, por ter sido chamado para o Real Serviço na corte portuguesa, sendo substituído pelo padre jesuíta português Diogo Soares. Além de ter sido nomeado “matemático régio” em 1724, Carbone tornou-se professor de Latim e Matemática do príncipe D.

²⁷³ Estudos sobre Manoel de Campos informam ser um dos mais importantes matemáticos portugueses e professor no colégio de S. Antão. Juntamente com o engenheiro-mor, Manuel Azevedo Fortes, publicou algumas reconhecidas obras de Geometria. Jesuíta e matemático, o mais habilitado para selecionar os padres matemáticos na Itália. Apud. ALMEIDA, André Ferrand de. Op. Cit, p. 84.

²⁷⁴ Carta de Roma do padre Manuel de Campos (ANTT, Armário Jesuítico, liv. 27, fl. 398) Apud ALMEIDA, André Ferrand, Op. Cit, p.84.

²⁷⁵ ALMEIDA, André Ferrand, Op. Cit, p. 82-84 e 97.

José e de Italiano e Geografia da princesa D. Maria Bárbara. Em 1745 coordenou o pagamento das obras do convento de Mafra e em 1749 assumiu o cargo de reitor do Colégio de S. Antão, entre outras funções no serviço real²⁷⁶.

No *Elogio Fúnebre e Histórico* constam informes das atividades do padre Capacci e do novo integrante que o acompanharia na missão ao Brasil em 1729, o padre português jesuíta Diogo Soares:

O padre Capacci, depois de discorrer por grande parte do Reino, passou à América no ano de 1729 para ordenar as Cartas Geográficas daquele Estado, e assentar nos verdadeiros sítios os meridianos do Brasil; dando-se-lhe por companheiro o Padre Diogo Soares, também da Companhia de Jesus, natural de Lisboa e muito perito nesta Ciência (...). Coube a Capacci fazer as observações Astronômicas de que mandou exatíssimas notas, que depois se participaram às Academias de França e Inglaterra. E quanto à Geografia, fez uma Carta muito pontual do Rio de Janeiro, não acabando aquela que principiara desde aquela Capitania até as das Minas Gerais por sua morte em S. Paulo no mês de fevereiro de 1740. Nem o padre Soares se descuidou de sua incumbência, porque fez Cartas muito boas do rio da Prata e do sítio de Nova Colônia²⁷⁷.

O padre Diogo Soares, conforme afirma Cortesão, certamente foi discípulo dedicado dos padres italianos no período em que aperfeiçoavam suas observações astronômicas em Portugal, e assim capacitou-se para a missão cartográfica no Brasil²⁷⁸.

Interessa dirigir o foco das atenções para o jesuíta Diogo Soares, pois é dele a autoria da Coleção de *Notícias Práticas de várias minas e do descobrimento de novos caminhos e outros sucessos do Brasil*, que se encontra no Arquivo Distrital da cidade de Évora²⁷⁹. Seus dados biográficos informam que nasceu em Lisboa no ano de 1684 e que entrou para Companhia de Jesus em 1701 com apenas 17 anos, tendo ensinado Latim em Braga e em Setúbal. Passou dez anos na Universidade de Évora, sendo que por seis anos lecionou Humanidades e Filosofia por mais quatro anos. Em 1723, publicou na Oficina da Universidade de Évora, mas sem o seu nome *Pobreza vencedora, e aplaudida, ou triunfo com que os Terceiros, pobres da*

²⁷⁶ Idem, p. 98-99.

²⁷⁷ SILVA, Francisco Xavier da. *Elogio fúnebre e histórico do muito alto, poderoso, augusto, pio e fidelíssimo rei de Portugal Senhor D. João V (...)*. Lisboa, 1750. p. 139 e p. 162.

²⁷⁸ CORTESÃO, Jaime. HBVM, Tomo II. p. 191.

²⁷⁹ Nesta Coleção estão incluídas as *Notícias Práticas das Minas de Cuiabá*, narrativas reunidas pelo referido padre, e contém roteiros, relações de viagem às minas da década de trinta do setecentos da qual vamos tratar mais longamente neste capítulo 3. Cf. Referência em CUNHA RIVARA, Joaquim H. *Catálogo dos manuscritos da Biblioteca Pública Ebovence (Évora)* Tomo I (que compreende a notícia dos códices e papéis relativos às cousas da América, África e Ásia). Lisboa: 1850, p. 157.

nobre e sempre ilustre Vila do Redondo na Província do Alentejo, celebram a nova translação de seu grande patriarca e pai de pobres São Francisco. Nos Colégios de Santo Antão e de Jesus, em Lisboa, ensinou Matemática por quatro anos. Sabe-se que também foi pregador nas Igrejas de S. Antão e de S. Roque. Há registros de que no ano de 1729 era lente de Teologia Moral em Coimbra. Em novembro de 1729 partiu para o Brasil em missão designada pelo rei D. João V para elaborar mapas das terras do Estado do Brasil, o que o notabilizaria como um dos mais importantes cartógrafos portugueses do século XVIII²⁸⁰.

Vale destacar que Diogo Soares parecia ter consciência da ampla dimensão de seu trabalho. A referência quanto à realização de uma *História ou Mapa da América Portuguesa* é do próprio padre, anotada em sua correspondência com o rei de Portugal. Fazendo observações e tirando plantas cartográficas da Colônia do Sacramento desde o mês de outubro de 1730, ele escreveu ao rei relatando suas atividades em junho de 1731. Nessa comunicação, além de vangloriar aquela disputada conquista dos portugueses, comenta ser aquela região “se não a mais rendosa por ora, sem dúvida a mais fértil e mais saudável, a mais abundante e a mais deliciosa”, considerou, ainda, ser aquela expedição necessária “à História ou novo Atlas desta América Portuguesa”²⁸¹.

Para Serafim Leite, “a obra cartográfica de Diogo Soares é vasta e autorizada, missão científica a que sabia unir a religiosa nos lugares que era obrigado a percorrer, desde o Rio de Janeiro até o rio da Prata, e desde São Paulo aos sertões das Minas”²⁸².

O *Elogio Fúnebre e Histórico* traz um interessante informe a respeito do padre Diogo Soares ao comentar que, após a morte de Capacci (1740), continuou o trabalho de elaboração das cartas de diversas partes daquele “vasto domínio”, para o qual havia sido encarregado, e

(...) formou ao mesmo tempo uma História Natural dos rios, montes, árvores, ervas, frutos, animais e pássaros que há no Brasil; aplicações tão úteis, que só se devem à diligência com

²⁸⁰ Os dados biográficos do padre Diogo Soares foram coletados em: LEITE, Serafim. *Diogo Soares, S.I., Matemático, Astrônomo e Geógrafo de Sua Majestade no estado do Brasil (1684-1748)*. Lisboa, 1947; CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*, T. II, 1956, 190-206; ALMEIDA, André Ferrand de. Op. Cit, 1997, p. 104-105; MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana: histórica, crítica e cronológica*. Tomo I, 2ª ed. Lisboa, 1930. p. 680.

²⁸¹ Carta do padre Diogo Soares ao Rei. Colônia do Sacramento 27/06/1731. In: ANAIS da BNRJ, vol. XLVI. CASTRO E ALMEIDA, Eduardo de (Org.). *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar*. Rio de Janeiro, 1934, p. 135-36.

²⁸² LEITE, Serafim. Op. Cit, 1947, p. 4.

que Sua Majestade provocava adiantar às Ciências; pois só não serviram à Portugal, mas também à Europa, que delas fez a devida estimação²⁸³.

Quase com certeza essa referência foi colhida da *História genealógica da Casa Real portuguesa*, de D. Antonio Caetano de Souza (1741)²⁸⁴. Além de ter sido publicada dez anos antes do *Elogio* (1751), a informação se repete quase com as mesmas palavras. Essa suposta obra também se encontra citada na *Bibliotheca Lusitana* como sendo um manuscrito deixado pelo padre Diogo Soares com o título de *História Natural do Estado de Brasil*²⁸⁵. No entanto, infelizmente, por não existirem outras referências não há como afirmar que o jesuíta matemático a escrevera nesses termos. Cabe aqui uma reflexão: se Diogo Soares “formou” uma *História Natural*, não fica explícito se foi ele mesmo que a escreveu. Pode-se, entretanto, levantar uma remota suposição de que essa História pudesse ser a mesma coleção de *Notícias práticas* que ele reuniu ao longo do tempo em que executou seu trabalho no Brasil (1730-1748). Conforme será apresentado, essas *Notícias* contêm informações dos rios, principalmente, e também dos frutos, animais e outros aspectos da natureza do “vasto domínio” do Brasil.

Ao examinar o avanço da conquista do ouro nos princípios do setecentos, Furtado refere-se à circulação de itinerários entre a comunidade de cristãos novos – alguns deles secretos – que indicavam os caminhos para a região mineradora. Por suas semelhanças com as recomendações da Provisão de 1729, chama atenção o roteiro publicado em Sevilha em 1732, com o nome de *Itinerário Geográfico com a verdadeira Descrição dos Caminhos, Estradas, Roças, Sítios, Povoações, Lugares, Vilas, Rios, Montes, e Serras que há na cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro*. Consta ter sido composto por Francisco Tavares de Brito, que, supõe-se, tomou como base o mapa atribuído ao mestre de campo, Felix de Azevedo Cunha²⁸⁶.

²⁸³ *Elogio fúnebre e histórico...* Op. Cit, p. 162.

²⁸⁴ SOUZA, Antonio Caetano de. *História genealógica da Casa Real portuguesa*, tomo VIII, Liv. VII, Lisboa, 1741, p. 149.

²⁸⁵ MACHADO, Diogo Barbosa de. *Bibliotheca lusitana*. T. IV, Coimbra: Atlântida, 1967, p. 105.

²⁸⁶ Idem, Op. Cit, 2003, p. 156.

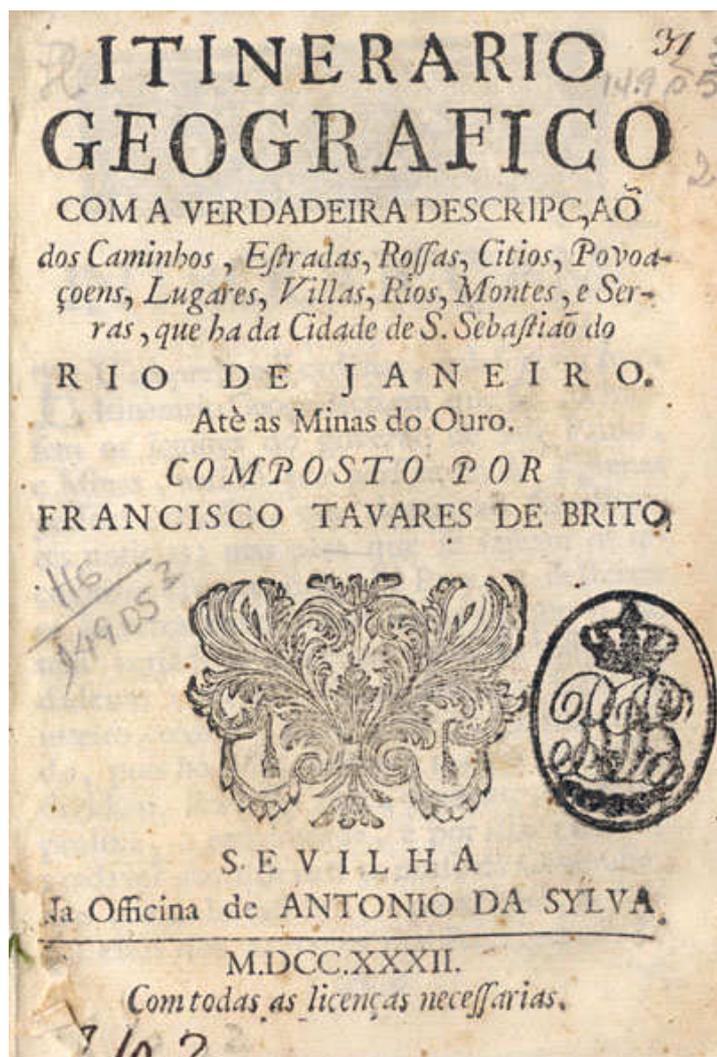


Fig. 14. Frontispício da impressão de 1732 do *Itinerário Geográfico*.

(Cópia de acesso PDF- digital, disponibilizada pela Biblioteca Nacional de Lisboa).

Livermore²⁸⁷, entretanto, atribui a autoria desse *Itinerário* ao padre Diogo Soares e chama atenção para a possibilidade de ter sido falseada sua autoria, data e local de impressão (1732, Sevilha). Nada se sabe do suposto autor, Francisco Tavares Brito. Ao que tudo indica, foi um nome inventado, um pseudônimo, caso semelhante ao do jesuíta autor de *Cultura e Opulência do Brasil*. Outro aspecto importante a considerar, na hipótese de falseamento, era a estratégia de sigilo adotada com as informações que diziam respeito aos caminhos das minas. Outros argumentos para atribuir a autoria desse documento ao padre Diogo é o fato da região

²⁸⁷ LIVERMORE, H.V. *An early published guide to minas Gerais: the Itinerário Geográfico (1732)*. Centro de Estudos de Cartografia Antiga/Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Lisboa, 1978, (Separata da Revista da Universidade de Coimbra, v. 26) Obs.: O documento impresso de 1732 pode ser consultado em cópia digital, disponibilizada pela BNL.

narrada na *Descrição* ou *Itinerário*, ter sido percorrida pelos padres matemáticos entre 1730 e 1740 e por incluir dados como cálculos das latitudes. Mas Almeida ainda não se sente totalmente seguro para afirmar essa autoria e considera prudente aguardar novas informações²⁸⁸.

Outro dado que se pode acrescentar nessa suposição é a semelhança do título e dos temas contidos no *Itinerário* com outra obra já referenciada anteriormente – a *História Natural dos Rios, Montes, Árvores, Ervas, Frutos, Animais, e Pássaros, que há no Brasil* –, que teria sido escrita pelo mesmo padre Diogo Soares, mas não foi ainda encontrada naqueles termos.

Apesar da polêmica, não se pode ignorar este *Itinerário Geográfico*, importante escrito setecentista a respeito das minas, que circulou na mesma época em que o padre Diogo Soares coletava as *Notícias*. Na introdução, o autor apresenta sua pretensão em informar dos espaços que até então estavam incógnitos, com descrições dos caminhos da cidade do Rio de Janeiro até o território que delimitava as fronteiras entre o governo de São Paulo e Minas. Para tal, se diz digno de credibilidade, afirmando que nas suas observações e anotações aferiu os dados de tudo em “verdadeiras notícias”, e teve por guia principal “uma notícia muito individual”. Tudo indica ser este autor um estudioso da Geografia e a define como “ciência tão útil e proveitosa às coisas civis dos negócios dos Príncipes, às facções militares, ao conhecimento do que há na terra e no mar”²⁸⁹. Entre outros aspectos observados na parte introdutória do *Itinerário*, são perceptíveis as afinidades com as instruções contidas na Provisão de 1729; os embasamentos da ciência geográfica; e o engajamento político de fortalecimento da razão do Estado atrelado ao utilitarismo que fluía das renovações científicas do XVIII.

Ao examinar a correspondência de Diogo Soares com o rei ou com autoridades na colônia, como Martinho de Mendonça, no período em que percorrera os sertões das Minas Gerais, Cortesão descreve esse padre matemático como um representante típico da sua época em Portugal, ansioso por colaborar de modo mais completo no dever de servidor do Estado português: “Um homem racional irrompe através da roupeta por vezes num irreverente contraste com a regra religiosa”²⁹⁰.

²⁸⁸ ALMEIDA, André Ferrand de. Op. Cit, 2001, p. 141-142.

²⁸⁹ *Itinerário Geográfico com a verdadeira descrição dos Caminhos, estradas, roças, sítios, povoações, lugares, Vilas, Rios, Montes e Serras que há da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro*. Composto por Francisco Tavares de Brito, Sevilha, Oficina de Antonio da Silva, MCXXXII [1732]. BNL, Cópia /acesso disponível em versão pdf. (Ver cópia da capa desta publicação – Fig. 14, p. 127)

²⁹⁰ CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo II, MRE/IRB, Rio de Janeiro, (prefácio de 1956), p. 206-7.

Para conhecer um pouco mais os objetivos da vinda desses “matemáticos régios” à América portuguesa, é importante fazer um breve estudo do Alvará Régio de 18 de novembro de 1729. O rei faz saber ao vice-rei e capitão-general de mar e terra do Estado do Brasil e todas as demais autoridades das suas capitanias, distritos, vilas e freguesias dos sertões que nomeou os “peritos nas matemáticas”, Domingos Capacci e Diogo Soares da Companhia de Jesus, “para fazerem mapas das terras do Brasil não só das marinhas, mas pelos sertões”. E para melhor desenvolverem seus trabalhos de assinalarem os distritos de cada bispado, governo, capitania e doação ordena aos governadores para lhes darem “guardas e guias assim de brancos como de índios” para as jornadas pelo sertão, tudo por conta da Fazenda Real. Os serviços deveriam ser executados pelo bem da defesa e boa administração da justiça e arrecadação da Fazenda Real, “para se evitarem as dúvidas e controvérsias que se tem originado dos novos descobrimentos que se tem feito de poucos anos nos sertões do Estado do Brasil”²⁹¹.

O envio dos padres matemáticos ao Brasil era um projeto de grande prioridade para o Estado português. Para que tivesse êxito, todas as despesas deveriam ser assumidas pela Fazenda Real. O rei ordenava o pronto envolvimento dos governadores e demais autoridades, determinando que as provedorias de cada Capitania assumissem os ordenados dos matemáticos e o que “for necessário para a sua subsistência com tudo o mais que necessitarem para o bom efeito de sua diligência”. O subsídio real era extensivo aos dois criados que os acompanhavam desde Lisboa e “sendo necessário aos religiosos algumas guardas ou guias, para fazerem jornadas pelo sertão, lhas mandarão dar os ditos governadores assim de homens brancos como de índios, e lhas darão outrossim as carruagens necessárias, conforme o uso e estilo da terra”. Após repetitivas recomendações para que nada faltasse ao bom andamento da missão dos religiosos, finalmente explicitava o caráter secreto e exclusivo do direito às informações somente a ele, o rei: “Bem entendido que o que os ditos religiosos obrarem em todo o referido serviço não dará direito à pessoa alguma”²⁹².

Convém ainda examinar as instruções detalhadas aos jesuítas. Determinava que principiassem os trabalhos a partir do Rio de Janeiro, indicando que fizessem o maior número de mapas dos vastos sertões. Para a demarcação dos limites entre os governos e respectivos bispados e comarcas das ouvidorias gerais, deveriam “tomar notícia da gente prática da terra”,

²⁹¹ ALVARÁ de D. João V de 18 de novembro de 1729. (Apud. CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos velhos Mapas, Tomo II, MRE/IRB, Rio de Janeiro, 1971, p. 213).

²⁹² ALVARÁ de D. João V de 18 de novembro de 1729. (ibidem.)

tudo anotando em um livro a parte. As informações solicitadas diziam respeito tanto à capacidade que ofereciam os rios para servir de caminho com a navegação em canoas, bem como a ocupação das povoações de portugueses e índios por suas margens, entre tantas outras²⁹³. Ao ler as instruções, é fácil concordar com o historiador português André Ferrand de Almeida, quando afirma que

(...) para além do trabalho exaustivo de desenho de mapas, o rei pretendia uma descrição geográfica detalhada do Estado do Brasil, que no fundo se tratava de um programa para um vasto inquérito sobre as vias de comunicação no espaço brasileiro, fossem elas os caminhos, os rios ou ainda as rotas marítimas (daí as referências aos portos), sobre os recursos económicos deste espaço (as madeiras, os pastos, o gado, a pesca, os metais preciosos); e finalmente sobre as populações indígenas²⁹⁴.

Não se pode afirmar se as anotações recomendadas pelo Conselho foram ou não realizadas, pois não há registros de algum livro ou diário com esse tipo de anotações pelos padres matemáticos que fizeram os Mapas, Cartas e Plantas do Estado do Brasil naquele período²⁹⁵. Mas à medida que iam tomando “notícias da gente prática da terra”, colecionaram as *Notícias Práticas* – tarefa que parece ter sido assumida por Diogo Soares – onde se reuniram fatos conhecidos de homens práticos, que tinham experiência nos caminhos e sertões, e por sua vez forneceram informações importantes sobre o interior do Estado do Brasil.

²⁹³ Provisão do rei D. João V os padres matemáticos. Lisboa, 18/11/1729. AHU, código nº 248, fols. 249 v e 250. Este documento foi também transcrito e publicado por Jaime Cortesão. Op. Cit, 1971, p. 215.

²⁹⁴ Os jesuítas matemáticos e os mapas da América portuguesa (1720-1748) In: A formação territorial do Brasil. *Oceanos*. Lisboa, CNPCDP, 1999, p. 82.

²⁹⁵ Quanto aos territórios cartografados pelos padres matemáticos entre 1730-1748, constam 19 mapas e/ou cartas topográficas e nove plantas, a maioria da Costa Atlântica, incluindo plantas de fortalezas e fortes, principalmente do Rio de Janeiro e da Colônia de Sacramento. A parte cartografada dos sertões foi o do alto rio Doce, a região do rio das Velhas e trecho do rio Francisco. (Cf. ALMEIDA, André Ferrand de, Op. Cit, 2001, p. 102-103).

3.2. Notícias Práticas das Minas do Cuyabá

Após uma década do “descobrimento” das Minas do Cuyabá, os padres matemáticos desembarcam no porto do Rio de Janeiro em fevereiro de 1730, com a missão real de fazerem o maior número de mapas possível dos vastos sertões da América portuguesa no Estado do Brasil. Apenas cerca de quatro meses após sua chegada, uma carta escrita por Diogo Soares, em 4 de julho de 1730, assim informa:

Tenho já junto uma grande cópia de Notícias, vários Roteiros e Mapas dos melhores sertanistas de S. Paulo e Cuyabá, Rio Grande, e da Prata, e vou procurando outras, a fim de dar princípio a alguma Carta; porque as estrangeiras andam erradíssimas, não só no que toca ao sertão, mas ainda nas alturas e longitudes, de toda esta Costa (...) ²⁹⁶.

É bem possível que algumas dessas cópias de *Notícias* dos “melhores sertanistas de São Paulo e Cuyabá” já em mãos do padre Diogo Soares, fossem as mesmas *Notícias Práticas* que hoje se encontram no Arquivo Distrital da Biblioteca Pública de Évora, em Portugal, fonte privilegiada desta tese.

Com o título completo de *Notícias Práticas das Minas do Cuyabá e Guyazes na Capitania de São Paulo* foram reunidas na Coleção do padre Diogo Soares oito *Notícias* manuscritas que têm por tema *Cuyabá* e apenas uma trata de *Guyazes* ²⁹⁷.

“Conhecimento ou coisa que vem ao conhecimento”. Este é o significado dado à palavra *Notícia* em dicionário de século XVIII. O autor do *Vocabulário português e latino*, Rafael Bluteau, sócio da Academia de História portuguesa, continua sua definição: “noticiar” é dar a alguém conhecimento de alguma coisa e existem muitos tipos de notícias: “umas são certas e evidentes, como é a Ciência, outras são duvidosas e escuras, como é a opinião, a conjectura, a suspeita; outras firmes e claríssimas como é a Luz da glória”. E ao consultar o signi-

²⁹⁶ Apud. LEITE, Serafim. Diogo Soares, S.I., Matemático, Astrônomo e Geógrafo de Sua Majestade no estado do Brasil (1684-1748). Lisboa, 1947. p. 4.

²⁹⁷ Na 1ª folha do Cód. CXVI 1-15 (Ver Fig 15.), abaixo do título maior vem o sub-título *Cuyabá* e na seqüência as cópias das *Notícias Práticas das Minas do Cuyabá* (fls. 1 a 47v). Manuscritos (frente e verso) têm caligrafia muito semelhante àquela que consta em duas Cartas de Diogo Soares a Martinho de Mendonça de 1734 e 1735 que tem assinatura do próprio padre Diogo Soares (ANTT- Ms. do Brasil, vol. 11, fls. 38 e 43). A seguir, seis folhas em branco. Na fl. 53 começa a cópia da *Notícia 1ª Prática de Guayases* (fls. 53 a 59). A partir do fl. 61, a mesma seqüência de cópias das *Notícias Práticas do Cuyabá*, em outra caligrafia e sem identificação do escrivão/copista. Dessas oito *Notícias Práticas de Cuyabá* e seus autores tratarei com mais detalhes em capítulos subseqüentes.

ficado dado a *conhecimento*, se lê ser a “ação de conhecer alguma coisa”, que vertida para o gênero feminino, é o mesmo que *Notícia*²⁹⁸.

Para compreender a união das palavras que formam o título “Notícias Práticas” no mesmo *Vocabulário*, o significado dado a *prática* é “o exercício, colocar em prática os preceitos de uma arte”. Para exemplificar, cita o grande debate que havia nas escolas da Filosofia, se a Lógica seria uma ciência especulativa ou *prática*. Mas a geometria, sem dúvida, é *prática*, pois é “um tratado particular, que ensina a fazer e dividir as linhas, delinear as figuras, e as *Ciências Práticas* se aprendem não especulando, se não exercitando”. Há também outro sentido dado à *prática*: “uso, costume, estilo”. Já o homem “prático” é o “experimentado, versado, perito”²⁹⁹.

Diante desses significados, as *Notícias Práticas das Minas do Cuyabá* podem ganhar uma primeira tradução: o conhecimento, o conjunto de informações a respeito das Minas do Cuiabá, dadas a conhecer por homens experientes nas conquistas dessas minas.

Cabe registrar que não há qualquer evidência da presença dos jesuítas matemáticos em Cuiabá tanto na correspondência examinada, como nos estudos dos mapas elaborados já publicados. Também não há registros de que teriam navegado por rios ou percorrido algum trecho de estrada em direção àquelas minas. Mas talvez estivesse nos planos de Diogo Soares chegar até lá, pois desde sua chegada começou a juntar uma boa quantidade de notícias, roteiros e mapas de sertanistas de São Paulo e Cuiabá. Outro sinal dessa possibilidade é a informação contida na Provisão de julho de 1735:

(...) foi-lhe arbitrado o ordenado 70 mil réis por mês, para seu sustento e de seu criado, e um cavalo, enquanto estivesse em Povoado [S. Paulo]. Mas “passando as Minas de Goyás ou Cuyabá se lhes contribuiria por mês com cento e vinte mil réis, que venceria do dia que partissem do Povoado”³⁰⁰.

Vale a pena retomar as instruções régias passadas aos padres matemáticos em 1729. A exigência era de que não bastava assinalar nos mapas a verdadeira longitude e latitude geográficas das cidades, vilas, povoações de portugueses e de índios, lugares de catas de ouro, rios,

²⁹⁸ BLUTEAU, Rafael. Dicionário da língua portuguesa. Lisboa, MDCCLXXXIX, Vols. I, V e outros. *Vocabulário português e latino...* é o título da edição de 1720.

²⁹⁹ Idem, Op. Cit.

³⁰⁰ Registro de uma Petição e Certidão Requerida pelo padre Diogo Soares, e passada da Fazenda Real de Santos, a respeito do Ordenado arbitrado ao dito Padre depois de entrar nestas Minas. fl. 31. Fundo Brasil Colônia, Registro Geral, Vol. I, cx. 230. Códice 1742/1746 (fls.25 a 48). Museu das Bandeiras (GO).

portos; mas todas essas coisas deveriam ser “historiadas”. “Historiar” significava ir além das linhas e pontos cartográficos, registrando “por escrito com mais clareza possível, e em um livro à parte, por extenso, tudo que houver mais digno de se tomar nota”. De cada uma das capitanias deveriam ir declarando, “por escritura”, a

(...) capacidade dos portos e dos rios, se são navegáveis, até onde, com que embarcações, em que parte passam a vão ou em canoas; que gente habita em suas margens, se há neles algum pescado, e se tem arvoredos na sua vizinhança, se estes se podem cortar e conduzir com facilidade para povoado, se há nos seus distritos pastos e gados, se são habitados de Índios Ferozes e domésticos e que modo tem estes de viver, se os gentios tem alguma forma de religião, se adoram a seus ídolos, que modo tem de governo entre si e de que armas usam³⁰¹.

Conforme se atesta, os rios mereceram especial atenção. Interessava saber das condições de navegação, para servirem de caminhos, e o povoamento em suas margens. Os recursos disponíveis e as atividades econômicas já implementadas são dignos de notas: o pescado, as madeiras para corte e seu transporte, o gado e os pastos. Conhecer as condições para colonização nos sertões do Estado do Brasil é orientação que também constava no Alvará de D. João V. Os padres, na produção dos mapas deveriam ir

(...) acrescentando na descrição daquelas terras tudo o que sua especulação e o zelo do meu Serviço lhes ditar, para que fique com a mais exaçaõ do que se necessita, e com as circunstâncias que a possam fazer mais útil ao meu Serviço e comodidade dos meus vassallos³⁰².

Também na lista do que era relevante historiar estavam os gentios, discriminados em duas categorias: os “ferozes” e os “domésticos”. Se assim foram anotados é porque essa era a dupla imagem que tinham dos ameríndios habitantes dos sertões. Os “ferozes” certamente eram aqueles ainda pouco conhecidos, os tapuias de língua travada que ofereciam forte resistência, realizando ataques traiçoeiros às expedições. Geralmente representados como “comedores de carne humana”, classificados na condição de animais, próximos das feras. Já os “domésticos”, como o próprio nome diz, talvez se aproximassem aos animais que viviam junto dos colonos, servindo-os utilmente. Sem dúvida, nessa categoria enquadraram-se os indígenas contatados há mais tempo, muitas vezes “descidos dos sertões” e que já haviam vivido ou viviam a experiência da catequese ou da “administração”. Com certeza, não ofereciam eminente perigo de ataques guerreiros e serviam como “negros da terra” nos trabalhos domés-

³⁰¹ Provisão do rei D. João V os padres matemáticos. Lisboa, 18/11/1729. AHU, código nº 248, fls. 249 v e 250. Este doc. foi transcrito e publicado por Jaime Cortesão. Op. Cit, 1971, p. 215.

³⁰² ALVARÁ de D. João V de 18 de novembro de 1729. (Apud. CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo II, MRE/IRB, Rio de Janeiro, 1971, p. 214).

ticos, roças, confecção de canoas, coleta de mel e frutos dos matos, sendo freqüentemente os guias e pilotos práticos nas expedições aos sertões.

Pode-se reconhecer nessa missão de traçar mapas complementados com anotações detalhadas dos vastos sertões do Estado do Brasil, o que Cortesão nomeou de “inquérito econômico e etnográfico”. E, sobretudo, riscar nos mapas os limites entre os governos das Capitânicas, que deveriam ir “tomando notícia da gente prática da terra”³⁰³.

Nas instruções do Conselho Ultramarino se observa o reconhecimento do saber que a “gente prática da terra” tinha a respeito do território e também a orientação para observarem as “fronteiras naturais” na demarcação dos limites. Essa evidência está na prescrição para o desenho dos mapas. Com uma determinada cor deveriam marcar os limites informados pelo conhecimento da “gente prática da terra” e de outra cor aqueles que lhes parecessem “mais cômodos e tem mais certa divisão pelos rios, montes e serrarias”. Os caminhos por rios, matos e serras rumo aos sertões deveriam ser marcados seguindo-se a mesma orientação: assinalar com riscos de uma cor aqueles já conhecidos e percorridos pelos práticos; e de outra cor os mais “cômodos e breves”. As distâncias entre as cidades e vilas eram informações necessárias. Finalmente, os conselheiros que redigiram a Provisão, confiaram aos padres para que, com “ciência e zelo”, anotassem tudo o mais que entendessem poder ser importante ou “conveniente para o conhecimento de terras tão largas e até agora tão pouco conhecidas pelo seu interior”³⁰⁴.

Portanto, mais uma vez é possível crer que foi atendendo à instrução de se juntar aos mapas um minucioso levantamento das condições dos caminhos fluviais e terrestres e da ocupação colonial e indígena tomando “notícia da gente prática da terra”, que Diogo Soares foi formando a coleção de *Notícias Práticas*. Entre os dois padres matemáticos o jesuíta português foi quem assumiu a frente desse trabalho. Conforme se lê em alguns dos relatos sertanistas, as *Notícias* foram diretamente dirigidas ou “dadas ao R. P. Diogo Soares”, e em outros momentos informam seus relatores terem recebido a solicitação do próprio padre para que fizessem seus relatos.

Em seu estudo da geografia imaginária da conquista do ouro, Júnia Furtado faz referências às *Notícias Práticas* do padre Diogo Soares como um dos conjuntos de relatos impor-

³⁰³ Provisão do rei D. João V aos padres matemáticos. Lisboa, 18/11/1729. AHU, cód. n° 248, fls. 249 v e 250. Apud. Jaime Cortesão. Op. Cit, 1971, p. 215.

³⁰⁴ Ibidem.

tantes, hoje conhecidos, que tratou do início do povoamento da área mineradora. A respeito do jesuíta, confirma-o como um dos padres matemáticos que chegou ao Brasil em 1730 e recolheu narrativas dos participantes das primeiras expedições para as minas, com objetivo de auxiliar o seu trabalho de cartografar a América Portuguesa³⁰⁵.

Ao acompanhar o estudo de André Ferrand de Almeida a respeito da produção cartográfica do Estado do Brasil executada pelos padres matemáticos, sua observação a respeito da Carta de Diogo Soares, intitulada *A Costa da Ponta da Araçatuba, ilha de Santa Catarina, Rio S. Francisco, Parnaguá até a Barra de Ararapirá com parte do caminho do sertão*, é de que ela é a mais rica dentre as demais Cartas e que recebeu um melhor acabamento. (Mapa 3) Sua riqueza está na extensão do interior, que abrange detalhes da rede hidrográfica e dos caminhos assinalados, bem como na série de anotações feitas, de próprio punho, pelo padre Diogo Soares. Nas anotações intituladas “caminhos do sertão” há uma listagem de distâncias entre os diferentes pousos do caminho marcadas em léguas, representações dos rios e parte do relevo. Alguns rios têm legendas sobre sua navegação e o tempo que se gastava em dias de viagem para cada trajeto. As anotações dessa carta são muito semelhantes às informações dos relatos sertanistas dos caminhos dos rios aos sertões e minas de Cuiabá³⁰⁶.

Tais informações revelam a importância que teriam as *Notícias Práticas* para a confecção de mapas no estilo desejado e proposto pela coroa portuguesa – com maior número de informações possível – e ainda se valer da companhia de práticos que conheciam os caminhos.

Em carta escrita em 1734, após desabafar ter chegado “assaz molestado do caminho”, Diogo Soares revela como era bem-vinda a companhia de homens práticos, conhecedores dos caminhos. Ao chegar à vila de S. José, de onde partiria no outro dia para Bituruna, por ser “preciso o ver aquele sertão antes que entre no de São Paulo”, revelou ter como seu guia o

³⁰⁵ Os outros relatos conhecidos sobre a conquista do ouro que a autora cita: a *3ª Notícia Prática que dá ao padre Diogo Soares o mestre de campo José Rebello Perdigão sobre os primeiros descobrimentos das Minas Gerais do ouro*; a *Mémoire inédit d'Ambroise Jauffret sur le Brésil à époque de la découverte des mines d'or (1704)*, que fez o francês Ambrozie Jauffret; *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* [1711], de André João Antonil; os relatos sertanistas reunidos no *Códice Costa Matoso*; e o capítulo do livro do médico Jacob Castro Sarmiento, *Matéria médica, físico-histórica-mecânica, reino mineral*. In: FURTADO, Júnia. As índias do conhecimento ou a geografia imaginária da conquista do ouro. *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa: 2003, p. 155-7.

³⁰⁶ ALMEIDA, André Ferrand de. Op. Cit, p.135.

capitão-mor João Ferreira dos Santos “que lhe fez a galanteria de ser seu Prático naquela derrota”³⁰⁷.

André Ferrand de Almeida, estudioso do projeto do *Atlas da América portuguesa*, executado pelos padres matemáticos, refere-se às *Notícias Práticas* como uma “coleção de informações geográficas e históricas, recolhidas pelo padre Diogo Soares, conhecida pelo nome de *Notícias Práticas de várias minas e do descobrimento de novos caminhos e outros sucessos do Brazil*, existente na Biblioteca Pública de Évora”. Assim enumera os temas tratados nas *Notícias Práticas*: os roteiros que seguiam para as Minas de Cuiabá e Goiás; os novos descobrimentos feitos em Minas Gerais entre 1726 e 1732; e a exploração das campanhas do Rio Grande de S. Pedro e da Colônia do Sacramento, das quais consta uma narração do cerco à Colônia pelas forças espanholas em 1735. Sua opinião é de que as informações sobre as minas de ouro e diamantes e os territórios do rio Grande de São Pedro da Colônia de Sacramento foram o centro das atenções do padre Diogo Soares, pois sobre eles procurou recolher o maior número de dados. Enfim, reconhece esses relatos como “um conjunto precioso de informações sobre o território, levantado junto da “gente prática da terra”, fundamental para a compreensão da expansão territorial no século XVIII”³⁰⁸.

Mas é digno de nota se fazer uma observação sobre o estudo de Almeida a respeito de Cuiabá e Goiás nas *Notícias*, quando afirma se tratar, sobretudo, dos roteiros para aquelas minas. Sendo assim, até por que não se deteve no estudo dessas fontes, parece ignorar que os relatos a respeito de Cuiabá, apesar de tratarem, majoritariamente dos trajetos fluviais e das condições de navegação, vão muito além das descrições dos caminhos dos rios. Esses relatos, também conhecidos como “relatos monçoeiros”, contêm preciosas descrições das nações de índios, seus modos de vida, as lavouras que cultivavam, as resistências dos caiapó, cavaleiros Guaicuru e Paiaguá diante da conquista colonial luso-paulista. Há ainda outras informações de aspectos dos ambientes das águas e matas no extenso território percorrido desde São Paulo até as cabeceiras do rio Paraguai nas Chapadas dos Paresi – a serem apresentadas em capítulos dessa tese.

³⁰⁷ Carta do padre Diogo Soares a Martinho de Mendonça Pinho e Proença (Dez. 1734). ANTT- Ms. do Brasil, vol. 11, fl. 38.

³⁰⁸ ALMEIDA, André Ferrand de. Op. Cit, 2001, p. 140.

3.2.1. As condições de produção das Notícias e os seus relatores

As *Notícias Práticas das Minas do Cuyabá*³⁰⁹ podem ser consideradas as primeiras narrativas manuscritas sobre a conquista colonial da parte central da América do Sul na era setecentista. O pioneirismo se justifica pelo fato de terem sido coletadas no calor dos tempos da conquista. Estão anotados e narrados eventos tais como o devassamento paulista nos caminhos dos rios Paraguai e Cuiabá, a fundação da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá no ano de 1727, o cotidiano das viagens em canoas pelos rios, com observações sobre diferentes aspectos da natureza e dos índios, e os enfrentamentos com os Paiaguá.

Até então, não se pode dizer que havia uma historiografia sertanista no formato apresentado pelas *Notícias Práticas*. Informações a respeito dos sertanistas paulistas e dos caminhos por onde andavam nos sertões podiam ser encontradas nos inventários e testamentos, em alguns documentos originados de autoridades coloniais ou eclesiásticas ou em cartas dirigidas por paulistas aos governadores e ao rei, reivindicando a autoria dos descobrimentos de ouro. Nas décadas finais do século XVII aparece com mais frequência uma restrita documentação oriunda de sertanistas: os roteiros do sertão. Essa fonte caracterizava-se pela oralidade da sua transmissão e pelo cuidado em mantê-los secretos. Mas a partir do século XVIII começaram a ser redigidos roteiros com informações mais completas dos caminhos, muitas vezes anônimas, outras com assinatura de quem recolhia a tradição oral dos velhos sertanistas³¹⁰.

As *Notícias Práticas* certamente estavam sob o manto do sigilo, pois foram encomendadas e reunidas por Diogo Soares para comporem informações sobre os sertões que iriam integrar o projeto real dos mapas do Estado do Brasil ou Atlas da América portuguesa. Mas elas conformam características peculiares a serem consideradas em seu conjunto, que contribuem significativamente para as análises das percepções a respeito dos índios e da natureza no processo da conquista colonial luso-americana.

A primeira peculiaridade é o de serem escritos ou narrativas de sujeitos que podem ser nomeados como representantes da “gente prática da terra”, ou seja, os sertanistas. A segunda é a de que foram escritas e coletadas com objetivo definido de subsidiar o padre Diogo Soares –

³⁰⁹ Daqui para frente, quando houver a referência às *Notícias Práticas* trata-se da Coleção da *Notícias Práticas das Minas de Cuyabá* (Cód. Cód. CXVI 1-15 - BPEvora) e ao tratar individualmente de cada uma delas citarei de acordo com a numeração e autoria indicada na mesma coleção do Diogo Soares.

³¹⁰ Dentre estes roteiros, alguns estão citados no capítulo 2, como os que se referem às Minas dos Martírios. Cf. também em: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A saga dos sertanistas. In: A formação territorial do Brasil. *Revista Oceanos*, n° 40, p. 149.

chamado também “geógrafo régio” – com informações sobre os sertões das minas de Cuiabá, atendendo a instruções do rei de Portugal.

Quanto à autoria sertanista, pode-se afirmar que do total de oito *Notícias*³¹¹, seis delas foram escritas por luso-brasileiros, em sua maioria paulistas, homens de comprovada experiência em expedições nos sertões. Para que fossem selecionados como informantes, sem dúvida esses homens eram reconhecidos em sua autoridade de práticos sertanistas. De alguma maneira, o padre foi informado a respeito da sua comprovada experiência no devassamento daqueles sertões e dos roteiros já existentes que descreviam os caminhos dos rios (como no caso da 7ª e 8ª *Notícia Prática*) ou mesmo de que alguns deles foram importantes testemunhas de eventos que mereciam ser anotados – como no caso do ataque dos índios Paiaguá em 1730. Importa ainda frisar que esses escritos setecentistas de autoria sertanista, embora não sejam homogêneos, podem ser vistos como versões ou visões americanas³¹², de dentro para fora, da gente prática da terra.

Os títulos das Notícias demonstram que não foram escritos pelos próprios anotadores ou narradores. Podem ter sido colocados pelo próprio padre (ou seu criado anotador) que, ao recebê-las, fazia uma nova cópia. A numeração que receberam denota uma preocupação em

³¹¹ São essas as oito *Notícias Práticas*:

- NOTÍCIA 1ª PRÁTICA que dá ao Rev. Padre Diogo Soares o capitão João Antonio Cabral Camelo, sobre a viagem que fez às minas do Cuyabá no ano de 1727 (fols. 1 a 6v);
- NOTÍCIA 2ª PRÁTICA do que lhe sucedeu na volta que fez das mesmas minas para S. Paulo. (fols .6v a 10v);
- NOTÍCIA 3ª PRÁTICA dada pelo capitão Domingos Lourenço de Araújo ao R. P. Diogo Soares sobre o infeliz sucesso que tiveram no rio Paraguay as tropas que vinham para S. Paulo no ano de 1730 (fols.10v a 12);
- NOTÍCIA 4ª PRÁTICA vinda da cidade do Paraguay a nova Colônia do Sacramento com aviso de venda que fizeram os Paiaguá dos cativos portugueses naquela mesma cidade e escrita por D. Carlos de Los Reys Valmaseda (fols.12 a 13v);
- NOTÍCIA 5ª PRÁTICA dada pelo capitão Antonio Pires de Campos ao capitão Domingos Lourenço de Araújo, e comunicada por ele ao R. P. Diogo Soares, sobre os Reinos e Nações de Bárbaros que há na derrota da viagem do Cuyabá e seu Recôncavo. (fols.13v a 18).
- NOTÍCIA 6ª PRÁTICA e Relação Verdadeira da derrota e viagem que fez da cidade de S.Paulo para as Minas de Cuyabá o Exmo. Sr. Rodrigo César de Menezes, governador e capitão-general da Capitania de São Paulo e suas minas, descobertas no tempo de seu governo e nele mesmo estabelecidas. (Escrita por seu secretário Gervásio Leite Rebello, assinada na Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuyabá em 01 de fevereiro de 1727. (18 a 25v).
- NOTÍCIA 7ª PRÁTICA e roteiro verdadeiro das minas do Cuyabá e todas as suas marchas, cachoeiras, itaipavas, varadouros, e descarregadores das canoas, que navegam para as ditas minas, com os dias da navegação e travessias, que se costuma fazer por mar e terra.. (Assinada por Manoel de Barros, s/ data) (fols. 25v a 35).
- NOTÍCIA 8ª PRÁTICA exposta na cópia de uma carta escrita do Cuyabá aos novos pretendentes daquelas minas (fols.35 a 47v). (Obs: Não há assinatura e data, mas se pode afirmar ser o mesmo Roteiro da Viagem para as Minas de Cuyabá, escrito em 1726 por Francisco Palácio (Microfilme IEB-USP, SP).

³¹² O padre jesuíta, Simão de Vasconcelos, observou que os índios atuaram como cosmógrafos rústicos, transmitindo oralmente as informações sobre o interior do continente aos colonos. Apud. CORTESÃO, J. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. MEC, Rio de Janeiro. 1958. p. 40.

ordená-las. Não se sabe se essa numeração se deu de acordo com a ordem de chegada às suas mãos ou qual foi o critério utilizado. Certamente não obedece a uma ordem cronológica, já que a primeira e a segunda têm a data de 1734, a terceira é de 1730 e a sexta é de 1727.

Das *Notícias Práticas*, a maioria está informada por sertanistas, alguns com mais tempo de prática nos sertões das Minas de Cuiabá, outros menos. São elas: a primeira e a segunda do capitão João Antonio Cabral Camelo; a terceira do capitão Domingos Lourenço de Araújo; a quinta do capitão Antonio Pires de Campos; a sétima de Manoel de Barros; e a oitava de nítida autoria sertanista, porém anônima. Desse conjunto de escritas sertanistas, a segunda e a terceira citadas acima, tratam do tema do ataque dos Paiaguá à monção do ouvidor Lanhas, em 1730.

Sertanistas escritores de *Notícias*? Como assim? Homens rudes, meio-índios, falantes da língua geral, tornaram-se letrados? Teriam sentado à sombra de uma árvore, ou mesmo dentro de uma canoa no remanso das águas ou em volta de uma fogueira no momento do repouso, e escrito ou contado sobre suas vidas e caminhos percorridos, largando por um momento as armas e as correntes de apresar índios para pegar nas penas e papéis? Mas se algumas dessas *Notícias* não foram escritas por mãos sertanistas, quem as anotou? Como teriam sido abordados para contar o que viram nos sertões nos caminhos de suas andanças e dar suas notícias? Teriam sido pagos?

Como chegaram as *Notícias* até o padre, através dos governadores ou outras autoridades coloniais que tinham em sua posse alguns daqueles roteiros? Quem eram os escrivãos que poderiam “tomar notícia da gente prática da terra”? Seria um dos serviços executados pelos criados que acompanharam os padres matemáticos? Se elas obedecem a alguns padrões de escrita, pelo menos no cabeçalho, é porque receberam algum tipo de acabamento ao chegaram até o padre, ou ele acompanhava a produção da cópia que ia compor sua coleção ou livro? Seria tarefa do seu criado com sua supervisão? Onde estariam os originais? Cópias circularam internamente e outras foram guardadas e depois encaminhadas ao Rei?

Por que e quando foram parar no Arquivo Distrital de Évora? Não seria mais lógico pertencerem ao acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, onde eram recebidas as informações sigilosas encaminhadas ao rei? Enfim, quais foram as condições de produção dessas *Notícias*? Cada uma delas tem suas particularidades e as “pegadas” deixadas nas próprias notícias indicam pistas que aqui serão examinadas.

Importante ainda observar que no conjunto das *Notícias Práticas*, que têm por tema Cuiabá, dois relatos se diferenciam da característica sertanista: a sexta e a quarta *Notícias*, escritas por funcionários das coroas ibéricas. Um deles é a *Relação Verdadeira* da viagem do governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo César, às Minas de Cuiabá, no ano de 1726, escrito e assinado por seu secretário, o português Gervásio Leite Rebelo. O outro é uma carta vinda de Assunção, assinada pelo espanhol D. Carlos de Los Reys Valmaseda, e trata das negociações que fizeram os índios Paiaguá quanto aos frutos do resgate obtidos no ataque em 1730 à monção, onde morre o ouvidor Lanhas.

Esses relatos de funcionários das respectivas coroas ibéricas e alguns dos roteiros sertanistas entraram na Coleção de *Notícias* das minas de Cuiabá, mas não foram escritos com o objetivo de serem entregues ao padre, como outras da mesma coleção.

Pode ser que o padre Diogo, ao tomar conhecimento desses documentos, tenha achado importante acrescentá-los à coleção das *Notícias*. Há a possibilidade também de que tenham sido doados a ele por funcionários da Coroa na colônia que pretenderam atender à solicitação do Alvará de 1729 com o objetivo de serem recompensados por recolherem informações sobre os espaços dos sertões.

Sendo as *Notícias* diferentes testemunhos e distintas visões dos sertões, é fundamental saber quem foram os autores, sejam eles os próprios escritores ou narradores. A seguir, cada uma das *Notícias Práticas da Minas do Cuyabá* é tratada com mais detalhes.

3.2.1.1. As duas Notícias Práticas do capitão João Antonio Cabral Camelo

O capitão João Antonio Cabral Camelo escreveu uma única narrativa da sua viagem de ida e volta às minas de Cuiabá. Mas na coleção do padre Diogo Soares esta apresenta-se separada em duas *Notícias*, com títulos e numerações diferentes. A *Notícia 1ª Prática que dá ao Rev. Padre Diogo Soares o capitão João Antonio Cabral Camelo sobre a viagem que fez às minas no ano de 1727* e a *Notícia 2ª Prática do que lhe sucedeu (1730) na volta que fez das mesmas minas para S. Paulo*, revelam em seus títulos e narrativas importantes informações do relator e dos contextos de produção das duas narrativas.

Esta são *Notícias* dirigidas diretamente ao padre Diogo Soares. Apesar de descrever a viagem que fizera às minas de Cuiabá no ano de 1727, e da sua volta em 1730, data seus relatos de 1734. Nessa data, quando entrega as *Notícias* ao padre, já se encontrava na Vila de São João del Rey, em Minas Gerais, na comarca de Rio das Mortes. A narrativa é retroativa, isto é, descreve suas experiências anteriores mediante um esforço de memória, passados sete anos da primeira viagem e quatro anos da segunda, quando retorna de Cuiabá. Outro dado interessante é o fato de incluir eventos sobre os quais ouvira relatos de outras monções ou da vila de Cuiabá, que o antecederam ou o procederam.

Nota-se que esta foi uma *Notícia* encomendada e que seu autor conhecia as exigências do padre Diogo Soares. Logo no início da narrativa, justifica-se por não ter escrito uma notícia mais detalhada, com a “individualização” pretendida por Diogo Soares. Segundo o relato, não foi possível atendê-lo com mais detalhes, “porque os perigos e riscos desta derrota não dão lugar a se atender a nada”. Pode-se entender, portanto, que não teve condições de fazer as anotações no momento da viagem e o que estava narrando era o que conseguiu lembrar (ou anotar parcialmente), anos após as respectivas viagens por rios e trechos de terra.

Segundo informou o próprio Cabral Camelo, ele viveu dois anos e meio em Cuyabá. Lá chegou em 21 de novembro de 1727, ano em que estava no governo das minas o capitão-general Rodrigo César de Menezes, que lá havia chegado um ano antes. Retornou a São Paulo na monção do ouvidor Lanhas Peixoto, em 15 de maio de 1730, ocasião em que ocorreu o grande ataque dos Paiaguá, resultando na morte do ouvidor.

Ao comentar sua volta de Cuiabá, fala que teve com o Ouvidor uma “boa amizade” durante todo o período em que esteve naquelas minas. Parecia bem informado dos motivos da ida do ouvidor às Minas em 1726, junto ao capitão-general Rodrigo César, e do porquê só

retornou dois anos depois do ex-governador de São Paulo, pois este é o tema de sua *Notícia*. Esses dados indicam que o capitão Cabral Camelo era pessoa de algum poder e prestígio, pois mantinha relações políticas e de amizade com uma autoridade colonial nas minas, que por sua vez foi considerado um inimigo do capitão-general Rodrigo César no momento em que este governava a Capitania nas Minas³¹³.

Além das informações presentes nas *Notícias*, pouco se sabe a respeito do seu autor. Camelo parece ser paulista de Sorocaba, pois registra ter organizado sua partida dessa vila no ano de 1727. Lá teria parentes com certo poder econômico, pois contou com o apoio de um tio, que lhe doou oito escravos para levar às minas. Por ter o mesmo sobrenome de Pascoal Moreira Cabral, também originário de Sorocaba, talvez tivesse algum parentesco com o “descobridor” das minas de Cuiabá. Seu perfil é de um comerciante sertanista envolvido em atividades de mineração, cujas pretensões eram as de se enriquecer nas minas. Camelo partiu de Sorocaba com três canoas próprias e 14 negros.

No decorrer de sua narrativa, impressionam as observações e comparações que faz a respeito dos preços dos mantimentos (farinha, feijão, milho, galinhas, etc.), demonstrando estar atento à capacidade de produção e do comércio nas roças dos caminhos. Outro depoimento seu revela ter-se envolvido nas atividades de exploração do ouro, pois tinha negros “bons e capazes” nas lavras de Cocaes e demonstrou conhecer os rendimentos diários dos escravos nessas minas.

Mas o seu desabafo no fim da sua notícia revela que Camelo não conseguiu enriquecer, voltando decepcionado para o Povoado: “Verdade é que favoreceu a fortuna mais a alguns, mas foram muito poucos os que tiveram de livrar o principal com que entraram”. E enumera suas perdas: das três canoas, duas foram destruídas no caminho; setecentas oitavas de empréstimo e gastos de mantimentos que comprou durante a viagem; dos 14 negros que levou, vendeu dez (seis negros seus e quatro dos que havia recebido do tio) para pagar dívidas. Finalmente, dos quatro escravos que sobraram, três morreram, restando apenas um³¹⁴.

³¹³ Desavenças entre o ouvidor Lanhas e o governador capitão-general Rodrigo César estão narradas pelo cronista Barbosa de Sá e outros escritores da história colonial mato-grossense. O Ouvidor parece ter liderado um de grupo político adversário ao governador enquanto esteve nas Minas. Sobre Rodrigo César e sua política na época que governou a Capitania de São Paulo e Minas do Cuyabá ver detalhes em SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*, 2007, p. 317-326.

³¹⁴ CAMELO, João Antônio Cabral. *Notícia 1ª Prática ...*, fl. 6v.

Na *Notícia 2ª*, Cabral Camelo focaliza o ataque dos Paiaguá, em que morre o ouvidor Lanhas Peixoto. Taunay classifica seu relato como “movimentado e interessante”, comparando-o ao segundo relato desse mesmo episódio, a *Notícia 3ª*, de Domingos Araújo³¹⁵. Camelo não apenas presenciou o conflito, mas atuou como militar na própria organização da frota que desceu o rio Paraguai.

Por ser “precisa toda a cautela por respeito ao Paiaguá”, resolveu-se que o ouvidor Lanhas viajaria na retaguarda, com canoas bem armadas, e Cabral Camelo marcharia com outras as canoas, também armadas, na vanguarda. Ao meio iriam os que não levassem armas. De acordo com sua narrativa do trágico conflito, Camelo se apresenta como um corajoso e esperto capitão, que conseguiu sobreviver à “multidão de gentio”. Narra que foi “lástima” não conseguir salvar o ouvidor, bem como os seus grandes esforços para reter a fuga dos negros, que abandonavam as canoas por medo dos “bárbaros”, pulando na água ou se entregando aos gentios. É o próprio herói da resistência liderando o momento final da batalha em que põem em retirada os Paiaguá. Junto dele outros poucos bravos sobreviveram nas seis canoas restantes e com as poucas munições e armas que restaram. Os negros, pelos motivos expostos acima, seriam os maiores responsáveis pela vitória do gentio, que levou à morte o amigo ouvidor e outras tantas perdas: 10 ou 12 arrobas de ouro, os melhores negros escravos e alguns brancos que se tornaram cativos.

O relato do conflito com os Paiaguá, até porque causara a morte de um Ouvidor português e a perda de 10 ou 12 arrobas (cerca de 150 kg) de ouro, deveria ser de grande interesse à Coroa. Sabe-se ainda que continuaram ocorrer outros ataques até que fosse declarada a “guerra justa” aos Paiaguá, em 1732. Portanto, quanto mais detalhes das estratégias e armas usadas pelo “gentio bárbaro”, melhor.

Só que esta *Notícia 2ª*, semelhante a um relatório detalhado do ataque de 1730, pode ter chegado às mãos do padre um pouco tarde. Por ordem do rei, a armada vinda de São Paulo para fazer a guerra, comandada pelo general português, Manuel Rodrigues de Carvalho, já havia chegado em Cuiabá na manhã de 19 de Fevereiro de 1734. Mesmo assim, esse é o único depoimento que por ora se conhece, narrado por uma testemunha direta do enfrentamento com os Paiaguá. Pode ser que esse relato tenha sido solicitado com maior antecedência, pois a *3ª Notícia*, de Domingos Lourenço, é datada de 1730.

³¹⁵ TAUNAY, A. *Relatos monçoeiros*, 1981, p. 37.

Mais informações sobre esse sertanista provêm de uma carta escrita por ele em dezembro de 1734, também de São João del Rey, ao Sr. Martinho de Mendonça Pina e Proença³¹⁶, com quem o padre Diogo Soares manteve freqüente contato por correspondências. Ao que parece, escreveu por saber que Martinho Mendonça “teria muito gosto” em notícias do Cuiabá. Novamente trata dos índios Paiaguá, reproduzindo algumas informações da carta recebida de frei Brás, um religioso amigo seu residente em São Paulo, “a quem se devia dar todo o crédito”. Com base na carta, Camelo narra as extorsões que continuavam a fazer os Paiaguá, atacando três tropas e matando cerca de 200 pessoas. Comenta a insegurança dos poucos moradores do Porto Geral e da Vila de Cuiabá, pois aqueles gentios já haviam chegado a Guaxu e Carandá, locais distantes seis ou sete dias da Vila, mas que “para o Paiaguá seriam somente dois ou três pela velocidade com que navegam”³¹⁷.

Nessa mesma carta, mais uma vez confirma sua participação nas atividades de exploração de ouro. Ao tratar das obras de canalização de água da Chapada, para atender à Vila de Cuiabá e às minas próximas, retrata as dificuldades e a demora nos serviços da construção dos canais, julgando impossível essa água chegar às minas do *Jassey*, já bem próximo da Vila³¹⁸. Ao encerrar sua narrativa, reafirma ser ele o autor e escritor dessa notícia e de ter recebido o pedido do padre para escrevê-la. Possivelmente teria se encontrado com Diogo Soares, pois informa que o aguardava em Rio das Mortes para esclarecer dúvidas e complementar as informações. Interessante este seu depoimento final:

Esta é a informação que posso dar a V.R. do que me pede, bem sei que pode achar confusa pelo modo com que a escrevo; mas tenha a certeza que é verdadeira. E quando V. Rev. passar a este Rio das Mortes satisfarei a tudo que julgar faltar. Nesta Vila de São João, 16 de abril de 1734³¹⁹.

De todas as *Notícias*, esta é a primeira divulgada e conhecida no Brasil, publicada na Revista do Instituto Histórico Brasileiro no ano de 1842. Quem a ofereceu ao IHGB, - e parece ter feito a transcrição do Arquivo Distrital de Évora, foi o sócio Adolfo Varnhagem.

³¹⁶ Importante estudioso “estrangeirado” que em suas visitas a outros países da Europa tivera contato com escritores/cientistas europeus importantes da época: Locke, Leibniz, Newton, etc. Escreveu *Apontamentos para a educação de um menino nobre* impressos em 1734. Em 1733, foi encarregado por D. João V a se deslocar para o Brasil pra estudar a possibilidade de alterar o sistema de cobrança dos quintos do ouro, adotando o sistema de capitação. Foi governador interino das Minas em 1736. Cf. ALMEIDA, A. F. Op. Cit, p. 115

³¹⁷ Carta de João Antonio Cabral Camelo a Martinho de Mendonça Pina e Proença, São João del Rey. ANTT, Mss do Brasil, Livro 11, fl. 35

³¹⁸ Idem, ibidem.

³¹⁹ CAMELO, João Antônio Cabral. *Notícia 2ª Prática*, fl.6v

3.2.1.2. Notícia 3ª Prática: o “infeliz sucesso” por Domingos Lourenço de Araújo

A *Notícia 3ª Prática sobre o infeliz sucesso que tiveram no rio Paraguay as tropas que vinham para S. Paulo no ano de 1730* está registrada como “dada pelo capitão Domingos Lourenço de Araújo ao R. P. Diogo Soares”, no Rio de Janeiro em 3 de novembro de 1730. Também se vê, no encaminhamento ao padre, a intencionalidade de seu registro. Conforme se lê no título, a *3ª Notícia* também trata do ataque paiguá à monção na qual morre o ouvidor Lanhas, e ainda inclui um segundo ataque desses mesmos índios à monção dos paulistas que partira de Cuiabá dois meses depois.

Taunay refere-se a essa *Notícia* como “o segundo depoimento inédito sobre a catástrofe da monção do ouvidor Lanhas Peixoto, que veio do precioso códice Diogo Soares da Biblioteca de Évora”. Salienta que mesmo sendo muito menos extenso que o de Cabral Camelo, leva a vantagem de ter sido redigido em dias mais próximos do acontecimento, menos de cinco meses após a “chacina de 06 de junho”³²⁰.

Da presença de Domingos Lourenço de Araújo nas minas de Cuiabá, consta o registro em Carta do ouvidor Lanhas Peixoto ao rei, datada de julho de 1728. A carta informava que o vigário Lourenço de Toledo Taques praticava excessos e violências na vila, tendo prejudicado algumas pessoas, dentre elas o negociante Domingos Lourenço, o padre Manuel Teixeira Rebelo, Luís de Vasconcelos Pessoa e Amaro Rodrigues Penteado³²¹. Este noticiador estaria negociando nas minas e seria ligado ao ouvidor Lanhas, que liderava um grupo de oposição, afastando-se ou entrando em desavença com o governador Rodrigo César, que governou a capitania de São Paulo nas minas até setembro de 1728. Antes disso, Domingos Lourenço Araújo possivelmente exercia atividade de comerciante na cidade do Rio de Janeiro, constando ter arrematado o “subsídio pequeno dos vinhos e do novo importo das aguardentes do Reino”³²².

³²⁰ TAUNAY, A. *Relatos Monçoeiros*, 1981, p. 37

³²¹ Carta do ouvidor de Paranaguá Antonio Alves Lanhas Peixoto ao rei D. João V. Vila Real 07/07/1728. C-DRoom 1, rolo 6, doc. 150, AHU-SP). Apud JESUS, Nauk Maria de. Tese Doutorado, UFF, 2006, p.116. Estes “excessos” fazem parte de desavenças entre este ouvidor e o padre, pois o ouvidor Lanhas havia tirado da cadeia o padre Manoel Teixeira de Rabelo, preso pelo seu substituto Lourenço de Toledo Taques, numa devassa eclesiástica. Por se intrometer nessa jurisdição, ele foi excomungado e as demais pessoas proibidas de falar e tratar com ele. Cf. SÁ, José Barbosa de. Op. Cit, p. 2.

³²² AHU, Cx 27, rolo 28, Doc. 6228- RJ, 07 de maio de 1726 - Cópia das condições dos contratos do subsídio pequeno dos vinhos e do novo imposto das águas Ardentes do Reino que se arremataram nesta cidade do Rio de Janeiro a *Domingos Lourenço de Araújo*. A Provisão foi na época em que Gomes Freire de Andrade estava como governador da capitania do Rio de Janeiro e no governo das Minas Gerais.

O relator da *Notícia 3ª* não era um dos passageiros da monção do ouvidor Lanhas Peixoto. Percebe-se, por seu relato, que embarcou na próxima monção, que saiu de Cuiabá em 3 de julho de 1730. Pela maneira com que descreveu os componentes da monção de 1730, percebe-se sua afinidade com a gente paulista. Relata que em 84 canoas embarcaram “gente luzida e Prática do sertão”, homens que tinham experiência com os gentios “pela maior parte dela ser Paulista”. Traziam mais de trezentas armas de fogo, além das flechas que usavam “os índios já domésticos”. Dessa grande tropa participava como cabo João de Araújo Cabral, “um dos melhores e mais experientes sertanistas”.³²³ Dentre os paulistas sertanistas certamente estava incluído o padre Manoel de Campos, que comandava um grupo de canoas de índios domésticos flecheiros. Manoel de Campos era um dos irmãos de Antonio Pires de Campos, narrador da *Notícia 5ª*, da qual Domingos foi o comunicador/escritor.

Mas se Domingos não esteve presente na monção do Ouvidor Lanhas, à qual dedica grande parte de sua *Notícia*, como teria sabido de tantos detalhes e personagens daquela batalha no rio Paraguai? Ele mesmo conta que as sete ou oito canoas que restaram do conflito retornaram, subindo o rio dos Porrudos, para seguir viagem pelo antigo caminho de terra até Camapoam. No entanto, duas pessoas desse grupo resolveram esperar pela próxima monção na ilha comprida do rio Cuiabá: o padre Vellez e o médico alemão Ernesto Lamberto. E quando lá chegou a monção seguinte, da qual Domingos Araújo fazia parte, “souberam deles a deplorável desgraça da sua tropa”. Por esse depoimento sabe-se que a narrativa de Domingos sobre o ataque dos Paiaguá na monção que o antecedeu foi anotada a partir do que lhe contou o padre e o médico alemão. A narrativa é de uma parcialidade explícita, pois foi justamente a esses dois sobreviventes que se reservou lugar de honra no conflito com os bárbaros Paiaguá. Conforme narra, ao padre João Vellez “segundo disseram, se deve a maior parte da valorosa resistência”. Já o médico alemão Lamberto foi salvo “não sem mistério” por um dos negros que o defendeu bravamente da canoa onde estava, recompensa divina à caridade que tanto praticou nas minas³²⁴. Portanto, o que Domingos narra da batalha do ouvidor Lanhas é fruto das versões desses dois sobreviventes, pela qual não sabe a razão de terem recusado acompanhar o grupo que seguiu viagem por terra junto a Cabral Camelo, ficando sozinhos naquela ilha.

³²³ ARAÚJO, Domingos Lourenço de. *Notícia 3ª Prática*, fl. 11

³²⁴ Idem, Op. Cit, fls. 11 e 11v.

Continuando a viagem, a monção dos paulistas sofre um novo ataque dos Paiaguá no rio Xianés. A narrativa desse segundo conflito é ainda mais cheia de detalhes e a linguagem é de alguém que parece observar bem de perto os acontecimentos. No relato, apesar de se colocar como um narrador querendo parecer distanciado dos acontecimentos, deixa transparecer ser de naturalidade paulista, pois se refere aos companheiros da tropa quase sempre como “os nossos”. Em algumas passagens, parece se incluir entre os integrantes da monção, como no momento em que narra a vitória da tropa paulista e a retirada dos Paiaguá:

Vendo-se os bárbaros tão mal servidos, e cheias de mortos e feridos as canoas, se retiraram desafiando os nossos para o meio do rio, onde um deles só basta para muitos dos nossos. Quisemos sair ao largo, ou ao menos buscar-lhe o alojamento onde costumam deixar as bagagens e mulheres, como gente inútil para a guerra, mas desvaneceu-se logo este intento assim pela má disposição que havia entre nós, como pelo muito poder, com que ainda se achava o Paiaguá ³²⁵.

Mas ainda resta uma dúvida: sendo ele um capitão, porque não participou da batalha agindo como tal, pegando em armas, semelhante ao que fizera o capitão Cabral Camelo? Talvez não fosse ainda um capitão, pois passadas quase duas décadas, em 24 de janeiro de 1744, Domingos Lourenço de Araújo foi provido ao posto de Capitão da Companhia da Ordenança do Distrito do Arraial do Morro de Santo Antonio Abaixo, comarca do Serro Frio³²⁶. Outra possibilidade é da cópia que consta na Coleção do padre ter sido escrita após 1744, quando já se sabia de seu posto militar. Mas nada mais se sabe desse narrador, além de ser ele o comunicador da *Notícia* de Antonio Pires de Campos, informação contida no título da outra narrativa que trataremos adiante.

³²⁵ Idem, Op. cit, fl 12

³²⁶ ANTT, RGM - Registro Geral das Mercês, liv. 34 fl. 396. Provisão de 24 de janeiro de 1744. A Provisão tem anuência de Gomes Freire de Andrade governador da Capitania Rio de Janeiro e no governo das Minas. Esse posto ficou vago devido ao falecimento de Domingos Pinto Teixeira e a companhia era composta de 60 soldados com seus oficiais.

3.2.1.3. A Notícia 4ª Prática: a carta que veio do Paraguai

A *Notícia 4ª* tem a particularidade de ter sido escrita em Assunção, Paraguai, além das fronteiras portuguesas. Conforme observou Taunay, essa Carta do Paraguai foi “anexada” pelo padre Diogo à sua coletânea. No cabeçalho constam a autoria e o tema da qual trata: *Notícia 4ª Prática vinda da cidade do Paraguay a nova Colônia do Sacramento com aviso de venda que fizeram os Paiaguá dos cativos portugueses naquela mesma cidade e escrita por D.Carlos de Los Reys Valmaseda*. Novamente em pauta o tema do ataque dos Paiaguá à monção do ouvidor Lanhas Peixoto, com informações coincidentes com aquelas apresentadas nas Notícias antecedentes.

Não há dúvidas de que teria sido anexada pelo próprio padre, pois em junho de 1731 Diogo Soares escreveu ao rei, informando que desde outubro de 1730 fazia observações e plantas da Colônia do Sacramento³²⁷. Nessa Carta, ao relatar ao rei sobre as plantas cartográficas do rio da Prata, revelou que apesar de não ter presenciado contou com “manuscritos dos melhores Pilotos e Práticos”, entre os quais encontrou “alguns de 30 e mais viagens, só deste rio”. Comentou também que não desprezou as cartas manuscritas francesas, espanholas e inglesas. De todas as que encontrou extraiu “com diligencia, custo e cautela de Buenos Aires” e assim formou as plantas que remetia naquela ocasião ao rei. Diante de tais informes, é possível arriscar ter sido nessa sua pesquisa nos manuscritos dos pilotos práticos e das cartas estrangeiras do rio da Prata, que teria encontrado a carta de Dom Reys Valmaceda, anexando-a na seqüência das *Notícias* dos sertanistas Cabral Camelo e Domingos Araújo. A posse dessa carta acrescentou informes importantes a respeito do destino dado ao ouro, aos escravos e aos cativos portugueses saqueados no ataque à monção do ouvidor Lanhas em julho de 1730.

Conforme narra o nobre espanhol na *Notícia 4ª*, os Paiaguá são autores autônomos da negociação, e dos espanhóis se vê demonstrações de compaixão e caridade cristã, despendendo grandes somas para o resgate dos cativos brancos portugueses. A ênfase de caridade se mostrou principalmente com a moça de Lisboa – a quem os Paiaguá mataram o marido e ainda estava grávida –, sendo acolhida na casa da família de Dom Carlos, o próprio escrevente, ficando sob os cuidados de sua mãe, que a tratou como se fosse sua própria filha.

³²⁷ Carta do pe. Diogo Soares ao Rei. Colônia do Sacramento 27/06/1731. In: ANAIS da BNRJ, vol. XLVI. Eduardo de Castro e Almeida (org). Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, RJ, 1934, p. 135-36

Nessa narrativa tudo concorre para elevar a caridade cristã e a isenção dos espanhóis no caso dos cativos e do ouro saqueado dos portugueses. A Igreja e o povo têm participação especial no evento. O próprio padre, comendador da Ordem das Mercês, acompanhado de um alcaide reuniram esmolas do povo para o resgate da senhora portuguesa e de dois rapazes. O padre chega a entregar os ornamentos de prata da Igreja. O cenário cristão ganha ainda mais cores no momento da chegada dos Paiaguá para realizar as negociações, em 5 de setembro de 1730, dia em que começava a Novena de Nossa Senhora das Mercês. Outros destaques são para a família do escrevente e para o fidalgo, D. Santiago Gallo, doador de boa quantia em prata e outras coisas de interesse dos índios para completar o montante exigido pelo resgate.

Sobre D. Carlos de los Reys Valmaceda, autor da carta que virou *Notícia* na coleção do padre Diogo Soares, é por sua própria narrativa um representante da nobreza espanhola, filho de Dom Diego de los Reys Valmaseda, ex-governador daquela cidade do Paraguai, com D. Francisca Benitos. Talvez fosse um comerciante ou ocupasse cargo que o mantinha informado dos preços e dos produtos comercializados, conforme demonstrou em comentários da situação provocada pela entrada do ouro cuiabano no comércio platino, que envolvia as cidades de Assunção, Buenos Aires e Sevilha. Outra particularidade evidenciada foi sua devoção a Nossa Senhora das Mercês, a quem atribuiu o milagre da fuga de alguns cativos (inclusive uma senhorita espanhola), que há algum tempo estavam sob o poder dos Paiaguá e conseguiram voltar a Assunção na ocasião em que os índios ausentaram-se de suas “tolderias” para se ocuparem da vendas e troca dos cativos e do ouro dos portugueses.

Não se sabe qual caminho fez esse documento para ir de Assunção a Nova Colônia do Sacramento. Sabe-se não estar dirigida a alguma autoridade portuguesa, pois se assim fosse não discorreria sobre a situação econômica provocada pela grande quantidade de ouro, nem sobre uma expedição em busca de ouro guiada por um cativo português, conforme narrou:

Aseguro a V. M. que estamos por acá ricos de oro, ya no tenemos plata, que ay sujeto, que ay quedará sin abaja ninguna por dar a los indios por oro, ya que Dios les vino a ver como a los demás. Oye se compran ya los géneros de Castilla por oro, e no por hierva, ni tabaco. Es verdad que con ganancia un 150 por ciento de los precios de Buenos Aires. Un de los cautivos portugueses ha dado noticia de unas minas de oro, que hay en esta Prov.^a. y se pasa a manifestarlas, en cuya fe pasó D. Juan de Barcia con el, y gente de trabajo a descubrirlas, según se dice saldrá bien. Están a 40 leguas de la ciudad, tierra firme e sen riesgo³²⁸.

³²⁸ VALMACEDA, D. Carlos de los Reys. *Notícia 4ª Prática*, . fl. 13

A omissão a respeito do destinatário dessa carta pode ter ocorrido no momento de copiá-la e anexá-la à coleção do padre Diogo. Pode-se até acreditar ser este um caso de “interceptação” de documento, copiado por alguém que sabia da importância dos dados, entregando-a a Diogo Soares no momento em que este se encontrava na Colônia do Sacramento.

Diante da gravidade do assunto em pauta – o ataque dos Paiaguá à monção em que morreram mais de 100 pessoas, entre elas um ouvidor português a serviço de Sua Majestade, com certeza as informações ali contidas teriam sido encaminhadas ao rei, principalmente por ser um documento que confirmava o destino do ouro português nas mãos de seus vizinhos espanhóis e o prejuízo da Fazenda Real.

Vale ainda notar que a informação de que os Paiaguá estavam sendo instruídos pelos espanhóis a atacar e roubar o ouro dos portugueses aparece em argumentos que construíram as justificativas para a declaração da “guerra justa” aos mesmos índios entre os anos de 1730-1734³²⁹.

Enfim, a *Carta* que veio de Assunção ganha um lugar de destaque na Coleção de Notícias. Por informar que as minas de Cuiabá podiam correr o risco de serem reivindicadas como áreas de Espanha, esse documento tem peso significativo diante dos questionamentos dos limites de Tordesilhas entre as coroas ibéricas, além de fornecer subsídios à eminente “guerra justa” aos Paiaguá, declarada em 1732.

³²⁹ Sobre a “guerra justa” ao paiaguá tratamos no Capítulo 2.2 desta Tese.

3.2.1.4. Notícia 5ª Prática: as “nações de bárbaros” dos sertões

A *Notícia 5ª Prática dada pelo capitão Antonio Pires de Campos ao capitão Domingos Lourenço de Araújo, e comunicada por ele ao R. P. Diogo Soares, sobre os Reinos e Nações de Bárbaros que há na derrota da viagem do Cuyabá e seu Recôncavo* é um relato de grande valor histórico. Sua relevância é aqui reconhecida tanto pela peculiaridade da autoria sertanista paulista, quanto por focalizar as sociedades ameríndias dos sertões do Cuiabá³³⁰.

Na introdução da *Notícia* percebe-se que o sertanista fazia seu relato atendendo ao pedido do padre, com descrições sobre os indígenas que povoavam os caminhos das minas de Cuiabá. Ao advertir que só faria referência às maiores nações e reinos que viu e conseguiu contar, percebe-se o autor como um dos mais indicados para relatar as “povoações de índios” existentes nos sertões do Brasil, conforme seu depoimento:

Antes de informar a Vossa Merce no que me pedes, quero lhe advertir que nesta breve notícia que lhe dou, *vão só as nações e reinos que por maior eu vi e em que as contei*, por me ser impossível o narrar-lhe a variedade de gentes, usos e trajes e ainda as vantagens que fazem estes gentios uns aos outros, principalmente no dilatado Reino dos Paraciz, cujos habitantes são tão asseados e curiosos, que podem competir com os mais polidos da Europa³³¹.

E a antiga experiência nesses sertões reafirma-se em seu depoimento final:

Isto é o de que agora posso dar noticia a V Mce. pela brevidade de tempo não pode ser tão distinta como eu desejava. Se V.Me. me dera parte mais cedo desse seu grande empenho a faria com mais vagar e mais gosto, por ser todo este gentio e sertões descoberto pelos paulistas³³².

Podemos continuar examinando o título e os trechos da apresentação e conclusão do manuscrito, para tecer algumas considerações quanto à autoria e condições de produção desta *Notícia*.

No título ou cabeçalho do manuscrito de Évora há uma diferença que leva a pensar não ser o próprio sertanista Antonio Pires quem escreveu seu relato, podendo ter sido a *Notícia* “tomada” ou anotada por outro. O aspecto diferenciador que se observa é que na 1ª e 3ª *Notícias* antecedentes, não há intermediários, pois foram “dadas” e dirigidas diretamente ao

³³⁰ Antes mesmo de ter acesso ao manuscrito de Évora, a *Breve Notícia...*, já havia despertado grande interesse tanto a sua publicação do IHGB (t. 25, 1862), como também nos *Relatos Sertanistas* (1981) de Taunay.

³³¹ PIRES DE CAMPOS, Antonio. *Notícia 5ª Prática ...* Op. Cit, fl.. 12v.

³³² Idem, fl. 18

padre. Fica evidente também serem seus narradores os mesmos escritores dos relatos. Mas a 5ª *Notícia* foi “dada” por Antonio Pires a Domingos Araújo e “comunicada” por este ao padre Diogo. Essa diferenciação subscrita significa ver caracterizado o antigo estilo da tradição oral sertanista. Antonio Pires teria contado o que viu e experimentou ao longo dos anos em suas conquistas dos sertões do Cuiabá ao capitão Domingos Lourenço de Araújo, que “comunicou” ao padre Diogo Soares? Se comunicar seria o mesmo que escrever, então o escrivão desse relato é o mesmo relator da *Notícia 3ª Prática* já descrita.

Continuando o exame, ainda fica a dúvida quanto à autoria do manuscrito. Apesar de não estar explícito no texto que tenha sido o sertanista Antonio Pires quem a escreveu, o tempo verbal da narrativa está na primeira pessoa. Na introdução e na conclusão é o escritor da *Notícia* que se dirige ao padre, tratando-o por vossa mercê. Outro aspecto a observar é que em todo o texto, o relato é de quem viu cada nação de gentio sobre a qual narrava. Será que o anotador, Domingos, ou outro copiou exatamente como o sertanista contava do que viu no devassamento dos sertões? A comparação do texto da *Notícia 3ª*, de Domingos Araújo, com a *Notícia 5ª*, de Antonio Pires, revela estilos próprios e diferenciados de escrita. Pode-se supor, portanto, que ele mesmo anotou apressadamente sua *Notícia*, pois a teria feito “com mais vagar e gosto” se tivesse sido avisado com mais antecedência do “grande empenho” do padre. Nesse caso, teria “dado” a *Notícia* a Domingos Araújo, que a “comunicou” ao padre, juntamente com sua *Notícia 3ª*, sobre o “infeliz sucesso” do ataque Paiaguá à monção do ouvidor Lanhas.

Quanto ao momento de produção da 5ª *Notícia*, supondo que Domingos Araújo tenha “tomado notícia” de Antonio Pires, estima-se ter sido em Cuiabá, antes de seu embarque para São Paulo na monção de 3 de julho de 1730. Um forte indício leva a crer ser seu depoimento anterior aos ataques paiaguá às monções do ouvidor Lanhas (6 de junho de 1730) e dos paulistas (31 de julho de 1730)³³³. Se Antonio Pires soubesse de algum desses episódios, certamente teria incluído tais fatos em seu relato, por duas razões: primeiro, porque o tema de sua *Notícia* são os índios, conforme se lê em toda narrativa; e segundo, porque já havia relatado ataques anteriores dos Paiaguá entre 1725 e 1727. Então, como não relataria este, de maior dimensão, ocorrido em 1730?

³³³ Cabe lembrar que Domingos Araújo faz menção na 3ª *Notícia* da presença do sertanista e padre Manoel de Campos, que liderava uma das canoas com índios domésticos e que lutou bravamente pela vitória dos paulistas, e pode ser este o filho ou irmão de Antonio Pires de Campos (o velho)

Tratando ainda do registro escrito desta *Notícia* em uma conhecida e citada publicação brasileira há um dado intrigante em cópia diferente do manuscrito de Évora publicada por Taunay³³⁴. No título, consta o ano 1723 como o tempo-limite da narrativa de Antonio Pires sobre sua experiência nos sertões, conforme se pode ler:

Breve Notícia que dá o capitão Antonio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuyabá e seu recôncavo, na qual declara os reinos a que chegou e viu por maior, sendo em tudo diminuto, porque seria processo infinito se quisesse narrar as várias nações, nos mesmos usos e costumes, trajes e vantagens que fazem, e menos numerá-las, por se perder o algarismo, principalmente no dilatado reino dos Pareci, tão extenso e dilatado e seus habitantes por extremo asseadíssimos e estáveis e tão curiosos que podem competir com as mais das nações do mundo no seu tanto, e dos que aqui não faz menção, o farão outros mais curiosos que ele. Se [só?] o faz, do que a experiência lhe tem mostrado no decurso de tantos anos, até o dia 20 de maio de 1723³³⁵.

É evidente que houve algum engano no registro dessa data, pois também na cópia publicada por Taunay constam no corpo do texto as mesmas citações de Antonio Pires quanto aos ataques paiguá entre os anos de 1725 e 1727. Também contou Antonio Pires que no ano de 1727, havia chegado a uma aldeia dos Cavihis³³⁶.

Apesar de estar numerada como a *Notícia 5ª Prática* na Coleção do padre Diogo Soares, o relato do sertanista Antonio Pires de Campos é a que traz informações mais recuadas no tempo, reportando às primeiras expedições de caça aos índios nessa região central do continente sul-americano – *os sertões do Cuyabá e seu Recôncavo*.

Na extensa historiografia do bandeirantismo paulista, o relator desta *Notícia*, Antonio Pires de Campos, está descrito como um ativo e audaz sertanista, que participou das explora-

³³⁴ Na apresentação da publicação não está claro qual é a origem do manuscrito que gerou esta transcrição da *Breve Notícia* publicada por Taunay. Quem faz a apresentação (na orelha do livro) e também em sua nota explicativa citam ter coletados os documentos publicados da coleção *Brasiliana* que Félix Pacheco doou à Biblioteca Pública Municipal de São Paulo ou do Códice Costa Matoso, de onde foram selecionados os documentos para esta edição dos *Relatos Sertanistas*. Mas no tomo 11 da História Geral das Bandeiras Paulistas (HGBP, 1950, p.229), Taunay faz referência à mesma *Breve Notícia* de Antonio Pires, publicada na Revista do Instituto Histórico (RIHGB, t. 25, 1862, p. 437-449). Por se tratar de cópias idênticas, inclusive constando a data de 1723, pode-se dizer ser esta sua fonte. Mas importa destacar que apesar de ser quase idêntica à cópia da Coleção de Notícias Práticas do padre Diogo Soares, não foi feita qualquer citação nas publicações referidas acima, quanto ser esta uma cópia oriunda do códice de Évora; conforme constam em outras *Notícias* ali também publicadas e pertencentes à coleção do padre Diogo. Mas diante de algumas diferenças com o manuscrito de Évora por mim observadas, é possível que exista outra cópia manuscrita que ficou no Brasil ou tratar-se de uma cópia que sofreu alterações em sua transcrição. Percebem-se algumas diferenças em algumas partes ou palavras do texto que não merecem destaque neste momento, a não ser quanto ao título e a data de 1723, já comentadas.

³³⁵ CAMPOS, Antonio Pires de. *Breve Notícia...*, In: TAUNAY, A. de E. *Relatos sertanistas*, 1981, p.179.

³³⁶ Idem, fl. 17.

ções dos sertões centrais e desde menino, com seu pai, engajou-se na caça aos índios. Por existirem dois sertanistas com esse mesmo nome, o pai e filho, com o mesmo apelido aplicado pelos índios – *Pay Pirá* – isso gerou algumas confusões quanto à história de ambos em suas atividades nos sertões do Cuiabá.

O sertanista Antonio Pires de Campos, o velho, nasceu em Itu por volta de 1659, e foi senhor da grande fazenda Itaicy, situada a cerca de 20 km da vila de Itu. Nessas terras chegou a ter seiscentos índios a seu serviço ou “administrados”, configurando “um paulista de muitos arcos”, como era comum dizer dos homens experientes em aprisionar índios nos sertões. Seu poder parecia ser tão grande, que se diz ter sido este um dos motivos que teria sido chamado à Metrópole, ou talvez porque tivesse asilado em suas terras os irmãos Leme, e foi denunciado pelo governador Rodrigo César de Menezes³³⁷. Diante dessa ameaça teria se mudado para Cuiabá e se instalado em terras próximas da serra de S. Jerônimo, junto de uma lagoa que passou a ser conhecida como “lagoa do Pires”. Em Cuiabá foi nomeado para o cargo de provedor do registro dos negros em 24 de junho de 1726, e chefiou uma bandeira contra os Paiaçuá em 1728. Carvalho Franco afirma que em 1733 também tomou parte na expedição de “guerra justa” contra os mesmos índios. Já bastante idoso por esse tempo, retornou a Itu com o posto de capitão-mor, ali falecendo aos 90 anos, em 1749³³⁸.

Manuel de Campos Bicudo, pai de Antonio Pires, foi reconhecido como um dos mais arrojados sertanistas paulistas, um dos “máximos devassadores dos sertões e predadores de índios de seu tempo”³³⁹. Pedro Taques, estudioso das famílias paulistas bandeirantes, acrescenta um pouco mais da vida desse sertanista pelos vastos sertões:

(...) foi intrépido contra os bárbaros gentios dos sertões do rio Grande e rio Paraguai, que os penetrou vinte e quatro vezes, a saber: três como soldado e vinte e uma como capitão-mor da

³³⁷ Há informes de que Antonio Pires (o velho) teria sido pronunciado na devassa aberta por ordem do capitão-general de SP Rodrigo César. A acusação era de que em combinação com seus irmãos Pedro e Felipe de Campos teria protegido os irmãos Lemes perseguidos e condenados à morte pelo governador. Mas em 1728 o próprio governador concedeu anistia aos irmãos Campos, condicionando o perdão a que organizassem uma bandeira destinada a conduzir peças de artilharia a Cuyabá e a combater os paiaçuá no rio Paraguai. Cf. TAUNAY, A. *HGBP*, t. 11, 1950, p. 232.

³³⁸ FRANCO, Carvalho. *Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo*, Brasiliense vol. 181, Companhia Editora Nacional, 1940, p. 257-258. Certamente está confirmada a participação do coronel Antonio Pires de Campos na “guerra justa” de 1733, como um dos cabos do regimento (ver Fig. 8, p. 89).

³³⁹ Manoel de Campos Bicudo nasceu em São Paulo, e seu pai era o português Felipe de Campos, filho do flamengo Francisco Wanderburg de Antuérpia e de Antonia de Campos de Lisboa. Sua mãe, Margarida Bicudo, paulista, procedia dos mais velhos troncos vicentinos dos Pires e Bicudos. Casou se com Luzia Leme de Barros, filha do famoso sertanista Antonio Pedroso de Barros. Morreu em SP em 16 de maio de 1722. Cf. TAUNAY, A. *HGBP*, t.4. SP, 1928, p.57

tropa, para as partes da província do Paraguai das Índias de Espanha na América Meridional³⁴⁰.

Antonio Pires de Campos deve ter participado de uma dessas expedições, pois dela se lembrou, fornecendo alguns detalhes. Já velho, em Cuiabá, contou que quando tinha 14 anos, esteve na serra dos Martírios junto com seu pai (c. 1673), quando este era o cabo que comandava a tropa de 60 homens armados em conquista dos gentios serranos que habitavam aquela serra. No retorno dessa bandeira, ao subirem as cabeceiras do rio das Mortes, passaram às vertentes do rio Cuiabá, por onde retornaram³⁴¹.

Passadas algumas décadas, Antonio Pires teria retornado à região do rio Cuiabá, ocasião que ficou registrado na *Relação...*, escrita por José Barbosa de Sá, como o paulista que primeiro subiu o rio Cuiabá e prendeu índios coxiponé nas suas “largas e dilatadas baías”. De volta a São Paulo (1717/1718), “com muitas presas do gentio”, indicou o caminho a Pascoal Moreira Cabral do local onde havia mais aldeias daqueles índios. Cerca de um ano depois, Cabral comunicou ao rei D. João V o descobrimento das minas do Coxipó³⁴².

Consta que Pires de Campos teria formado um exército de Bororo – povoadores de toda a região da bacia do rio Cuiabá, entre eles os coxiponé-, e comandado uma tropa composta por esses índios em expedições de combate aos Paiaguá³⁴³. Sabe-se também que Antonio Pires teve um filho, com seu mesmo nome, que se tornou um conhecido sertanista. Este também tinha sob sua liderança um exército de índios Bororo, aos quais liderou no combate aos Caiapó, em Goiás, no ano de 1748³⁴⁴.

Taunay manifesta admiração ao traço intelectual, característica notável da personalidade do primeiro Antonio Pires, atribuindo-lhe “a mais elevada posição entre a gente de sua grei sertanista formidável, mas ignara”. Essa observação se deve por reconhecer sua capaci-

³⁴⁰ LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, T. II, Itatiaia, BH/SP, 1980, p. 177; TAUNAY, A. HGBP, t. XI, cap. XXVII, 1950, p. 177.

³⁴¹ Notícias de Antonio Pires de Campos dadas por Antonio do Prado Siqueira no ano de 1769. Vila do Cuyabá, 27 de agosto de 1769. *Relatos Sertanistas*, 1981, p 211-211. Foi lá que diz ter seu pai encontrado com a bandeira do velho Bartolomeu Bueno (Anhanguera) também com seu filho ainda menino. Por esta notícia podemos estimar que o sertanista Antonio Pires nasceu em 1679 e que no ano de 1730 estaria com a idade de 51 anos. Portanto, só podia ser ele, o primeiro ou o velho Antonio Pires o narrador da 5ª *Notícia*. Pois seu filho de mesmo nome ainda devia ser um jovem rapaz, e não poderia estar narrando esta notícia.

³⁴² *Relação das Povoações do Cuyabá e Mato Grosso ...* [1775], 1975, p. 7. Ver este episódio no Cap.2

³⁴³ Ver: PRESOTTI, Thereza Martha. *O novo descobrimento das minas e sertões do Cuyabá: a mentalidade da conquista*. Dissertação de Mestrado, UnB, 1996. Existem algumas confusões na historiografia colonial, quanto aos dois Antonio Pires de Campos e suas participações em expedições sertanistas no XVIII, tal como sobre a dúvida sobre qual deles é o coronel que participa na guerra justa aos Paiaguá em 1733-34.

³⁴⁴ AHU- Projeto Resgate- São Paulo, CU 023, Cx 3, Doc. 233.

dade de escritor da *Breve Notícia que dá o capitão Antonio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas de Cuyabá*³⁴⁵.

3.2.1.5. A Notícia 6ª Prática: a Relação da viagem de Rodrigo César de 1726

Espécie de “diário de bordo” da viagem do capitão-general da capitania de São Paulo às minas de Cuiabá, em 1726, a *Notícia 6ª Prática* é um dos relatos selecionado para compor a coleção de *Notícias* do padre Diogo Soares. Sua principal característica é ser um documento oficial, produzido em condições diferenciadas das notícias de paulistas práticos nos sertões, que também trataram de roteiros de viagens pelos caminhos dos rios de São Paulo até Cuiabá.

Cabe destacar a particularidade desse registro, também observada por Laura de Mello e Souza. Trata-se de uma interessante memória da primeira chegada oficial de um administrador a Cuiabá, retratando “o impacto de um mundo pouco conhecido, marcado por um universo mental assombrado por relatos apavorantes, tendo a presença da morte se mostrando a cada linha”³⁴⁶. Este impacto revela-se com toda nitidez, pois o que Gervásio Leite relatava condizia com o que assim também expressa o capitão-general:

Também se perderão quarenta e tantas canoas, e vinte e três pessoas afogadas, donde entram brancos e negros, uma mulher desse Reino e três pilotos, que é tal a brabeza dos rios, pelas correntezas deles, que são as ondas como as do mar, com a maior tormenta, e cheios de pedras, e o mais leve descuido, faz tropeçar logo no maior precipício. (...) ³⁴⁷.

No formato de uma *Relação Verdadeira*, o secretário Rebello relatou quase que diariamente o que viu e sentiu durante os quatro meses de viagem nos rios que lhes serviram de caminho para as minas de Cuiabá. Por estar a serviço do rei, secretariando o capitão-general, é certo que o que narrava estava em comum acordo com o governador, sendo porta-voz deste, registrando as suas observações e sentimentos. Na narrativa, o autor usa a segunda pessoa do plural ou a forma impessoal.

³⁴⁵ TAUNAY, A. Op. Cit, 1950, p. 229. Refere-se à cópia publicada na *Revista do IHGB*, t. 25, 1862, p. 437. OBS: Esta cópia é idêntica àquelas publicadas em *Relatos Sertanistas* (1953 -1ª ed. e 1981-2ª d.) organizadas pelo mesmo A. Taunay

³⁴⁶ SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra*, 2007, p. 318-319

³⁴⁷ Carta do [governador e capitão-general da Capitania de São Paulo] Rodrigo César de Meneses ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real em que dá conta da jornada que fez às novas Minas e dos perigos e carestia da terra. Vila do Cuyabá 10 de Março 1727. AHU., MT, cx. 01, doc. 08.

Relação é a “narração ou informe que se faz de alguma coisa que se sucedeu”, palavra originada dos termos latinos *relatio* e *narratio*, correspondendo à atual palavra *relato*. Este era o estilo de produção textual dos conquistadores, bastante usual desde o século XVI. Entretanto, para além desse sentido amplo, existia um mais restrito, de natureza jurídica. Ou seja, tratava-se de um informe solicitado pela coroa. Por não serem escritas imediatamente às descobertas e por contarem maior número de detalhes na descrição das conquistas, distinguiam-se das *cartas relatórias*. Desde 1574, o Estado oficializa a obrigatoriedade das *Relações*, incluindo questionários como guia, nos quais indicava-se o que devia ser relatado: o nome da província onde estavam os conquistadores; quem foi o descobridor ou conquistador da terra; o ano do descobrimento ou conquista; a temperatura e as características das terras descobertas ou conquistadas: com pouca ou muita água, se plana ou montanhosa, se fértil ou árida, os nomes das cidades, povoados e localidades, bem como as distâncias entre elas. A eficácia do modelo oficial foi tão grande que atravessou séculos e influenciou até mesmo outros narradores, os quais estavam desobrigados de apresentar o detalhamento exigido pelas autoridades³⁴⁸.

Ao ver acrescentado o adjetivo “verdadeira” para esta *Relação*, percebe-se a marca diferenciadora do cientificismo impressa nas orientações da Academia Real de História, influenciando escritas setecentistas nos caminhos dos sertões. Mas ao ganhar um lugar na coleção do padre Diogo Soares, com o nome de *Notícia 6ª Prática* também o caráter de um informe do conhecimento prático, fruto da experiência da viagem de capitão-general português às minas.

A narrativa da viagem começa no dia 07 de julho de 1726, em uma manhã de domingo na cidade de São Paulo. Inicia-se com uma missa no convento de S. Francisco, abençoando a comitiva. Desse dia até o embarque em canoas, em 16 de julho, na região de Ararituaba, o relato centra-se nos atos políticos do governador, dentre os quais se destaca o encontro com ao capitão Bartolomeu Bueno, que também estava de partida para os sertões de Goiás e recebeu ordens para a abertura do caminho ligando Cuiabá àquelas novas minas. Outros diversos despachos foram assinados, atendendo às necessidades dos homens principais das vilas. A idéia é que no período em que esteve na vila de Itu, o governo funcionou de forma ágil, o que

³⁴⁸ Cf. MIGNOLO, Walter. “Cartas, crônicas, y relaciones del descubrimiento y la conquista” In: MADRIGAL, Luis Iñigo.(coord.) *Historia da literatura hispanoamericana* (época colonial). Madri: Cátedra, 1992, t. I, p. 57,59, 70-75) Apud. UGARTE, Auxiolomar. *O Mundo Natural e as Sociedades Indígenas da Amazônia na visão dos Cronistas Ibéricos* (sécs. XVI-XVII), Tese de Doutorado, USP, 2004, p.22

permitiu concluir com brevidade os preparativos das canoas e mantimentos para a execução da viagem.

Das *Notícias* que tratam dos caminhos dos rios esta é a mais antiga. A viagem narrada ocorreu entre 7 de julho e 15 de novembro de 1726 e teve duração de pouco mais que quatro meses³⁴⁹. Na tropa do capitão-general, Gervásio Leite enumerou 90 canoas, incluindo as das várias pessoas, que quiseram seguir em sua companhia³⁵⁰.

Pelo nível de detalhes narrados a respeito dos locais por onde navegaram com “grande perigo e risco”, causando acidentes e mortes, bem como os momentos nos pousos e nas roças para o abastecimento de víveres, grande parte das anotações provavelmente foi feita no decorrer da viagem, talvez até sendo ditadas e conferidas pelo próprio governador.

Nessa Carta que o próprio governador, Rodrigo César, escreve ao rei, além do interesse em destacar a informação omitida por Gervásio Leite sobre a quantidade de canoas e de pessoas na monção, pode-se observar as semelhanças das narrativas, nas quais se enfatiza o esforço do general em suportar os perigos e as perdas constantes:

Nesta monção em que vim, compondo-se a armada de 308 canoas chegaram entre brancos e pretos três mil pessoas, havendo muitos falecido afogados e perdidas várias canoas por causa das muitas cachoeiras que tem em si todos os rios e pela furiosa correnteza deles houve bastante perda de fazenda que geralmente chegou a todos, e eu perdi sem se poderem salvar nem os remos um carregada com víveres desse Reino para poder sustentar-me enquanto aqui assistisse, e parte da minha copa e roupas³⁵¹.

Mas a *Relação Verdadeira...*, em sua forma final, que provavelmente foi escrita para ser enviada à Corte, recebeu acabamento e conclusão após sua chegada nas minas. Em suas últimas páginas, esse relato narra com detalhes a recepção honrosa que o capitão-general recebeu na chegada ao porto geral do rio Cuiabá e seus primeiros atos político-administrativos. Desses atos políticos, mereceu atenção a descrição do ritual ou solenidade de elevação do arraial à condição de vila, no dia 01 de janeiro do ano de 1727. Do relato constam como medidas: a eleição dos Oficiais da Câmara e outros cargos e a condução solene do estandarte até

³⁴⁹ Conforme registro de Carta do capitão-general a Pascoal Moreira Cabral em 10/julho/1724, comunica que partiria sem falta em início de junho de 1725 para as minas. Portanto, atrasou um ano a data de sua partida. SÁ, José Barbosa de Sá. *Relação das povoações do Cuyabá e do Mato Grosso desde os princípios até os presentes tempos [1775]* ANTT, Papéis do Brasil, Mss Avulsos, maço 3, doc. 10, fl. 124 v.

³⁵⁰ REBELLO, Gervásio Leite. *Notícia 6ª Prática...*, fl. 19.

³⁵¹ Carta do capitão-general Rodrigo César ao rei dando notícia da viagem a Cuyabá, do estado em que achou aquelas minas e das providências tomadas. Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá, 12 de março de 1727. Apud. *Doc. Int.* São Paulo, vol. 32, 1901, p.185

a praça, onde se levantou o pelourinho da Vila, “a que em nome de sua Majestade se deu o nome de Vila Real do Bom Jesus”. Nesse ritual de posse e conquista, o governador declarou “as armas”, espécie de brasão de representação da vila: “um escudo, e dentro em campo verde um morro coberto de folhetas e grãos de ouro, e por timbre em cima uma Fênix”. Para selar o ato, informou que tudo foi registrado na secretaria daquele governo “por ordem do Exmo. Sr. Rodrigo César de Meneses, Governador e Capitão-general desta Capitania, e suas Minas em virtude das Ordens que teve de Sua Majestade para passar a ela e criar Vila ao dito arraial; a que deu cumprimento na forma já declarada”³⁵².

Seguindo para encerrar sua *Relação Verdadeira*, narra a política cruel adotada pelo governador em relação aos índios, provavelmente Bororo, que cercavam as minas. Após uma fracassada tentativa de paz, com o envio de “pombeiros” com presentes (facas, fumo, etc.), – o que lembra as frentes de atração usadas pela Funai ainda hoje –, mandou “um cabo com bastante soldados sertanistas” que praticaram um visível extermínio. Mataram grande parte dos índios e trouxeram os sobreviventes como prisioneiros: “um feliz sucesso, com conseqüências grandes não para a coroa, mas com bastantes utilidades para estas Minas”. Ainda antes de assinar a *Relação Verdadeira*, informa que a campanha de extermínio não havia sido concluída, pois “espera-se que os mais cabos, que S.^a Exc.^a mandou a diferentes partes consigam a mesma felicidade”. Dito isso, assim conclui: “Escreve-a na Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá a 1.º de fevereiro de 1727, Gervásio Leite Rebello, Secretário de S.^a Exc.^a”³⁵³. Nesses termos finais, onde consta a assinatura da sua narrativa, está, sem dúvida, o peso da oficialidade de seu registro.

Mas é em seu desabafo a respeito do impacto do calor que sentia no “clima ardentíssimo” do arraial do Senhor Bom Jesus, que o secretário narrador retrata um pouco de si. Nos sete anos antecedentes havia estado no Rio de Janeiro, na cidade da Bahia, no Maranhão, Grão-Pará e nos sertões de Pernambuco, sem nunca ter sofrido tanto com o calor como em Cuiabá³⁵⁴.

No momento em que escreveu a *Notícia 6ª*, Gervásio Leite Rebello dava continuidade aos seus serviços à coroa portuguesa, agora no cargo de secretário do capitão-general e governador da capitania de São Paulo e Minas. Informa Taunay que Rebello era português, um *fí-*

³⁵² REBELLO, Gervásio Leite. Op. Cit, fl. 25

³⁵³ Ibidem.

³⁵⁴ REBELLO, Gervasio Leite. Op. Cit, fl 24v

des Achates, ou seja, um fiel companheiro do capitão-general Rodrigo César de Menezes. Tinha experiência no cargo, pois havia servido durante cinco anos como secretário de Estado do Maranhão, “onde deixara excelente fama”. Suas atividades não eram somente burocráticas, sendo também um conhecedor da “catadura dos sertões, onde fizera várias jornadas de guerra, batendo-se com os gentios”³⁵⁵.

O levantamento das atividades de Rebello certifica que ele ocupou o cargo de secretário do Estado do Maranhão, de junho de 1711 a junho de 1716, “com toda limpeza de mãos”. Nesse período, acompanhou o governador da capitania do Maranhão seis vezes da cidade de São Luís ao Pará, caminho que envolvia a passagem por 33 baías. Em sua visita à vila de Santa Maria do Icatu com o objetivo de examinar a ruína em que se achavam as fortalezas do Itapecuru e de Ponta de Areia, outorgou patentes aos índios das Missões como remuneração pelos seus serviços. Na guerra que “foi dar ao gentio bárbaro caricahus [?], experimentou grandes trabalhos e falta de saúde pelo rigoroso dos sertões e correnteza dos rios que se navegavam”³⁵⁶. Conforme se pode deduzir, esse homem tinha o perfil ideal para secretariar o governador da capitania de São Paulo. Quando Rodrigo César chegou ao Rio de Janeiro, em julho de 1721, já encontrou Gervásio Leite Rebello provido no lugar de secretário da Capitania de São Paulo, para onde seguiu em sua companhia.

Desde os primeiros relatos da viagem se pode perceber a ênfase da narrativa na pessoa e nos atos políticos do capitão-general. A excessiva dificuldade a ser vencida na violência das águas, pedras, cachoeiras, saltos, itaipavas, os riscos de ataques de índios ferozes, a falta de mantimentos, a ameaça de doenças, bem como a constante espreita da morte compõem um cenário perfeito para notabilizá-lo, salientando sua coragem, generosidade e dedicação ao serviço de sua majestade, o rei de Portugal. Percebe-se que esse discurso se aproxima e se afina muito com o do próprio capitão-general, em que se destacam suas realizações pessoais e se usa sua chegada às minas como um ato de salvação:

A derrota que segui na minha viagem posso segurar a Vossa Senhoria a não há mais arriscada, nem mais trabalhosa, nem mais enfadonha; e antes se pode ir à China três vezes do que intentá-la, e de tal sorte que vendo os habitantes destas minas desembarcar-me, lhes era dificultoso crê-lo, porque ainda aos mais práticos do sertão, lhes custa empreendê-la (...) Posso afirmar a Vossa Senhoria que serviço igual se não pode fazer ao Soberano, e senão chego a

³⁵⁵ TAUNAY, A. *Relatos Monçoeiros*, 1981, p. 29

³⁵⁶ Provisão que trata da criação do cargo de Secretário para capitania de SP e indicando Gervásio Leite Rebello. AHU, SP, Mendes Gouvêa, Cx 11, Doc. 1091.

estas minas com tanta brevidade, sem duvida ficam desertas, que estavam estes habitantes desanimados pela falta de mantimentos, que a dois anos experimentavam por causa dos grandes calores, e faltas de águas, que plantando três vezes no ano, lhe falharam todas, porém confortei-os de sorte dizendo-lhes que eu também participava do mal, que se resolveram a ficar.³⁵⁷

Não há registros conhecidos sobre em que momento e através de quem a *Relação Verdadeira* passou às mãos do padre Diogo Soares, para que fosse acrescentada na sua coleção como a *Notícia 6ª Prática*. Mas como se tratava de uma das mais antigas e completas narrativas dos caminhos dos rios que levavam ao ouro cuiabano e por ser uma versão composta por ilustres oficiais portugueses, seria importante conhecê-la e anexá-la. E assim o padre Diogo Soares o fez.

3.2.1.6. A Notícia 7ª Prática ou Roteiro Verdadeiro por Manoel de Barros

A *Notícia 7ª Prática* assinada por Manoel de Barros está apresentada na forma de um *Roteiro Verdadeiro para se chegar às minas do Cuyabá, com todas suas marchas, cachoeiras, itaipavas, varadouros, e descarregadores das canoas, que navegam para as ditas minas, com os dias da navegação, e travessias, que se costuma fazer por mar e terra*. Esse título remete, de imediato, à lembrança da linguagem de navegadores e conquistadores de mares e terras longínquas. Sabe-se, porém, que o termo “mar” também era usado para nomear os rios. E é deste tema que trata o *Roteiro Verdadeiro*: uma longa travessia, com duração de 159 dias por rios e terras desde o rio Tietê, em São Paulo, até o rio Coxipó³⁵⁸.

Ao concluir o *Roteiro*, seu autor põe grande valor na própria obra: “só com este roteiro que poderia empreender com mais ânimo esta viagem”, alertando que poderia ser mais longa. Afinal, esse temo não incluía as paradas para descanso e outros imprevistos devidos a problemas de saúde, às fortes chuvas, à espera para se lavar as roupas e secar as cargas³⁵⁹. Estão destacadas em letras maiores as “advertências”, alertando sobre os locais onde gentios ofereciam mais riscos. O roteiro também oferecia uma segunda opção para os que quisessem pegar o caminho por terra, quando chegasse ao rio Pardo. Enfim, trata-se, de fato, de um “roteiro”,

³⁵⁷ Carta do [governador e capitão-general da Capitania de São Paulo] Rodrigo César de Meneses ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real em que dá conta da jornada que fez às novas Minas e dos perigos e carestia da terra. Vila do Cuyabá 10/03/ 1727. A.H.U., MT, Cx. 01, doc. 08.

³⁵⁸ BARROS, Manoel de. *Notícia 7ª Prática*, fl. 33

³⁵⁹ Idem, fl. 35

como orientações a serem seguidas e com o detalhamento do que se deve observar a cada dia, passo a passo do caminho.

Taunay é quem mais fornece dados sobre a biografia do sertanista Manoel de Barros, autor deste *Roteiro*. As informações são, no entanto, confusas. Este estudioso das bandeiras paulistas, ao tratar dos sertanistas que acompanharam Bartolomeu Bueno aos descobrimentos das minas de Goiás, lista o engenheiro Manoel de Barros como um dos integrantes da expedição, em 1726. Segundo conta, este engenheiro foi um dos primeiros exploradores de Cuiabá. Teria nascido em Sorocaba com o nome completo de Manoel Soares de Barros. Há, porém outra identidade que lhe pode ser atribuída. Em vez de engenheiro, Manuel Dias de Barros seria um dos forasteiros que assinou a Ata de Fundação da Vila do Cuyabá em 1727.

Taunay fornece mais uma informação sobre Manoel de Barros, mas esta nem um pouco favorável. Segundo a opinião do governador do Rio de Janeiro, Luiz Vahia Monteiro, comunicada ao ministro Diogo de Mendonça Corte-Real, tratava-se de “um charlatão embófico e avaliado nestas terras por patarata”³⁶⁰. Tal comentário se deve ao fato de Manoel de Barros ter chegado ao Rio de Janeiro com uma amostra de ouro por ele encontrada nas vizinhanças do rio Grande, nas Minas Gerais, afirmando ser de uma jazida riquíssima. Mas o governador suspeitava dele, comentando que os abalizados sertanistas o tinham como grande “patarata”, ou seja, uma pessoa farsante e de caráter duvidoso. Mas como não é possível saber ao certo de qual Manuel de Barros está se falando, por enquanto é melhor desconsiderar tais opiniões.

Na segunda parte do volume XI da *História Geral das Bandeiras Paulistas*, em sua primeira publicação dos estudos sobre as monções cuiabanas³⁶¹, Taunay assim se pronuncia sobre o autor da 7ª *Notícia* ou *Roteiro Verdadeiro*:

Assina-o um *Manoel de Barros*, personagem de quem muito pouco podemos esclarecer as passadas. Quer nos parecer que deve ser o mesmo sargento-mor engenheiro que passava por pessoa muito entendida, como mineralogista e prospector de minas e a quem Anhanguera

³⁶⁰ *Documentos Interessantes sobre a história e costumes de São Paulo*, APESP, vol. 50, p. 210. Apud. TAUNAY, A. Op. Cit, p. 92

³⁶¹ HGBP, t. 11, 2ª Parte - *Monções Cuiabanas no século XVIII*, 1950. p 71. Esta foi a primeira vez que publicou sobre este tema, mas somente os comentários ou estudo bibliográfico fazendo referências e citando trechos das *Notícias Práticas* da Coleção do padre Diogo Soares e outros relatos de expedições paulistas pelos rios. Com o título de *Relatos Monçoeiros* foi novamente publicado, incluindo transcrições completas das *Notícias Práticas*, exceto a *Notícia 5ª Prática* de Antonio Pires de Campos que foi publicada em *Relatos Sertanistas* no mesmo ano. As duas obras são edições comemorativas ao IV centenário do aniversário de São Paulo, Liv. Martins Fontes, 1953.

levou em sua companhia ao voltar de S. Paulo a Goiás depois de anunciar ao capitão-general Rodrigo César de Menezes a descoberta do jazido aurífero goiano, em 1726³⁶².

O autor classifica esse relato como “muito monótono”, pois se limita a descrever “os estorvos postos pelos obstáculos fluviais ao trânsito das monções, uma memória pura e simples, de hidrografia fluvial *ad usum* dos pilotos monçoeiros”. Buscando reconhecer elementos para determinar a data em que Manoel de Barros escreveu o *Roteiro*, Taunay levanta suposições que o fazem afirmar ser anterior a 1741 e posterior a 1728:

Como elementos cronológicos que datem o documento temos referências de pequena precisão. Deve ter sido escrito antes de 1740, pois afirma que os Caiapós jamais haviam sofrido repressão séria. E é posterior a 1727 como indicam as notícias dadas de ataques dos Paiaguás. (...) E como ocorre uma referência ao padre André dos Santos Queiroz, vivo na ocasião em que Barros escrevia, temos por base para afirmar que o documento é anterior a 1741.

Vale notar que Taunay comete algumas impropriedades, conforme se pode analisar após a leitura atenta do manuscrito. Em primeiro lugar, o que se lê no manuscrito a respeito dos Caiapó: “É este gentio uma nação que nunca foi conquistada pelos sertanistas”; e não o que afirmou Taunay, de que os Caiapó “jamais haviam sofrido repressão séria”. Se por um lado Taunay tem razão em colocar o ano de 1740 como o período em que começou a ser vencida a resistência tenaz dos Caiapó³⁶³, por outro lado esse não é um fato definitivo para delimitar seu relato. Afinal, a resistência à conquista vinha se dando ao longo dos séculos e não impediria que Barros tivesse escrito a *Notícia* em qualquer dos anos antecedentes. O mais impropriedade, no entanto, é o fato de Taunay afirmar que Barros teria citado ataques dos Paiaguá por volta de 1727, já que não existe uma referência sequer aos Paiaguá em seu texto, e muito menos com essa data! Este é o principal indicador para datar seu relato como anterior a 1725.

Se o *Roteiro* advertia sobre os perigos dos índios Caiapó, por que omitiria o primeiro ataque dos Paiaguá, ocorrido naquele ano no rio Xianés, bem como outros ataques que haviam causado tanto temor? Assim Manuel de Barros alerta para o perigo dos gentios na região do Taquari até o rio Cuiabá, mas não nomeia os índios Paiaguá:

³⁶² Idem, p. 71

³⁶³ É a partir das bandeiras organizadas em Goiás, sob ordens do governador D. Luís de Mascarenhas inclusive com a participação de Antonio Pires –o moço, com “seus bororos” que os caiapó começam a ser combatidos com mais veemência na década de quarenta do XVIII. Ex: Em 12/09/1748, o capitão Mascarenhas, escreve ao Rei D. João V sobre as estratégias para combater os gentios Cayapó, combinadas entre ele o Capitão Antonio Pires de Campos. E fala da colaboração dos índios Bororos e como o provedor da Fazenda ajudou esses índios amigos. (AHU, São Paulo, CU 023- Cx 3- Doc. 233)

Advertência: É porém muito necessário e grande cautela de dia e de noite desde o rio Taquari até o rio dos Porrudos à barra do Cuyabá porque em toda sua extensão há gentio. E quem quiser se livrar dele mande fazer fogo em uma parte e vá arrancar-se a outra, como costuma fazer nesta viagem o Padre André dos Santos³⁶⁴; e assim acudindo o gentio a fumaça e ao fogo e não achando ninguém, se persuade que lhe fugiram³⁶⁵.

Parece ser este realmente um dos mais antigos roteiros, senão um dos primeiros, conforme Manoel de Barros chamou atenção. Um dado interessante de sua narrativa é demonstrar que o sertanista informante – ou mesmo o próprio Barros – teriam participado dos primeiros tempos da conquista, fazendo referências exclusivas às minas do Coxipó como as primeiras lavras daquele sertão. E ao citar as “minas novas” também as localizava no mesmo Coxipó, onde desaguava no rio Cuiabá. Em nenhum momento refere-se ao arraial ou à vila do Bom Jesus do Cuyabá. Trata-se, portanto, de mais um indicativo de que o relato é anterior à chegada do capitão-general Rodrigo César nas Minas e fundação da vila.

Sendo ele um “engenheiro” ou talvez um mineralogista e prospector de minas, ainda que falso, por que não teria citado as Lavras do Sutil? Trata-se de uma questão que fica em aberto, pois o autor cita o padre André Queiroz, que na monção de 1723 foi a pessoa a levar os primeiros quintos a São Paulo, onde já estava incluído o ouro das novas lavras descobertas em fins de 1722³⁶⁶. É bem possível que, ao citar a estratégia do padre André para afastar os gentios, estão autor esteja discorrendo sobre uma lembrança de suas primeiras viagens para essas minas. Outra prova de que o roteiro possa ter sido escrito no princípio dos anos 1720 é que por duas vezes se faz referências aos irmãos Leme, citando locais onde estes arrancharam em 1720 e que mais tarde se tornaria o sítio de João Leme. Ao chamá-los de “régulos” mostrou ou quis mostrar (lembrando que mandava esta cópia para a Corte) estar do lado do governador, que os condenou à morte como criminosos.

³⁶⁴ José Barbosa de Sá dá notícias deste padre André dos Santos Queiroz: do hábito de São Pedro, um dos homens que haviam partido de povoado em 1720 e escapou da morte ao chegar em 1721 no Cuyabá. Foi no momento de sua chegada que houve a da mudança do arraial de São Gonçalo, próximo da barra do rio Coxipó para rio acima, onde formaram o Arraial da Forquilha e levantaram igreja com o título de N. S. da Penha de França. O segundo capelão desta Capela foi o mesmo padre dito acima. Outro dado é que no ano de 1723, o padre foi principal condutor de uma monção para povoado “carregada de ouro dos primeiros quintos para a Real Fazenda ...”. Por este fato é bem provável que este Padre teria a confiança e bom transito junto ao capitão-general de São Paulo, que também devia ser das relações do narrador deste roteiro, Manoel de Barros, e teria repassara informações do caminho às minas do Cuyabá. (Op. Cit, 1975, p. 13-15)

³⁶⁵ BARROS, Manoel de. *Notícia 7ª Prática*, fl. 33

³⁶⁶ Esse padre foi o cabo da monção do ano de 1723, quando levou os primeiros quintos para a Real Fazenda, e já conduz o ouro das Lavras do Sutil descobertas em fins de 1722, onde depois se formou o Arraial e a Vila do Senhor Bom Jesus do Cuyabá. Cf. SÁ, J. Barbosa de. Op cit, 1975.

Voltando ao texto da *Notícia 7^a*, convém examinar porque o autor chama o seu *Roteiro* de “verdadeiro”. Em um primeiro momento pode-se supor que seria somente para diferenciá-lo de outros roteiros sertanistas confusos e pouco elaborados, mas, sobretudo daqueles falsos roteiros, comuns naquele tempo, enganadores dos locais de minas ou em linguagem codificada para somente alguns poucos entenderem. Por outro lado, essa sua caracterização de “verdadeiro” pode ser vista também de maneira contextualizada. Considerando-se que Manoel de Barros fosse engenheiro, supõe-se que ele estivesse minimamente sintonizado com as exigências “científicas” da época, tomando por base descrições as mais exatas possíveis da realidade geográfica. E ao se fazer um exame das informações contidas no documento, podem ser vistos outros aspectos interessantes que esclarecem a qualificação do *Roteiro* como “verdadeiro”. Assim descreve o processo de construção desse guia de viagem para os sertões do Cuiabá:

Nesta Capitania não tem havido quem tivesse o cuidado de escrever o roteiro destas marchas e viagens para o Cuyabá. Eu o tomei por ter em minha companhia quatro meses um grande sertanista, e de muitas viagens de todo aquele sertão. E se na corte de Lisboa aparecerem alguns, são todos tirados deste, por que mandei uma cópia para S. Paulo ao Exmo Sr. General desta Capitania, outra ao governador de Santos e outra ao desembargador sindicante Rafael Pires Pardino. Esta, porém faço para remeter à mesma Corte, é feita com mais vagar, com mais miudezas e com mais individuação, mais claras as marchas pelas matas, águas e chuva que sucede haver muitas com horrível trovoada a que ocorre, tanto que só com este roteiro se pode empreender com mais ânimo esta viagem³⁶⁷.

Além do cuidado com os detalhes ou “miudezas” que deixasse mais claros aos navegantes e caminhantes os percursos e cuidados a serem seguidos até as minas, um aspecto relevante para ser considerado para caracterizá-lo como “verdadeiro”: a co-autoria de um grande sertanista com experiência de muitas viagens por aqueles sertões, de quem Manoel de Barros havia “tomado” o roteiro enquanto esteve por quatro meses em sua companhia. Esse depoimento também deixa entrever que Manoel de Barros não se reconhecia como sertanista. Se não, teria feito alguma referência à sua própria experiência nos caminhos das minas. Pelo contrário, destacou a identidade sertanista no “outro”, de quem “tomou” anotações, mas nem sequer citou o nome³⁶⁸.

³⁶⁷ BARROS, Manoel de. Op. Cit, fl. 34v.

³⁶⁸ Taunay, diz que este grande sertanista “talvez fosse o primeiro Antonio Pires de Campos, o *pay Pirá* que tanto jornadeou nas terras de Mato Grosso e Goiás, aliás. autor da *Notícia 5^a Prática* da coleção de Diogo Soares, o muito conhecido relatório ‘sobre os reinos e Nações de Bárbaros e seu recôncavo’. *Obs:* Esta é a primeira vez que Taunay faz referência à 5^a Notícia de Antonio Pires como integrante da Coleção do Padre Diogo Soares, Códice de Évora (Cf. HGBP, 2^a Parte, Monções Cuiabanas no século XVIII, 1950, p. 70).

Além disso, se essa cópia foi feita com mais “individuação” para ser enviada à corte portuguesa, poderia até ser sigilosa, mas teria de ser “verdadeira”. E por que o autor a estaria enviando diretamente à corte? Ao ver citado o nome de Rafael Pires Pardino, para quem Manoel de Barros diz ter destinado uma das primeiras cópias, supõe-se que o autor conhecia, pelo menos em parte, as recomendações do Conselho Ultramarino, de dezembro de 1719³⁶⁹. Nessas recomendações, reforçadas em 1720, havia referências ao “descobrimento de ouro que fizeram os sertanistas em um sítio muito perto do Paraguai, vizinhos donde assistem os Castelhanos”³⁷⁰. As recomendações dirigidas ao governador de São Paulo e Minas, até em atenção às informações passadas pelo próprio ouvidor Pardino, eram para que se “tomassem as notícias que pudesse e achasse”, mandando um engenheiro com algumas pessoas práticas, paulistas sertanejos, para examinar as terras que consideravam ser da coroa portuguesa e pareciam estar sendo ocupadas por padres castelhanos. Após o exame, deveriam fazer um “mapa distinto”, no qual estivessem assinalados os rios e as cordilheiras que pudessem servir de limites com as terras da Nova Espanha³⁷¹.

Mesmo considerando não se tratar do mapa desejado e proposto pelo Conselho, tratava-se de um roteiro inédito, produzido naquela Capitania com toda “individuação” por um suposto engenheiro, a partir de anotações tomadas de um grande e experiente sertanista. Por conter descrições detalhadas dos caminhos para se chegar à região próxima do rio Paraguai onde haviam descobertas novas minas, é evidente que tal informação seria de interesse da Coroa, servindo para esclarecer dúvidas sobre a ocupação castelhana e consolidar planos de posse e conquista dos caminhos do rio Paraguai até Cuiabá.

Esse *Roteiro*, que também virou *Notícia*, passando a integrar a coleção de *Notícias Práticas*, não foi produzido para ser entregue ao padre Diogo Soares. Entretanto, mais uma vez atendeu perfeitamente aos propósitos e às recomendações do Conselho para se obter informações sobre os caminhos por rios e terras que levavam às minas ou aos descobrimentos no centro da América portuguesa.

³⁶⁹ A.H.U- CU Lisboa, 29 de Abril de 1719. Cód. 233 (Consulta do CU referente a uma carta de dezembro de 1717 do Ouvidor Geral de SP Rafael Pires Pardino, sobre as informações relativas ao povoamento efetuado pelos castelhanos dos sertões freqüentados pelos sertanistas portugueses, fls. 165-165 v.)

³⁷⁰ A.H.U, CU, Lisboa, 31 de Outubro, 1719. Cód. 233, fl. 167 v -168 (Consulta do CU referente a uma carta do Governador e Capitão-general de São Paulo e Minas de Ouro, D. Pedro de Almeida Portugal, Conde de Assumar, sobre a descoberta de ouro por sertanistas num local próximo do Paraguai e de aldeias castelhanas, com os quais mantiveram contatos)

³⁷¹ A.H.U-CU, Lisboa, 23 de agosto, 1720. Cód. 233, fls. 205-206. Agradeço a gentileza do Prof. Ms. Mario O. Clemente Ferreira em ceder cópias transcritas destes códices do AHU.

O mais importante deste *Roteiro* é que registra as percepções sertanistas. De acordo com as descrições, os caminhos pareciam bem familiares ao autor, revelando conhecimentos sedimentados por antigos sertanistas e primeiros conquistadores.

O roteiro foi escrito de forma a guiar um viajante inexperiente. Mostrava cada passo, os locais mais indicados para se fazer o pouso, trechos arriscados e pontos promissores para se navegar em canoas ou atravessar a pé, bem como onde obter caça, peixe e outros alimentos.

Não bastava ser um bom anotador do que lhe contava o grande sertanista. Para o nível de detalhamento ou “individuação” que conseguiu imprimir à sua narrativa era necessário que o autor tivesse percorrido pelo menos uma vez o caminho. Ouro detalhe é que o autor parecia conhecer muito bem alguns dos primeiros sertanistas conquistadores das minas, tais como os Lemes e o padre André Queiroz, demonstrando familiaridade quanto aos locais onde passaram ou tinham sítio, bem como suas práticas com os gentios. Se era um engenheiro ou um forasteiro, não importa. O fato é que se tratava de uma pessoa com trânsito na fronteira lusopaulista. Nesse contexto, agradar aos representantes do rei na colônia ou na Corte podia ser muito recompensador.

3.2.1.7. Notícia 8ª Prática: o Roteiro da viagem às minas de Francisco Palácio

Para quem gosta de sentir emoção em viagens, ou pelo menos no relato delas, a última *Notícia Prática* que faz parte da coleção do padre Diogo Soares é, sem dúvida, um relato muito emocionante e aterrorizante de se ler. Sobre esta, o padre disse estar “exposta em uma Carta que veio do Cuyabá aos novos pretendentes daquelas minas”.

Pode-se imaginar o que deviam sentir e a imagem que fizeram da viagem aqueles leitores ou ouvintes de notícias, os pretendentes a navegantes do caminho das águas, para chegarem até as minas de Cuiabá. Se decididos a irem, conforme recomenda na Carta aos “amigos”, talvez a primeira providência seria confessar os seus pecados, já que o risco de se perder a vida era uma das coisas mais certas da viagem. A narrativa realmente tem estilo de uma Carta dirigida aos “amigos” desejosos de se afortunarem nas minas de Cuiabá. Mas seu conteúdo é o de um *Roteiro*, que indicava o caminho, descrevendo cada detalhe dos obstáculos nos “infernais rios”, iniciando pelo Tietê, o percurso mais longo da “infernai” jornada.

Taunay, o primeiro a publicar comentários acerca desse documento, considerou a *Notícia* “sobretudo um roteiro de navegação fluvial de Ararituaguaba a Cuyabá”. O título do capítulo XI das *Monções Cuiabanas no Século XVIII* é “Roteiro anônimo de um informador dos riscos da navegação monçoieira”, qualificando-o como “extraordinariamente minucioso”, principalmente quanto ao trecho do rio Tietê. Sobre o seu redator ou informante, Taunay classificou-o como “arguto observador” e “anotador pertinaz”, supondo que tenha navegado por aquele caminho fluvial numerosas vezes³⁷².

Tanto nessa publicação comentada, quanto na primeira e na segunda vez em que publica a transcrição da *Notícia 8ª Prática* em seu livro *Relatos Monçoieiros* [1ª ed. 1953; 2ª ed. 1981], Taunay lhe dá autoria anônima. Com certeza não devia conhecer o “*Roteiro da Viagem para as Minas do Cuyabá que fez Francisco Palácio no ano de 1726*”³⁷³, pois se o conhecesse, o autor desse *Roteiro* sairia do anonimato.

Não há como confundir o estilo de linguagem usada pelo anotador, que agora se sabe ser Francisco Palácio, o “arguto” escritor do roteiro da viagem. Ao comparar as duas cópias, observam-se algumas diferenças, mas que não alteram o conteúdo da *Notícia*. Supõe-se que o escrivão copista da *Notícia 8ª Prática*, que foi anexada na coleção do padre Diogo, preferiu mudar algumas palavras, omitir e alterar pequenos trechos, na pretensão de sintetizá-la e ou fazer adequações mais ao seu modo de narrar, conforme podemos ver nos parágrafos introdutórios de uma e outra cópia. Assim Francisco Palácio começa seu *Roteiro*:

A quem senão a vós irmãos meus, perseguidos da fortuna e de sua perseguição desesperados. A quem senão a vos fareis aviso dos inumeráveis perigos desta viagem pois que deitando juízos temerários a que parte ireis ganhar ou adquirir os bens temporais chega a tal extremo a vossa desgraça que passa ao excesso de intentar tal jornada. A quem se não a vós que novatos neste pélagos de tribulações e misérias vos parece navegareis com descanso sendo que os argonautas que levais são pouco práticos, e vós um piloto com pouca ciência para os mandar. Ah, coitadinhos! (...) E para lhe melhor me entendais, digo, que todos devemos crer que as mais ardentes chamas ou fogo mais ateadado que neste mundo se possa ver, é uma escura pintura das mais samijas [sic] do Inferno. Tal é amigos de meu coração a notícia que vos dou destes infernais rios (...) ³⁷⁴.

E este é o trecho do manuscrito de Évora, da Coleção de Diogo Soares:

³⁷² In: *HGBP*, t. XI, 2ª Parte - Monções Cuiabanas no século XVIII, 1950, p.79.

³⁷³ Manuscrito em cópia microfilme: acervo do IEB da USP/Coleção Ian de Almeida Prado.

³⁷⁴ *Roteiro da Viagem para as Minas do Cuyabá que fez Francisco Palácio no ano de 1726*. IEB/USP, fl. 3.

A quem senão a vós amigos meus perseguidos da fortuna e da desgraça; a quem senão a vós farei agora este aviso ou darei a triste soma dos inumeráveis perigos desta viagem. Pois discorrendo convosco a que parte ireis ganhar a vida ou adquirir riquezas, cega a tal extremo a vossa infelicidade que passeis ao excesso de empreender esta jornada. Ah, infelizes! Parece-vos que a fareis com descanso e que em breve tempo não terei que invejar a Midas o seu ouro. Ora, ouvi para vosso desengano só uns longes, já que explicá-la é impossível de tão infernal derrota que não são menos horríveis que os do inferno os muitos e grandes rios que terei de navegar, as cachoeiras que por força eis de passar, os saltos, as itaypavas, as pedras soltas em rio morto e a flor da água em que haveis de perder miseravelmente a vida ou os negros e as canoas, quando escapeis do gentio que com muito mais brevidade topando-os vos pode aliviar de todo este cuidado. E antes quem me pergunteis para vossa prevenção que coisas são pedras soltas em rio morto, itaipavas, saltos e cachoeiras, eu me explico³⁷⁵.

Logo após este primeiro parágrafo tanto o copiadador anônimo da 8ª *Notícia* da coleção do padre Diogo Soares, como Palácio, no *Roteiro*, fornecem os significados de cachoeira, salto, itaypavas, pedras soltas em rio morto, explicações primordiais de se conhecer para seguir viagem e entender o que iam encontrar pelo caminho dos rios. Nessa espécie de glossário, os textos são também muito semelhantes, persistindo, porém, alterações em pequenos trechos, bem como a substituição de algumas palavras por sinônimos, detalhes que em muito pouco alteram o sentido e o conteúdo do roteiro. A título de exemplificação, vale a pena ver os dois manuscritos explicam o significado de “salto” é explicado:

Salto é um rochedo muito alto do qual se despenca todo o rio em que se vai navegando com tal violência que de sua caída se levanta tão grande fumaça cor de enxofre que realmente parece que embaixo precedem os habitadores do inferno. Estes dão sinal de precipitação das águas com um estrondo tão horrendo que faz desfalecer os ânimos e inquietar os humores. [Francisco Palácio, fls. 3-4]

Salto é um rochedo excessivamente alto donde se despenca e precipita o rio com tal violência que na parte em que cai levanta e exalta tal fumaça de escuras e de vapores cor de enxofre que realmente parecem terem só ali o seu assento os demônios. O estouro é tão horroroso que se houve de léguas causa por que é mais arriscado o passá-lo por que quando se chega a ele vem um homem já sem vida. [Anônimo, *Notícia 7ª Prática*, fl. 35v]

E a recomendação das práticas católicas cristãs no alerta para a hora do embarque no Tietê:

³⁷⁵ ANÔNIMO, *Notícia 8ª Prática*, fl. 35

Embarcados que sejais neste Porto, o que de vós espera é que façais como católicos, levando as contas das almas justas porque desde que deres princípio a tão fúnebre viagem até chegar a estas minas do Cuyabá há de ver que corre a vossa vida muitos riscos. [F. Palácio, fl. 4]

Tanto que embarcares neste Porto o que espero que façais como católicos com as causas justas da alma porque desde que fareis principiar tão longa penosa viagem até chegares a estas minas do Cuyabá, estais certo que correm evidente risco as vossas vidas. [Anônimo, *Notícia 7ª Prática*, fol. 35v]

Já entrando no rio Coxim primeiro rio de ambiente do Pantanal, outro trecho interessante de examinar para comparar os padrões de escrita e linguagem:

Rio Kécheim [quer dizer rio onde se cria uma caça chamada cotia]: Fúnebre e horrorosa confusão é esta que hoje tendes à vista navegantes amigos! Aqui tendes aquele medonho rio tão celebrado quanto temido dos sertanistas mais práticos, nele por cuja razão o tratam com mais respeito que aos outros rios, (...) se fora o primeiro desta viagem, piamente se pode crer que não sairia canoa alguma de suas entranhas tanto pelos inumeráveis precipícios que por si encerra como pelas inexplicáveis correntezas de suas violentas águas. (...) E finalmente este é rio em que cada um deve navegar com dois sentidos: o primeiro em Deus que o todo o tempo se deve ter; o segundo na canoa em que levas embarcado para livrar a essa como melhor puder e de quando em quando fazendo atos de contrição, lembrando-se da morte pois vais muito próximo dela. [F. Palácio, *Roteiro...* fls. 28-29]

Rio Quexeim ou Cocheim: Fúnebre e horrorosa viagem é que vos prepara nesta barra amados amigos meus: é este aquele rio tão celebrado como temido dos Sertanistas mais práticos (...) rio que se fosse o primeiro nesta viagem ninguém a empreenderia porque rara a canoa que não perigasse nela pelos enumeráveis precipícios e correntezas violentas que em si tem. [Anônimo, fl.43v]

No texto de Francisco Palácio, o tom um pouco mais carregado de expressões e crenças do catolicismo, indica sua familiaridade com o meio eclesiástico. Tal fato permite supor ter sido ele um padre ou uma pessoa de boa formação cristã. Vez ou outra reapresenta o recurso da pregação da fé católica, associada aos alertas do constante perigo da morte. Pesquisadores³⁷⁶ que já consultaram esse manuscrito não fizeram referências biográficas a respeito de Francisco Palácio. Na historiografia colonial paulista e mato-grossense ainda não há indícios de sua presença nas minas cuiabanas, pelo menos com esse nome. É caso a se pensar se seria este um pseudônimo usado por alguém que podemos dizer ser um religioso e sertanista prático no caminho do rio Tietê (principalmente) e nos caminhos das águas dos sertões do Cuiabá.

³⁷⁶ KOK, Glória. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*, São Paulo, 2004; SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra*, Op. Cit. passim.

Um exame mais profundo das intenções do autor permite inferir se este escrito não seria um meio de desestimular a ida de novos pretendentes às minas. Poderia até estar atendendo aos interesses de um grupo de mineradores, que teriam encomendado este assustador e desestimulante roteiro. Disfarçado de irmão e amigo, espantava os forasteiros! Chega a ser de um humor sádico, por narrar com tal crueldade as dificuldades do caminho, chamando os pretendentes de “coitadinhos”, que teriam que cruzar o inferno, enfrentar demônios, onças, mosquitos, gentios com porretes e tantos outros perigosíssimos riscos de vida! Quem realmente pretendesse chegar às minas e se tornar um Midas, precisaria muita coragem, pilotos práticos, remadores, armas e munições, mantimentos e reservas sobressalentes de fé em Deus!

Chamam atenção a capacidade de domínio do código escrito da língua portuguesa e o conhecimento do caminho, bem como as estratégias de navegação fluvial para se vencer os obstáculos nos rios. Este parece ser um dos primeiros relatos, pois contém referências a fatos ocorridos nas monções de 1726, 1727, 1728, 1730 e, por último, cita o ano de 1734 como sendo a data em que escreve. Ambos os roteiros descrevem a subida do rio Cuiabá, a paisagem e o povoamento à beira desse rio, o arraial Velho e suas casas de telha, bem como o ataque sofrido pelas tropas, quando os Paiaguá chegaram ao sítio que Palácio chama Guaxú, em 1734. Mas este último dado não consta no relato manuscrito da coleção do padre Diogo Soares³⁷⁷.

Na versão do *Roteiro de Viagem às Minas do Cuyabá*, de Francisco Palácio há anotações nas bordas com as traduções e os significados dos nomes indígenas dados aos rios e outros lugares. A *Notícia 8ª* não traz essas notas e raramente incorpora as traduções em seu texto. Esse dado nos leva a pensar que o copista ignorou as notas ou, quando uma outra cópia chegou a ele, essas notas já teriam sido omitidas.

Já o manuscrito do anônimo copiador do roteiro, mesmo mantendo a característica principal do relato, tal como o comum superlativo “perigosíssimo”, parece ter o perfil de um sertanista mais interessado em reproduzir os trechos do roteiro que diziam respeito ao caminho, aos locais de pouso e às recomendações quanto aos perigos das águas e dos gentios. As pregações ou manifestações mais veementes do catolicismo foram resumidas e suprimidas na cópia que chegou ao padre Diogo Soares. Outra remoção a ser destacada, conforme já acima citado, é do trecho que informa ser o ano de 1734 o momento que Palácio estaria escrevendo

³⁷⁷ PALÁCIO, Francisco. *Roteiro...*fl.19

o *Roteiro* “naquele ano de 1734”, ao informar do avanço dos Paiaguá no sítio Guaxú, local já bem próximo da vila do Bom Jesus do Cuyabá. Nesse caso, não se sabe por que o anônimo que expôs o *Roteiro* em uma carta que veio de Cuiabá não copiou tal dado. Entretanto, se pode supor ser esta Notícia 8ª posterior a 1734.

Outra observação importante, é que na conclusão do manuscrito que aqui se toma por “original”, a fonte de onde foi gerada a *Notícia 8ª*, Palácio apresenta alguns inéditos estudos feitos para conhecer onde estavam “assentadas” as minas de Cuiabá. As observações astronômicas feitas do Sol por alguns pilotos, entre eles o capitão Manoel Gomes do Amaral, fornecem as latitudes e longitudes onde estão localizadas as minas, bem como uma lista intitulada *Rios da Viagem*, onde estão anotadas as distâncias em léguas de cada rio em que se navega³⁷⁸ com a soma total de 1.582 léguas, “conforme uma folha que serve de rosto a essa relação, sendo tanto o que se diz nela tudo verdadeiro a experiência dos que a fazem mostra, há muito mais que dizer se se pudera explicar”³⁷⁹.

³⁷⁸ “... em dez graus e 13° de latitude da parte do Sul com a ponta da enseada de vazabarriz da ponta da parte do Norte, mais chegado do rio de S. Francisco e de longitude mais de oitocentas léguas” PALÁCIO, Francisco. Op. Cit, fl 19.

(OBS: Uma légua, no Brasil, equivale a 6,6 quilômetros ou 6.600 metros). Outro aspecto a observar é que essa lista com as léguas “*Rios da Viagem*” consta ao final da *Notícia 8ª Prática* (fl. 47v) após um destaque ou subtítulo em letras grandes como “Advertência”, no estilo da cópia de autoria de Manoel de Barros. Na publicação de A. Taunay, *Relatos monçoeiros* [1981, p. 193], não há referência a este último parágrafo que trata das latitudes e longitudes e tampouco à lista, tratando-se de uma primeira divulgação, e publicação inédita nesta tese.

³⁷⁹ Idem, ibidem.

3.3. Na natureza das águas: os perigos dos rios e o Pantanal

Os rios foram os caminhos mais utilizados na conquista dos sertões do Cuiabá e do Mato Grosso. Para se chegar ao centro do continente americano navegava-se pelos rios da bacia dos rios Paraná-Paraguai, conforme indicam os mais antigos roteiros sertanistas e percursos das monções paulistas³⁸⁰.

A viagem nessa trilha das águas durava de quatro a seis meses, podendo estender-se por mais tempo. A partida de “povoado” (São Paulo) ou de Cuiabá geralmente ocorria entre fins de maio e início de junho, após o período mais intenso das chuvas e antes das secas, quando os rios se encontravam em melhores condições de navegabilidade. Após o descobrimento das minas de Cuiabá, essas viagens ocorriam com frequência anual e eram chamadas de monções.

Supõe-se que a palavra “monção” tenha sua origem em algum dialeto árabe e se popularizado entre os marujos portugueses nas navegações ao Oriente. Os navegantes lusitanos usavam-na para designar os ventos alternados que determinavam a melhor época para se navegar no oceano Índico³⁸¹. Ao que tudo indica, esse não era o significado que a palavra monção viria a receber na Capitania de São Paulo. Mesmo em Portugal, com o tempo, monção viria a designar tão somente as estações adequadas às viagens ou os períodos do ano em que sopravam os ventos propícios à navegação. Apesar de jamais terem-se usado barcos a vela na navegação fluvial, os paulistas adotaram essa designação do vocabulário de navegadores, pois também as viagens de canoas pelos rios estavam condicionadas aos meses mais propícios para se navegar os rios que levavam ao Pantanal.

Esse foi o roteiro das águas mais percorrido na primeira metade do século XVIII: os paulistas embarcavam no rio Tietê, na altura de Araritaguaba (no atual município de Porto Feliz), localidade próxima à vila de Itu. Remavam rio abaixo cerca de um mês “vencendo muitos perigos” por pedreiras, correntezas e saltos dos rios até desagüarem no rio Grande (Paraná). Navegavam um bom trecho rio Grande abaixo, até alcançarem a barra do rio Pardo, por onde subiam os trechos encachoeirados. Iam até as nascentes do Pardo, passavam por uma lagoa de nome Sambixuga e, com as canoas às costas dos negros, chegavam ao riacho Cama-

³⁸⁰ Ver roteiro Mapa com o percurso das monções.

³⁸¹ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro, 1957, p. 162.

puam, no local conhecido como varadouro do Camapuam³⁸². Aí faziam roças ou compravam milho, feijão, galinhas e outros produtos para se abastecerem de mantimentos e continuar pelos rios da bacia do Paraguai. Das cabeceiras do riacho Camapuam navegavam até rio Cocheim (Coxim). Descendo os rios Taquari-mirim e Taquari, chegavam aos pantanais. Dali se podia navegar o rio Mbotheteu ou Botheteu (Miranda), para chegar ao Paraguai-mirim e entrar no caudaloso rio Paraguai. Pelo Xiané, um sangradouro ou braço do rio Paraguai, subiam à direita até o rio dos Porrudos (São Lourenço), e deste ao Cuiabá, onde se situava o porto de chegada: as minas de Cuiabá. Ao entrarem no Taquari, a viagem se dava pelo Pantanal: ao longo do percurso passavam por desaguadouros de vários outros rios, sangradouros ou braços de rios, ilhas e grandes lagoas, como a Ybayba (Guaíba).

Conforme instruções recebidas para a descrição geográfica e a composição do *Atlas da América Portuguesa*, os padres matemáticos teriam de procurar saber “a capacidade dos portos e dos rios, se são navegáveis, até onde, com que embarcações, em que parte se passam a vão ou em canoas; que gente habita as suas margens; se neles há algum pescado; se tem arvo-redos na sua vizinhança (...)”³⁸³.

Pode-se observar que as *Notícias Práticas*, recolhidas pelo padre Diogo Soares ou fornecidas a ele, trazem descrições dos caminhos percorridos nas viagens de São Paulo às minas de Cuiabá, enfatizando os muitos perigos, trabalhos e dificuldades vencidos no percurso. Mas também há trechos que descrevem o encantamento dos paulistas diante da imensidão das águas do Pantanal e da abundância de peixes em alguns rios, das boas caças, dos palmitos das matas, das bananas cultivadas pelos índios.

³⁸² Trechos de terra a atravessar para se chegar a outro rio, carregando as cargas e canoas nas costas dos negros ou em carretas, de ‘varar’. O maior e mais conhecido era o Varadouro de Camapuam, local das cabeceiras do rio Pardo e do rio Coxim, nos divisores da bacia do Paraná e Paraguai.

³⁸³ Provisão Régia de 18 de novembro de 1729. AHU, código nº 248 do CU, fls 249v e 250.

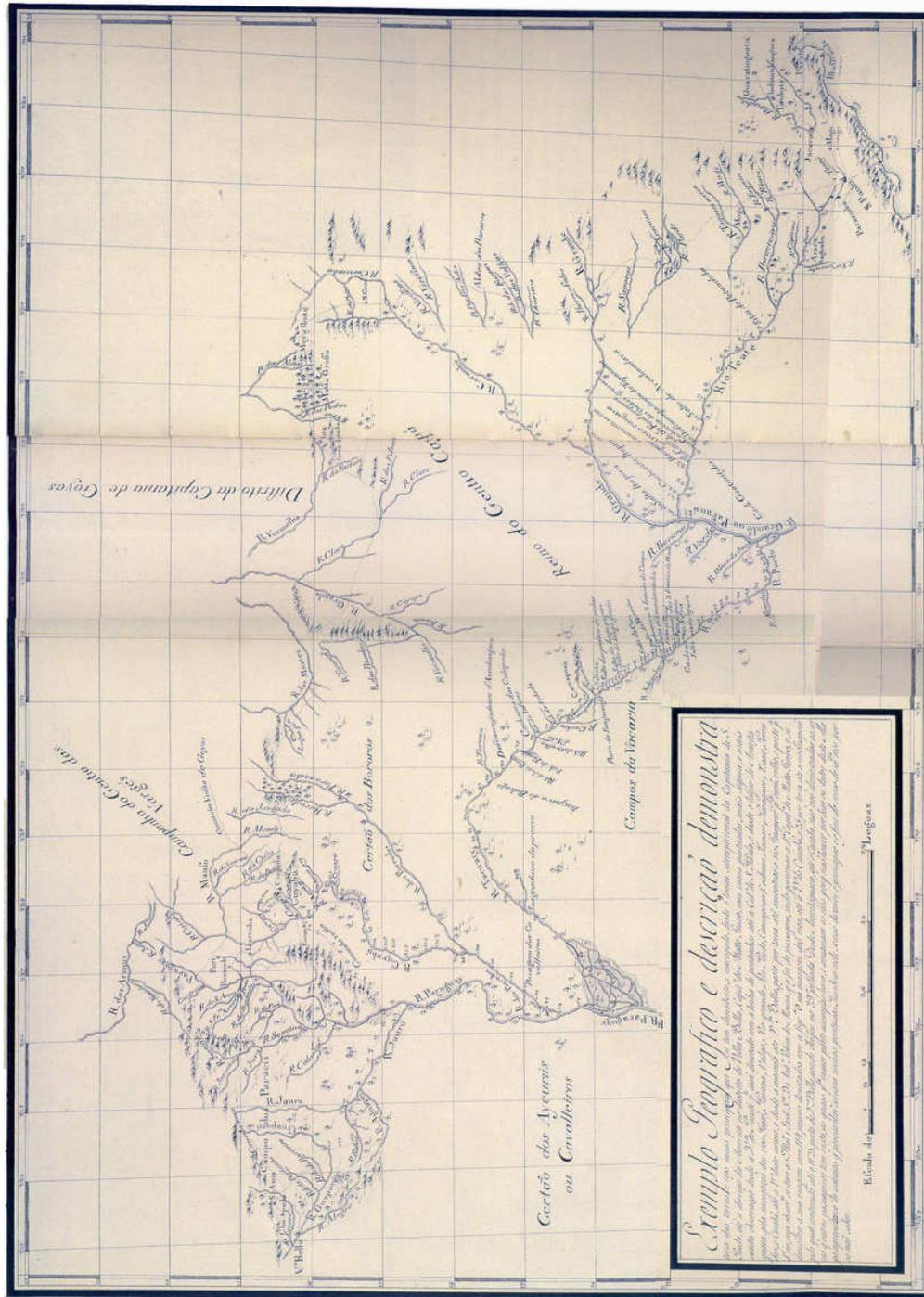


Fig 16. *Terras e rios da capitania de São Paulo. Século XVIII. Casa de Ínsua (CI-18^a).*

Apud. A formação territorial do Brasil. Revista Oceanos. n.º. 40. Lisboa, Out./Dez. 1999. p. 150-151.

Das oito *Notícias Práticas das Minas do Cuyabá*, quatro são as que tratam mais detalhadamente dos roteiros completos dos caminhos dos rios, partindo de São Paulo em direção às Minas: a primeira, a sexta, a sétima e a oitava. Algumas observações extraídas das demais *Notícias* também descrevem percepções sobre o ambiente dos rios e serão reproduzidas neste capítulo. Pretende-se destacar a própria narrativa dos sertanistas e do secretário do governador da capitania de São Paulo para melhor expressar essas percepções. Nas narrativas, cada rio adquire uma personalidade ou identidade própria. Ao adentrarem o ambiente do Pantanal, torna-se cada vez mais nítida a admiração dos narradores com a imensidão das águas e a abundância de peixes e de caça, mas também a infestação de mosquitos. As dificuldades desses tripulantes em fazerem suas anotações dentro das canoas também estão registradas e muito deve ter sido perdido devido aos percalços comuns a essas expedições.

O secretário do capitão-general, que escreveu a *Relação Verdadeira da Viagem às Minas do Cuyabá*, em 1726, narra que todos esses riscos, sustos e medos os deixavam embarcados, a ponto de não ser possível “fazer acento” das paragens em que pernoitava a tropa, e muito menos saber os nomes das cachoeiras em que, a cada dia, a expedição passava³⁸⁴. Por seguirem viagem com muita pressa, alegou não ter mencionado as canoas e as tropas que se perderam e ficaram para trás³⁸⁵.

O capitão João Antônio Cabral Camelo, sertanista que fez esse percurso em 1727, inicia o relato da *Notícia 1ª Prática*, advertindo sobre a extrema dificuldade que atravessou. Enfatizou, no entanto, o seu empenho em fazer o melhor possível para fornecer informações ao padre Diogo Soares, com a ‘individuação’ pretendida, “porque os contínuos perigos e riscos desta derrota não dão lugar a se atender a nada”³⁸⁶.

³⁸⁴ *Sirga* ou *Cirga* (*sic*) é o método de percorrer trechos de rios ou riachos com uso de cordas, em que se amarraram as canoas para puxá-las das margens.

³⁸⁵ REBELLO, Gervásio Leite. fl.18.

³⁸⁶ CAMELO, João Antônio Cabral, *Notícia 1ª Prática...*, fl. 1

3.3.1. A infernal derrota no arrebatado rio Tietê: a força e a violência das águas

O Tietê era o primeiro rio a se navegar e o trecho mais extenso do caminho das águas: 520 léguas, o equivalente a 3.432 km³⁸⁷. Não se podia embarcar na cidade de São Paulo, por ser “muito caudaloso, e inavegável com canoas até a vila de Itu pelas muitas pedras que tem, e com um grande salto”³⁸⁸.

O embarque e a partida em comboio das canoas das expedições sertanistas se dava nas proximidades da vila de Itu, no porto de Ararituaba. Esse local provavelmente representava um refúgio de araras, pois as traduções da língua indígena remetem aos seguintes significados: “onde as araras criam”³⁸⁹ ou “arara que come nas pedras”³⁹⁰. Bem próximo desse porto havia a Capela de Nossa Senhora da Penha, onde os tripulantes pediam bênçãos para vencer os perigos da extensa viagem às minas de Cuiabá. Vale lembrar que essa denominação é a mesma dada à Capela que se erigiu às margens do rio Coxipó nos princípios da conquista setecentista³⁹¹. A navegação rio abaixo, até a barra do rio Grande, era cheia de perigos e exigia muito trabalho, conforme descrevem os sertanistas e passageiros das monções em suas *Notícias*.

Após a partida, passadas duas voltas desse rio, chega-se a uma cachoeira de nome Cangoeira, cujo nome significava “caveira do defunto” e daí se seguia navegando por “más correntezas”³⁹². No roteiro de Francisco Palácio, de 1726, a cachoeira tem o nome de Canguera, que foi traduzida de forma bem semelhante: “achou-se nesta parte uma caveira”³⁹³.

Em meados de julho de 1726, a comitiva do capitão-general Rodrigo César de Menezes partiu com cerca de 90 canoas, juntamente com as outras tropas, que completavam mais de 300 canoas. A expedição navegou pelo rio Tiete durante 26 dias. Nos dois primeiros dias, Gervásio Rebello disse terem passado por cachoeiras e corredeiras com grande risco, trabalho e perigo continuado. Mesmo os pilotos mais experientes perdiam a cor e o ânimo diante da força e da violência das águas. Se alguém caísse na correnteza nem adiantaria saber nadar, pois as pedras se encarregavam de despedaçar tudo em poucos instantes. E narra que naqueles

³⁸⁷ Cf. “*Rios da Viagem*” – um quadro com as léguas ao fim da *Notícia 8ª Prática*. fl. 47v

³⁸⁸ REBELLO, Gervásio Leite. fl. 18

³⁸⁹ Detalhe de anotação no Roteiro de Francisco Palácio [ou *Notícia 8ª Prática*]. fl. 4.

³⁹⁰ Segundo assim traduziu Manoel de Barros na *Notícia 7ª Prática...* fl 26.

³⁹¹ BARROS, Manoel. Op. cit, fl 25.

³⁹² Idem, *ibidem*

³⁹³ Detalhe de anotação nas margens, no Mss do *Roteiro que fez Francisco Palácio*, fl. 4.

dias dois homens caíram dos barcos, um branco e um mulato. O homem branco afogou-se e foi encontrado mais tarde com a cabeça partida, mas o mulato conseguiu salvar-se, segundo ele, milagrosamente. O relato segue expressando as extremas dificuldades da navegação rio abaixo, no qual se encontram muitas pedras, cachoeiras, itaipavas³⁹⁴, saltos e despenhadeiros. Nesses trechos era necessário descarregar as canoas, arrastá-las por terra e conduzir as cargas nas costas dos negros. Os pilotos contaram três varadouros, um descarregadouro e sessenta cachoeiras ao longo desse trecho. Tais perigos já eram conhecidos, pois o secretário Rebello comenta que há mais de cem anos todas as tropas que passaram navegando por esse rio perderam canoas e afogaram gente³⁹⁵.

Continuando a narrar a viagem do capitão-general de São Paulo às minas de Cuiabá, o secretário do governador anotou ser o rio Tietê tão caudaloso e arrebatado que só se podia navegar durante o dia, por causa das muitas pedras atravessadas ou escondidas nos canais. Outro motivo para se viajar à luz do sol eram os “madeiros” ou paus que faziam virar as canoas, derrubando as pessoas e os mantimentos. Havia também os nevoeiros das madrugadas, que diminuía a visibilidade e os impedia de partir logo cedo. Ainda que as pessoas se salvassem, os acidentes nas águas causavam a perda de alimentos e molhavam toda a pólvora. E como bem lembrava o narrador, “sem uma e outra coisa se fica exposto a perecer de todo”. Nesse rio, Gervásio Leite disse ter se perdido por três vezes, mas foi salvo “por Misericórdia Divina”³⁹⁶.

Da vila de Itu ao fim do rio Tietê, o narrador contabilizou 520 léguas, ainda que alguns contassem 800. Pelo que parece, essa viagem se deu em tempo recorde, pois Gervásio Leite comentou saber da existência de tropas que gastaram cerca de dois meses no rio Tietê.

O nome dado a determinados trechos do rio remete a situações de risco e a acidentes, uma marca que se perpetua no tempo. Ao descer o trecho do rio Tietê que chega ao Salto do Abaremanduaba, o capitão João Antônio Cabral Camelo, sertanista que fez essa viagem em 1727, explicou o significado do nome dado a esse acidente geográfico. Diz ser a alusão, na

³⁹⁴ Segundo anotações de Francisco Palácio na *Notícia 8ª Prática e Roteiro...* (fl. 4), de 1726, Itaipavas são partes do rio [que] tem muitos secos e encalham as canoas. Só com o poder da força das mãos é que se tiram e as põem nos canais onde possam navegar novamente. (Ms.BPE, Op. Cit, fol.35v).

³⁹⁵ REBELLO, Gervásio Leite, Op. Cit, fl. 19.

³⁹⁶ Idem, fl. 18

língua-geral ou indígena, a um antigo acontecimento: “por cair nele o venerável Padre José Anchieta, e ser achado dos índios debaixo da água rezando no Breviário.”³⁹⁷

Ao passar por este mesmo Salto, Manoel de Barros também faz referência ao significado de Abaremanduaba na *Notícia 7ª Prática*: “local onde o padre mergulhou”. Além da forte semelhança entre as narrativas, percebe-se que esse acontecimento ficou gravado no nome dado ao salto, que invocava a quem por ali passava a memória de uma espécie de lenda ou “milagre” de dois séculos! E assim conta: “Deu-se lhe este nome o venerável padre José de Anchieta, quando voltando-se lhe a canoa neste lugar e buscando-o de mergulho o gentio, o acharam no fundo do rio rezando no breviário”.³⁹⁸ Também nas anotações do *Roteiro para as Minas do Cuyabá*, que Francisco Palácio fez em 1726, consta como informação sobre a cachoeira Avarémunduá-bussú: “Quer dizer onde o venerável padre Anchieta se embarcou e se achou com o breviário rezando no fundo”³⁹⁹.

O narrador da 8ª *Notícia* – escrevendo na forma de uma carta aos navegantes desejosos de enriquecer em Cuiabá – diz esperar, na hora da partida no porto de Araritaguaba, que os navegantes cumprissem suas obrigações de católicos e confessassem seus pecados para seguirem viagem com “as causas das almas justas”, pois até chegarem às minas, certamente correriam evidentes perigos de vida.

Navegando Tiete abaixo, depois de passar pela entrada do rio Sorocaba, o capitão Cabral Camelo revela que, quando por lá passou em 1727, esse trecho do rio estava “todo cercado de matos” e sem roças. As primeiras roças com mantimentos só seriam encontradas dois dias depois, no rio Piracicaba, onde dois moradores “colhem milho e feijão e têm criações de porcos e galinhas, que vendem aos cuiabanos”. Dessas roças até chegar ao rio Grande são cerca de 12 a 13 dias de viagem, e “se passam com bastante rico e perigo muitas itaipavas e cachoeiras”⁴⁰⁰.

As roças citadas por Camelo deviam ser recentes nesse rio, pois quando passou a tropa do capitão general, no fim de julho de 1726, o narrador da *Relação Verdadeira* comentou ser

³⁹⁷ CAMELO, João Antonio Cabral, Op. Cit, fl. 1

³⁹⁸ BARROS, Manoel de. *Notícia 7ª Prática*, fl.26

³⁹⁹ *Roteiro de Viagem às Minas do Cuyabá que fez Francisco Palácio no ano de 1726*, fl. 5. A respeito desse roteiro e suas semelhanças com a *Notícia 8ª Prática*, da Coleção da BPÉvora do padre Diogo Soares,

⁴⁰⁰ CAMELO, João Antonio Cabral. Op. Cit, fl. 2

este rio pouco abundante de peixes e terem encontrando uma única roça nova em Pitanduba durante todo esse trecho da viagem⁴⁰¹.

O *Roteiro Verdadeiro das Minas do Cuyabá*, de Manoel de Barros, com frequência traduz os significados dos nomes indígenas dados a rios, cachoeiras, saltos, etc. Muitos desses nomes funcionam como pontos de referência de onde encontrar peixes ou determinados animais, de tragédias e mortes ocorridas em outras tropas, ou mesmo dos locais onde existiam roças, dos melhores lugares para pousos e avisos de obstáculos naturais logo à frente. Interessante citar algumas dessas traduções extraídas de um pequeno trecho de sua narrativa da jornada pelo rio Tietê: itanhaém, “pedra logo a uma volta do rio”; iriricá ou “lugar onde a voz faz eco”; itaguacaba, o mesmo que “pedra que atravessa o rio”; Pirapora, “lugar onde os peixes saltam”; Itapemirim ou “lajes rasas”; pouso abaixo do rio Piracicábá, “lugar aonde chegam os peixes”⁴⁰².

Após 17 dias percorrendo o caminho do Tietê, Manoel de Barros diz que, ao passar na cachoeira Bariri-Assú, que significa cachoeira grande, deve-se fazer pouso logo abaixo, pois no outro dia entrarão pelas itaipavas, ou pedreiras, no meio do rio de Içapetuba, ou seja, na cachoeira baixa. À esquerda se vê muito capim até chegar ao porto de Congonhas. Nessa paragem, recomenda demorarem um pouco mais para descanso da gente e para o uso de práticas medicinais indígenas. Relata que nesse ponto “os sertanistas costumam fazer as suas congonghas tanto para os brancos, como para os índios e negros, por ser mais conveniente a todos beberem-na pela manhã”.⁴⁰³ Ao sair desse porto, costuma-se navegar por rio manso todo o dia, e se passa pela altura da paragem chamada Iacari pupiba, ou “ribeirão onde mataram jacarés”. Nos dias que se seguem passam pela cachoeira de Tambai-mirim, ou “lugar de peixinhos pequenos” e por várias cachoeiras, pousos e ilhas de diversos tamanhos, e nas itaipavas de Guaritiça, “onde há cachos de frutas”; na cachoeira de Araracanguá-mirim ou “cabeça de arara pequena” e no descarregadouro de Araracanguava, o “lugar onde se matou a arara”. No fim

⁴⁰¹ REBELLO, Gervásio Leite, fl 18v.

⁴⁰² BARROS, Manoel de. Notícia 7ª Prática ou *Roteiro verdadeiro*... fl. 26v.

⁴⁰³ Congonha – [Do tupi *kõ gõi*, “o que mantém o ser”] S.f. 1. Bras., L. e S. Designação comum a numerosos arbustos de várias famílias entre elas as aquífoliáceas, cujas folhas servem para chás ou *tisanas*, sendo as flores alvacentas, dispostas em fascículos axilares, e o fruto drupa pequena; mate falso; 2. Bras., S. Erva-mate preparada só com folhas secas na sombra, sem o calor do fogo. *Congonha-do-gentio*. S.f. Bras. planta medicinal, da família das rubiáceas (*rudgea viburnoides*) *Congonha-do-sertão*. S.f. Bras., planta da família das icacináceas (*Villaresia congonha*) (Cf. Dicionário Aurélio. 1ª ed. Nova Fonteira, p. 364).

do primeiro mês, ainda no rio Tietê, se chega ao poço Pirataraca, ou seja, no “lugar onde há peixe e se pode pescar”⁴⁰⁴.

Nas proximidades do encontro das águas do rio Tietê com o rio Grande, o narrador da 8ª Notícia relata a passagem por uma cachoeira de nome “ondas grandes” e por um canal perigosíssimo. Na cachoeira do Funil são grandes os esforços para descarregarem as canoas e passar à sirga até chegarem ao último salto. E assim o narrador se dirige aos pretendentes das minas: “Ah, miseráveis! Isto e mais merece quem não quis dar crédito às muitas cartas que escreviam os amigos de Cuiabá. Não desanimeis, o pior está para passar!”⁴⁰⁵.

Além das grandes dificuldades de navegação, percebe-se nesses relatos sobre o primeiro trecho da trilha das águas, inúmeros nomes de origem indígena que imprimiram nas paisagens as marcas das antigas ocupações ameríndias e também da conquista colonial.

3.3.2. Malignas doenças, perigos e moléstias no rio Grande, Pardo e Camapuam

No princípio de agosto de 1726, a monção do capitão-general da Capitania de São Paulo entrou no rio Grande e “passou com grande susto e trabalho os caldeirões e redemoinhos, que faz por entre as pedras este caudaloso rio”. Na madrugada do segundo dia de viagem, o capitão-general ordenou que todos os integrantes da comitiva tomassem a segunda dose de *triaga de venia*, um medicamento usado para prevenir as “malignas” doenças que, segundo informaram ao secretário, costumava acometer aqueles que navegam por esse rio⁴⁰⁶.

⁴⁰⁴ Ide, Op. cit, fls. 27-28v

⁴⁰⁵ Anônimo. *Notícia 8ª Prática..* (2ª cópia, BPÉvora) fls. 136v-137

⁴⁰⁶ A *triaga* era uma espécie de panacéia jesuíta para quase todos os males que poderiam ser contraídos no Brasil colonial, segundo os jesuítas do Colégio de Jesus da Bahia no século XVIII, “*A Triaga Brasilica hé um Antídoto ou Panacea composta, à imitação de Triaga de Roma e de Veneza, de varias plantas, raízes e ervas e drogas do Brasil, que a natureza dotou de tão excelentes virtudes, que cada uma por si só pode servir em lugar da Triaga de Europa; pois com algumas das raízes, de que se compõem este Antídoto, se curam os Brazis de qualquer peçonha e mordedura de animais venenosos, como também de outras várias enfermidades, só como mastigá-las. Notícia breve dos lugares onde se achão alguns simples que compoem a Triaga sobredita.* OBS: Segue uma lista de 27 itens: cascas (ex: cascas de Ibiráé: no Camamu e sertões da Bahia), mel, raízes (exs: raiz de *mil-homens*: em Pernambuco, Camamu, Aldeia do Espírito Santo e no sertão; raiz de *pecoacoanha* branca ou sipó: no Jaboaão, Pernambuco e sertão), sementes (ex: semente de pindaiba: na Aldeya do Espírito Santo, Capivaras e sertão), cipós (ex: cipó de cobras: na quinta do Colégio da Bahia e no sertão), muitos deles encontrados nas aldeias e nos sertões) IN: CATÁLOGO da Exposição *A ciência dos viajantes*. Fundação Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2000. Apud. SANTOS, Christian Fausto Moraes dos. *Uma cosmologia do novo mundo: os diálogos geográficos de Joseph Barbosa de Sá no ano de 1769*. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ. TD. 2005, p. 42. REBELLO, Gervásio Leite, fl 19.

Ao entrar no rio Grande, Manoel de Barros, em seu *Roteiro Verdadeiro*, já demonstra um bom conhecimento da rede hidrográfica, ao informar que esse rio “vem das Minas Gerais e com os mais que nele entram, se une ao Paraguai e formam ambos o rio da Prata junto a Buenos Aires”⁴⁰⁷.

Na *Notícia 8ª Prática*, o narrador, como se escrevesse uma carta, estabelece um diálogo com os supostos navegantes que estão indo às minas. No rio Grande, pergunta aos que lá chegaram após as tribulações pelo rio Tietê: “Pensam que se livraram do inferno? O pior está para passar!” E é na entrada que o rio Guacuri faz pela margem direita que relembra a tragédia da tropa inteira de sertanistas antigos que ali sucumbiu, tragada pelos “célebres redemoinhos”. Redemoinhos são os jupiás ou rebojos que a água faz e se tornam fatais para quem não conhece o segredo de navegar pela margem esquerda⁴⁰⁸.

Ao consultar esse mesmo trecho no manuscrito que é a fonte da cópia da *Notícia 8ª Prática*, assim alerta Francisco Palácio para o perigo que se esconde no rio Grande:

Amigos meus, (...) só tereis cuidado de fugir do que vires com os olhos a avistares um rio que está da parte direita chamado *Goacorey* (...) ides navegando e assim que avistareis este, sentido e mais sentido e trinta vezes sentido porque aqui logo abaixo está uma caldeira infernal donde me parece que está uma legião de demônios esperando por almas. Porque a canoa que chega a proa em cima desta foi ao fundo per *omnia seculorum* e a ressurreição de gente que nela for será no dia do juízo. Porque em certa ocasião uma tropa inteira se soverteu neste lugar e são tais os redemoinhos que esta água aqui faz que ela só é que governa e não remos nem forças humanas por cuja razão vos digo sentido e mais sentido ⁴⁰⁹.

Continuando a descida do rio Grande, após passar a entrada do rio Verde e de algumas ilhas, Francisco Palácio chama atenção para um local conhecido como Registro Velho. Conta-se que ali morreram, vitimados pela peste, o provedor Domingos da Silva Monteiro e toda a gente que o acompanhava. Segundo relata, essa peste, “é mal infalível dos que apanham esse rio com cheia, porque então são os ares péssimos e não melhores as águas”. E recomenda que se leve água de outra localidade para beber. Nesse comentário, o autor manifesta sua forma de compreender as doenças, que também seria a da maioria das pessoas da época. Segundo a teoria dos miasmas, as doenças viriam dos maus ares que, por sua vez, contaminavam as águas. Tal crença transmitiu a idéia de que este era um rio “pestífero”.

⁴⁰⁷ BARROS, Manoel de. *Notícia 7ª Prática*, fl. 29.

⁴⁰⁸ *Notícia 8ª Prática*, 42 v.

⁴⁰⁹ PALÁCIO, Francisco. Op. Cit, fl. 10.

Na monção de 1727, em que o comerciante sertanista João Antônio Cabral Camelo seguia para as minas de Cuiabá, há o relato das aventuras vividas no segundo dia de navegação pelo rio Grande. A comitiva atravessou o Jupuíá, um canal estreito cercado de pedreiras, com mais ou menos 100 palmos de largura. As canoas foram passadas à sirga, presas com cordas pela proa e pela popa “por medo dos redemoinhos que faz a água”. Depois de colocarem as canoas novamente nas águas, o autor conta ter passado “evidente risco a remo”, pois se no princípio os redemoinhos estavam calmos, logo ao entrar neles “se inquietaram, até colocarem as canoas em giro continuado por um bom quarto de hora”. Pilotos e proeiros não conseguiram controlar as canoas, que ficaram desgobernadas. Mas, segundo o autor, com a ajuda da *Misericórdia Divina* os redemoinhos lançaram as canoas “com grande ímpeto” correnteza abaixo, até que os pilotos, remando com força, conseguiram sair fora deles⁴¹⁰. Nesse relato percebe-se a manifestação da crença no recurso da salvação das piores tragédias pelo domínio de Deus e pela Providência Divina. Mas também a importância de pilotos práticos no domínio das canoas.

No segundo dia de navegação pelo rio Grande, a *Notícia 7ª Prática* retrata uma paisagem composta de várias ilhas. Ao chegar à primeira ilha por um braço do rio, à esquerda, se chega às roças de Itapeva. Seu comentário demonstra o conhecimento das práticas sertanistas, já que se sabe estar anotando esse roteiro da memória de um grande sertanista: “estas são as capoeiras e paragens onde os sertanistas costumam lançar suas roças para que na volta do sertão tenham mantimentos nelas, para se refazerem a si e ao gentio que consigo trazem”. Desse lugar até o rio Pardo, informa o narrador, “costumam dar as maleitas e malignas, e poucos escapam delas exceto os negros, que são neste particular os mais bem livrados”. A *Notícia* faz uma advertência aos que vão a Cuiabá: quanto menos água beberem do rio Grande, mais se livrarão das maleitas, que nele são infalíveis. E se for possível, devem levar água de outro rio ou beberem a do rio Grande somente após fervida, pois só assim evitarão as maleitas e também a peste⁴¹¹.

Os perigos enfrentados no rio Pardo, segundo as narrativas, parecem não ser menores que os do rio Tietê. O autor da oitava *Notícia* recomenda que os remos sejam esquecidos; as comitivas devem pegar varas com ferrões nas pontas para conseguirem subir “por essa calçada continuada de lajes”. Esse rio não tem apenas cachoeiras, mas também muitas itaipavas e

⁴¹⁰ CAMELO, J. A. Cabral. *Notícia 1ª Prática*, fl. 2.

⁴¹¹ BARROS, Manoel de. Op. Cit, fl. 29.

correntezas violentas. Cita que, pelo menos vinte vezes, as comitivas tiveram de descarregar as canoas usando o recurso das sirgas⁴¹².

Ao terminar o rio Pardo, chega-se à lagoa de Sambixuga, que se atravessava sob o perigo das “moléstias” e com o risco de ter a canoa virada por muitos paus. Ao chegarem ao riacho Camapuam, o narrador novamente estabelece um fictício diálogo fúnebre e aterrorizador: “Sejais bem vindos amigos meus (...) todos pareceis umas estátuas vivas da morte. Que achaves vos deu, ou quem vos pôs nesse estado? Na barra do rio Pardo vos vi com muitos melhores cores”. Ele mesmo formula a resposta de um dos navegantes, dizendo que, se soubesse o que o esperava, teria preferido ser escravo de galegos a empreender tal viagem. Conta ainda que as misérias por que passou nesse rio são sem número e sabe Deus como ali chegaram: “os negros, uns doentes, outros caindo”, e desabafa estar perdido se a fortuna não o recompensar nas minas. Mas “Deus não falta”, consola-o o narrador Francisco Palácio, tratando os navegantes com seu humor sádico, pois no Varadouro do Camapuam poderão descansar por cerca de 12 a 15 dias. Mas, na verdade, esse descanso ocorria enquanto transportavam as cargas das canoas em carretas baixas, sendo necessário de 25 a 30 negros para esse trabalho. E avisa para não se descuidarem, pois os negros poderiam se desviar do caminho, dormir quando quisessem, furtar e consumir as cargas que levavam⁴¹³.

Cabral Camelo, na *Notícia 1ª Prática*, retrata o Pardo como um rio veloz e violento. Rio acima, as canoas só conseguem avançar com varas de quinze a dezesseis palmos de comprimento. Cerca de cinco dias antes do varadouro de Camapuam, Camelo observa mudança no aspecto das águas do rio Pardo: o encontro com o rio Vermelho, seu afluente pela margem direita, faz com que suas águas fiquem turvas e em tom avermelhado. O rio só se torna pardo, de fato, depois de receber as águas do rio Nhanduí, pois até aí é muito claro⁴¹⁴.

“Novas advertências precisas neste rio Pardo” é um trecho do *Roteiro Verdadeiro para as Minas do Cuyabá*. Esse trecho narra os primeiros caminhos descobertos pelos sertanistas que iam para o sertão, seguindo pelas cabeceiras do rio Pardo. O primeiro caminho e mais freqüentado era pelo rio Verde, no qual costumavam andar “escoteiros [isto é, sem bagagem] pelo sertão, e sem mais provimento que o de pólvora e chumbo, e pouca de roupa”. Mas outros também navegavam o rio Pardo e deixavam as canoas nos rios Nhanduí, Caijirú ou no

⁴¹² ANONIMO. *Notícia 8ª Prática*, fl. 42v

⁴¹³ Idem, fl. 43.

⁴¹⁴ CAMELO, João Antonio Cabral. *Notícia 1ª Prática...* fl. 2v

Capão dos Porcos, seguindo por terra a Cuiabá. Na volta “tornavam nas mesmas canoas para o rio Grande, e nunca se animaram a subir às cabeceiras do rio Pardo, que é uma lagoa chamada Sambixuga, 28 ou 29 dias de viagem por causa dos embaraços que tem, que só as cachoeiras e varadouros são vinte e quatro”. Foi apenas depois de 1722 que o caminho pelas cabeceiras do rio Pardo se consolidou. A tropa que partiu naquele ano pelo caminho de terra foi muito infeliz: faltou alimento e sobreveio a peste. Pouca gente chegou a Cuiabá. Considerando a grande distância e a “falta comum de mantimentos, pois naquele sertão até certa altura sempre houve pouca caça, e hoje [1730?] nenhuma, começaram a navegar até as cachoeiras o rio Pardo, não obstante os muitos embaraços, que esta navegação tem”⁴¹⁵.

Na viagem da frota do governador de São Paulo no rio Pardo acima, “os perigos e moléstias” foram contínuos nas “trabalhosas cachoeiras e madeiros que se topavam”. Muitas vezes tinham de descarregar as canoas e atravessar os trechos por terra. Em outras grandes correntezas se passava à sirga e era necessário levar a gente por terra ou pela água, além de ter de vencer os canais, pedras, itaipavas, jupiás, caldeirões. Nesse trecho, em setembro, já no terceiro mês da viagem, encontraram um homem morto, embaraçado em cipós, e não o enterraram por “se achar já com grande fétido, e se recear que desse peste em quem o enterrasse”⁴¹⁶. Esse comentário revela a manifestação da crença na teoria dos miasmas. Dessa vez é um português, funcionário da coroa, que temia doenças exaladas dos maus ares decorrentes de um corpo em decomposição.

Gervásio Leite reclama dos “grandes calores” enfrentados pela comitiva desde o Camapuam e no Varadouro. Onze dias foram gastos nesse trecho. Em tudo, sua descrição se assemelha às notícias de Cabral Camelo e de Francisco Palácio. Ele cita as carretas, onde as canoas eram transportadas junto com as cargas, a necessidade de 20 a 30 negros para a realização desse transporte e em cuja condução experimentava vários incômodos, como o arrombamento e o furto das cargas e a perda de mantimentos.⁴¹⁷ Ele também descreve duas roças novas, onde compraram o alqueire de mantimento a nove oitavas de ouro, o feijão a 16 e as galinhas a três. E houve mineiro que pagou a arroba de toucinho a 32 e o frasco de aguardente a 15, no que parecia ser um entreposto de comércio e abastecimento⁴¹⁸.

⁴¹⁵ BARROS, Manoel de. *Notícia 7ª Prática*, fls 30-30v

⁴¹⁶ REBELLO, Gervásio Leite. Op. Cit, fl. 21

⁴¹⁷ REBELLO, Gervásio Leite. Op. Cit, fl 21

⁴¹⁸ *Ibidem*.

Os passageiros da monção de 1727 já encontraram essas duas roças povoadas, conforme retratado por Camelo. Ele conta que, apesar de viverem como em um presídio, com as armas sempre nas mãos por causa da constante ameaça dos Caiapó, dois roceiros conseguiam colher bastante milho e feijão e vendiam também galinhas, porcos e cabras. Na roça toda cercada com estacas havia também um canavial e um bananal⁴¹⁹.

O Camapuam é assim descrito pelo capitão sertanista Camelo: “um pequeno riacho, cercado todo de matos e embaraçado de paus”. Ainda que alerte para o risco de ataque dos Caiapó, diz ser trabalhosa a viagem, pois a cada instante as canoas se entrelaçam ou “embaraçam” nos troncos, que caem e atravessam no riacho, “com evidente perigo de se perderem”⁴²⁰. Ao fazerem pouso nesse local, alguns dos negros que se afastaram para coletar mel informaram terem visto um cadáver ainda com cabelos e couro⁴²¹. Mais uma vez, a constante presença da morte.

Até aqui, acompanhou-se a navegação pelos rios e varadouros da bacia do Paraná “com grandes riscos e perigos”, que alguns descreveram como estar experimentando as agruras do inferno. Na passagem para a bacia do rio Paraguai, em que o Camapuam encontra-se com o rio Coxim, as dificuldades ainda são enormes. Mas tudo parece se acalmar ao se chegar às águas do rio Taquari, que segue para o Paraguai: a viagem agora segue por rios que se unem com sangradouros, riachos e lagoas, formando o Pantanal. Esse local de águas abundantes era conhecido como Lago ou *Mar dos Xaraiés* até princípios do século XVIII. Passando aos pantanais dos sertões do Cuiabá a partir da trilha das águas é possível captar narrativas que indicam percepções sobre o ambiente e a natureza: as águas, os locais de pescas, os matos, as onças e outros bichos, os incômodos dos mosquitos.

⁴¹⁹ CAMELO, J.A. Cabral. *Notícia 1ª Prática*, fls 2v e 3

⁴²⁰ Idem, fl. 3

⁴²¹ REBELLO, Gervásio Leite. Op. Cit, fl 21

3.3.3. Do arrebatado rio Coxim ao rio Taquari, onde começam os Pantanaís

Em todas as *Notícias Práticas*, o rio Coxim⁴²² se apresenta como rio de grandes obstáculos por suas águas violentas. Vale reler o trecho da carta aos navegantes monçoeiros que vão para as minas de Cuiabá:

Fúnebre e horrorosa viagem é que vos prepara nesta barra amados amigos meus: é aquele rio tão celebrado como temido dos Sertanistas mais práticos, e assim o tratam com o mais respeito dando-lhe o nome de Cochein eminente. Rio que se fosse o primeiro nesta viagem ninguém a empreenderia porque rara a canoa que não perigasse nela pelos enumeráveis precipícios e correntezas violentas que em si tem⁴²³.

Retomando o *Roteiro Verdadeiro* ou *Notícia 7ª Prática*, Manoel de Barros informa que do novo embarque com canoas e cargas no riacho Camapuam gastavam-se 12 dias desviando de muitos paus caídos até chegar no rio *Quexeim* [Coxim]⁴²⁴. Durante cinco dias enfrentavam itaipavas, cachoeiras e barras de ribeirões batizados com nomes que sinalizam alguns acontecimentos não muito felizes: o da Cilada Grande e da Sepultura⁴²⁵.

Em outubro de 1726, a tropa do capitão-general Rodrigo César chegou à barra do “caudaloso e muito arrebatado rio Quexeim, sendo com muitas cachoeiras e itaipavas e canais estreitos por entre pedras em que correm as águas com grande fúria”. No lugar em que dormiram, em frente a uma grande ribanceira, o narrador descreve um ribeirão, que cai nesse rio e o faz parecer um castelo da natureza com a sua cortadura para a parte do rio tão direita, que parece feita ao picão”. Todo esse rio corre entre rochedos tão altos, que em muitas partes não bate sol, e “se faz triste e medonho a quem o navega”. No primeiro varadouro, a comitiva levou as cargas com grande “trabalho e moléstia”, perdendo canoas e mantimentos⁴²⁶.

O governador da capitania de São Paulo continuou a viagem, passando por funis, cachoeiras, várias correntes, muitas itaipavas, sirgas, algumas tucundubas e mais alguns varadouros. Em um varadouro maior, “descarregaram as canoas já de tarde e passaram as cargas para outra parte sem dormirem por toda a noite brancos e negros”. Enfrentaram escaramuças de caldeirões, redemoinhos, correntezas até chegarem à noite na roça de João de Araújo, no

⁴²² Segundo nota à margem do *Roteiro...* de Francisco Palácio, rio *Kéchein* quer dizer “rio onde se cria uma caça chamada cotia”. (fl 28)

⁴²³ *Notícia 8ª Prática*, cit, fl 137.

⁴²⁴ Interessante observar que este nome “Quexeim”, que mais tarde se vê escrito como *Coxim*, é o mesmo nome de uma cidade Feitoria na Índia, roteiro de navegantes.

⁴²⁵ BARROS, Manoel de. Op. Cit, fl. 35

⁴²⁶ REBELLO, Gervásio Leite. *6ª Notícia Prática*, fl. 22

rio Taquari-mirim. No Taquari-assú, a comitiva conseguiu atravessar a cachoeira, que é o último perigo do Quexeim, “com tanta violência de água por um canal tão estrito e cercado de pedras e de penhascos que qualquer leve toque de canoa basta para sacudir a gente e cargas e perder tudo”. Foi aí que uma canoa virou e se afogaram dois negros e uma negra. Partiram na madrugada e só pararam às três da tarde, quando tomaram banho no rio para se refrescarem do excessivo calor. Seguindo rio abaixo, “um vento contrário embaraçou a jornada” e nesse dia tiveram “a mágoa” de cair no rio um moço branco, que se afogou⁴²⁷.

O secretário observou que já navegavam nos pantanais, relatando o que via nessa nova paisagem e o impacto que sentia pelas dificuldades em trafegar num ambiente de cruzamento de rios, cheio de aguapés, desesperado com os ataques de nuvens de mosquitos, além do cansaço pelos excessivos calores:

Todos estes dias navegamos pantanais, com vários rios, que entram neles por cuja causa são precisos bons pilotos e bons práticos. Andar-se-iam 10 léguas encontramos já as águas do Paraguai mirim. De noite ninguém dormiu por respeito dos grandes bandos de mosquitos que nos puseram a todos na última desesperação sem que nos valesse remédios.

Ao passar pelo Taquari-mirim, entraram à direita no rio Paraguai-mirim. Em um dia inteiro de navegação, o narrador observou ser “tudo pantanais cheios de água com uma erva rasteira, que chamam “agoapés” e que tapam os rios e canais tanto, que ainda os mais práticos se confundem e perdem neles”. Nesse dia, a comitiva avistou várias ilhas dessas ervas que desciam o rio. Descobriram depois o motivo: as tropas que haviam seguido na frente as estavam cortando para descobrirem os canais e rios por onde navegar com segurança. Comenta o secretário que isso embaraçou a viagem, ficando as Canoas enroscadas no mato. Após andarem mais 10 léguas, Gervásio Rebelo desabafa que “chegaram ao pouso tão cansados por causa dos calores e águas quentíssimas que quando esperávamos algum sossego nos achamos hospedados de inumeráveis mosquitos”⁴²⁸.

Na viagem de 1727 às minas, Cabral Camelo também passa pelo rio Coxim com uma série de dificuldades nas itaipavas e cachoeiras, pois “corre a maior parte entre brenhas muito altas, quase sempre entre morros”. Para ele, o rio é “arreatadíssimo e tem três saltos perigosíssimos”. Logo abaixo do terceiro salto entra pela margem esquerda do Taquari-mirim e ainda à vista deste deságua o Taquari-assú, entre os quais há uma roça povoada. É em frente dela

⁴²⁷ Idem, fl. 22

⁴²⁸ Idem, fl.23

que o Taquari-mirim e o Coxim fazem barra no rio Taquari. Mais adiante, logo no princípio do rio Taquari, Camelo cita uma perigosa cachoeira, que a expedição atravessa passando as canoas por terra pela margem direita. Logo abaixo, há duas itaipavas, que uns passam a remo e outros a sirga. Navegando o rio Taquari abaixo por cerca de 10 ou 12 dias, o autor também descreve vários sangradouros, que formam as grandes lagoas do Pantanal. É interessante notar como nesse relato escrito em 1734 já aparece a identidade social dos “cuiabanos” e a caracterização geofísica do ambiente: “Pantanal chamam os Cuiabanos a umas vargens muito dilatadas, que começando no meio do Taquari, vão acabar quase junto ao mesmo rio Cuiabá. Este rio Taquari até o meio tem alguns matos, o mais tudo são campos”⁴²⁹

Taquari quer dizer água de taquara, que são canas ocas. A tradução do significado do nome é apresentada por Francisco Palácio, no *Roteiro* de 1726. Na parte do rio chamada Prensa, o autor indica que, navegando pela parte direita e daí pra baixo principiavam os pantanais, que ele descreve como “campos alagados com vargens, lagoas e sangradouros. Aqui há muita caça e peixe”.⁴³⁰ Na *Notícia 8ª Prática*, os passageiros das monções que estivessem se guiando por suas indicações poderiam se alegrar. Ele descreve o rio abaixo como sendo bastante largo e com muitas ilhas, mas não livre do perigo “porque corre com muita violência e tem pelo meio alguns paus caídos, em que topando livremente a canoa, é fácilimo que virareis”. Apesar dos riscos, os trabalhos nas canoas já não eram tantos e a fartura da natureza se apresentou: “Deste rio por diante há mais fartura e menos fome por que há já muito mel e caça, muito palmito e bastante peixe”. Recomenda que se navegue passando várias ilhas até chegar a uma que se chama *Prensa*. “Nesse local se divide o rio em duas partes: ide pela direita que é mais limpa, e vigiai-vos em terra das onças, bravas bichos do mato que aqui não faltam”. E continua orientando os navegantes. Com sua descrição, até se visualizam os típicos buritizais pantaneiros:

Navegarei avante mas sempre com o mesmo cuidado e sentido, e vereis que se parte outra vez o rio em duas partes destes; ide pela direita que ainda que é a mais estreita, é melhor: em frente desta vereis umas grandes touças de coqueiro a que chamam buritizes com a folha muito verde mas escura⁴³¹.

⁴²⁹ CAMELO, João Antonio Cabral. fl. 3v. As “vargens” ocorrem principalmente nos períodos das chuvas, onde as águas dos rios vazam por sangradouros (como uma rede de pequenos riachos), formando lagoas e/ou áreas alagadas.

⁴³⁰ PALÁCIO, Francisco. *Roteiro de Viagem às Minas de Cuaibá*, 1726. fl. 32

⁴³¹ Idem, fl. 45.

O *Roteiro Verdadeiro*, de Manoel de Barros, também apresenta a região do rio Taquari-mirim como sendo território de muita fartura, principalmente de peixes. Relata a difícil travessia de uma grande cachoeira, onde tiveram que descer as canoas por meio de cordas. Logo em seguida, encontra-se “um poço de muito peixe, melhor pouso para se poder pescar, porque começa já deste poço adiante a haver mais fartura. O peixe é muito e gordo, e com diverso gosto, mais bravio todo”.

Descendo um pouco mais o Taquari, completando a viagem com mais de cem dias, se chega na Prensa, local para um “conveniente pouso”. E explica o experiente sertanista ao anotador Barros, o porquê desse nome: “uns sertanistas dos antigos tendo aqui suas roças fizeram prensas para espremer a farinha”. Também nessa região identifica ser o começo dos Pantanaís, e tem ali umas ilhas onde os passarinhos costumam fazer seus ninhos e procriarem⁴³². Abaixo da Prensa, Barros orienta que se pegue sempre os braços da mão direita até chegar a um deles “bastantemente grande”. Retrata uma paisagem já descrita: “um buritizal grande que parece um formoso bananal, e são palmeiras de charcos”. Ao tomar outro braço pequeno de rio pela direita, descreve a paisagem aonde se chegará: “um campo largo cheio de aguapezais, que são como um modo de lagoas ou pantanaís coberto de aguapés”⁴³³.

O capitão Cabral Camelo, que passou por essa mesma trilha, também descreveu pequenos montes, ou morrinhos, onde o rio Taquari desaguava no Paraguai-mirim. Sua descrição do rio Paraguai-mirim traz mais revelações sobre o ambiente do Pantanal:

Este rio é um braçinho do Paraguai-assú que sai dele pela parte direita e se divide em outros muitos, que cruzam de uma pra outra parte. Está comumente cercado ou cheio de umas ervas a que chamam aguapés que de algumas vezes é preciso cortá-las para poder passar adiante; motivo que os mais práticos se perdem nele, e neste rio são certos os Paiaguás⁴³⁴.

Para o narrador da 8ª *Notícia* não pareceu fácil explicar aos seus “amigos” o caminho que se deve navegar nesse Paraguai-mirim. Recomenda-lhes a companhia de “bons práticos, que o tenham navegado algumas vezes”. Mas se quiserem arriscar sem eles é preciso que observem com muita atenção o sentido nas águas e a cor delas, indo sempre contra a sua cor-

⁴³² BARROS, Manoel de. *Notícia 7ª Prática*, fl. 32. OBS: O rio Taquari sempre foi muito conhecido pela abundância de peixes. Transformou-se, por isso, em região de acampamentos de pesca de mineiros e paulistas, desenvolvendo-se o turismo pesqueiro a ponto de torná-lo altamente predatório e poluidor. Mas a consequência pior foi o desmatamento das suas cabeceiras e matas ciliares para plantio de grandes lavouras (arroz, soja) e pastagens, que causaram assoreamento. Hoje já não existe essa fartura de peixes, encontrando-o este rio com sérios problemas ambientais.

⁴³³ BARROS, Manoel de. Op. Cit, fl. 32.

⁴³⁴ CAMELO, João Antonio Cabral. *Notícia 1ª Prática*, fl.4v

renteza. Nessa descrição se pode visualizar a paisagem alagada do Pantanal como um labirinto de águas:

Vereis em várias partes várias barras, que todas parecem ser o mesmo rio, e facilmente confundem os que navegam. E são muitas vezes causa de se perderem nelas ainda dos mais práticos errando o caminho e a viagem; e para o que serve a cor das águas, que acima vos recomendo. E que deve ser esbranquiçada e turva, e esta facilmente se desconhece tomando outra qualquer barra porque achareis nela água clara e limpa, e sem correnteza alguma. Estas barras são de alguns sangradouros, que entram nos pantanais. E se estes estiverem cheios vos hão de parecer um mar de Espanha, e então vos ficará impossível conheceres as águas turvas que devem ser toda a vossa guia, até entrades no rio Paraguai-assú⁴³⁵.

O *Roteiro Verdadeiro* também dá dicas de como navegar pelos rios Taquari e Paraguai-Mirim, com descrições do ambiente das águas pantaneiras, recomendando-se que se preste atenção por onde corre a água. Acrescenta, ainda, um dado interessante: por estarem as águas todas cobertas de aguapés⁴³⁶, o canal por onde se deve sair é por “onde inclinaram as ditas ervas”, e logo se dará em barra aberta e já daí se avistarão os montes do outro lado do rio Paraguai. Por campos largos se chega rio Paraguai-mirim, que é “muito manso”. Pela direita, segue-se maior correnteza e água turva. Nessa barra do Paraguai-mirim se costuma pousar e segue-se fazendo pequenas marchas. Após quatro dias, chega-se à entrada do rio Paraguai-Grande, onde é possível desembarcar e fazer pouso⁴³⁷.

3.3.4. No Pantanal do rio Paraguai: mar-oceano onde se colhe o arroz

Já no Pantanal, os narradores das *Notícias* expressam percepções desse ambiente, revelando quase sempre admiração diante da amplidão do rio *Paraguai-assú*. Na língua indígena, *assú*, significa grande, ao contrário de *mirim*, que se diz para o que é pequeno. Apesar de ser este um dos menores trechos de subida na trilha das águas, não era uma tarefa fácil atravessar as grandes águas.

⁴³⁵ *Notícia 8ª Prática*, fl. 45v-46.

⁴³⁶ Aguapé é uma vegetação típica de ambientes alagáveis e recobre lagoas e pequenos riachos do Pantanal. Trata-se de uma espécie muito importante para a manutenção ecológica desse ecossistema.

⁴³⁷ BARROS, Manoel de. fl. 32.

Dessa vez, os perigos e os incômodos não vinham da violência das águas, das cachoeiras e dos saltos. Desde que começaram a adentrar o Pantanal, a maior ameaça eram os ataques dos índios Paiaguá e Cavaleiros-Guaicuru⁴³⁸.

Além dos índios, os perigos e incômodos que se apresentavam eram as fortes ondas provocadas pelos ventos, as chuvas torrenciais, a ameaça das onças, a fome pela falta de mantimentos e a terrível infestação de mosquitos.

Portanto, em se tratando da natureza, interessa destacar e examinar as percepções e manifestações de sentimentos em relação às águas, ao clima, aos animais, à vegetação e a outros aspectos do ambiente. Torna-se perceptível desde já que os sertanistas tinham uma definição para o ambiente do Pantanal, manifesta desde que iniciam suas narrativas do percurso pelos rios Taquari e Paraguai-mirim. O único narrador que foge à regra é o português Gervásio Leite Rebello, secretário do governador Rodrigo César. Como certamente estava acompanhado de pilotos práticos e sertanistas, percebe-se sua tendência em reproduzir percepções semelhantes às dos demais relatores.

Há ainda muito a observar dos olhares e sentimentos desses monçoeiros e narradores das *Notícias* acerca do ambiente do Pantanal no rio Paraguai. A descrição de Antônio Pires de Campos permite ter uma idéia do conhecimento do ambiente adquirido por esses sertanistas, que percorriam os sertões na caça aos gentios:

É este Pantanal umas dilatadas vargens que terão cinquenta e mais léguas de terra, inundam-se a seu tempo com as enchentes dos rios que entram no Paraguay em tal forma que represadas as águas formam um mar e nem é possível por espaço de cinco a seis meses conhecer-se a madre de nenhum daqueles rios, ainda que caudalosos.

E continua a detalhar aspectos do clima nas diversas estações do ano, marcado pelas enchentes e vazantes, chuvas e estiagens. Disso derivam as relações com as doenças e os períodos mais recomendados para a navegação nos rios. Apresenta ainda as condições de sustentabilidade propiciada no tempo das enchentes com a colheita do arroz, a abundância de peixes e as caças, “comum sustento do gentio”, mas que também podiam alimentar as tropas sertanistas e monçoeiras:

O tempo dessas enchentes é sempre o melhor e o mais cômodo para se navegar para as minas, e se escapa das pestes e fome que se pode muitas vezes padecer neste lugar. É porem a

⁴³⁸ Estes temas merecem destaque no capítulo 3.4.

derrota muito mais breve havendo prático, muito mais livre do gentio, e tem a felicidade de se colher o arroz em abundância, porque cresce na medida da enchente, enquanto não amadurece; tanto que em partes se não acha fundo menos que 50 e 60 palmos, sendo o comum de 24 e 25. O peixe é inumerável, têm também capivaras, jacarés e sucuruhys, que são o comum sustento de todo aquele gentio⁴³⁹.

Chama atenção esse arroz, que se colhe em abundância, e do qual o sertanista Francisco Palácio faz referências: “nesta viagem por entre pantanais e campos rasos, cresce uma erva cuja semente é semelhante à do arroz, mas não tão perfeita como a do povoado. É, porém, sustento de quem a colhe”⁴⁴⁰.

Aqueles que vão a Cuiabá e têm como guia o *Roteiro* de Francisco Palácio poderão perceber que a viagem prossegue pelo rio Paraguai-grande, que é largo, sem cachoeiras e sem paus. Mas há uma advertência sobre a ocorrência de ventos fortes. Por isso, o *Roteiro* recomenda que se siga “sempre o mais direito do rio, fugindo das ressacas, voltas e sangradouros”. Diversas observações sobre o ambiente do rio acima indicam a presença de muitas lagoas, alguns morros e “uma grande baía quase da largura do mesmo rio”. As descrições remetem ao que mais se parece um novo labirinto de águas⁴⁴¹.

Na *Notícia 5ª Prática*, o sertanista Antônio Pires de Campos também informa sobre uma grande baía, a *Ybaiba* (Guaíba) na subida do rio Paraguai, onde se via naquela época (1730) “uma grande cruz de pedra que se crê por tradição ser posta pelo apóstolo S. Thomé”. Essa informação, vinda de um dos mais antigos sertanistas, devassador dos sertões do Cuiabá, é um incrível sinal do imaginário cristão rondando cabeças sertanistas. Conforme ele mesmo escreveu, “se crê por tradição”⁴⁴².

Manoel de Barros, que escreveu seu *Roteiro Verdadeiro*, não dedica mais que cinco linhas para esse grande rio. Diz apenas que saiu de onde o rio Paraguai-mirim deságua no Paraguai-grande, local de seu último pouso – e com três dias de viagem, “sem impedimento algum”, chegou ao rio dos Porrudos⁴⁴³.

Após navegar pelo rio Paraguai-mirim e pelos pantanais, a tropa do governador da Capitania de São Paulo chegou ao rio Paraguai no meio da tarde e acampou “com pouca co-

⁴³⁹ PIRES DE CAMPOS, Antonio. *Notícia 5ª Prática*, fl. 15v

⁴⁴⁰ ANÔNIMO. 8ª *Notícia Prática*, fl. 46v

⁴⁴¹ ANONIMO. *Notícia 8ª Prática*, fl 46

⁴⁴² PIRES DE CAMPOS, Antonio *Notícia 5ª Prática*, fl. 15v

⁴⁴³ BARROS, Manoel de. *Notícia 7ª Prática*, fl. 32.

modidade por falta de lenha, paus para rede e palha para os ranchos”. Como no mês de outubro iniciam-se as chuvas no Pantanal, nessa noite não faltaram mosquitos e houve uma “grande trovoada”, que alagou a maior parte das canoas, causando grande perda. No dia seguinte, mesmo com chuva, a tropa navegou rio acima. Como havia ventos fortes e risco de ondas, a tropa se recolheu por um rio que sai para o sertão da parte esquerda. Aqui Gervásio Rebelo faz uma breve descrição do rio Paraguai; “este rio é bem fundo, largo e cauteloso e com vento inavegável”⁴⁴⁴.

Quando pensava ter concluído o *Roteiro Verdadeiro para as Minas do Cuyabá*, na parte que trata do caminho pelos rios, Manoel de Barros retoma descrições do Pantanal, ao mesmo tempo em que faz observações sobre o clima e sua relação com as águas dos rios pantaneiros. Relembra ter alertado desde o princípio que só se deve partir em monção para as minas no período entre 20 de maio e o dia de Santo Antônio, ou seja, 13 de junho. Se assim adverte é principalmente porque o início das chuvas aumenta o risco de enchentes nos rios e, como “são caudalosos, o ficam muito mais com as novas águas e vertentes da serra de Cuiabá que todos recebem em si e assim se fazem inavegáveis”. E do rio Paraguai-mirim para diante, que é o rio Paraguai,

como tudo são vargens se não se vê mais que um mar e como se não divisam os rios nem os canais é fácil ainda aos mais práticos a perderem-se. É não menos perigosa esta viagem no tempo em que os ditos rios começam a vaziar e meterem-se nas madres e que é de março a abril até maio e junho por ser nesse tempo segura a peste, ou malignas em todo aquele sertão. E assim é preciso o livrarem-se os que vierem para estas Minas das enchentes e vazantes, e partindo só no tempo acima declarado⁴⁴⁵.

O capitão Cabral Camelo, que escreve a *Notícia 1ª* diretamente ao padre Diogo Soares, revela a localização dos Paiaguá e da cidade de Assunção. Segundo se informou com sertanistas antigos, os ranchos dos Paiaguá estavam em uma das muitas ilhas desse rio, cerca de quatro a cinco dias rio abaixo, a partir do local onde desaguou o rio Paraguai-mirim. E seguindo mais sete dias de viagem,

dizem os sertanistas antigos que está a cidade de Assunção, a primeira de muitas que tem os Castelhanos pelo Paraguai abaixo até a cidade de Buenos-Aires, por onde passa unido

⁴⁴⁴ REBELLO, Gervásio L. *Notícia 6ª Prática*, fl. 24.

⁴⁴⁵ BARROS, Manoel de. *Notícia 7ª Prática*, fl. 32v.

já com o rio Grande ou Paraná, e vão fazer barra ambos no Oceano abaixo da Colônia de Sacramento⁴⁴⁶.

Nesse seu relato se pode examinar que os sertanistas estavam bem informados a respeito dos índios e dos espanhóis. O comerciante capitão sabia também o quanto esses dados eram relevantes para a Cora portuguesa em ambos os sentidos: tanto os Paiaguá quanto os castelhanos representavam uma ameaça à conquista das minas de Cuiabá. Esse comerciante, que estivera nas minas por quatro anos, pareceu também estar muito bem informado sobre a situação geográfica do rio, fornecendo uma visão panorâmica da bacia hidrográfica e um mapeamento dos locais onde já haviam chegado os sertanistas paulistas em suas conquistas dos gentios:

Esse rio Paraguai me parece maior que o rio Grande. É cercado todo de matos, tem muitas ilhas, sangradouros e baías dilatadas. Quase no meio que o navegamos se divide em dois caminhos: o do lado direito, que é um dos sangradouros que se chama Xianés e do lado esquerdo é a Madre, ambos se seguem, mas por este só navegam bastantes dias os que saem de Cuyabá à conquista do gentio Parassis e Maybores, até encontrar no rio Cepotuba [Sepotuba], que entra no Paraguai pela parte esquerda⁴⁴⁷.

Essa descrição evidencia o rio na plenitude de suas matas ciliares, “todo cercado de matos” e a amplidão das águas formando o que hoje se conhece por Pantanal mato-grossense.

Voltando a acompanhar a viagem da monção do capitão-general, entrando no Xianés – que é um grande braço ou sangradouro do Alto Paraguai – observa-se que a temperatura dos fins de outubro provocava incômodo no secretário Gervásio Rebelo, mesmo tendo ele passado alguns anos no Maranhão. Conta que, após navegarem por todo um dia (em 24 de outubro de 1726), pousaram no fim da tarde com “grande moléstia por causa dos muitos calores e sol intenso, que refletindo na água abrasava mais”. Por esses dias, faleceu na tropa um português, filho de Braga, que ele mesmo chamou de “forasteiro”, e o enterraram na margem desse rio. No mesmo dia, Gervásio Rebello relata um pouco mais da paisagem, contando ter avistado, à esquerda, uma serraria de morros, que vinha observando desde o Taquari: “é a cordilheira de vai correndo para o Cuiabá, em que dizem há algum gentio, e minas de ouro e esmeraldas”. Apesar de todo o calor ou até por sua causa, se vê manifestado o imaginário mobilizador das conquistas, o sonho do Eldorado no centro da América do Sul⁴⁴⁸.

⁴⁴⁶ CAMELO, João Antônio Cabral. *Notícia 1ª Prática*, fl 5.

⁴⁴⁷ Idem, Op. Cit. fl 4v-5.

⁴⁴⁸ REBELLO, Gervásio Leite. Op. Cit, fl. 24.

3.3.5. No espaçoso, alegre e abundante rio dos Porrudos e o desejado rio Cuyabá

Vista a amplidão das águas do Paraguai, a viagem segue no Pantanal dos rios Porrudos e Cuiabá, acompanhando percepções do ambiente que foram registradas nas *Notícias Práticas* das minas de Cuiabá. No *Roteiro Verdadeiro* ou *Notícia 7ª*, sem pegar o atalho do Xianés, está indicado que em três dias de navegação pelo Paraguai acima “sem impedimento algum” se chega à barra do rio dos Porrudos, onde se pode pousar. O rio dos Porrudos deságua pela margem direita em grandes correntezas e água limpa. Bem no barranco do rio, à esquerda, tem um morro alto e agudo de pura pedra. Após seis dias rio acima, chega-se à barra do Cuiabá. E há o comentário de que “neste sertão houve muito gentio de que este rio tomou o nome, ainda há nele alguns restos e assim é necessário cuidado.”⁴⁴⁹

Rios que em seus nomes remetem às territorialidades indígenas: Porrudo é nome de um gentio que por este rio habitava; e Cuyabá nome da nação de gentios cuyabas, que tinham aldeias em suas cabeceiras. Mas por ficarem mais próximos das minas, os sinais das espacializações da conquista colonial se tornaram mais freqüentes, tal como descreve Cabral Camelo: “onde deságua o rio dos Porrudos no rio Paraguai iam muitos cuiabanos salgar peixe para venderem”.

Porque o rio dos Porrudos se tornara um local de salga de peixes, se pode ver na descrição do mesmo comerciante narrador da *Notícia 1ª Prática*:

Este rio não cede ao Paraguay em abundância de peixe, porque tem muito e bom, e de toda a casta e não faltam nele onças que tem feito algumas mortes. Vê-se ainda neste um formoso bananal, que foi do gentio que lhe deu o nome, e de onde foram as primeiras mudas para o Cuyabá⁴⁵⁰.

De acordo com essas observações do monçoeiro Cabral Camelo, se percebe nesse rio a fartura de recursos alimentares nas primeiras décadas do século XVIII, em especial a abundância de peixe, em qualidade e diversidade. Também ao observar um formoso bananal em suas margens, comprova-se a introdução de plantas por europeus entre os indígenas, (possivelmente antes da era paulista), pois se sabe que essa fruta não é nativa da América.

A opinião do secretário do governo de São Paulo, Gervásio Leite, quanto à abundância de peixes oferecida nesse rio não é muito diferente. Quando, durante todo o dia 26 de outubro

⁴⁴⁹ BARROS, Manoel de. Op. Cit, fl. 32.

⁴⁵⁰ CAMELO, João Antônio Cabral. Op. Cit, fl. 5v

de 1726, o secretário navegou 12 léguas no rio dos Porrudos assim anotou na *Relação Verdadeira* o que viu:

É este rio muito caudaloso e espaçoso, alegre e abundante de caça e pescaria, não faltam nele onça e desta avistamos três praias e rasto de outras muitas. Em 27 e 28 do dito se continuou a viagem com bom sucesso, houve bastante caça por ser este rio abundante de aves e peixe, principalmente capivaras, piranhas e jacarés. Andar-se iam 10 léguas ⁴⁵¹

A percepção desse rio em ambiente alagado do Pantanal está manifestada por Cabral Camelo em sua *Notícia 2ª Prática*, ao observar o ambiente e o período das cheias, diante da dificuldade de encontrar um lugar seco para acampar em 1730, quando voltava a São Paulo:

Todos os que saem do Cuyabá em tempo que está cheio o Pantanal, que é Abril, Maio e Junho e se as águas são muitas, chega a Julho, de sorte que se passa parte do Cuyabá todo o rio dos Porrudos, Paraguai grande e pequeno, sem se achar terra seca; as mais das noites se dorme nas canoas⁴⁵².

A estratégia era cortarem ramos ou galhos de árvores, não só para fazer as estacas e forquilhas e armar redes com mosquiteiros, mas também para se poder acender fogos sobre eles. Esse detalhe também indica que pelo menos uma vez ao ano tropas com mais de 100 pessoas cortavam ramos para fazer fogueiras, armar redes e forrar o “tejuco” (pequenas ilhas de terras que nessa época ficavam lamacentas, alagadas). Isso pode ter causado um pequeno impacto nas matas ciliares desses rios.

No Roteiro da *Notícia 8ª*, Francisco Palácio escreve aos pretendentes das minas que viajam em monções para que naveguem o rio dos Porrudos acima sem medo do gentio, e que irão encontrar várias pessoas, que descem dessas minas para fazer “negócios”. Por fim alerta para que não tomem o caminho para Cuiabá até chegar à ilha Comprida. Dessa ilha se chegará a outra menor e, depois desta, o rio divide-se em duas partes. A que fica à esquerda é o “vosso desejado Cuyabá: entrei por ele a que é tempo de colher já os frutos de vossa ditada esperança”⁴⁵³.

Assim descreve o secretário do capitão-general, Gervásio Leite, a entrada no rio Cuiabá, em 29 de outubro:

Se continuou viagem pelo rio dos Porrudos, pela uma hora chegamos ao *desejado rio Cuyabá* acima, bem acompanhados de mosquitos e faltos de mantimentos, arranchou-se a tropa

⁴⁵¹ REBELLO, Gervasio Leite. *Notícia 6ª Prática*, fl. 24.

⁴⁵² CAMELO, J.A. Cabral. Op. Cit, fl 6v.

⁴⁵³ ANONIMO. *Notícia 8ª Prática*, fl. 35v

perto da noite. Em 30 e 31 se prosseguiu viagem com bom sucesso, e no último dia chegou a tropa pelas três horas da tarde ao Arraial Velho em que estavam o provedor, e escrivão do Registro, se principiaram logo a tomar os negros e as cargas a rol para a cobrança dos Quintos Reais, que se pagam por entrada.

Em 1º de novembro, Dia de Todos os Santos, pela manhã, seguiu-se viagem, “depois de registrado os negros e algumas cargas de negros de algumas pessoas particulares que acompanharam a S.Exc.^{aa}”. A partir deste pelo caminho registra a “bastante opressão por falta de mantimento” e as pescarias que faziam para sanar a fome, bem como as compras de milho das roças dos que já se produziam na terra. Uma grande chuva que durou toda a tarde e a noite causou alagamentos, acarretando grandes perdas dos carregamentos das canoas. O clima continua a incomodar, pois “cresceram os calores”. A tropa passou a fazer algumas horas de descanso no decorrer da viagem “por se não poderem sofrer os excessivos calores”. Em meados de novembro, a estratégia usada é partir às três horas da manhã, pousando mais cedo “para se reparar a tropa dos sóis que eram intensíssimos”.

No dia 15 de novembro, ao chegar ao arraial do Bom Jesus de Cuyabá, a expedição chegou ao seu destino depois de subir um morro alto onde devotos colocaram a milagrosa imagem de N. S do Bom Despacho. O local é assim descrito: “daqui se descobre todo o Arraial, e faz uma alegre vista pelo aprazível dos arvoredos, morros e casas que dele se descobre”, com a ressalva:

O clima é ardentíssimo sem que com ele possa ter comparação o do Rio do Janeiro o da cidade da Bahia, e ainda o do Maranhão e Grão Pará, não obstante o estar este quase na linha, porque em sete anos que estive por estas partes e sertões de Pernambuco, não experimentei os excessivos calores que aqui tenho sofrido, e ouço dizer geralmente aos que aqui se acham vindos os anos passados, que estes não diminuem sem chover, e assim ordinariamente andam os homens em suas casas em ceroulas e camisas sem poderem consentir mais roupas alguma. E o é que trazem ordinariamente mais cores. As sessões e malignas são contínuas, e raras são os que não a padecem principalmente brancos, porque os escravos são os mais livrados neste país⁴⁵⁴.

Além do calor, doenças como as febres sesões e malignas, o português funcionário da coroa diz que faziam “dois ou três anos que se tem experimentado nestas minas falta de chuvas”, portanto estaria ocorrendo um período de seca e pouco podiam minerar nesse tempo. Com a seca “houve também falta de milho, que é o sustento de brancos e negros por secarem

⁴⁵⁴ REBELLO, Gervasio Leite. *Notícia 6ª Prática...* fl. 25

roças e foi necessário replantá-las”. Ao dizer dos altos preços dos mantimentos e da alimentação, pode-se saber das plantas e animais de criação que já haviam sido introduzidos no ambiente das minas. O relato faz referência a milho, feijão, farinha, galinhas e ovos, carne de porco fresca e salgada. Dá um destaque ao milho que conseguiram colher com a chuva de alguns dias, “único remédio e regalo dessas minas”, pois dele se faziam a farinha, que supre o pão, a canjica fina para os brancos e a grossa para os negros, cuzcuz, arroz, bolos, biscoitos, pastéis de carnes e peixe, pipocas, catimpoeira, aloja, angu, farinha de cachorro, água ardente, vinagre e “outras esquipações que tem inventado a necessidade e necessitam de momento”⁴⁵⁵.

Na *Notícia 7ª Prática*, continuando o *Roteiro*, Manoel de Barros, informa que pelo rio dos Porrudos acima se não houver “embaraço”, no fim de seis dias chega-se à barra do rio Cuiabá, que pela esquerda deságua no Porrudos, e ali é comum acampar. Nos próximos dias, a subida até o famoso Arraial Velho é tranqüila, “sem embaraços”, como diz. Acima desse arraial, no sítio do Tarumam⁴⁵⁶, se costuma fazer pouso pela “fartura de peixe e caça do mato que aqui há muito”. No percurso pelo rio Cuiabá descreve ilhas, voltas e braço pequeno ou braço comprido do rio, pontas de saída de canais, e locais de muito peixe, – o que faz visualizar o ambiente de Pantanal, bem como a ocupação das margens dos rios com muitos sítios e produção de roças que conduziam para as lavras do Coxipó. Nesse aspecto dos sítios e roças, é possível pensar – já que a prática usada, de costume indígena era da coivara ou roças de toco – que os moradores provavelmente ateavam fogo e desmatavam as matas ciliares às margens do rio para produção do sustento das minas. Continuando rio acima por mais dez dias, a partir da paragem de Guasú, paragem onde se acham muitos sítios é que se chega na barra do rio Quoxipó e ainda se “gastam-se dois dias e meio a chegar às primeiras lavras e descobrimento daquele sertão”. O percurso pelos rios desde Itu até chegar às lavras de ouro, totalizou uma viagem de 160 dias ou cinco meses!⁴⁵⁷

No rio Cuiabá, a *Notícia 8ª* revela que se navega dando voltas, atravessando por sangradouros, baías, mais sangradouros e ilhas. Parece novamente o labirinto das águas. A chegada no Arraial Velho mostra os sinais do povoamento colonial: pequenas casas de telha, o registro para se “dar conta” das cargas que trazem. Recomenda seguir viagem entrando por um pequeno afluente da margem direita, dando ainda algumas voltas onde irá se encontrar o

⁴⁵⁵ Idem, fls 25-25v

⁴⁵⁶ Nome de uma grande árvore muito comum no Pantanal desta região.

⁴⁵⁷ BARROS, Manoel de. *Notícia 7ª Prática*, Op. Cit, fl. 32v.

sítio da parte esquerda que chamam o *Guassú*, e mais adiante “sempre pela madre do rio não estando este cheio”, até chegar ao sítio chamado *Carandá* ⁴⁵⁸. Na parte direita, “há já vários moradores com suas roças”.

Depois desse sítio, há mais um sangradouro à esquerda chamado o Reduto, e indica que se não estiver este seco é melhor entrar por ele, “advertindo que sempre o mais seguro é seguir pela madre do rio por razão do sangradouro ser muito embaraçado”. Seguem baías, até o momento em que o rio fica bastante estreito e “pelo muito que ali puxam as águas, parecerá que o rio volta atrás”. E mais outra baía, caminho em um canal que “sucede estar muitas vezes coberto de umas ervas chamada *Batuiras* e se assim o achares segue a correnteza das águas até saíres a rio largo e limpo”.

Ao entrar na “madre do rio”, que é o próprio rio Cuiabá, assim o descreve: “de uma, e outra parte tem seu Pantanal, ao depois mato e também seus paus com bastantes correntezas, pelo que navegais com cuidado desta distância de duas voltas chegareis aos morrinhos, onde principiam as roças até este suspirado porto do Cuyabá”⁴⁵⁹.

⁴⁵⁸ Espécie de árvore de médio porte, com floração amarela, muito comum nas margens do rio Cuyabá.

⁴⁵⁹ ANÔNIMO. (ou Francisco Palácio) *Notícia 8ª Prática*, fl. 47.

3.4. Reinos e nações de “gentios bárbaros”: seus usos e costumes

Nas *Notícias Práticas* há significativos relatos do que se viu e ouviu dizer das sociedades ameríndias ou nações de gentios que habitavam na derrota da viagem do Cuiabá e seu recôncavo. Das percepções dos narradores destacam-se as evidências do povoamento ameríndio nessa parte da América do Sul, suas práticas sociais na natureza, os seus usos e costumes, bem como a ativa resistência que faziam à conquista colonial. Esta era observada nos ataques às roças, tropas e expedições, as chamadas monções luso-paulistas, pelos caminhos dos rios para chegar e sair das minas de Cuiabá.

Para se ter uma idéia da dimensão e da diversidade étnica do povoamento ameríndio nos sertões do Cuiabá e de Mato Grosso, basta a explicação dada ao padre Diogo Soares pelo sertanista Antonio Pires de Campos, na *Notícia 5ª Prática* que ele mesmo chama de “Breve Notícia”:

Antes de informar a V^a. Ilm^a. no que me pedes, quero lhe advertir que nesta Breve Notícia que lhe dou, vão só as nações e reinos que por maior eu vi e em que as contei; por me ser impossível o narrar-lhe a variedade de gentes, usos e trajes e ainda as vantagens que fazem estes gentios uns aos outros ⁴⁶⁰.

Seguindo a narrativa do sertanista paulista Antonio Pires e complementando as descrições das demais *Notícias*, foi possível ir mapeando os locais onde habitavam as chamadas nações de gentios: as territorialidades e desterritorializações ameríndias, conforme foram vistas ou o que delas se ouviu dizer.

No caminho dos rios desde o Tietê, em São Paulo, até as minas do Cuiabá, os gentios foram vistos povoando margens de rios, vargens, ilhas, lagoas e matos do Pantanal. Nas aldeias, vivendo de suas lavouras, nos cursos e montarias, embarcados nas canoas, em guerras uns com outros ou atacando as roças e as tropas e monções luso-paulistas. Após passarem as cabeceiras do rio Paraguai mais ao norte, no recôncavo ou nas grandes chapadas, chegaram aos divisores das bacias platina e amazônica, onde começava o “mato grosso”, em que se viu o “infinito Reino dos Paraciz” [Paresi] e outras tantas nações de gentios.

⁴⁶⁰ PIRES DE CAMPOS, Antonio. *Notícia 5ª Prática dada pelo capitão (...) ao R. P. Diogo Soares sobre os Reinos e Nações de bárbaros que há na derrota e viagem do Cuyabá e seu recôncavo*, fls. 13v. a 18.

3.4.1. Os Caiapó: nação que habita muita terra, o mais traidor de todos

Antonio Pires começa sua narrativa pelo rio *Theate* [Tietê], de onde partiam os paulistas aos sertões interiores. Desse rio fala apenas que entra no rio Grande [Paraná], e navegando por ele se dá em noutro rio acima, o Parnaíba, que é rio habitado pelo gentio Caiapó, nação inumerável que habita muita terra. Informa que os homens e as mulheres Caiapó andavam nus. Cada aldeia, na qual se “plantam batatas, milho e alguns legumes mais em suas lavouras”, era governada e dominada por seu cacique⁴⁶¹.

Mas a ênfase de seu olhar está em destacar os Caiapó como corsários e guerreiros antropófagos, conforme descreve:

O seu maior exercício é serem corsários de outras nações sem mais interesse que de se comerem uns a outros, porque são amicíssimos de carne humana; e por isso nas batalhas só reservam os meninos e os criam para seus escravos. As armas de que usam são arco e flechas muito grossas e compridas. Usam também de porretes que são uns paus de quatro, ou cinco palmos, com uma grande cabeça no extremo, e com estes fazem tiro em tão grande distância e são certos, que nunca erram, e por isso é essa a arma que mais se prezam⁴⁶².

Os Caiapó são também os primeiros indígenas citados na *Notícia 1ª*, do capitão e comerciante João Antonio Cabral Camelo. Consta em seu relato da monção do ano de 1727, que no último salto em que entra o rio Tietê no rio Grande “dizem que vem muitas vezes o gentio gaypó [caiapó] em suas jangadas. Este é o gentio que usa de porretes ou bilro, e o mais traidor de todos”. Mais abaixo, defronte da ilha formada pela confluência entre o rio Verde e o rio Grande, “assistem comumente os Caiapó, não obstante afirmarem muitos que andam sempre a corso, e assim é preciso que em todo o rio Grande se acautelem deles as tropas”⁴⁶³.

A observação de Cabral Camelo a respeito do uso da jangada como embarcação pelos Caiapó indica que esses índios conheciam a madeira apropriada para sua confecção e eram experientes jangadeiros em rios que exigiam um bom domínio de correntezas e cachoeiras. Também estão representados como grandes guerreiros, fazendo ataques traiçoeiros àqueles que passassem por suas terras e águas, usando, para isso, porretes ou bilros⁴⁶⁴.

⁴⁶¹ Idem, Op. Cit, fl. 13v.

⁴⁶² Idem, Op. Cit, fls. 13v e 14.

⁴⁶³ CAMELO, João Antonio Cabral. *Notícia 1ª Prática*, fls. 1v. e 2.

⁴⁶⁴ O jesuíta Nóbrega (séc. XVI) faz referências à presença de povos *ubirajaras* nas proximidades da foz do rio Tietê e nos rios Paraná e Jetaí. Estes falavam guarani e os paulistas os chamavam de *carijós*. Simão de Vasconcelos afirmou que o nome foi alterado para *bilreiros*, porque disparavam com grande precisão pedaços re-

Ainda sobre o percurso das águas no rio Grande, o sertanista Antonio Pires chega até ao local onde deságuam ou fazem barras os rios Vacuris e Verde, e diz não haver ali gentios que os habitem, por serem “rios cursados e batidos do mesmo gentio Cayapó”⁴⁶⁵.

Os Caiapó também estão na *Notícia 7ª Prática*, de Manoel de Barros, outro sertanista que parecia conhecer muito bem o caminho dos rios para as minas do Cuiabá. Ao passar pelo mesmo trecho do rio Grande, onde faz barra o rio Verde, Manoel de Barros indicou ser por aquele rio que se tomava o antigo caminho dos sertanistas que iam para o Cuiabá. Mas, por medo do gentio caiapó, já não se fazia mais o caminho velho, “que era mais em direitura e agora [aprox. 1728] vão pelo rio Grande buscar a barra do rio Pardo”. Ao continuar a contar dos Caiapó, mais uma vez percebe-se a resistência à conquista sertanista e também reforça-se a imagem destes como guerreiros traidores, que atacavam e matavam a gente em suas roças e ainda queimavam suas casas:

É este gentio uma nação que nunca foi conquistada pelos sertanistas, pois atacam (sic) e guerreiam com traição, nem tem domicílio certo, nem plantas ou lavouras. São volantes e de corso e se sustentam da imundície do mato. E quando chegam a plantar trazem o mantimento consigo conduzindo-o de uma parte para outra; e assim por sua causa se não pode tomar o rio Verde, e endireitar logo por ele o caminho para o Cuyabá. Verdade é que também chegam ao rio Pardo, mas são poucos, e esses bastaram já para fazerem despovoar as roças que ali havia, matando-lhe a gente e queimando-lhe as casas⁴⁶⁶.

No *Roteiro Verdadeiro da Minas do Cuyabá*, Manoel de Barros faz “advertências precisas neste rio Pardo” e recomenda fazerem roças pelo tempo adiante, pois “mais suave ficará a viagem” se souberem superar a carência de caça para sustento das tropas. Porém, “como todos temem o caiapó, que valendo-se das noites queimam as casas e mata a gente, ninguém se anima a lançar roças e viver em semelhante altura, salvo se fosse algum homem de poder, vivesse muito bem entrincheirado e com bastante armas”⁴⁶⁷.

Nas cabeceiras do rio Pardo, próximo do riacho do Camapuam, Cabral Camelo igualmente refere-se a duas roças povoadas e à difícil situação de medo e constante ameaça de ataque caiapó “aos pobres roceiros que vivem como em um presídio, com as armas sempre nas

dondos de madeira (bilros, em português). (Monteiro, *Relação*, p. 395-396). Mas Taunay observou que faziam parte dos *caiapós meridionais*, o que estaria em acordo com as características notadas por Nóbrega. Apud. HEMMING, John. *Ouro vermelho*, SP, 2007, p. 365.

⁴⁶⁵ PIRES DE CAMPOS, Antonio. Op. Cit, fl.14v.

⁴⁶⁶ BARROS, Manoel de. *Notícia 7ª Prática*, fl. 29v.

⁴⁶⁷ Idem, Op. Cit, fl. 28.

mãos”. Até para buscar água, mesmo perto, devem ir sempre com guardas. Para roçar, plantar e colher os mantimentos, também estão sempre com suas armas. Enquanto uns vigiam, outros trabalham. Nem com toda essa cautela se livram de que em várias ocasiões os Caiapó tenham matado alguns⁴⁶⁸.

No rio Camapuam, Camelo narra ser a viagem trabalhosa, porque a cada instante vão as canoas tocando e embaraçando-se nos paus que estão caídos, com evidente perigo de se perderem, mais ainda “o maior risco é dos Caiapó”. E expressa sua admiração por não terem pensado os Caiapó em “um tão fácil meio de acabar com os brancos, como era esperá-los neste pequeno riacho, cercado todo de matos, embaraçado de paus”; sendo que “eram dados a outras traças [trapaças?] como a de “nos cercarem de fogo quando nos acham nos campos, a fim de que, impedida a fuga, nos abrasemos”. Mas conforme conta, alguns paulistas já sabiam como evitar esses riscos “lançando-lhe contra fogo, ou arrancando o capim para que se não comuniquem as chamas”. Outra estratégia usada por esses índios era a camuflagem, pois relata que, para surpreender nos ataques, “se untam de mel de pau, embrulhados de folhas ou cobertos de carvão, por troncos verdes ou paus queimados”⁴⁶⁹.

Os Caiapó ofereciam tenazes resistências principalmente nesse trecho do caminho das águas. Antonio Pires conta que os paulistas tiveram de abandonar todas as roças que tinham feito no Taquari para atender aos passageiros, pois os Caiapó mataram a maior parte da gente e queimaram-lhes as casas. E diz que se isso não aconteceu em Camapuam foi pela vigília contínua dos roceiros, que nem de dia, nem de noite largam as armas. Mesmo assim, já teriam perdido mais de 20 escravos nas mãos dos Caiapó. Continua a informar que por medo dos Caiapó outros gentios não habitavam os rios Pardo, Quexoim [Coxim] e Camapuam. Segundo o autor, o último trecho habitado pelos Caiapó era onde o rio dos Porrudos deságua no rio Paraguai⁴⁷⁰.

Cabral Camelo também afirma que “por todo o grande rio Pardo costumam andar os Caiapó. Ao contar de duas roças iniciadas por ele no ano de 1727, quando passou para as minas cuiabanas, na barra dos rios Taquari-mirim e Coxim com o rio Taquari, diz que não duraram muito, pois “até aí chegam os Caiapó”. Na volta da vila do Cuiabá ao povoado, em 1730,

⁴⁶⁸ CAMELO, João Antonio Cabral. *Notícia 1ª Prática* (...). Op. Cit, fl. 2.

⁴⁶⁹ Idem, Op. Cit, fls. 2 e 3. (Interessante observar a semelhança com a “caçada de fogo” dos xavantes, que utilizam esse mesmo método de cercar e atear fogo em determinada área do cerrado, deixando algumas passagens estreitas para os animais, onde os aguardam para abatê-los com suas bordunas [porretes] e outras armas.)

⁴⁷⁰ PIRES DE CAMPOS, Antonio. *Notícia 5ª Prática* Op. Cit, fls. 14v e 15.

os sobreviventes da monção onde morre o ouvidor Lanhas resolveram vir por terra até Camapoam pelo caminho no qual seguiam antigamente os sertanistas. Ao caminharem 14 dias pelo Pantanal acharam a primeira roça do Taquari despovoada porque matou os Caiapó haviam matado sete ou oito pessoas depois de reduzirem as casas às cinzas. Passado o rio Taquari, também viram outra roça sem gente, casas queimadas e alguns mortos pelo gentio. Ao chegarem em Camapuam, enquanto esperavam para fazerem as canoas, com uma flecha o caiapó lançou fogo nos ranchos e queimou quase tudo, exceto a capela e um paiol, salvos porque os integrantes das tropas cobriram essas construções com redes e lençóis ensopados em água. A viagem continuou, “não sem algum risco do caiapó”. Pelo rio Pardo abaixo, mais roças abandonadas, moradores mortos e casas queimadas. Em uma das roças do Caijirú dois integrantes da tropa tombaram flechados em um ataque do mesmo gentio⁴⁷¹.

A 3ª *Notícia*, dada pelo capitão Domingos Lourenço de Araújo, narra o ataque dos Paiaguá à monção onde morre o ouvidor Lanhas em 1730. Após a segunda ‘peleja’ da tropa que vai socorrer os sobreviventes com os gentios bárbaros, uma parte deles decide seguir para o povoado “tomando o caminho do Sertão passando os rios Porrudos e Pequiri”. Ao saírem no Camapoam, diz terem achado casas e roças queimadas pelo gentio caiapó⁴⁷².

Nas cabeceiras do rio Pequiri, Antonio Pires informa de uma nação chamada itanhariéz, de “muitos mantimentos e valente pelas suas armas” e que “resistem aos Caiapó, não obstante o serem estes o açoute de todo o mais gentio, e tão traidores e astutos, que basta um só caiapó para perder e destruir uma tropa de 500 armas de fogo pela ligeireza com que correm e vencem na carreira o mais ligeiro cavalo”⁴⁷³.

No trecho em que o rio Tiete desemboca no rio Grande, próximo do grande salto de Urubupungá, assim alerta a cópia de uma carta escrita de Cuiabá aos novos pretendentes daquelas minas, ou *Notícia 8ª*: “Ide onde puderdes chegar sem risco, bem provido de anzóis e linhas que vos não faltará peixe, mas guardai-vos do gentio caiapó, não vos ache descuidado”⁴⁷⁴. Depois de passar por “célebres redemoinhos” e muitas ilhas, recomenda buscar a terra da parte esquerda, e “fugir de arranchar na parte direita do rio para que não vos visitem quando menos cuidares os Caiapó”. Já no rio Pardo adverte para que nos pousos desse rio tenham

⁴⁷¹ CAMELO, João Antonio Cabral. Op. Cit, fls. 4 e 9.

⁴⁷² ARAÚJO, Domingos Lourenço de. *Notícia 3ª Prática*, fl.12.

⁴⁷³ PIRES DE CAMPOS, Antonio. . *Notícia 5ª Prática* Op. Cit, fl. 18.

⁴⁷⁴ *Notícia 8ª Prática*, fl. 41v.

“cautela e cuidado com o gentio caiapó, que também cursa este rio; e se vos puder desatar de noite algumas das canoas, tende certo que sem escrúpulo o há de fazer.” No Varadouro de Camapuan recomenda: “Não largueis nunca a vossas armas por respeito ao gentio caiapó, que ainda aqui chega como experimentaram a tropa do ano de 1728”. E revela as estratégias desse gentio: “Se escondem em qualquer moita de mato untados todos de terra e em forma que estando olhando para eles não distinguireis facilmente se é gente ou terra”. Quando deixam a tropa passar,

(...) pelas costas vos darão tiros com os seus porretes e tão certos que quando vos derem no pescoço atirando-vos a cabeça darão pelo mal empregado o golpe. Desta sorte, basta um só caiapó para destruir toda uma tropa; porque posto escondido no caminho faz tiro ao último da retaguarda e partindo logo correndo com mais ligeireza que um cavalo volta a esconder-se e a dizimar a tropa⁴⁷⁵.

A carta aos viajantes que pretendem chegar às minas de Cuiabá também informa que após descer o rio Coxim, passar a barra do rio Taquari-mirim e o sítio de João de Araújo, quase chegando ao rio Taquari-Assú, é “até onde cursa o gentio caiapó”⁴⁷⁶.

Na viagem do capitão-general Rodrigo César de Menezes pelo caminho dos rios às minas de Cuiabá, seu secretário, Gervásio Leite, parece estar avisado do perigo do gentio caiapó no mesmo rio Grande. Relata na *Notícia 6ª Prática* que, após atravessar redemoinhos entre as pedras e passar por várias ilhas e areais, “se foi dormir à barra do rio Apeú em uma dilatada praia da parte esquerda, porque da direita anda o gentio caiapó, que é de curso, e o pior que tem estes sertões”⁴⁷⁷.

3.4.2. Os Gualaxo e outras nações e lotes de gentios

Subindo o rio Pardo, se chega à barra do rio Nhanduy. De acordo com a lembrança do que viu o sertanista Antonio Pires, ali habitava “o gentio a que chamam gualaxos”. Esses índios, “apesar de terem alguns mantimentos, nem por isso são de aldeias; e vivem de curso e montarias e usam de arcos e flechas, e alguns laços”. As mulheres usam “uns reparos de palha” e os homens andam nus. Fazem guerra só com os caiapó que até lá chegam.

⁴⁷⁵ Idem, Op. Cit, fol. 42v. Obs: Esses porretes parecem ter semelhanças à borduna, feita de madeira muito dura, tendo a extremidade mais grossa, usada para acertar a cabeça ou nuca da caça, armas ainda hoje usadas por xavantes, integrantes do grupo Jê, do Brasil Central.

⁴⁷⁶ Idem, Op. Cit, fl. 46.

⁴⁷⁷ REBELO, Gervásio Leite *Notícia 6ª Prática...*, fl.19v.

Na *Notícia* de Domingos Araújo, após o combate com os Paiaguá, os que seguiram na tropa pelo antigo caminho dos sertanistas souberam que os Caiapó tinham atacado casa e roças, e que “o mesmo tinham feito no Cajuru os gualapos [Gualaxo] às roças, que ali havia”⁴⁷⁸.

Ao entrar no rio Taquari⁴⁷⁹, há evidências do despovoamento. Antonio Pires relata “que por este rio habitou muito gentio”. Mas demonstrou ainda habitar diversas nações, gente sem aldeias, todos falando a mesma língua, mas que “nos nomes dos caciques são diversos”. Alguns lotes de gentio habitam à beira do rio e outros tantos nas vargens [terras alagadas], onde vivem de montarias e algumas lavouras, conforme se lê em seu relato:

Por este rio habitou muito gentio, e habita parte por ele abaixo, tanto de uma banda como da outra, e sem embargo de usarem todos da mesma língua, nos nomes dos caciques são diversos. O maior lote que houve se chamava Cubixerez, os outros são os Achihanes, Escolhesez e Coroyás. Estes todos estão à beira do rio, que pelas vargens habitam outras nações chamadas Cacaócas, Ahunos, Juniacas e Tiquinitos. (...), vivem de montarias, e tem algumas lavouras de mandioca e batatas, coisa mui pouca. É gente sem aldeias nem lugar certo e andam sempre volantes a caça de boas montarias.

O traje é o mesmo entre todos esses gentios: os homens andam nus e as mulheres com alguns reparos de palha. Suas armas são arcos, flechas e laços e “sucede fazerem-se cruel guerra algumas vezes, por desconfiança que há entre uns e outros. Mas tanto que nos sentindo em suas terras unem-se todos e de repente nos buscam”⁴⁸⁰.

O relato de João Antonio Cabral Camelo, passageiro da monção do ano de 1727, em sua *Notícia 1ª* coincide com o trecho citado acima, do sertanista Pires de Campos, sobre o que se ouviu dizer do despovoamento e das nações indígenas que ainda habitavam o rio Taquari:

Dizem que de uma e outra parte há gentios; mas se supõe que são restos de algumas nações que os sertanistas conquistaram. Destes só vi três bugres, que traziam em sua companhia um sargento-mor paulista e eram agigantados⁴⁸¹.

⁴⁷⁸ ARAÚJO, Domingos Lourenço de. *Notícia 3ª Prática*, fl. 12

⁴⁷⁹ Parece até ironia do destino: atualmente, o rio Taquari vem sofrendo sérios riscos causados pelo intenso assoreamento devido à expansão do desmatamento das suas cabeceiras e margens. Outro aspecto admirável era a fartura de peixes, abundância que hoje já não se vê mais.

⁴⁸⁰ PIRES DE CAMPOS, Antonio. *Notícia 5ª Prática* Op. Cit, fl. 14v e 15.

⁴⁸¹ CAMELO, João Antonio Cabral. Op. Cit, fl.3v. Esses “restos de algumas nações” se pode supor serem alguns de grupos da grande nação dos Bororo, que chegavam até o rio Taquari, segundo narraram alguns anciãos dessa etnia na década de 1980. Há também algumas coincidências com descrições de Roquete Pinto, nas quais se diz que os Bororo eram “os maiores índios até agora conhecidos”; ou com o que descreve o padre Fraga sobre serem eles “um tipo esbelto, forte, elegante e bem formado, atingindo por vezes proporções agigantadas” (Cf. Mario Bordignon, 1986, p. 2-3).

Seguindo por detrás do rio Taquari, há um rio de nome Claro, todo ele territorialidade de grupos canoeiros e lavradores, pois, segundo Antonio Pires, este rio “é habitado por vários lotes de gentio”, onde “costumam andar sempre embarcados”, e se sustentam com mantimentos como mandiocas, milho e batatas. Tinham também algumas plantações de cana de açúcar e bananais, e “que destas disseram que se levaram as primeiras [mudas], que já hoje [1730] há no Cuyabá”. O primeiro lote se chamava Abathaéz, o segundo Coquiaéz, e o terceiro Umaguaéz. Estes canoeiros andavam nus e usavam arcos, flechas e lanças, e “como os demais desses sertões, tem guerras com os payaguás e alguns encontros com os cavaleiros aycurús, de quem tem recebido notável perda”. Um pouco antes ainda de entrar no rio Paraguai, deságua o rio Claro no rio Botheteu, e aí habitavam alguns lotes de gentio. Também utilizavam barcos e tinham a mesma língua, os mesmos trajes e as mesmas armas, guerreando com os Paiaguá e os Guaicuru⁴⁸².

3.4.3. Paiaguá e Guaicuru-cavaleiros: formidáveis por mar e terra

Continuando sua *Notícia dos Reinos de Gentios por trilhas das águas*, Antonio Pires chega ao Botheteu⁴⁸³. Esse rio, após receber o rio Claro descrito acima, “povoado de muitos lotes de gentios embarcados”, une-se ao riacho Aratu e deságua no rio Paraguai. E por essas águas ou única barra entra o gentio payaguá, que “vive embarcado, sem aldeia, nem domicílio algum certo”. Após essa introdução, o capitão-sertanista relata três emboscadas do astuto Paiaguá nos “brancos” que seguiam a Cuiabá. A primeira foi no ano de 1725, a segunda em 1726 – e nesta estavam unidos com os Guaicuru –, e a terceira no ano de 1727, quando levaram consigo um menino:

É tão astuto que emboscando nas voltas e recôncavo dos rios, dão de repente sobre os brancos que passam ao Cuyabá. E assim o fizeram no ano de 725, matando a Diogo de Souza de Araújo com uma negra sua e um moleque; e no 726, unidos com os aycurus avançaram no Taquari a uma tropa nossa que passava para as Minas (...) a tiveram em cerco cinco dias e a teriam mais tempo se não chegasse o socorro de cinqüenta [50] canoas, que se lhes obrigou a retirar, ao mesmo tempo em que já intentavam os aycurus passar com os seus cavalos o rio.

⁴⁸² PIRES DE CAMPOS, Antonio. *Notícia 5ª Prática* (...) Op. Cit, fl. 15.

⁴⁸³ Este é o mesmo rio Miranda, que banha o Pantanal do Mato Grosso do Sul.

No ano de 727 acometeram no [rio] Paraguai outra tropa de mineiros em que iam com 30 canoas, e só com 10 que traziam, avançaram e renderam duas das nossas e matando nelas a Miguel Antunes e Manoel Lobo e dez escravos, e reservando a vida a um menino, filho do mesmo Lobo, que levaram consigo ⁴⁸⁴.

Diz constar “todo este gentio de três grandes lotes, que unidos são inumeráveis, e comumente o fazem com os cavaleiros, que não são menos, então são formidáveis por mar e terra”. E detalha seus trajés e destreza nas canoas em combates nas águas:

O seu traje é andarem nus e só as mulheres usam de uns panos que fazem de algodão, à maneira de mantilhas: vivem só do que pescam pelos rios e usam arcos, flecha e lança, em que são destríssimos, e tanto que fazem com elas dois e três tiros, enquanto os nossos disparam uma espingarda. Se pelejam em canoas e sentem maior poder na contrária, lançam-se à água, fazendo da própria canoa escudo, em que reparam as balas; mas se sentem fraquear o inimigo, voltam logo a canoa e o investem; e se lhes sucede mal, alagam a canoa e surgem por baixo da água a grande distância.

E quanto aos costumes dos seus aliados Guaicuru, informa que “vivem de montarias, e as mulheres usam de uns panos que fazem de algodão, à maneira de mantilhas”. Os homens andam nus e usam “lanças, porretes e laços, com que fazem grandes tiros e não só prendem as feras e caças, mas aos mesmos contrários; e cursam os rios Botheteu, Claro e Taquari, onde têm feito um considerável dano”. São chamados comumente os *cavaleiros*,

(...) por sempre andarem a cavalos, e são esses entre todos estes gentios, os mais fortes, assim pelo contínuo exercício que tem da cavalaria, como por seus cavalos serem os melhores. Têm as pernas arqueadas e são pela maior parte curtos de corpo, socados e largos de espáduas. Unem-se com os payaguás só a fim de os passarem nas canoas à outra parte do rio Paraguai, onde fazem cruel guerra não só às outras nações, mas a algumas povoações de castelhanos, que por se livrarem deles se lhes pagam certo tributo. E há quem diga se juntam em campanha muitas vezes, dez, doze mil cavaleiros, levando cada uma à destra quatro e cinco cavalos ⁴⁸⁵.

Voltando ao curso principal do rio Taquari, recolhendo percepções sobre os Paiaguá e Guaicuru em outras notícias, a viagem segue por lagoas e baías povoadas de gentios, adentrando cada vez mais o ambiente que passam a chamar Pantanal.

⁴⁸⁴ PIRES DE CAMPOS, Antonio. fl. 14v. Essas emboscadas correram bocas e ouvidos no século XVIII. Não são narradas apenas por Antonio Pires, mas constam de outras notícias que aparecem adiante e também na *Relação*, de Barbosa de Sá [1975] em que o cronista diz escrever o que ouviu de testemunhas e algumas são copiadas de devassas tiradas na Vila.

⁴⁸⁵ PIRES DE CAMPOS, Antonio. *Notícia 5ª Prática* dada pelo capitão (...). Op. Cit, fl. 15.

Na Notícia de sua viagem às Minas, em 1727, o capitão Cabral Camelo relata que três dias antes do rio Taquari desaguar no rio Paraguai havia uma paragem chamada a Prensa. Esse trecho era conhecido como “a passagem dos gentios guaicuru ou cavaleiros para os Pantanaís, e costumam sertanizar todos os anos, pela nímia abundância de caça que há em todos eles”. É aí “a mais certa e conhecida passagem deste gentio guaicuru” na parte em que “o Taquari é mais estreito e baixo”. Nesta passagem tem “os guaicuru acometido por vezes nos seus cavalos a algumas tropas nossas”. E narra o caso de tropas que só conseguiram escapar por estarem perto do mato. As tropas que estavam longe sofreram baixas. Esse gentio “usa de lanças e de uns laços de couro muito compridos, com que prendem e laçam em proporcionada distância tudo o que querem. Andam sempre em grandes tropas de 500 até 1.000 e se necessário ajuntam-se mais, porque são muitos os seus reinos, e cada um só por si terá mais de 9.000 cavalos”⁴⁸⁶.

Na *Notícia 8ª Prática ou Carta aos passageiros que vão às minas*, há indicações de que nesse trecho do rio Taquari ocorria “mais fartura e menos fome, porque há mel e caça, muito palmito e bastante peixe”. Após passar várias ilhas, chegava-se a uma conhecida como Prensa, onde o rio se dividia em duas partes. Daí para baixo “principiam os Pantanaís, que são uns campos alagados com vários sangradouros e lagoas; tem muito peixe e caça, e já aqui se teme o guaicuru ou cavaleiro e muito mais o Paiaguá”. Nesse momento da viagem um alerta amedrontador: “Pobre de vós se encontrares um ou outro”. E para se defender desse gentio: “Trazei limpas e prontas sempre as armas e com cartuchos feitos, como usa a infantaria nas campanhas; porque as investidas desse gentio são de súbito e repentinas”. Ao contar de um ataque a uma monção no ano de 1726, se vê manifesto o recurso da salvação divina e, portanto, a religiosidade cristã desse narrador sertanista:

E quis Deus acharem uma parte do rio fundo e na terra um capão de mato a que se acolheram, e para que em tudo parecesse prodígio divino o salvarem-se, tiveram a fortuna de terem também ao pé do morro, da parte do campo, um grande pantanal com água e lodo. Neste estiveram cercados sete dias e desesperado o gentio de não os poder assaltar, por não ser possível. Vadearam o rio com os cavalos, menos o pantanal, e se retiraram ao aparecer mais uma tropa, que eram 60 canoas com duas pequenas peças de artilharia.

Nessa mesma Carta, o alerta para que se navegue “sempre avante, mas sempre com o mesmo cuidado e sentido”. Onde o rio se divide em duas partes, orienta que se vá pela direita,

⁴⁸⁶ CAMELO, João Antonio Cabral. *Notícia 1ª Prática (...)*, Op. Cit, fl. 3v.

na parte mais estreita do rio que chamam “bracinho”, até avistar os “morrinhos”. E se passa pela direita, pois “neste lugar é a passagem dos gentios Guaicuru por ser estreita e ter pouca água, e tanto que tomam pé nela os cavalos”⁴⁸⁷.

Em se tratando dos Guaicuru, há um episódio narrado por Cabral Camelo que sugere uma tentativa de aliança desses índios com os cuiabanos para combater os Paiaguá. Conta o capitão que ao chegar a notícia em Cuiabá do destroço do gentio Paiaguá, onde foi morto o ouvidor Lanhas Peixoto, em 1730, “uma armada de cuiabanos, sentidos dessa desgraça, se animaram a vingarem-se no mesmo sítio as mortes de seus amigos”. Para esse intento “armaram muitas e boas canoas”. Como não encontraram os Paiaguá no mesmo local, seguiram adiante mais três dias de viagem, alojaram-se em um barranco do rio Paraguai e surpreenderam os Paiaguá. Os cuiabanos afundaram duas de suas canoas, mas os Paiaguá conseguiram bater em retirada para o meio do rio, desafiando a tropa. Algum tempo depois, conta Camelo, um dos mais poderosos caciques Guaicuru procurou contato com a armada dos cuiabanos oferecendo pazes e prometendo ajudá-los contra os Paiaguá. Disse o cacique que, “quando não bastasse o seu poder, traria cinco ou seis régulos seus parentes, com oito ou dez mil cavalos cada um”. E responderam que procurasse mais acima o cabo da armada, um “nobre paulista” de nome Antonio de Almeida Lara. O cacique decidiu ir até onde estava o cabo paulista e “com fé de amigos, embarcou na canoa dos cuiabanos, levando consigo sua mãe, um irmão e alguns parentes seus”. E conta o que se sucedeu nas águas do rio Paraguai:

Os nossos foram tão bárbaros e infiéis, que o mesmo foi apartarem-se da terra que poram [puseram] numa corrente o cacique e manietaram os mais. Assim presos os apresentaram ao cabo. Estranhou ele [o cabo Antonio de Almeida Lara] essa ação e mandou-os soltar, e o tratou com liberalidade e agrado; e neste mesmo tempo que chegou preso o cacique, se achavam outros nas nossas rancharias, vendendo vacas, carneiros e alguns cavalos, entre os quais estava um que disse o cacique fora seu, e que era o melhor de todos eles; e montando nele com licença do cabo, deu duas voltas, na terceira valendo-se da ligeireza do bruto, se ausentou com os seus, sentido que o Cabo não castigasse (como devia) a traição que se tinha usado com ele, se é que não recebeu também o cativarem-no. Ficaram, porém, entre os nossos a mãe, a irmã e alguns parentes e os levaram consigo para o Cuyabá⁴⁸⁸.

Cabral Camelo disse saber desse caso por cartas de alguns amigos paulistas que estiveram presentes nesse acontecimento. O trecho a seguir parece ser um recado aos cuiabanos,

⁴⁸⁷ ANÔNIMO. *Notícia 8ª Prática*, fl. 45.

⁴⁸⁸ CAMELO, João Antonio Cabral. *Notícia 1ª Prática*, fl. 4v.

amedrontando-os com a possibilidade de vinganças dos gentios: “Não se queixem os cuiabanos dos Guaicuru, queixem-se da sua infidelidade, se o virem unido esse gentio com o Paiaguá, lhe toma o passo do Taquari [local da passagem], que é fácil e nele ou os destrói a todos, ou os obriga a não entrar, nem sair do Cuyabá”. Ao retomar sua jornada, Cabral Camelo segue pelo rio Taquari, passa pelos morrinhos “que são dois ou três pequenos montes”, e daí mais meio dia de viagem chega no Paraguai-mirim. Sobre esse trecho, avisa: “nesta parte é que costumam andar os Paiaguá, e alguns dizem que chegam até a Prensa”. Entrando pelo Paraguai-mirim “um braçinho do Paraguai-Assú que sai dele pela parte direita e se divide em outros muitos que cruzam de uma pra outra parte, são certos os paiaguás”. E no rio Paraguai-Assú, se costumam gastar sete ou oito dias. E “passando quatro ou cinco dias da barra em que se entra nele, têm os paiaguá os seus ranchos em uma das muitas ilhas que nele há”⁴⁸⁹.

Depois dos morrinhos, onde já disseram ser certa a passagem do gentio guaicuru com seus cavalos, na *8ª Notícia Prática* ou *Carta aos que vão às Minas*, faz-se a recomendação para que se navegue “sempre com a mesma cautela e cuidado” até chegar ao rio Paraguai-mirim. Mas o perigo continua, pois a partir daí o alerta com o paiaguá deve ser redobrado:

Saído no Paraguai, cuidado e mais cuidado no gentio Paiaguá, que é muito destro e bom pirata. Acomete sem receio, esconde-se nos sangradouros e baías à volta do rio e tanto que se avista qualquer tropa, a investe de repente, mata a gente, leva as canoas e não há monção em que não tenham feito alguma guerra. As canoas que andam são muito leves e navegam com grande velocidade, e se os apertar lançam-se ao rio e por baixo da canoa a reviram⁴⁹⁰.

Está evidente nesta narrativa sertanista o reconhecimento da destreza dos Paiaguá em manejarem as canoas nas águas durante seus contínuos ataques “piratas” aos brancos. Sem dúvida, também deve ter causado admiração a capacidade desses indígenas em suas pescarias nas águas do Pantanal: “Quando pescam, não usam mais de linha ou anzol que o da própria mão. Vão ao fundo e escolhem o peixe que lhes parecer melhor”⁴⁹¹.

Seguindo o roteiro da *Carta aos passageiros a que vão às minas do Cuyabá*, agora se começa subir o “bastante largo” rio Paraguai-assú e se deve ir “sempre o lado mais direito do rio fugindo das ressacas, voltas e sangradouros por vos livrares do gentio, que é certo e pode estar por perto”. Desse trecho acima orienta como se pode contornar as ilhas, passar por uns morros até avistar “uma grande baía quase da largura do mesmo rio”. Ao chegar ao local de

⁴⁸⁹ Idem, Op. Cit., fls.3v e 4.

⁴⁹⁰ *Notícia 8ª Prática* exposta na cópia de uma carta escrita do Cuyabá (...) Op. Cit, fl. 45 v.

⁴⁹¹ Idem, ibidem.

“uma terra alta, com muito mato e pedra, quase à margem do rio”, diz que esse foi o sítio onde “se sucedeu a derrota das 30 canoas [dos Paiaguá] com as 60 nossas, acima dita, cujos vestígios achou ainda uma tropa que atrás vinha, vendo as sepulturas, e algumas caveiras novas ainda com carne, vários cascos de barris e coronas de armas quebradas”. Desse local fúnebre e assustador, navega-se pelo rio acima e se avista “outra baía não menos espaçosa que a antecedente” e recomenda seguir até um sangradouro na margem direita que se chama Axianés, e por ele deixar o rio Paraguai. Ao entrar no Axianés deve-se ir pela direita até avistar uma barra onde o rio faz uma forquilha, por onde se entra pela barra do rio dos Porrudos. E adverte: “se não quiseres entrar neste Axianés, subi pelo Paraguai, mas cuidado com o gentio Paiaguá”⁴⁹².

Na Notícia 1ª Prática, informa Cabral Camelo ser também por este rio Xianés, no caminho da margem direita “que se vai comumente ao Cuyabá”. Foi aí que os Paiaguá atacaram uma tropa que ia adiante da sua sete ou oito dias de viagem, em 1727, e “mataram os capitães Miguel Antunes Maciel e um fulano Lobo, do qual levaram 4 canoas com um filho, ainda rapaz”. Este ataque paiaguá também consta na *Notícia 8ª*: “(...) lhes saíram 30 [canoas] do Paiaguá, mataram-nos 12 pessoas com os 2 capitães de toda tropa, e levaram 3 canoas carregadas de fazenda. Levaram também nesta ocasião cativo um menino de oito anos, filho de um dos cabos mortos”⁴⁹³.

Na *Notícia* da viagem do capitão-general Rodrigo César, escrita pelo seu secretário, o português Gervásio Leite, novamente a anotação da presença de Guaicuru e dos Paiaguá. Navegando pelo rio Taquari abaixo, após passarem a Prensa e a Forquilha “se avistaram os montes dos Paiaguá”, e viram à direita “um rancho com uma cruz, sepultura de algum branco”. No dia seguinte passou-se o Taquari-mirim e entraram à direita por uma divisa com duas cruzes. A seguir, diz terem atravessado a “passagem dos índios Aicurus, chamados os Cavaleiros”. Nesse trecho, obedeceu-se “a ordem que se passou de não dar tiro algum pra não sermos sentidos do Paiaguá, que anda em canoas; e se costuma unir com os Aicurus a espiar-nos”. Todos esses dias navegaram “pantanaís com vários rios que entram neles por cuja causa são precisos bons pilotos e bons práticos”. Continuaram até chegar ao rio Paraguai-açú, onde montaram rancho no fim da tarde. À noite, uma grande chuva “alagou a maior parte das canoas com bas-

⁴⁹² *Notícia 8ª Prática* .. Op. Cit, fls. 46 e 46v.

⁴⁹³ *Notícia 8ª.Prática.*, fl 47 (Notam-se aqui algumas sutis diferenças: uma canoa a menos e o rapaz como sendo um ‘menino’, - detalhes que não alteram substancialmente o acontecimento narrado) .

tante perda” e ainda o desesperado incômodo dos mosquitos. Prosseguiram viagem pela manhã e devido a um vento muito forte, a tropa se recolheu “por um rio que sai para o sertão da parte esquerda”. E se lê deste dia sua descrição desse rio e do ataque do Paiaguá do ano de 1725:

Este rio Paraguai é bem fundo, largo e caudaloso e com o vento inavagável. É infestado de gentio Paiaguá. Neste ano passado [1725] tomou duas canoas e nelas uma negra e um negro com tudo mais que traziam. E o senhor que era Diogo de Souza Araújo, natural de Ponte Lima, não apareceu mais, ainda que dizem os negros que fugira para o mato ⁴⁹⁴.

E ao entrar no rio dos Porrudos [atual S. Lourenço] Cabral Camelo diz que “na sua barra e na do Paraguai iam muitos cuiabanos salgar peixe para venderem”. No entanto, quando ele chegou à Vila Real do Bom Jesus de Cuyabá, em 1727, soube que os Paiaguá haviam encontrado há poucos meses uma tropa com mais de vinte pessoas que pescavam na barra desse rio, “e os mataram, escapando só dois ou três únicos para escarmento dos mais, e obrigando a outros esta desgraça a se livrarem-se para mais perto da Vila” ⁴⁹⁵.

3.4.4. O ataque do gentio Paiaguá na monção de 1730

O ataque Paiaguá à monção em que morre o ouvidor Lanhas ⁴⁹⁶ merece destaque. A ênfase que ganha este evento permite considerá-lo um importante marco histórico tanto para a resistência ameríndia nos sertões de Cuiabá, como para os direcionamentos da conquista colonial luso-paulista, a ponto do rei D. João V ordenar uma “guerra justa” aos Paiaguá em 1732 ⁴⁹⁷. Outro forte motivo pelo qual se destaca esse acontecimento é por ser tema privilegiado de três das oito *Notícias Práticas das Minas do Cuyabá* enviadas ao padre Diogo, conjunto do-

⁴⁹⁴ REBELO, Gervásio Leite. *Notícia 6ª Prática...* fls 22, 22v e 23

⁴⁹⁵ CAMELO, João Antonio Cabral. *Notícia 1ª Prática...* Op. Cit, fl. 5

⁴⁹⁶ Lanhas Peixoto foi ouvidor de Parnaguá e depois 1º Ouvidor das Minas de Cuiabá, onde chegou juntamente com o capitão-general Rodrigo César de Menezes em 1726, governador da Capitania de São Paulo e Minas. Mas ouve um sério desentendimento entre eles no caso de um enforcamento de um negro poucos meses após chegarem às minas. Instalou-se uma crise política e cisão entre grupos, tanto que o general retorna em 1728, e ele só depois de 2 nos faz sua viagem de volta.

⁴⁹⁷ Pelo menos duas *Bandeiras* foram organizadas em Cuiabá para combater os Paiaguá depois deste ataque de 1730. Apesar da Ordem Régia de 1732 para a “guerra justa”, uma grande armada comandada pelo coronel português Manoel Rodrigues de Cavalho foi só efetivamente realizada em abril de 1734. Sobre esta ‘guerra justa’ existem várias Ordens Régias e correspondências entre o Rei e CU-Conselho Ultramarino com os capitães generais de São Paulo e senadores da Câmara da Vila de Cuyabá. Ver: PRESOTTI, Thereza Martha. *O novo descobrimento das minas e sertões de Cuyabá*, Diss. de Mestrado, UnB, 1996; JESUS, Nauk Maria de. UFF, 2007.

cumental em foco nesta tese, e em que as percepções sobre os índios Paiaguá como gentio bárbaro ganham maior vigor.

Passados quatro anos do ataque, já estando na Vila de São João del Rey, o capitão João Antonio Cabral Camelo escreve a *Notícia 2ª Prática*, em que relata o que lhe sucedeu na monção de retorno das minas de Cuiabá para São Paulo. Testemunha viva do ataque, Cabral Camelo retornava na mesma monção do ouvidor Lanhas após ter passado três anos nas minas.

Cabral Camelo parte do porto de Cuiabá em 15 de maio de 1730 junto ao ouvidor Lanhas, “com quem teve boa amizade em todo o tempo em que esteve naquelas minas”, segundo o mesmo. Depois de rodar pelo rio Cuiabá por seis dias, toda a tropa, constituída de 23 canoas (19 de carga e quatro de pescaria), se reuniu no Registro Velho. Segundo Camelo, ajustou-se “ser precisa toda a cautela por respeito ao Payaguá, que era certo que estava no Paraguai”, sendo que há pouco tempo souberam que tinham feito um ataque nos pescadores na barra com o rio Porrudos. E resolveu-se pela seguinte ordem da tropa: o ouvidor na retaguarda com algumas canoas bem armadas, e Cabral Camelo com outras na vanguarda, indo ao meio os que não levavam armas.

Próximo do dia da emboscada fatal, as tropas dormiram no local onde deságua o rio dos Porrudos no rio Paraguai e no fim da tarde do outro dia resolveram arrancar defronte da barra do Xianés. Ali ocorreu uma “desordem”, porque nem todos acharam terra para se acomodarem, já que o Pantanal se encontrava em período de cheia. Cabral Camelo e uns companheiros fizeram seu rancho em “um tijucal [lamaçal] sendo preciso cortar ramos não só para armar redes, mas para se acender fogos sobre eles. Sete canoas foram pelo rio Xianés, mas ele e o Dr. Lanhas navegaram pela Madre do Porrudos, e após dois dias divididos se juntaram todos na dita barra do Xianés. Naquela tarde deram “vários tiros ao muito passario que há naquela barra”. Os tiros aos passarinhos contrariaram Camelo e outros mais, por temor de “avisarem com eles ao Payaguá”, o que no outro dia se confirmou. Naquela noite, uma cruel tempestade teria dado um aviso ou prognóstico do que estava por acontecer: “E não sei se também prognosticou nesta noite a cruel tempestade que padecemos, sendo-nos preciso meter no mato as canoas por não se perderem todas”⁴⁹⁸.

⁴⁹⁸ CAMELO, João Antonio Cabral. *Notícia 2ª Prática*, fls. 6v -7

No dia seguinte, 06 de junho, passados 21 dias da saída de Cuiabá, seguindo viagem pelo Paraguai abaixo, conta o capitão Cabral Camelo que era cerca de onze horas quando “ouviram um grande urro pela parte direita, e dela se viu

(...) sair de dentro de um sangradouro, em que estava escondido com os ramos, o Paiaguá. E acometeu-nos logo com cinqüenta canoas que trazia todas bem armadas em cada uma delas vinha dez a doze bugres de agigantada estatura, todos pintados e emplumados, e o mesmo foi chegar a tiro que cobriu-nos de uma tão espessa nuvem de flechas que escureceu o sol. Temerosos os negros que remavam, saltaram na água e deixaram as canoas ao desamparo, e nisto estava toda nossa desgraça, porque um ou dois brancos que ficaram nelas nem podiam tomar terra nem remar ou governar a canoa e defender-se. E aproveitando-se desta desordem o Payaguás foi sobre eles, e a flechadas, lançadas, porretadas os acabaram. Alguns se entregaram, mas nem por isso livraram as vidas, os mais pelejaram com valor até morrerem.

Quanto ao ouvidor Lanhas, ainda que tenha ficado “só na canoa com um moço que trazia nela doente”, conseguiu disparar as quatro armas que trazia consigo. E por falta de quem as carregasse, pegou um estoque (espada) com que se defendeu, chamando para que João Camelo o socorresse. Como ele mesmo disse, “foi lástima”, pois quando ia defendê-lo, atravessou uma canoa das que já andavam sem gente e o fez “rodar pelo Paraguai abaixo”. Apesar de ter voltado o mais breve possível, só encontrou “a multidão de gentio”, que veio para cima dele. Quando ‘pelejava’, quiseram os negros saltar na água, mas os ameaçou dizendo que os mataria antes. Com ele estavam três brancos e disse ser esta a sua vantagem: enquanto dois governavam as canoas, outros dois “pelejavam”. E os negros remaram com força para um barranco e “seguras as canoas em ramos, pelejaram todos”. Nesse reduto de terra chegaram mais seis canoas, que também escaparam por terem impedido a fuga dos negros. Com uma nova investida do gentio, os integrantes da comitiva, munidos de 13 armas, “deram fogo com ânsia e desesperação das vidas”, o que os fez retirar “temerosos de suas balas que não perdiam uma”. Por fim, os Paiaguá se retiraram pelo mesmo sangradouro. Cabral Camelo contabilizou as perdas: 16 canoas, 10 a 12 arrobas de ouro (de 150 a 180 quilos), as armas e toda a roupa, deixando tudo o mais. No outro dia, uma negra, deixada ali como morta, informou que os Paiaguá, “enterraram a seus mortos, curaram os feridos, que não foram poucos”, e “escolhendo dos negros que lhes pareceram melhor, mataram todos os mais junto com alguns brancos, que cativaram e levaram consigo uma branca filha de Lisboa, a quem mataram nesta ocasião o marido”⁴⁹⁹.

⁴⁹⁹ CAMELO, João Antonio Cabral. *Notícia 2ª Prática*, Op. Cit, fls. 7v

Seguindo pela ordem, conforme enumerou o padre Diogo, a *Notícia* seguinte neste tema é a 3ª *Prática* (...) sobre o infeliz sucesso que tiveram no rio Paraguai as tropas que vinham para S. Paulo no ano de 1730. Seu autor, o capitão Domingos Gonçalves de Araújo, a escreveu em novembro de 1730, três meses após o infeliz sucesso nas águas do Paraguai. Foi passageiro na monção que chegou no local da tragédia 25 dias depois, um dos primeiros a ouvir relatos do acontecimento, e igualmente sobreviveu para contar um segundo ataque dos “bárbaros payaguá”⁵⁰⁰. Do momento inicial do ataque, narra Araújo que o gentio paiaguá investiu de repente com “seu costumado urro de vozes e instrumentos”, só que em número maior de canoas: “80 ou 100 canoas todas armadas”. As tropas também não puderam chegar até a terra, pois os negros lançaram-se nas águas “temerosos das lanças inimigas”. Depois de longa peleja, os Paiaguá conseguiram render 16 ou 17 canoas, em que morreram 108 pessoas: 28 brancos e os mais negros.

O relato de Araújo inclui um personagem interessante, que não aparece na *Notícia* de Cabral Camelo. No maior fervor da batalha, “um alemão, Ernesto Lamberto, que era médico nas minas”, após seus remeiros negros terem se lançado na água, “não sem mistério foi salvo por um dos bárbaros”. Além de defendê-lo dos outros, o ‘bárbaro’ o levou em sua canoa para onde já estavam em segurança sete ou oito canoas dos ‘brancos’, em um barranco. Atribuiu-se esse caso ao “mistério” – ou Providência Divina – recompensando-o pela “sua muita caridade, que usou sempre com os enfermos nas minas esse estrangeiro”⁵⁰¹.

Continua a contar que aqueles que se acolheram no barranco do rio, “nem cessavam de admirar a destreza, o valor, o ânimo e ainda a desesperação do inimigo; porque sem temerem a morte, se metiam nas bocas das nossas armas desprezando a própria vida, a tempo que viam outros perdê-las”. Descreve-os sendo “de estatura disforme, as caras e corpos todos pintados, ornados com variedade de penas as cabeças”; e de grande ‘habilidade e destreza na luta, pois “meneavam com tal destreza as lanças e os porretes; e enquanto os nossos davam um tiro, faziam dois ou três eles”. E diz da admiração quanto à forma de renderem os negros: “O que mais admirou foi o ver o sossego, o descanso, com que no maior calor do combate tomavam a pulso os negros, que rendiam reservando os mais valentes e tirando a vida aos mais fracos”.

⁵⁰⁰ ARAÚJO, Domingos Lourenço de *Notícia 3ª Prática*, fls 12-14

⁵⁰¹ Idem, Op. cit, fl. 10 v

Também chama atenção a habilidade que tinham nas águas: “ao se verem acossados de uma canoa nossa, lançavam-se à água em que nadam como peixe, e a viravam”⁵⁰².

No fim da luta, em que reconhece a vitória dos bárbaros, o narrador reverencia o padre João Vellez, “que dizem se deve a maior da valorosa resistência” dos que sobraram nas sete canoas. Faz referência também a “um Sebastião Pereira que a ter quem lhe carregasse as armas, bastaria ele só para defender a tropa toda; porque não disparou um tiro, que não o empregasse bem”. E descreve cenas do momento da retirada: tocando os seus instrumentos, os gentios desafiavam os que ficaram, chamando-os para o meio do rio. O cacique foi visto usando no pescoço o hábito de Cristo do ouvidor e vestido com um rico traje de Lanhas. A “desgraçada moça filha de Lisboa”, levada pelos gentios depois de lhe matarem o marido, “se achava prenha” e foi vista embaixo de um chapéu de sol junto ao cacique.

Os navegantes das sete ou oito canoas que conseguiram se livrar resolveram retroceder. Subiram o rio dos Porrudos, seguiram pelo Pequeri e pegaram o caminho de terra dos antigos sertanistas até Camapoam. O padre Vellez e Ernesto Lamberto permaneceram na ilha comprida do rio Cuiabá à espera das mais tropas, que haviam de vir de Cuiabá, para seguirem viagem⁵⁰³.

Ao narrar o momento da retirada dos Paiaguá, Cabral Camelo também reconhece a vitória dos “bárbaros”. Nessa cena, cita um interessante personagem, que se supõe ser o menino levado no ataque de 1726/7, e que parece ter se tornado o porta-voz do cacique:

Vitoriosos os bárbaros, se formaram em duas linhas, e saindo ao rio pararam à nossa vista e nos falou um rapaz que julgamos ser o filho do Lobo, que tinham prisioneiro desde o ano que eu fui para o Cuyabá e nos disse formais palavras de desafio: – Se há senhores, diz o cacique, que se querem pelejar saiam fora desses ramos! E vendo-se sem resposta, tornou a dizer que se não saíssemos, eles nos viriam logo buscar. Respondeu-se lhes que viessem, e atiraram alguns tiros mas sem dano por ser a distância muita.

E mais personagens que causa admiração ao lado dos índios:

Depois do rapaz, se levantou um bastardo ou carijó que começou a insultá-los dizendo: “Oh, patifes, vis e baixos, não sabeis que os caribas (assim chamam os brancos) não têm o que fazer com os Payaguás e Guaycurús? E levantou também a moça branca, que ia ao pé do cacique

⁵⁰² Idem, fl. 11

⁵⁰³ Idem, *ibidem*. (Obs: Estes são os que ficaram esperando as tropas de Cuiabá onde veio o próprio narrador Domingos Araújo, e contaram a ele do ataque na tropa do ouvidor Lanhas em 1730, cf. narra adiante).

que, e querendo nos acenar com um lenço não consentiram. E seguiram viagem rio abaixo
504 .

Interessante observar que tanto o rapaz branco, quanto o bastardo ou carijó, conheciam a língua dos Paiaguá, pois estavam na função de intérpretes do cacique. O que leva a refletir se estavam na condição de prisioneiros, ou se teriam “paiaguanizado” e aderido aos costumes indígenas.

A mesma moça branca de Lisboa ficou nas mãos dos Paiaguá até reaparecer três meses depois em Assunção. Conforme está registrado na *Notícia 4ª Prática*, no dia 15 de setembro de 1730, surgiram na outra parte do rio da cidade de Assunção 60 canoas de índios Paiaguá. Uma canoa veio em terra com quatro índios “muito emplumados, armados com flechas e lanças e almagradados (pintados) os rostos, vestidos com uns casacos de couro de tigres, a dar parte ao governador de que traziam uns cativos portugueses, que queriam vender aos espanhóis”. Não quiseram trazer os prisioneiros à cidade até que se mostrasse o que se daria por eles, pondo “excessivo preço a uma senhora portuguesa e a dois mancebos”, fora negros e mulatos. E só foi “reforçarem com mais prata” o montante para o resgate, que os índios “trouxeram a dita senhora, dois mancebos e 12 negros e mulatos”. Da dita senhora⁵⁰⁵ tinham raspado sobrancelhas, pestanas e cabeça, e vestia somente “umas anáguas velhas feitas em pedaços, com que cobria suas vergonhas”; e os mais os traziam todos despídos e raspados da mesma forma. O relato de um nobre espanhol revela o que se passou com a senhora portuguesa quando lá chegou:

Não se pode negar a compaixão que causaram, pois a dita senhora não sabia, nem podia articular mais razão, que levou todos as lágrimas. Pois sendo das obrigações que se supõe, e nascida e criada com todo regalo, se via em tão miserável estado, e mais quando não havia 11 meses que se havia casado com um cavalheiro de todas as prendas, e muitas conveniências, a quem mataram os ditos índios, estando a dita senhora prenha, que foi providência de Deus não parir entre eles, onde dizem esteve 3 meses passando muitos martírios, desnudeis, fome e burla e sem poder valer-se de suas criadas trazendo-as a vista padecendo o mesmo que ela⁵⁰⁶ .

⁵⁰⁴ CAMELO, João Antonio Cabral, 2ª *Notícia Prática...* Op.cit, fl. 7

⁵⁰⁵ Informa que seu nome era D. Dominga Roiz, filha de D. Antonio Roiz, ambos naturais de Lisboa, de idade entre 18 até 20 anos, de boa aparência, muito discreta, honesta e todas as mais prendas que pode ter uma senhora de obrigações. Seu marido era D. Manoel Lopes de Carvalho, natural da cidade de Braga

⁵⁰⁶ VALMASEDA, D.Carlos de Los Reys. *Notícia 4ª Prática vinda da cidade do Paraguai ...*, fl.12v

Se o caso da “moça de Lisboa” causou grande comoção em Assunção, a repercussão em Cuiabá, São Paulo e Lisboa deve ter sido maior ainda. É provável que fez crescer o medo, e ainda mais o ódio aos “bárbaros Paiaguá”.

Mas o fator que mais mobilizou as bandeiras punitivas, que partiram de Cuiabá nos anos subseqüentes, e a sanguinolenta “guerra justa”, desencadeada em 1734 contra os paiguás, foi o prejuízo à Fazenda Real portuguesa com o saque do ouro⁵⁰⁷. O registro acima citado comprova que os índios realmente negociavam com os espanhóis os saques das monções luso-paulistas. Quanto ao ouro, assim se conta em trecho da mesma Notícia 4^a, escrita por D. Carlos Reys Valmaceda:

Em ouro em pó creio que haviam [os Paiaguá] trazido mais de 100 arrobas as quais tem vendido com tal abundancia, que por um pratinho dão 8 onças, por uma colher, 3 e 4, por um pedaço de bayeta, e sempiterna colorada dão 6 ou 7 onças, por quantitillas falsas, mel, milho, facas; pois há sujeito que com valor de 50 pesos comprou 20 libras de ouro⁵⁰⁸.

Voltando ao rio Paraguai, onde ficara a tropa após a retirada do inimigo, seus integrantes “entraram em conversa sobre o que haviam de fazer”. Conforme contou Cabral Camelo, as tropas não poderiam descer o rio, porque sem dúvida eram esperadas abaixo. Havia indícios disso por causa dos instrumentos musicais, que se “ouviam tocar a cada instante”. Também não podiam atravessar o Pantanal, pois “faltavam-lhes os Práticos”. Se voltassem para esperar as tropas que estavam para vir, poderiam segui-los e logo alcançá-los; sendo que os gentios “andam muito mais em uma hora do que eles em todo um dia”, tem melhores canoas e remeiros, e as trazem sem cargas. Ficar ali não seria menos arriscado, porque havia falta de mantimentos e outro ataque poderia acabar com eles. Por fim, a chuva forte, que se abateu sobre os homens durante toda a tarde e a noite, os deixou sem rancho e sem ter como fazê-lo. O pedaço de terra ou ilha onde estavam era tão pequena que apenas cabiam nela. Pela madrugada, em uma canoa com muitos remeiros e armas foram espiar o gentio, buscando se alguns escaparam da batalha. Encontraram muitos mortos, e entre eles “o Dr. Lanhas, que estava nu, só de calções e borzequins [botinas]”. Quando faziam seu sepultamento no tijucal, ouviram o chamado de uma negra do Dr. Lanhas, pedindo que fossem buscá-la. Apesar de temerem ser uma emboscada do gentio, foram resgatá-la. Essa negra contou sobre o sepultamento feito pelos Paia-

⁵⁰⁷ Há indicações documentais de que os portugueses se indignaram com os espanhóis por terem ‘negociado’ o ouro cuiabano, ou se pensava que estivessem sendo ‘estimulados’ pelos mesmos espanhóis nestes saques aos portugueses.

⁵⁰⁸ Idem, fl. 13

guá em seus mortos e dos curativos nos feridos. Aí também viram as sepulturas dos gentios e quatro ou cinco dos que vinham na tropa, que pendiam nas forcas⁵⁰⁹.

Camelo narra o retorno ao povoado pelo antigo caminho dos sertanistas como uma viagem muito difícil. Navegaram “em todo silêncio possível por toda a noite no Pantanal”. Na madrugada entraram por uma grande baía e, mesmo remando com força, gastaram todo o dia para atravessá-la até o veio principal do rio Paraguai. Vararam as canoas por uma “língua de terra” e já noite começaram outra vez a navegar até chegarem à barra do Xianés, “no mesmo reduto onde foram atacados pelos Payaguás”. Ali demoraram dois dias, adentrando o Xianés no terceiro dia e dormindo nas canoas “por não acharem terra enxuta”. No outro dia “saíram no rio dos Porrudos e subindo três ou quatro voltas dele, arrancharam em um reduto de terra a fim de enxugarem os mantimentos e roupas, que vinha tudo molhado”. Depois de dois dias navegaram até a barra do rio Cuiabá, onde esperaram, durante três ou quatro dias pelas tropas que viriam das minas. Já sem mantimentos e temerosos do gentio, resolveram ir por terra até Camapuam, pelo caminho que seguiam antigamente os sertanistas⁵¹⁰.

Quase um mês depois da tragédia com a monção do ouvidor Lanhas, narra Domingos Araújo, na *Notícia 3ª*, que em 3 de julho de 1730 partiu de Cuiabá outra tropa, composta por 84 canoas de “gente luzida, e Prática do Sertão e não menos experiência do gentio pela maior parte dela ser Paulista”, e

(...) traziam consigo mais de trezentas armas de fogo, fora flechas que usavam os índios já domésticos; era cabo de toda esta grande tropa João de Araújo Cabral, um dos melhores e mais experientes sertanistas. Chegara à ilha comprida e achando nela ao R. P. Vellez e ao Ernesto Lamberto souberam deles a deplorável desgraça da sua tropa.

Diante desse comentário a respeito da composição da tropa, fica claro a importância dada aos paulistas como bons práticos do sertão, bem como o reconhecimento de sua experiência com o gentio, haja vista a presença de índios flecheiros já domésticos. Confiantes na boa gente e nas armas que traziam, montaram acampamento e enviaram um emissário para pedir reforços e a expressa determinação da Regência das Minas, do “que haviam de obrar com ouro d’el Rei N.S. que traziam para São Paulo”. Esperaram 26 dias e “vendo o quanto são prejudiciais as mais mínimas demoras deste sertão, seguiram viagem expostos a todo risco”. Assim ficou organizada a tropa: “na vanguarda seis canoas todas armadas, seis na reta-

⁵⁰⁹ CAMELO, João Antonio Cabral, *Notícia 2ª Prática* ..cit, fl. 8

⁵¹⁰ Idem. fls 7v e 8.

guarda e no centro as de carga”. E “continuaram a marcha ainda que vagarosa e lenta pela esperança do prometido socorro”⁵¹¹.

Chegando ao rio Paraguai, uma das canoas da vanguarda descobriu a esquadra do gen-
tio, que estava escondida em uma grande lagoa junto ao Xianés. Apesar do sinal dado, duas
ou três canoas não conseguiram ganhar com tanta pressa as terras para se defenderem melhor
e “se viram cobertas de lanças e flechas do inimigo, que dando um grande urro as acometeu
de improviso com intento de rendê-las”.

Era uma dessas [canoas] de índios domésticos, governados e administrados pelo R.P. Mano-
el de Campos, e vendo-se acometida investiu com valor, senão por temeridade das canoas i-
nimigas, empregando nelas os tiros com tal fortuna, que as encheram de mortos. Ajudava-os
um branco que ia com eles, e vendo acabada a pólvora lançaram mãos dos arcos, com que
não fizeram menos estragos.

Em uma das canoas, um índio guató, dentre os domésticos, desperta grande admira-
ção por sua destreza:

É admiração que entre índios houvesse um dele tão destro, era Guaytó [Guató] de nação,
que esperava no ar as flechas do inimigo, as metia no seu arco e lhe atirava com elas. Viu o
Paiaguá o valor desse Guaytó e procurou acabá-lo. Carregaram com as lanças sobre ele; mas
ao tempo que lhes apontavam ao peito com um salto se suspendeu no ar e se livrou, caiu na
água, mas de outro salto tornou a recuperar a canoa, e fazendo da popa proa cuidou em se
salvar debaixo de nossas armas, que já de terra o cobriam.

Quanto àqueles que estavam na terra, diz que “defenderam-se com valor, ainda que
confusos e mal unidos por querer um defender o seu e a seu modo”. Muitos outros também se
destacaram nessa ação, dentre os quais um paulista chamado Alexandre Corrêa, que “varreu
toda uma canoa, e fez rodar ocupada de corpos mortos” com tiros de bacamarte.

Quanto aos bárbaros paiaguá, “cheios de mortos e feridos nas canoas”, se retiraram
“para o meio do rio, onde um deles só basta para muitos dos nossos”. E que quiseram “ao
menos buscar-lhes no alojamento onde costumam deixar as bagagens e mulheres, como gente
inútil para a guerra”, mas desistiram “assim pela má disposição que havia entre nós, como
pelo muito poder, com que ainda se achava o Payaguá”. Enfim marcharam “ao som de seus
costumados instrumentos”, depois de pegarem as bagagens e mulheres que tinham em seu
alojamento.

⁵¹¹ ARAÚJO, Domingos Lourenço de. *Notícia 4ª Prática...*, Op. cit, fl. 10 v e 11.

Tal vitória sobre os Paiaguá não levantou o ânimo das tropas. E “podendo neles mais o medo que o valor com que acabaram de vencer, alguns voltaram atrás para as mesmas minas; e outros tomaram o caminho do Sertão, até sair em Camapoan. Neste caminho souberam que o Gentio Cayapó tinha queimado as casas e roças e que “o mesmo tinham feito no Cajurú os Gualapos [Gualaxo] às roças, que ali havia”. Domingos Araújo conclui sua *Notícia* dizendo: “Estas e outras muitas hostilidades nos fazem continuamente não só estes dois lotes, mas outras muitas nações que habitam e cursam estes caminhos”⁵¹².

3.4.5. Guató, Sarayé e outros lotes que se sustentam do arroz do Pantanal

Em um trecho da sua *Breve Notícia*, o sertanista Pires de Campos revela que é na imensidão de águas ao longo do rio Paraguai que se dá notícia dos Guató e de diversos povos que “andam todos sempre embarcados”, sendo eles “gente de corso e montarias”, que têm como maior sustento o arroz, conforme narra:

Desta barra [do rio dos Porrudos] para cima vivem vários lotes de gentio: chama-se o 1º Guató, o 2º Caracará, o 3º Carapóz, o 4º Surucuna [Jurucena?], o 5º, o 6º e 7º Guaravirá [Guacaocá?], Cubacá, Tuquiz, andam todos sempre embarcados e são gente de corso e montarias, e assim não tem aldeias nem domicilio algum certo e seu maior sustento é o arroz que colhem em abundancia a seu tempo e que lhes é fácilimo pela nímia [muita] prodigalidade com que dá e cria em todo o Pantanal espontaneamente a terra⁵¹³.

Além do arroz, é o “comum sustento de todo aquele gentio”, o peixe “inumerável” e também as capivaras, jacarés e surucubas [ou sucuruhys]⁵¹⁴. As mulheres usam “uns reparos franjados nas orlas” e os homens andam todos nus, e suas armas são arcos, flechas e lanças e “unem-se algumas vezes com os Payaguás, mas sempre receosos de suas traições”.

Pouco acima dessa baía viviam mais dois lotes de gentio: os Ayguá e Curuané. Pires de Campos comenta que, apesar de vizinhos um do outro, os dois grupos possuíam línguas e trajas diferentes, sendo “cruéis inimigos um do outro, sem mais interesse que o de se come-

⁵¹² ARAÚJO, Domingos Lourenço. Op. cit, fls. 11 v e 12.

⁵¹³ PIRES DE CAMPOS, Antonio. *Notícia 5ª Prática ...* Op. cit, fl. 15.

⁵¹⁴ Sucurubas, ou *sucuruys* – pode-se pensar que seriam as grandes cobras *sucuris*. Na transcrição publicada em Relatos Sertanistas de Taunay : “ (...) e o mais sustento é do rio pelo muito peixe que pescam e capivaras que matam que são um porcos d’água, Jacarés e Jucurís que são umas cobras de estranah grandeza, e todas as mais imundícies que dão os Pantanaís”

rem”. Apenas as armas eram as mesmas: arcos, flechas e lanças. Na descrição sobre seu sustento e sobre as vestes das mulheres, revela:

Vivem todos embarcados e o comum sustento é o que dá o rio e o mato. Os Ayguás andam nus e só as mulheres usam umas tipóias que são uns como sacos com duas bocas e as cobrem do pescoço até os pés. As [mulheres] dos Curuanés trajam umas como mantilhas que formam e tecem de palha.

Juntos destes, no mesmo rio Paraguai acima, o autor descreve um outro lote de gentios que se caracterizam por serem de corso e embarcadiços: os Hayraué. Descreve-os andando em dois lotes, sendo iguais aos outros já citados no traje e nas armas, mas com a diferença de serem agricultores, pois plantam “algum milho de que se sustentam”. E cita outro lote: os Guaracíz. Estes também andam embarcados e portam os mesmos trajes e armas, caracterizando-se por fazerem guerras com os Hayraué ⁵¹⁵. A seguir, “moravam” vizinhos a estes, os grandes lavradores de grandes aldeias – os Sayaré [Xarayés]:

Era gentio esse que vivia repartido em aldeias e só em uma se contaram em várias ocasiões novecentas e tantas choças. Eram muito limpos e asseados e pouco ociosos os homens, e grandes lavradores, e assim viviam abundantemente de mantimentos e frutas; era naturalmente pacífico e nunca se soube que fizesse guerra aos demais. Sempre viveram em terra firme, unidos e aliados; eram os seus nomes os seguintes: Manuéz, Curataréz, Guacadiuéz, Oticotósanz e outros que já não me lembram.

Conforme dissera a princípio, o autor pretendia relatar somente o que viu de mais representativo. Mas na época em que narra a *Breve Notícia* parece que ali não mais estavam os Sarayé, pois em suas informações usa os tempos verbais no passado. Pode-se supor que os teria visto em outros tempos ou teria recebido informações de outros sertanistas, ao dizer que “se contaram” em várias ocasiões as mais e novecentas choças em só uma aldeia.

Subindo ainda mais o rio Paraguai, Pires de Campos chegou até a barra do rio Jahury [atual Jauru?] e relata habitar nesse rio “a nação Caravaré, e junto tem outro lote chamado Yapará. Vivem todos em aldeias, lavram mantimentos, têm a mesma língua, usam as mesmas armas. Os homens usam como umas marlotas [casacos] e as mulheres tipoyas”. Diz que “tiveram algum tempo guerras com os Tembéis, chamados por outro nome de três botoquez”. E descreve estes tembéis, que vivem pelo Jahury [Jauru] acima: “é nação que se sustenta de carne humana, vivem, porém em aldeias e lavram alguns mantimento. São guerreiros e fazem suas entradas ao gentio Paracis, só com o interesse de os aprisionarem e comerem”.

⁵¹⁵ PIRES DE CAMPOS, Antonio. *Notícia 5ª Prática*, Op. Cit. Todas as referencias destas páginas: fl. 15v.

Mais acima dá notícias de habitarem nas suas margens mais gentios. Este mesmo gentio habita não só o Paraguai, mas também todo o rio Hicepotuba que entra nele. São os chamados Aravira, Guayóne, Caipóne, Araparé, Taiporé. Assim os descreve: vivendo de corsos, sem aldeias e domicílio certo e “não tratam de mantimentos”. Nas guerras “são atraíçoados, comem carne humana e usam de arcos, flechas e lanças, e alguns porretes”. Nas cabeceiras do mesmo rio Hicepotuba [Sepotuba], outro lote de gentio guerreiro – os Yarauvaybá, com quem os demais habitantes desse rio fazem “cruel guerra”. E estes também entram algumas vezes nos Reinos dos Paracis “só para os matarem e comerem; e no dia que fazem este banquete é o dia de maior festa, batizando-se nele e mudando neles os nomes”⁵¹⁶.

3.4.6. O Reino dos Paresi: tanta gente, que é impossível numerá-la

O comerciante Cabral Camelo, que esteve nas minas de Cuiabá por quatro anos em fins da década de 1720, ao escrever sua *Notícia* em 1734, relembra do caminho dos que saíam em busca do gentio Paresi e Mayboré,⁵¹⁷ navegando pelo veio principal do rio Paraguai:

Quase no meio que o navegamos se divide em dois caminhos: o do lado direito, que é um dos sangradouros que se chama Xianés e do lado esquerdo é a Madre, ambos se seguem, mas por este só navegam bastantes dias os que saem de Cuyabá à conquista do gentio Parassis e Maybores, até encontrar o rio Cepotuba, que entra no Paraguai pela parte esquerda. Navegam por ele acima, e depois de alguns dias de viagem, dão nos alojamentos dos sobreditos gentios e tirânica e barbaramente os cativam⁵¹⁸.

Por meio dessa memória percebe-se uma espécie de denúncia, pelo relato de que os Paresi e Maybore estavam sendo tiranicamente escravizados. Mas ao comentar serem estes gentios de boa índole e cultivadores tranquilos de suas roças, “como os brancos”, e ainda “fracos para a guerra”, porém engenhosos em tudo o mais, o autor compõe um retrato dos mais ‘positivos’ a respeito desses indígenas:

É gentio que não faz mal a alguém, vivem quietos nas suas roças, que plantam e cultivam como os brancos; são fracos e inábeis para a guerra, mas nem por isso deixam de ser engenhosos, e de rara habilidade para o mais⁵¹⁹.

⁵¹⁶ PIRES DE CAMPOS, Antonio. *Notícia 5ª Prática*. Op. Cit, fl. 16.

⁵¹⁷ Os *Mayborés* poderia ser um sub-grupo da *Nação Paresi*, pois segundo informa Antonio Pires na sua *Breve Notícia*, tinham os mesmos usos e costumes e a mesma língua.

⁵¹⁸ CAMELO, João Antonio Cabral *Notícia 1ª Prática...*, Op. Cit, fol. 5v

⁵¹⁹ Idem, *ibidem*.

As mulheres ou “fêmeas” as compara com ao que chama de nossas bastardas e considerou serem “boas para servirem em casa com limpeza”. Destaca suas habilidades em fazerem fios da casca de tucum, que usam para tecer suas redes, panos de cobrir, bem como vestes coloridas, ornamentadas com penas de pássaros. Assim descreve as práticas de tecelagem das mulheres Paresi e Maybore:

As fêmeas são como as nossas bastardas, e boas para servirem uma casa com limpeza; estas se ocupam em tirar fios de uma casca de árvore a que chamam Tocú [Tucum] de que tecem suas redes em que deitam, e os panos que cobrem. Também formam das penas de cândidas araras e papagaios que são vermelhos, verdes, azuis e amarelos, uma certa casta de cintas, com que se vestem do peito até o joelho, tão bem lavradas que não invejam as melhores sedas da Europa; também fazem das mesmas penas vendas e trunfas⁵²⁰; e entre eles é o mais rico aquele que tem mais destes pássaros⁵²¹.

Na continuidade de seu relato nas águas do Paraguai acima, além de informar existirem alguns restos das nações que foram “conquistadas pelos primeiros sertanistas”, está explícito ter sido informado por mineiros amigos que foram até as cabeceiras desse rio e lá iniciaram uma nova exploração de ouro ou descobrimento. Outro dado, é de que nessas cabeceiras ainda havia doze reinos de gentios, conforme narra:

Deixando o Cepotuba, e seguindo Paraguai acima, me dizem que se encontram alguns restos ainda hoje [1734] das nações que os primeiros sertanistas conquistaram, e quase nas suas mesmas cabeceiras, me afirmam alguns mineiros amigos, que lá foram a certo descobrimento que se formou, que ainda há doze reinos de gentios a que chamam de Araparés e Caiparés⁵²².

E relata ter conhecimento de “outros” que também chegaram a esse descobrimento nas nascentes do rio Paraguai através de outro caminho, pelo rio Cuyabá acima que com 15 dias de viagem lá chegaram, pois as “cabeceiras de ambos não distam muito entre si”⁵²³.

Os Paresi aparecem novamente citados na *Notícia 2ª Prática* do mesmo capitão Cabral Camelo. Em plena ‘peleja’ com os paiaguá em 1730 – na monção em que foi morto o ouvidor

⁵²⁰ Segundo o Dicionário Aurélio, as *vendas* são faixas e algumas se usam para tapar os olhos; e *trunfas* é um certo toucado antigo, espécie de turbante que se usa na cabeça. Ao observar a idumentária atual dos Paresi percebe-se que produzem umas faixas de algodão que usam para carregar as crianças e outras como saias nos quadris bem enfeitadas de coloridas penas, assim como ‘cocares’ em suas cabeças. Os sertanistas por não terem outros nomes que traduzissem estes artefatos, comparam e chamam de ‘vendas e trunfas’. Este povo se autodenomina como *Haliti*, ‘gente verdadeira’.

⁵²¹ CAMELO, João Antonio Cabral *Notícia 1ª Prática...*, Op. Cit, fl. 5v

⁵²² Idem, *ibidem*

⁵²³ Id. *ib.*

Lanhas – ao narrar o momento em faziam forte resistência e tomaram uma segunda canoa que estava de posse dos gentios. Reconheceu ser esta canoa “de um Paulista que no ano antecedente [1729] passava com sua mulher e família aos Paracis”⁵²⁴. Tal informação leva a pensar sobre o motivo desse paulista ter ido com mulher e a família aos Paracis. Se acompanhado da sua família, fica difícil imaginar esse paulista em uma bandeira no ‘serviço’ de apresamento para escravizá-los. Talvez estivesse se referindo aos sertões dos Paresi, local onde se formou o ‘certo descobrimento’ [ouro] citado acima pelo mesmo capitão. Nesse caso, o paulista teria ido lá buscar fortuna ou fazer comércio com os índios? Por que estaria voltando para São Paulo?

Mas na *Notícia dos Reinos e Nações de Gentio*, de Antonio Pires de Campos, é que se pode saber em detalhes aspectos da vida dessa sociedade ameríndia através do olhar de quem certamente esteve algumas vezes em território Paresi para executar serviços de caça aos gentios. No trecho inicial de sua *Breve Notícia*, Antonio Pires logo avisa ao padre Digo Soares sua pretensão de narrar apenas as nações que viu e contou, por lhe ser impossível narrar a variedade de gentes, usos e trajes e ainda as vantagens que fazem os gentios uns aos outros, “principalmente no dilatado Reino dos Paraciz, cujos habitantes são tão aseados e curiosos, que podem competir com os mais polidos da Europa”. E declara que “os viu por maior” na grande Chapada que ganhou seu nome, a Chapada dos Paresis.

Informa primeiramente a localização de seus territórios: após passar “a fonte do Hycepotuba [rio Sepotuba], em umas chapadas dilatadíssimas cujas águas começam já a correr para o Norte”. E causa admiração quando conta da grande quantidade de gente e aldeias e suas habitações, bem semelhantes àquelas que se vê hoje nas aldeias Haliti [Paresi]:

É Reino grande e dilatado, e a gente em tanta quantidade que é impossível numerá-la; e tanto que sucede muitas vezes, em um dia de marcha, passam-se dez, e doze aldeias, e acha-se em cada uma de dez até trinta casas, e são elas [as ocas] redondas na forma de um forno, muito altas, com 30 ou 40 palmos de diâmetro, por lhe ser preciso o agasalhar-se nelas toda uma família⁵²⁵.

A atividade da agricultura nas roças é também bem interessante, demonstrando ser costume tradicional o cultivo de diversas espécies de abacaxis do qual fazem uma bebida, bem como outros produtos, como mandioca, milho e outros, conforme descreve:

⁵²⁴ CAMELO, João Antonio Cabral *Notícia 2ª Prática...*, Op. Cit, fl. 7v.

⁵²⁵ PIRES DE CAMPOS, Antonio. *Notícia 5ª Prática*, fl. 16.

Vivem esses gentios de suas lavouras e são nelas incansáveis. Criam nelas mandiocas, milho, feijão, batatas, e muitos e vários ananases [abacaxis] em rica ordem dispostos e dele fazem o vinho, que bebem⁵²⁶.

Em suas caçadas “cercam comumente de rio a rio os seus ranchos e nestas cercas fazem seus fogos, enquanto caçam variedade de feras”. Mas são “pouco assíduos de guerra e só se defendem quando os assaltam”. Usam como armas “o arco e as flechas, e uma certa casta de espadas, que fazem de um pau duríssimo, de que fabricam também umas lanças mais curtas e de pouco comprimento”. Também com “estas lanças defendem as suas portas, e para a defesa ser melhor, as fazem [as portas de suas casas], tão pequenas, que para entrar só fazem de gatinhas⁵²⁷”.

Continua a narrar, em outra parte de sua *Notícia*, do que viram os sertanistas de suas manifestações religiosas e festas, algo que parece ter fortes semelhanças com a Casa das Flautas, quando retrata uma casa separada com os ídolos, onde as mulheres não entram e nem sequer podem olhar, como narra:

É este o único gentio que adora ídolos e a estes os viram em casa separada, em várias formas, mas todas medonhíssimos; e com sua buzina feita de um grande cabaço na mão direita. Nesta casa ou templo não entra mulher, mas só os homens em certos dias do ano, que são para eles o da maior festa. Guardam tão inviolavelmente esta sua lei as mulheres, que nem os olhos se atrevem a pôr neste seu templo⁵²⁸.

O traje comum dos homens é não andarem nus e sim usarem “umas palhinhas nas partes veredas”. Quanto às mulheres, comenta que usam comumente “umas tipóias a meia perna cujos panos fazem elas da casca de uma árvore muito espinhosa chamada tucum, com variedade de penas de excelentes cores, e bastante curiosidade que não invejam as melhores primaveras da Europa”. E declara que são elas “as mais formosas que se tem encontrado neste sertão, muito claras e bem feitas, e tão ágeis e curiosas, que imitam com perfeição tudo o que vêem”. E ainda revela as surpreendentes habilidades das mulheres em tingir suas vestes com tinturas de ervas, colocadas nos poros dos pássaros, de onde tiram as penas. Algo bem admirável, de preciosos saberes:

Criam araras, papagaios e outros pássaros como quem cria galinhas, e os depenam, e depenados lhes dão diversas tintas, que fazem de ervas, e lhes saem as penas com a mesma diver-

⁵²⁶ Idem, *ibidem*.

⁵²⁷ Idem, *Op. Cit.*, fl.16.

⁵²⁸ Idem. *Op. Cit.*, fls.16 e 16v.

sidade de cores, a tanto que estão em conta [prontas] lhas tiram, e lhe tornam a dar outras diversas tintas, que cortando as penas são tão vivas que podem competir com as melhores cores da Itália⁵²⁹.

E continua a contar com admiração algumas práticas cotidianas dos Paresi, dizendo serem “todos igualmente asseados, e por extremo perfeitos, e tanto que as estradas e de suas aldeias as fazem direitas e largas, e as conservam tão limpas que em todas elas se não vê uma única folha murcha”.

E chama sua atenção a técnica de esculpir objetos a partir de uma pedra duríssima, comparável ao jaspe:

Também fazem algumas obras de certa lasca de pedra semelhante ao nosso jaspe, em forma de cruz de malta, que só trazem os caciques ao pescoço, por modo de hábito. Desta mesma pedra fazem machados e obram outros semelhantes instrumentos, o mesmo o fazem em pau tão duro, como o ferro⁵³⁰.

Expressa novamente admiração e respeito pela grandiosidade desse “reino” ao dizer ser “tão dilatado que lhe não sabe o fim”. E da natureza observou o clima frio e a demasiada fertilidade da terra na chapada dos Paresis. “É por extremo fértil pela nímia [demasiada] bondade da mesma terra”.

Observou ainda ser a língua boa e fácil de aprender, mas a respeito da organização política desse povo, considerou “desgraça” não terem o comando de um rei, “um só cabeça”. Segundo informa, esse reino tinha várias “cabeças”: uma para cada aldeia, como um sistema de cacicados: “É, porém, desgraça que sendo todos de uma nação, não tenham um só cabeça, mas são tantas quantas são as aldeias, e os ranchos”.

Um pouco distante dos Paresi, mais adiante na direção Norte, o autor descreve a nação maybore, “em tudo semelhante aos Paraciz [Paresi], pois tem os mesmos costumes, as mesmas armas, as mesmas lavouras e só na língua têm algumas poucas palavras alguma diversidade”. Observa serem eles “inumeráveis”, com a diferença de usarem “nas orelhas uns buracos tão largos, que alguns lhe chegam até os ombros”⁵³¹. E revela existir conflitos traiçoeiros com seus vizinhos, ao contar que “dão algumas vezes atraçoadamente nos Paraciz, roubando-lhes os bens e as plantas, e ocasiões há em que matam também alguns homens; por que as

⁵²⁹ PIRES DE CAMPOS, Antonio. *Notícia 5ª Prática...* fl. 16v.

⁵³⁰ Ibidem.

⁵³¹ Certamente há fortes semelhanças destes com os *Orejones*, citados pelo espanhol Alvarez Cabeça de Vaca.

mulheres as não ofendem”. Apesar dos maybores apresentarem traços guerreiros, que os diferenciam, Pires cita semelhanças entre as práticas religiosas e as armas dos dois grupos étnicos: “Tem também como os Paraciz sua espécie de ídolos e usam uma faca de pau muito duro, além das armas comuns a todas essas nações”⁵³².

Apesar de dizer que existiriam muitos outros grupos indígenas além das cabeceiras do rio Paraguai, essa região da “parte do Norte” parece ser o limite a que chegou o sertanista Pires de Campos, pois assim narrou: “Fica todo esse gentio para a parte do Norte, para qual se segue outros muitos de que me não é possível dizer nada, porque não passei dos Paraciz e Mayboréz”. Demonstra, ainda, bom conhecimento geográfico quando fornece a localização dos Paresi e outros que esquecera os nomes, todos em rios que “correm para o Grão-Pará”, portanto nas cabeceiras da bacia amazônica. E sabe ser ali região de fronteira, por onde habitam os poritácas e os temidos cavihi, conforme descreve:

Todos os rios que habitam os Paraciz, e outros de que me não lembram os nomes, correm para o Grão-Pará. Os da fronteira chamam-se Poritácas e vizinham com outra nação chamada Cavihis. Estes vivem de corso, e se sustentam só de carne humana e com esta criam seus filhos e assim são temidos de todo o mais gentio.

Indica ainda que mais adiante destes há “uma outra nação estável e de aldeias”, mas que não teria lá chegado. Prossegue em seu relato percorrendo sobre uma aldeia dos cavihis [cabi-xis?],⁵³³ aonde chegou em uma tropa de paulistas com 130 armas de fogo no ano de 1727. Nessa descrição, o autor compõe um cenário que aos olhos dos leitores cristãos certamente aproxima-se do que percebiam como diabólico ou macabro e, sem dúvida, causa asco aos que lêem:

Porém no ano de 1727, cheguei a uma [aldeia] dos Cavihis a tempo que eles andavam fora a corso, e foi tal o fétido que nos deu, que se não podia suportar. Entramos em suas casas, que não eram más; e achamos nelas umas como vasilhas cheias de carne humana, que tinham a apodrecer para fábrica dos vinhos e guisados que usam. Eram as casas por cima estiradas todas de paus, e nestes se viram inumeráveis caveiras, canelas e outros ossos do corpo humano, que guardam para timbre do seu valor; porque quem tem mais destas ossadas, tem mais honra e mais nobreza. Enquanto observamos estas e outras coisas não menos raras, chegou o gentio e nos obrigou a retirar mais depressa do que queríamos, não obstante termos entre nós 130 armas de fogo.

⁵³² Idem, *Ibidem*.

⁵³³ Atualmente se conhece um sub-grupo paresi de nome cabixi; mas também se diz ser uma nomeação antiga dada aos nhambikuaras, que têm aldeias ainda hoje próximas às territorialidades descritas por Pires de Campos.

Pires de Campos encerra sua *Notícia* dizendo ao Padre Diogo que se tivesse sido avisado com antecedência deste seu grande empenho, faria seu relato “com mais vagar e mais gosto, por ser todo este gentio e sertões descoberto pelos paulistas”⁵³⁴.

3.4.7. Os Porrudo, os Bororo e outros lotes de gentios no rio Cuiabá

Na *Notícia 1ª Prática*, o capitão João Antonio Cabral Camelo faz um relato de quando subiu o rio Paraguai, passou pelo rio Xianés [Chanés] e entrou no rio dos Porrudos⁵³⁵. Onde este rio deságua no rio Paraguai costumavam ir muitos cuiabanos salgar peixe para venderem. Mas esse lugar estava sendo evitado pelos cuiabanos, pois ali acontecera uma desgraça uns três meses antes que ele chegasse nas Minas [em novembro de 1727]. Os Paiaguá atacaram uma tropa com mais de vinte pescadores e só escaparam dois ou três para escarmento dos demais. Ultrapassando o lugar onde houve a desgraça, um quase paraíso parece se apresentar, quando descreve os cenários naturais e como vivem em abundância os gentios no rio dos Porrudos acima, por onde se navega por seis ou sete dias até entrar no rio Cuiabá:

Este rio dos Porrudos não cede ao Paraguai em abundância de peixe, porque tem muito e bom, e de toda a casta; e não faltam nele onças que tem feito algumas mortes. Vê-se ainda neste um formoso bananal, que foi do gentio que lhe deu o nome, e de onde foram as primeiras mudas para o Cuyabá⁵³⁶.

De acordo com essas observações do monçoeiro Cabral Camelo, se vê nesse trecho do rio a fartura de recursos alimentares das primeiras décadas do século XVIII, em especial a abundância de peixe, em qualidade e diversidade. Também ao observar um formoso bananal em suas margens, comprova-se a introdução de plantas por europeus entre os indígenas, (possivelmente antes da era paulista), pois sabe-se que essa fruta não é nativa da América. Ao dizer que este bananal “foi do gentio” pode-se pensar que os Porrudo já haviam sido desterritorializados e os roceiros paulistas já haviam tomado posse dele. Outra informação importante é de que daí saíram as primeiras mudas para Cuiabá, demonstrando a importância das roças indígenas para o sustento das minas e a circulação de plantas nos sertões. Se havia um formo-

⁵³⁴ PIRES DE CAMPOS, Antonio. *Notícia 5ª Prática*. Op. Cit. fl. 18.

⁵³⁵ Interessante lembrar as recentes pesquisas arqueológicas ao longo desse rio, que passou a se chamar São Lourenço. Tais pesquisas atestam a ocupação pré-colonial por populações ameríndias há pelo menos 8.000 anos e há evidências de grandes aldeias circulares por volta de 700 anos antes da conquista colonial. Cf. pesquisas de Irmhild Wust. cf. no Cap. 1.

⁵³⁶ CAMELO, João Antonio Cabral. *Notícia 1ª Prática*... Op. cit, fl. 5v.

so bananal que pertenceu aos Porrudo teriam o domínio do saber do plantio da banana e haviam incorporado essa fruta em sua dieta alimentar. Subindo por esse rio, o autor diz habitarem em suas margens mais três lotes de gentio: os tacahocas, os gualeches, e ariacones, que vivem embarcados, gente de corso e montarias. As mulheres vestem uns reparos de fio e os homens andam nus. Suas armas são arco, flecha e lança. Têm por distrito e último fim de suas terras a barra do rio Cuiabá.

Ainda subindo pelo rio dos Porrudos, o sertanista Pires de Campos informa viver em aldeias um lote de gentio muito pequeno, mas muito guerreiro e valente, chamado parayú. Usavam algumas vezes canoas e produziam mantimentos, tais como mandiocas, batatas, abóboras e tabaco. Os homens vestiam palhinhas nas partes verendas e as mulheres seus reparos de fio. Mais acima habitavam os chamados araripoconés, índios de corso e de montarias, valentíssimos no uso do arco, flecha e do porrete de duas mãos. Adiante, rio acima, em três lotes muito grandes viviam os chamados Cruarás, que se envolviam freqüentemente em guerras com os Araripoconés, sem mais motivo que a glória de se vencerem uns aos outros. Viviam todos de montarias e possuíam similaridade no uso de armas e trajés, bem como nos costumes.

Antonio Pires chega até as cabeceiras do rio dos Porrudos, onde diz habitar o gentio que lhe deu o nome, e

(...) é resto de inumerável gente que nele viveu em outro tempo. Senhoreava este todo o rio, tinha a língua geral, vivia aldeada, cultivava mantimentos e usava de canoas em que remavam sentados. Dizem que o resto que atualmente ainda há neste rio, o governa um mesmo que fugiu da companhia dos brancos⁵³⁷.

Ao prosseguir nesse caminho das águas do rio dos Porrudos, subindo pela barra de um rio chamado Pequiri, relatou habitar em suas cabeceiras uma nação chamada itanhariéz, dividida em três lotes. Tratava-se de gentio aldeado com muitos mantimentos, valente pelas suas armas e resistentes aos Caiapó⁵³⁸. Dobrando para outras vertentes, apesar de afirmarem a ele lá viverem outras várias nações, o sertanista paulista diz não poder nomeá-las “por não ter chegado a elas, mas dizem-me serem já cabeceiras do Maranhão⁵³⁹”.

Ao entrar navegando pelo rio Cuiabá – derradeiro trecho-caminho das águas a se vencer para se chegar às Minas – Pires de Campos descreve em sua *Notícia* um rio intensamente

⁵³⁷ PIRES DE CAMPOS, Antonio. *Notícia 5ª Prática...* fl. 17.

⁵³⁸ Idem, Op. Cit. fl. 18.

⁵³⁹ Idem, Op. Cit, fl. 17. OBS: Este *rio Maranhão* pode estar se referindo ao rio Amazonas.

povoado por sociedades ameríndias. Estão nomeadas por todo este rio acima 22 nações, sendo muitas dessas “repartidas em vários lotes” de gentios. Mas é interessante observar que naquele princípio da década de 1730 já se percebe as desterritorializações e despovoamentos, pois com freqüência refere-se aos “restos” de nações. Esses restos seriam as sobras daquelas nações que foram vistas e apresadas nos princípios das conquistas pelos antigos sertanistas; e possivelmente sobreviveram às correrias, doenças e contaminações. Esse mesmo sertanista, que narra sobre os reinos de gentios, conta-se que foi um dos primeiros a praticar apresamentos no rio Cuiabá por volta do ano de 1716, e que na volta a São Paulo em 1718, com muitas presas, forneceu o rumo dos coxiponé a Pascoal Moreira Cabral, descobridor do ouro do Coxipó⁵⁴⁰. Navegando rio Cuiabá acima, primeiramente descreve a nação Elises, que “tinham por distrito o vão do rio dos Porrudos e Cuyabá”:

Navegando pelo rio Cuyabá acima se encontra na paragem a que chamam o Arrayal Velho, a nação chamada Elises. Estes eram repartidos em vários lotes. Tinham a mesma língua e os mesmos usos, trajes e armas, mas viviam sempre em uma guerra viva só para se comerem uns aos outros⁵⁴¹.

Outros lotes de gentios, chamados Curianos, Guayones, Candaguriz, Pavones, Guale e Bobiarez habitavam mais acima. Apesar de terem a mesma língua, os mesmos usos e as mesmas armas, guerreavam entre si. Os que ainda existiam, se reconciliaram promovendo casamentos entre seus filhos e filhas. Viviam todos eles nus e só as mulheres usavam alguns reparos de fio: habitavam terra firme e como os mais, também usavam canoas para as suas montarias. Mais acima deságua nesse rio o Cuiabá-mirim, que nasce “de uma lagoa habitada antigamente do gentio Cuiabá. Viviam eles de canoas, tinham os mesmos trajes e usos que os mais. Eram naturalmente mansos e pacíficos”. E próximos do gentio Cuiabá havia também outros lotes: os chacuroré, descritos como

(...) valentes, guerreiros e inquietos, e não sendo muitos tiveram ânimo para assaltarem a outros vários lotes seus vizinhos. Eram gente de corso e viviam de montarias. Andavam nus, e só as mulheres traziam uns reparos de embira. As armas, além das comuns de arco e flecha e lança, eram também uns porretes com duas cabeças grossas⁵⁴².

Os Trietes, Sapéz, Curucané, Gorgonés e Curianez habitavam acima desses e pareciam ser iguais nos costumes aos Chacuroré, diferenciando-se por não serem guerreiros, usando,

⁵⁴⁰ Cf. SÁ, José Barbosa de, Op. Cit. 1975, p. 11

⁵⁴¹ *Notícia 5ª Prática*, fl. 17.

⁵⁴² Idem, fl. 17 v.

porém, as mesmas armas. Subindo mais acima pelo mesmo rio Cuiabá, viviam os Tomoringos, repartidos em dois lotes, falando a mesma língua, com os mesmos usos e só diferenciados nos trajes e nas armas.

Depois desses, o autor nomeia outras nações e lotes de gentios nos rios Coxipó e Manso, afluentes do rio Cuiabá. Observa também as semelhanças entre eles e enfatiza serem uns mais guerreiros e temidos e outros naturalmente bons, conforme narra:

(...) os Choxiponéz, que tinham por distrito o rio Coxipó, e eram em tudo semelhantes aos mais. Mais acima, e no mesmo Cuyabá habitava outro lote chamado Pupunéz, e tinham por distrito o Coxipó-assu, em tudo semelhantes aos mais. Acima mais, e barra do rio Manso, viviam os Tapuios vizinhos aos outros lotes chamados Arariponez, e são estes valentes, guerreiros e senhores de suas armas e por isso temidos de todo o mais gentio. Seguiam acima destes os Acaponés divididos em dois lotes, grandes guerreiros e vistosos na sua forma. Acima ainda habitava outro lote chamado Tambiguy; vizinho aos Itaporés. Eram estes uma nação de inumerável gentio, mas naturalmente bons. As armas, trajes e usos, semelhantes aos mais⁵⁴³.

O autor segue narrando os lotes de gentios na bacia do rio Cuiabá, chegando até uma chapada nas cabeceiras do rio Manso [atual chapada dos Guimarães], onde habitava cerca de 600 fogos [famílias] dos Itaporé-mirim. Viviam de corso e usavam as mesmas armas como os mais e chegava “com suas bandeiras a render o gentio Bocariz [Bacairi?], que habita sobre as vertentes do Maranhão”⁵⁴⁴. Ultrapassando as cabeceiras do rio Manso, seguem-se outras nações, que Antonio Pires não viu, mas das quais ouviu relatos.⁵⁴⁵

Voltando às proximidades das minas de Cuiabá, o secretário Gervásio Leite, relator da *Notícia 6ª Prática*, observou que quando chegou na monção, no mês de novembro de 1726, estavam as Minas [de Cuiabá] “cercadas de várias nações de gentios”, mas já no mês de janeiro do ano de 1727 teve S. Ex.^a um

(...) feliz sucesso com conseqüências grandes não para a Coroa, mas com bastante utilidade para estas Minas. Porque achando-se elas cercadas de várias nações de gentios que não nos deixavam alargar para o sertão matando e sustentando-se de carne humana, procurou reduzi-los e metê-los de Paz S. Exa. para o que lhes mandou alguns Pombeiros, contentando-os e persuadindo-os com mimos de fumos, facas e outras semelhantes drogas de não pouca esti-

⁵⁴³ Idem, fl. 17v e 18.

⁵⁴⁴ Ibidem. OBS: Esse rio Maranhão era a designação do rio Amazonas. Sabe-se que os Bacayris vivem hoje no rio Paranatinga, em rios que deságuam no Teles Pires, afluente do Amazonas.

⁵⁴⁵ PIRES DE CAMPOS, Antonio. *Notícia 5ª Prática*, fl.18.

mação para eles. Mas estes não só recusaram a nossa amizade, mas responderam que eles eram homens e que só a forças de armas seriam mortos e conquistados. Ouvindo essa insolente resposta mandou S. Ex^a. por logo pronto um cabo com bastante soldados sertanistas com ordem positiva que os atacassem em qualquer parte que os achassem. Assim se fez e sem embargo de uma vigorosa resistência mataram os nossos uma grande parte deles e trouxeram prisioneiro o resto com toda sua família. Espera-se que os mais cabos que S^a. Ex^a. Mandou a diferentes partes consigam a mesma felicidade⁵⁴⁶.

Novamente a revelação ameaçadora do numeroso povoamento ameríndio, a resistência à conquista, como também as justificativas e os meios para reduzi-los e forçá-los à rendição, que permite identificar aspectos da política da conquista nos sertões de Cuiabá.

Na carta que o governador da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, escreveu ao rei em março de 1727, após quatro meses de sua chegada nas minas de Cuiabá, informou da viagem realizada pelos rios. Cuidou de enviar bandeiras para fazerem “novos descobrimentos” e “conquistarem a multidão de gentio bárbaro que infesta estas minas”. Destaca uma nação da vizinhança que os impedia de alargar pela terra dentro, “a mais guerreira e prejudicial por que não só cuidava em inquietar, mas em matar aos brancos e negros comendos”. E mandou bandeiras com um cabo capaz e com boa tropa, para atacá-los em seus alojamentos e brindá-los com aqueles “mimos” que estimam: facas flamengas e tabaco de fumo, para assim ver se podia reduzi-los e se metessem de paz. Porém, diz que não só recusaram os tais presentes, mas responderam que “eram homens como os mais e só se entregariam a forças de armas”. À vista desta resposta o general ordenou ao cabo que os atacassem, conforme conta ao Rei:

Atacaram [o cabo com sua tropa] vigorosamente, uma primeira e segunda vez, e eles [os paiaguá] resistindo com tanta fúria e valor que só depois de verem mortos quarenta e tantos dos seus se renderam e foram trazidos a minha presença que mandei repartir com igualdade assim pelo cabo como pelos mais companheiros na forma que se estila, ficando sujeitos a administração dos brancos. Espero que outras tropas que despeço tenham o mesmo sucesso⁵⁴⁷.

Do tempo em que viveu o capitão Cabral Camelo nas minas de Cuiabá, em 1728 esteve ele na outra parte do rio Cuiabá nas lavras que chamam Cocaes [atual Livramento], uns ribeirões com algumas faisqueiras de ouro, onde teria ainda mais adiante algum gentio e não

⁵⁴⁶ *Notícia 6ª Prática*, fl. 25v.

⁵⁴⁷ Carta de Rodrigo César de Menezes ao Rei, em que dá conta da viagem que fez às minas de Cuiabá. Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuyabá, 12 de março de 1727. AHU, MT, Cx 1- doc. 09.

soube que fizesse mal aos cuiabanos. Mas afirmaram a ele que nas “cachoeiras do Cuiabá habitam os Bororo divididos em vários reinos, eram guerreiros e poucos sertanistas se animavam a ir acometê-los; como a outros muitos que vivem para a parte do sertão”⁵⁴⁸.

As descrições dos índios nas *Notícias Práticas* revelam a existência de um intenso povoamento e despovoamento ameríndio, bem como as relações estabelecidas com a natureza ao longo de toda a trilha das águas no caminho dos sertões e da minas de Cuiabá, no centro da América do Sul.

Desde a partida das tropas de São Paulo do Piratininga no rio Tiête no porto em Arariaguaba se lê na seqüência das narrativas os sinais da presença ameríndia. Ao nomearem as aldeias e/ou locais de ataque e perigos do gentio, estão evidenciadas as territorialidades ameríndias.

É a partir do rio Grande ou Paraná que começam os alertas de perigo de ataques dos Caiapó. Estendiam seus domínios nos rios Pardo, Camapuã, Coxim e Taquari, a noroeste; e aos rios Guacuruí e Verde, a sudoeste, onde enfrentavam no rio Nhanduí, os Gualaxo. Os Caiapó parecem ter cursado até o rio Paraguai na barra do rio dos Porrudos [São Lourenço] no Pantanal.

Mas é ao entrar por rios da bacia do rio Paraguai, ambiente conhecido por Pantanal, que a diversidade de povos ameríndios é a mais pormenorizadamente descrita. Da entrada no rio Taquari até as cabeceiras do rio Cuiabá; e subindo o rio Paraguai, por suas lagoas e afluentes, estão referenciados 101 etnônimos! E isso sem contar outros tantos grupos que foram vistos sem aldeias ou embarcados, nomeados como lotes de gentios – e não tiveram seus nomes registrados, mesmo que adulterados nos ouvidos, falas e escritas da língua geral e lusitana.

Ao referirem-se das terras que haviam sido habitadas por gentios também denunciam os despovoamentos e suas desterritorializações e as espacializações da conquista colonial, evidenciadas nas roças ao longo do caminho e nas lavras e arraiais para extração de ouro.

Os etnônimos dos gentios, os locais de boa caça e pescarias e os nomes dos rios e seus trechos onde teriam que enfrentar de fortes correntezas, saltos, pedrarias e outros perigos nas

⁵⁴⁸ CAMELO, João Antonio Cabral *Notícia 1ª Prática*, fl. 6v.

águas estão nomeados na língua indígena ou língua geral; mas certamente foram adulterados nos ouvidos e nas penas dos escritores das *Notícias*. É nessa prática de se dar nomes às gentes e lugares que se vê também, a presença da gente ameríndia embarcada compondo o grosso das tropas que iam aos sertões. Nessas tropas iam os indígenas e os paulistas mamelucos, a maioria descendente dos apresados dos sertões e dos que haviam sido saqueados nas missões dos padres jesuítas; filhos bastardos das índias ou criados por elas, que nos princípios dos setecentos viviam nas aldeias e fazendas de São Paulo. Eram chamados de “negros”, sendo muitos deles os pilotos práticos, remeiros, caçadores, pescadores e carregadores, os falantes da língua geral que nomeavam rios.

Ao longo de sua narrativa, o sertanista Antonio Pires, em suas lembranças dos percursos das expedições, menciona que determinados locais (geralmente nas margens dos rios) foram do gentio, ou que ainda habitavam alguns restos de gentios bárbaros. Tais revelações indicam o despovoamento ou a desterritorialização em tempos nem tão longínquos, tanto como resultado das expedições paulistas de apresamentos – que certamente provocaram deslocamentos e extermínios pela força das armas ou por doenças – como por fugas e mudanças para outras regiões.

Observações sobre como viviam os gentios estão registrados nas *Notícias* e revelam diversos aspectos das práticas sociais ameríndias. Ali estão expressas suas relações com os recursos naturais, usos e costumes: os alimentos obtidos nas montarias (caça), pesca e coleta de frutos nos matos, nas plantações das lavouras (espécies nativas/manejadas e as exóticas/introduzidas); os materiais/recursos naturais usados para a confecção de suas vestes, armas e outros artefatos; além dos produtos de seus cursos – os saques nas roças dos sertanistas, em aldeias de outros gentios ou nas tropas e monções paulistas.

A pesca parece ser a base da alimentação dos Paiaguá e tantos outros, pois na maioria dos rios há abundância de peixes, conforme o relato de que os Paiaguá “vivem só do que pescam pelos rios”.

Na maioria das descrições dos usos e costumes, trajes e vantagens que fazem, os relatos mostram que os gentios viviam de cursos e montarias; que tanto podem significar trocas contínuas – pois curso era a prática de saque entre os grupos – quanto pode revelar a biodiversidade e a capacidade de sustentabilidade no ambiente, já que montaria diz respeito principalmente à caça e à coleta de frutos e raízes comestíveis e medicinais, bem como de outros

tantos produtos da natureza, dos quais faziam diversos usos, como a produção cotidiana de alimentos, armas, canoas, habitações, vestimentas, etc.

Outro aspecto que se viu muito destacado foram os ataques dos ‘índios’ Paiaguá às monções cuiabanas. Vimos que formam três as *Notícias Práticas* que relatam o ataque à monção do ouvidor Lanhas. Certamente os detalhes do infeliz sucesso e cruel ataque do gentio bárbaro sustentaram a justificativa para a ‘guerra justa’ desencadeada nos anos de 1732 a 1734.

Mas a ênfase dos relatos recai em indicações dos caminhos menos difíceis para se chegar às minas de Cuiabá: como vencer a forças das águas; onde navegar com menores perdas e danos; onde fazer pousos e colher mantimentos de roças, caças e frutas dos matos e pescas; nos sinais do povoamento ameríndio e nas manifestações de suas estratégias de combate ou interações/alianças com os brancos ou outras nações de gentios e em como vencê-los.

As notícias retratam um processo por meio do qual as populações ameríndias estavam sendo expulsas de suas terras, desterritorializadas, e os rios e terras adjacentes vão recebendo nomes que, apesar de recordar seus antigos moradores, passam ser as espacializações da conquista colonial, como roças do Camapuam, minas do Coxipó, minas do Sutil e Vila Real do Bom Jesus de Cuyabá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percepções reveladas

Ao seguir por trilhas das águas para conhecer a natureza e os índios do centro da América do Sul, é chegada a hora de buscar alguns portos ou “pousos”, mesmo que ainda não tão seguros ou definitivos. No conhecimento histórico, sabe-se que nada é definitivo. Nesse campo, o que se tem de mais seguro são as contínuas construções e desconstruções que nos mostram sempre novas trilhas a ser seguidas. Os registros, as fontes historiográficas, que podem ser vistas como “pegadas” e deixam suas marcas pelos caminhos ao longo da ocupação das sociedades nos tempos e espaços, são infinitas. Mas também se sabe que no ofício da pesquisa histórica devemos escolher trilhas e selecionar pegadas.

A primeira delas, na trilha dos ancestrais, seguindo as pegadas arqueológicas, leva a aportar em tempos quase sempre silenciados – porque ainda pouco conhecidos – de antigas memórias, dos ancestrais dos ancestrais dos povos indígenas que habitaram os ambientes de águas e terras do centro do continente sul-americano.

Das “pegadas” examinadas, as sínteses de pesquisas arqueológicas e etno-históricas permitiu dimensionar a ocupação pré-colonial, os movimentos povoadores, seus relacionamentos com os recursos naturais e a alteração das paisagens. A visão abrangente ou até de caráter generalista evidenciou que a parte central da América do Sul encontrava-se ocupada por diversos povos ameríndios desde, pelo menos, 27 mil anos.

Essa ocupação intensificou-se a partir de 11 mil anos, tornando-se ainda mais complexa nos últimos dois mil anos da era cristã. Portanto, mesmo que como uma “pálida imagem”, o reconhecimento de que antes da conquista colonial nas áreas centrais deste continente houve uma ocupação milenar por sociedades ameríndias nos cerrados, pantanais e florestas.

Formou-se, portanto, um rico mosaico sociocultural e implícitas as trocas e experiências milenares no ambiente natural, as práticas de construções da sociobiodiversidade. Isso tudo para dizer que o ambiente natural não era tão natural assim, como pensaram os conquistadores da época colonial, e ainda pensam muitos dos nossos contemporâneos. Nos pantanais, os campos de palmitos, os buritizais, os arrozais e tantos outros sinais imperceptíveis constituíam pegadas deixadas pelos mais antigos ocupantes.

No quadro da ocupação no Brasil Central, caçadores-coletores instalaram-se em áreas de florestas, com solos mais ricos, iniciando o processo de cultivo de plantas. A condição de sustento alimentar levou à sedentarização, fez aumentar a população e principiar a produção cerâmica. Tais condições levam à reflexão de que tanto a prática do cultivo como da produção de artefatos cerâmicos podem estar relacionadas a processos de desenvolvimento cultural variáveis, localizados e isolados; mas também através do contato com grupos de outras áreas, quase com certeza amazônicos, onde tanto o cultivo quanto o domínio da tecnologia da produção de artefatos cerâmicos são bem mais antigos.

Ciente dessa ocupação milenar, que gerou todo um processo generalizado de ocupação e contatos inter-étnicos, faz-se breves referências às trilhas de expedições empreendidas nos séculos XVI por espanhóis no rio da Prata que falam de encontros com parte destas populações e lançam as primeiras idéias da natureza das águas e dos índios do centro do continente sul-americano. A mais emblemática representação passa a ser a grande Lagoa dos Xaraiés, que reavivou a geografia imaginária da Ilha Brasil narrada em *Notícias* e desenhada em mapas. Mas esta trilha, porque já tantas vezes bem trilhada por outros historiadores, como Maria de Fátima Costa, logo é abandonada.

E retomando a trilha principal a que se propôs esta tese, no recorte temporal privilegiado da conquista colonial por paulistas e portugueses na primeira metade do XVIII, seguem-se as pegadas das primeiras entradas das bandeiras paulistas, que vão devassar os sertões centrais à caça dos índios. O diversificado e numeroso povoamento que fora rastreado nas pesquisas arqueológicas, agora se reapresenta nas primeiras descrições dos sertões “infestados” de gentios. Pelas grandes baías foram achando tantas nações de gente que não couberam nos arquivos da memória, como bem conseguiu expressar o cronista José Barbosa de Sá.

No rastreamento, os olhares e as percepções da natureza e dos índios nos registros da conquista colonial luso-paulista nas primeiras décadas do setecentos, revelam o momento de construção ou “descobrimento” dos *sertões do Cuyabá* e do *Mato Grosso*. Transcorridos dois séculos do “descobrimento” do Brasil, na parte mais central da América do Sul rerepresentam-se as descrições dos encontros ou re-encontros com naturezas e gentes diferentes, os *reinos de gentios dos sertões do Cuyabá e do Mato Grosso*, os “novos descobrimentos”. Em algumas narrativas, apresenta-se a idéia do possível encontro com o paraíso, pela abundância oferecida pela natureza, “onde se colhem os frutos sem semear”, conforme vimos no relato do cronista Barbosa de Sá.

Já na trilha principal, no decorrer da conquista luso-paulista, principalmente nos “primeiros tempos”, é possível detectar nas narrativas representações da natureza ora como paraíso, ora como inferno, reinvenções de aspectos da mentalidade barroca e cristã, típica dos descobridores e conquistadores do Novo Mundo: uma re-invenção edênica setecentista. No cenário da conquista, diferentes sujeitos que escrevem acerca desta parte central da América são colocados a falar, ou “dados a ler” apresentando o que viam ou ouviram dizer desses sertões do Cuiabá, de sua natureza e de seus povoadores, as nações de gentios.

A primeira e mais ampla referência dada à natureza e aos índios está embutida na palavra “sertões”. Logo se sabe, pelo significado que essa palavra traz no século XVIII, que a percepção mais macro e moldural é de um espaço de conquista, com tudo que nele há, principalmente sua gente, os “gentios” e o ouro. A natureza desconhecida, a ser devassada por novos penetradores, é terra de conquista.

Os rios e as formas como estes manifestam sua geografia no movimento das águas de saltos, cachoeiras, itaipavas, redemoinhos, ganham as cenas das representações das manifestações da natureza muitas vezes infernais, porque perigosas, causando perdas de vidas e mantimentos, ora por que trabalhosas. Os bichos, como as onças, são vistas como peculiares e abundantes no ambiente do pantanal, causando temor nos momentos dos pousos. Entre as “imundícies”, os mosquitos com suas moléstias infernais também são referências constantes, principalmente por narradores portugueses. Os aspectos do clima notados e anotados por sertanistas e demais agentes da conquista colonial no centro da América do Sul tratam de condições de temperatura, variando do extremo calor às surpreendentes friagens, e outros fenômenos observados nos períodos de chuvas e secas.

A comparação com o que já é conhecido na Europa também se mostra freqüente; a natureza representada é outra, assim como seus habitantes naturais, os gentios.

Se logo à frente de “sertões”, o nome indígena *Cuyabá*, a terra da conquista é territorialidade indígena. E porque no plural, não é único. Nas narrativas da conquista, os sertões do [rio] Cuiabá incluem muitos outros sertões com nome de gentios. E se “gentios” significava toda gente ainda não convertida aos padrões cristãos que habitava a natureza ou “sertões”, nas percepções sobre os índios estão impressos os padrões do cristianismo, muito semelhantes ao projeto jesuítico de catequese, mascarados ou reinventados no seio das práticas sertanistas setecentistas. Alguns estão nomeados como bárbaros e cruéis comedores de carne humana e a eles deviam ir bandeiras de extermínio, trazendo prisioneiros cativos os que se metessem de paz e as mulheres e crianças.

Os considerados “menos bárbaros” logo eram chamados para fazer parte da gente povoadora, escravizados pelos vassallos da coroa nos serviços da conquista como “domésticos”, nas casas, roças e lavras ou mesmo engrossando as tropas dos cabos das bandeiras que continuavam a desinfestar, limpar os sertões da “gentilidade”. Na categoria de mansos, os Paresi são paradigmáticos: os mais aptos a tornarem-se cristãos, exímios lavradores, suas mulheres boas para serviços domésticos “como nossas bastardas”. Se fosse feito um estudo do genótipo cuiabano, certamente a herança da ancestralidade Paresi se apresentaria dominante, pois é dessa etnia a maioria das mulheres levadas para as roças e os serviços domésticos nas minas de Cuiabá, que aí devem ter gerado muitos filhos, talvez a maioria dos pardos que povoavam a vila de Cuiabá.

Por outro lado, os Paiaguá e os seus confederados cavaleiros-Guaicuru são os emblemáticos gentios bárbaros. Inimigos de agigantados corpos, vil canalha, a eles acrescentaram a categoria de “traidores” por suas ligações comerciais com os tradicionais “inimigos” dos portugueses, os espanhóis. A eles foi aplicada a “guerra justa” e sangrenta, conforme vimos, e nas narrativas das justificativas da guerra as barbaridades recebem cores e emoções fortes.

Das práticas sertanistas, diante dos sertões “infestados de gentios bárbaros”, se viu aplicada uma espécie de extermínio: a “desinfestação”. Podemos compreendê-la como uma limpeza da natureza bárbara, do que estava fora da ordem cristã e da sociedade do antigo regime. Como os mosquitos que também ‘infestavam’ os pantanais, causando infernais molés-

tias, os gentios que apresentavam resistências causavam profundos incômodos aos conquistadores. Detalhando um pouco mais essas práticas, de onde emergiam as representações, o gentio era objeto a ser caçado e trazido das brenhas dos sertões para o grêmio da igreja, para junto dos administradores que precisavam a de seus serviços. Nos sertões do Cuiabá, onde em 1727 se fundou a vila de Cuiabá e no seu *termo* as lavras e arraiais das minas, as roças, e caminhos até no vale do Guaporé nas minas de Mato Grosso, a reprodução de padrões da tradição bandeirantista, onde os índios são objetos a serem caçados para serem trazidos para a ordem colonial, contando com a anuência da coroa portuguesa desejosa de consolidar a conquista.

Dessas percepções da conquista, algumas pegadas deixadas pelos próprios índios os evidenciam nas metamorfoses decorrentes da situação colonial, e sujeitos da sua própria história, participantes nas relações de conquista e colonização, mesmo que nos filtros dos olhares dos colonizadores paulistas e portugueses. Das narrativas se pode ouvir dos Paiaguá os seus “urros” com lanças de pontas de ferro e vestidos em ricas roupas nos ataques às monções cuiabanas, os Guaicuru montados em cavalos que vieram nos barcos espanhóis e se transmutaram em índios cavaleiros, um guató “doméstico” manifestando sua indignação e desforra, e outro índio da nação Guató dando tiros certos de espingardas nos Paiaguá e alguns Paresi que salgavam peixe no rio Cuiabá. No aspecto mais coletivo, as fugas, as mortes de administradores, os ataques às roças. Esta é uma trilha que aqui pouco foi rastreada e a ela reservo como uma das projeções mais desejadas para dar continuidade nos aprofundamentos futuros.

Das percepções dos narradores da conquistas, uma trilha se destaca para que as pegadas possam ser examinadas mais de perto, aproximar a lupa, o exercício de conhecer melhor os sujeitos das percepções quem e para quem se está escrevendo, as condições de sua produção, seus autores. Mereceu um capítulo – o maior deles – o conjunto de fontes *Notícias Práticas*, pela significância do momento em que estão sendo coligidas – nas décadas de trinta e quarenta do setecentos. Como vimos, este é um momento que permite articular estas fontes com o contexto de inovação científica português, e que nas mãos de um dos padres responsáveis por fazer mapas do estado do Brasil certamente tinha por objetivo servir de fonte de informação e consulta àqueles estadistas de confiança do rei D. João V que prepararam o Tratado de Madrid, assinado em 1750. Além de tudo, no registro escrito, trazia os sertões das minas para o terreno do conhecido, do que se queria ter como terra da conquista.

Neste sentido, “do que sai da ordem, o terreno incerto e desconhecido e, ainda, o que não está entrelaçado ao conhecimento”, é de onde se pode ver melhor a necessidade do Estado português “tomar notícias dos sertanistas”, e fazer conhecidos esses sertões das minas de Cuiabá, incluído no projeto do *Atlas da América portuguesa*, que integrava o processo desencadeado de conhecer as fronteiras naturais onde seriam demarcados os limites e garantidas as posses das conquistas para a coroa lusitana.

Na busca de ultrapassar essa dimensão mais contextual, não menos importante – já bem colocada por historiadores citados que tratam da história das demarcações dos limites e consolidação das fronteiras ibéricas – e que também permitiu *insights* importantes, tais como a percepção das articulações do macro/micro, do rei ao sertanista, do reino ao sertão; diversos aspectos se apresentaram e dizem a respeito às construções e à circulação das imagens dos sertões do Cuiabá. Alguns estão sinalizados ao longo da apresentação dos textos, tais como a repetição de narrativas que trataram de alguns acontecimentos, ataques paiguás, por exemplo e descrições de locais de perigo nas águas ou de gentios, entre tantos outros que merecem estudos mais detalhados. Mais uma projeção que esta tese nos propicia.

Evidente também a circulação das cópias das *Notícias*, principalmente os *Roteiros* que têm como informantes e relatores experientes sertanistas práticos (7ª e 8ª Notícias) pois estas parecem ser as fontes guias de Cabral Camelo e Gervásio Leite, autores da *Notícia 1ª*, de 1727, e da *Notícia 6ª*, de 1726.

Não se sabe ao certo quem copiou quem primeiro ou se alguns temas circulavam na tradição oral, passando por bocas e ouvidos, sendo registrados nos bicos das penas e nos papéis até chegarem a se tornar *Notícias*. Esta 8ª *Prática* sem dúvida deve ter ficado conhecida e servido de fonte e guia para outros navegantes que percorreram e narraram os caminhos dos rios, os pilotos proeiros monçoeiros sertanistas e escritores das *Notícias Práticas*. Algumas informações são reproduzidas e repetidas, tais como a tropa que sucumbiu no local dos redemoinhos, do ataque dos Caiapó com tiros de porrete, e ao ataque paiaguá de 1726 onde se levou um menino.

Ainda merecendo melhores e detalhadas análises, pode-se ver que informações constantes nas *Notícias* são reapresentadas na *Relação* de Barbosa de Sá, o que leva a crer terem usado as mesmas fontes orais ou manuscritas.

Nos caminhos trilhados no processo de construção da pesquisa, seleção e interpretação das fontes, sabemos que nem todas podem ser compreendidas inteiramente em suas reais dimensões. O porquê de terem sido escritas, as condições de sua produção, os seus sujeitos, apenas as anotamos. Mas não sabemos quem as fez e porque ali foram deixadas, outras se apresentam mais na frente e devemos retornar pra retomar, e se projetam novos delineamentos.

Ao focar esse conjunto de descrições reunido no século XVIII, relatos bem detalhados dos rios e dos índios, abriram-se possibilidades de análises diferenciadoras das percepções impressas em suas narrativas, tais como aquelas elaboradas sob encomenda para serem “dadas” ao padre matemático, outras no formato de *Relações* oficiais, para registrar o sacrifício de um nobre português indo para o distante sertão, enfrentando os rios perigosíssimos e os calores excessivos. Outros detalhes interessantes dizem respeito ao questionamento das autorias como a *Notícia 8ª*, que foi tirada de seu anonimato e que, por suas diferenças e trechos suprimidos, ao mesmo tempo remete às questões ligadas às reproduções de cópias e sua circulação pelas minas, outras capitânicas e até ao reino. Conhecer as condições de produção das escritas foi permear por representações de mundo de sertanistas escritores de relações, uma literatura de roteiros somadas às características de literatura colonial, mas com um diferencial sertanista, de gente prática: Notícias Práticas.

Arrisco que existem tantas maneiras de ver quantas são as possibilidades de experiências nos ambientes, sendo cada uma única, vivida por diferentes sujeitos, dependendo das mais diversas condições de produção das escritas da história e dos lugares que ocupavam para *olhar* os sertões.

Ao penetrar nos *sertões* desconhecidos, em ambientes “outros” e diante de climas, águas, animais, plantas e gentes tão diferentes, podem ser evidenciadas percepções ou as manifestações da visão antropocêntrica, utilitarista, já que o mundo natural estava para ser dominado, conquistado, explorado em suas riquezas, para atender os interesses escravistas mercantis do Império português na América.

Também afloraram admirações, medos e os referenciais tinham por base aspectos do clima e da natureza européia e portuguesa frente ao que viam e sentiam. Os novos descobri-

mentos eram sempre novas possibilidades de fortalecer o poder e o esplendor da monarquia portuguesa e de seus vassallos na colônia brasileira.

A natureza – pantanais, cerrados e florestas: nos sertões dos gentios. Os gentios, os habitantes de rios e chapadas que levam seus nomes: territorialidades ameríndias. Nos roteiros e mapas manuscritos, as territorialidades indígenas estão fartamente representadas. Novamente os rios, as trilhas das águas, são os cenários de onde emerge grande parte das descrições da conquista, os sinais da ocupação indígena e suas relações com o ambiente: pelo que plantam e colhem, pelas armas que usam contra os invasores colônias ou seus “inimigos”, pela forma como se sustentam.

Na busca de compreender como se deram as relações das sociedades com a natureza desde tempos remotos neste centro da América, o que se vê demonstrado é uma seqüência de ocupações que tiveram os rios como eixos, trilhas de entrada e saídas, de encontros, confrontos, pousos, pescarias, caçadas, colheitas de arroz, palmito, mel, ataques de gentios, mosquitos, onças, chuvas, buritizais, trovoadas, falta de mantimentos, calor, frios, etc. Ainda os tantos perigos e riscos da violência das águas. Natureza e gentios a serem vencidos para se chegar às minas, provações constantes, onde a Divina Providência podia também trazer as bênçãos da fartura e salvação diante da iminência da morte.

Mais do que interpretar filtros ideológicos de olhares e narrativas, creio que fui selecionando fontes que mostrassem percepções que iam apresentando também aspectos dos ambientes em que percorriam no processo da conquista colonial. Impressões diversas que permitem ver as diversas maneiras de ler as paisagens e os “outros” relatadas por diferentes sujeitos que percorriam os caminhos das águas e encontravam os “gentios”.

O mundo natural em suas manifestações, a *natureza*, creio tê-la re-visitado trilhando pelos caminhos das observações sobre os rios e suas águas, tão freqüentemente referenciadas nas caracterizações de rios e cachoeiras, dos perigos nos percursos e travessias, nos comentários sobre sua qualidade e salubridade, o sustento da pesca nas largas e dilatadas baías e outros usos e produtos de suas margens, bem como o povoamento ameríndio por suas margens. As descrições de localizações geográficas que indicam sinais do relevo, da vegetação e da qualidade do solo para o cultivo. Vale destacar a busca de sinais demarcadores de posse efeti-

va do território – *uti possidetis* –, que poderiam se tornar indicadores dos limites fronteiriços das coroas ibéricas.

São visíveis as plantas nas observações mais gerais acerca da vegetação, os locais de densos arvoredos ou largas campanhas, as roças cultivadas por moradores e gentios, como as de banana e a cana-de-açúcar, ou as plantas silvestres, como o arroz. Quanto aos animais, constata-se serem abundantes nas referências às constantes montarias e caçadas dos gentios.

Neste breve rastreamento de alguns dos olhares e que se constituíram em escritas historiográficas ou narrativas “dadas a ler”, creio ter apresentado algumas pistas que tornaram os índios e a natureza mais visíveis no conjunto de relações históricas nos “dilatados sertões” do centro do continente sul-americano.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Auxiliares de Pesquisa

ADONIAS, Isa. *Imagens da Formação Territorial Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

BOSCHI, Caio C. *Roteiro-sumário de arquivos portugueses de interesse para o pesquisador da História do Brasil*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 1995.

CATÁLOGO de Verbetes de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Mato Grosso (1720-1827). Ministério da Cultura, Projeto Resgate Barão de Rio Branco, Campo Grande/MS: Casa da Memória Arnaldo Estevão de Figueiredo, Universidade Federal de Mato Grosso, 1999.

CORTESÃO, Jaime (Documentos organizados e anotados por). *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750): Parte I – Tomo II (1735-1753) e Parte III, Tomo II- Antecedentes do Tratado*, Rio de Janeiro: MRE/IRB, 1951.

FREIRE, José Ribamar Bessa. (Coord.) *Os Índios em Arquivos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ, 1995.

MACHADO, Diogo Barbosa de. *Bibliotheca lusitana*. Coimbra: Atlântida, 1967.

MIRANDA, Leodete & AMORIM, Lenice. MATO GROSSO: ATLAS GEOGRÁFICO. Cuiabá: Entrelinhas, 2000

CUNHA RIVARA, Joaquim Heliodoro. CATÁLOGO DOS MANUSCRITOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA EBORANCE – (ÉVORA), TOMO I - que compreende a notícia dos códices e papeis relativos às cousas da América, África e Ásia. Lisboa, Imprensa Oficial, 1850

SOUZA, Maria Cecília Guerreiro de. *Inventário de documentos históricos sobre o Centro-Oeste*. Volumes 1, 2, 3 e 4. (1720 a 1765). (Vbetes de Microfichas de documentos copiados do AHU: Cartas, Provisões, Pareceres, Ofícios, Relatórios, Certidões e outros). Cuiabá: NDIHR/UFMT, s/d.

Fontes Manuscritas

BRASIL

APMT – Arquivo Público de Mato Grosso (Cuiabá)

Documentos históricos e originais (DHO). Números 1 a 100, correspondentes aos anos de 1719 a 1751: ordens régias, relatórios, correspondências entre o rei e os capitães gerais de São Paulo e outros documentos que informam e pedem providências quanto às minas de Cuiabá.

- Carta do Rei à Rodrigo César de Meneses. Lisboa, 07/10/1722. Mss., nº2, documentos diversos (1719-1751), APMT

- Livro C -02 - Cartas Expedidas – Governo Rodrigo César de Menezes e Luiz de Mascarenhas

AN - Arquivo Nacional - (Rio de Janeiro)

Cód. 101, vol.2 – *Informações sobre a Navegação entre o Pará e Mato Grosso/ Plano para Civilização dos Índios.*

Cód. 454 - 1º vol.: “*Conta dos materiais [armas e munições] que mandou entregar o Exmo General na Araritaguba às pessoas que vieram à Guerra dos Paiaguás.* Santos, 16/jun/1735. Fundo: Provedoria da Real Fazenda de Santos (fls 107-111)

BN - Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)

CARTA de Manoel Correia Brazão a respeito dos bárbaros que infestam as minas do Cuiabá. (28/03/1733) Ms. II. 35, 21, 56 nº 5

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Prospecto da Serra de São Vicente e seus estabelecimentos.* Vila Bela, 16/04/1790. Biblioteca Nacional (RJ), Manuscritos I-11,2,2, nº 12

Museu das Bandeiras - Cidade de Goiás ou Goiás Velho (GO).

Registro de uma Petição e Certidão Requerida pelo Pe Diogo Soares, e passada da Fazenda Real de Santos, a respeito do Ordenado arbitrado ao dito Padre depois de entrar nestas Minas. (fl. 31). Fundo Brasil Colônia, Registro Geral, Vol. I, Cx. 230. Cód. 1742/1746 (fls.25 a 48).

IEB/USP - Instituto de Estudos Brasileiros/Universidade de S. Paulo

Mapas, estatísticas e alguns desenhos reunidos em um volume, século XVIII. Manuscrito da coleção Yan de Almeida Prado.

PALÁCIO, Francisco. *Roteiro de São Paulo para as minas do Cuyabá que fez Francisco Palácio no ano de 1726.* 22 f. Mss. 4 a 18.

IHGB (Rio de Janeiro)

PEREIRA, João Gonçalves. *Itens sobre os quais mandei tomar informações pelo Juiz Ordinário do Arraial da Chapada de São Francisco Xavier das Minas do Mato Grosso, Domingos Gonçalves Ribeiro, por Antonio Antônio Ferreira antecessor deste, e por mais pessoas que foram às Missões dos padres da Companhia de Jesus das Índias Ocidentais de Castela, chamadas vulgarmente dos Mochos da Província de Lima dos Reys, as quais estão ao Norte e Noroeste das ditas minas do Mato Grosso junto do rio Baures, Itomanas e Moré, os quais fazem barra da parte do Ocidente no rio Guaporé, que passa em distância de 3 dias do dito Arrayal de Mato Grosso pela parte do Ocidente.* Cuiabá, 20/09/1743. 52p. Mato Grosso, Avulsos, 1743. Arq.1.4-37-4, Lata 762 - Pasta 16, Cópia do Arquivo Colonial de Lisboa.

José Barbosa de Sá (JBS). *Diálogos geográficos, cronológicos, políticos e naturais escritos por JBS nesta Vila Relá do Bom Jesus de Cuiabá. Ano de 1769.* (Livro em Capa de couro, encadernado, cópia do original da Biblioteca Municipal do Porto – MS 235).

NDIHR- Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional /UFMT

- Carta de Rodrigo César de Meneses à Aires Saldanha (SP, 20/12/1721). AHU, Mfcha 1, nº 215.

PORTUGAL

ANTT- Arquivo Nacionais da Torre do Tombo (Lisboa)

- Manuscritos do Brasil / Livro 11:

Cartas de Diogo Soares à Martinho de Mendonça de Pina e Proença: São José, dezembro de 1734 e S. Paulo, fevereiro de 1735. (fls. 38 e 43);

Carta de João Antonio Cabral Camelo a Martinho de Mendonça Pina e Proença, São João del Rey. ANTT, (fl. 35)

Avulsos, maço 3, doc. 10: José Barbosa de SÀ. *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos (1775)* . (fls 119 -151 / 64 fls)

- Papéis do Brasil

Cód. 1- Microfilme 697, fls. 122, 123, 124, 125. “Relação da sanguinolenta guerra ao *gentio Paiaguá* por ordem e direção”

Cod. 6 - Microfilme 698 – Ordens Régias Avulsas (1732-1734)

- RGM (Registro Geral das Mercês)

Provisão à Domingos Lorengo de Araújo no posto de Capitão da Companhia da Ordenança do Distrito do Arraial do Morro de Santo Antonio Abaixo, comarca do Serro Frio. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1744.

BNL - Biblioteca Nacional de Lisboa

Reservados: Col. Pombalina - A primeira rifa que fez Rodrigo César de Menezes assim que chegou as minas do Cuiabá antes de erigir a vila (PBA 672 – F5676 p.101)

BGUC - Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Sessão de Manuscritos:

MS. 148, fls. 45 vº-59

BPE – Biblioteca Pública de Évora

Cód. CXVI / 1-15 - *NOTÍCIAS PRÁTICAS de várias minas e do descobrimento de novos caminhos e outros sucessos do Brasil, dirigidas ao Pe. Diogo Soares* (sem dúvida o jesuíta astrônomo)

Notícias práticas das minas do Cuiabá e Goiazes Capitania de São Paulo

-*Notícia 1ª Prática* que dá ao Rev. Pe. Diogo Soares o capitão João Antônio Cabral Camelo sobre a viagem que fez as minas do Cuiabá em 1727, Vila de S. João d'el Rey, 16 de abril de 1734.(fls. 1 a 7 v)

-*Notícia 2ª Prática* do que lhe sucedeu na volta que fez das mesmas minas para São Paulo Vila de S. João d'el Rey, 16 de abril de 1734. (fls 07 a 10)

-*Notícia da 3ª Prática* dada pelo capitão Domingo Lourenço de Araújo ao Pe. Rev. Diogo Soares sobre o infeliz sucesso que tiveram no rio Paraguai as tropas que vinham para SP no ano de 1730. (fls. 10 v a 12)

-*Notícia 4ª Prática* vinda da cidade do Paraguay a Nova Colônia do Sacramento com aviso de venda que fizeram os Payaguases dos cativos portugueses naquela mesma cidade escrita por D. Carlos de los Reyez Valmaceda. Paraguay, 4 de novembro de 1730 (fls.12 a 13v)

-*Notícia 5ª Prática* dada pelo cap. Antonio Pires de Campos ao Capitão Domingos Lourenço de Araújo e comunicada por este ao R. P. Diogo Soares sobre os Reinos e Nações de bárbaros que há na derrota e viagem o Cuiabá e seu recôncavo .(fls 13v a 18)

-*Notícia 6ª Prática*- Relação verdadeira da derrota e *viagem que fez [1726] da cidade de São Paulo para as minas de Cuiabá, o Exmo Sr. Rodrigo César de Menezes*, Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo e suas minas, descobertas no tempo de seu governo e nele mesmo estabelecidas {escrita por Gervásio Leite Rebelo, secretário do Gov. de SP, composta em 1727 (fls.18 a 25)

-*Notícia 7ª Prática* e roteiro verdadeiro das minas do Cuiabá, e de todas suas marchas, cachoeiras, itaypavas, varadouros e descarregadouros das canoas, que navegam para as ditas minas, com os dias da navegação e travessia, que se costuma fazer por Mar e Terra. Escrita por Manoel de Barros (fls.25v a 35)

- *Notícia 8ª Prática* exposta na cópia de uma Carta escrita do Cuiabá aos novos pretendentes daquelas minas (fl 35 a 47v)

Cód.CXV/ 2-15

- *NOTICIA ABREVIADA (MAS VERDADEIRA) que se dá do rio da Madeira, com a individuação que é precisa para vir no conhecimento da distância, e comunicação que pode haver com os moradores das minas de Mato Grosso. No fim, alguma coisa do rio dos Tocantins* (fls. 326, 327)

MB – Museu Bocage, Lisboa

ARF nº 13. 1790 – *Relação dos produtos naturais que remete Alexandre Rodrigues Ferreira para o Real Gabinete de História Natural que constituem a primeira remessa da Capitania de Mato Grosso* (54p)

ARF nº 20, s/d – *Causas das doenças dos índios apresentadas em 7 artigos e conclusões* (7fs.)

ARF nº 23. 1815 – *Catálogo dos manuscritos de Alexandre Rodrigues Ferreira entregues por ordem superior pela viúva D. Germana em 05 de julho de 1815.*

AHU –Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)

Consulta em Rolos de MICROFILMES (AHU-LISBOA) e /ou CDRoom Projeto Resgate:

Cx. 1- Doc. 02. 1720, Fevereiro, 24, Lisboa. PROVISÃO (cópia) de D. João V ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, conde de Assumar, Pedro de Almeida Portugal, em que autoriza os guardas-mores a concederem licenças para utilização das águas para a mineração.

Cx. 1- Doc. 04. 1727, Fevereiro, 03, Cuiabá. CARTA do Ouvidor Geral de Cuiabá, Antônio Álvares Lanhas Peixoto, para o CU onde descreve a viagem que efetuou desde São Paulo até Cuiabá, quando acompanhou o Governador de São Paulo, Rodrigo César de Menezes. (Anexo: certidão da criação da Vila do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. 01/Janeiro de 1727).

Cx. 1- Doc. 08. 1727, 10 de Março, Vila de Cuiabá. - Carta do [governador e capitão general da Capitania de São Paulo] Rodrigo César de Menezes ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real em que dá conta da jornada que fez às novas Minas e dos perigos e carestia da terra.

Cx. 1- Doc. 13. 1728, Março, 6, Vila de Cuiabá. Carta de Rodrigo César de Menezes sobre o pedido dos paulistas que *precisam de gentio para talhar os sertões* e fazer descobrimentos de ouro.

Cx 1- Doc. 50. 1731, 30 de março, vila de Cuiabá. Carta do ouvidor de Cuiabá, José de Burgos Vila Lobos, onde pede suspensão dos descobrimentos do ouro ao Rei durante a guerra ao gentio Paiaguá. Anexo: Carta do ouvidor Caetano dos Santos, escrivão da Câmara de Cuiabá, e Almotacaria, e o Termo da Junta que se fez para sair a Bandeira à conquista do gentio Payaguá e desinfestar os rios aonde esta alojado.

Cx. 1- Doc.52.1731, 07 de Abril, Cuiabá. Carta do Ouvidor da vila de Cuiabá, José de Burgos Vila Lobos, ao rei D. João V sobre as mortes causadas pelo *gentio Paresi*, que impedia a continuação dos descobrimentos do ouro.

Cx 1, Doc. 54- Carta dos oficiais da Câmara sobre as despesas com a guerra aos Paiaguá e perseguição dos sertanistas aos Pareci, que escravizam e matam.

Cx. 1- Doc. 58 - 1732, Março, 28, Lisboa. - CARTA do [governador e capitão-general da capitania de São Paulo] conde de Sarzedas [António Luís de Távora] ao rei [D. João V] em que pede instruções de como atuar na guerra contra o gentio Paiaguá.

Cx 27, rolo 28, Doc. 6228- RJ, 07 de maio de 1726 - Cópia das condições dos contratos do subsídio pequeno dos vinhos e do novo imposto das águas Ardentes do Reino que se arremataram nesta cidade do Rio de Janeiro a *Domingos Lourenço de Araújo*.

Cód. 233 - Lisboa, 29 de Abril de 1719. Consulta do CU referente a uma carta do ouvidor de São Paulo, Rafael Pires Pardino, em que comunica as informações adiantadas por sertanistas de Itú referentes aos avanços dos padres jesuítas castelhanos em sertões que entendia pertencerem à coroa portuguesa. Junto a essa carta seguiu para Lisboa um mapa daqueles sertões de lá trazido pelos sertanistas. (fls. 165-165 v).

Cód. 233 - Lisboa, 31 de Outubro de 1719. Consulta do CU referente a uma carta do Governador e Capitão General de São Paulo e Minas de Ouro, D. Pedro de Almeida Portugal, Conde de Assumar, sobre a descoberta de ouro por sertanistas num local próximo do Paraguai e de aldeias castelhanas, com os quais mantiveram contactos. (fls. 167 v.-168)

ACL - Academia de Ciências de Lisboa

-14/10 - *Carta Corográfica ou Descrição demonstrativa das terras e dos rios mais principais...* Antônio Rolim de Moura (mapa mss colorido, 1754)

-MSS Azul-17(37) [Memórias econômicas e físicas]

-*Memória sobre os homens selvagens da América Meridional que serve de introdução às Viagens*. (De Antônio Pires da Silva Pontes Leme, primeiro tenente do Mar da Armada Real, Doutor e Astrônomo correspondente da Real Academia de Lisboa, Ano de 1792.)

Fontes Impressas

ANÔNIMO. Demonstração dos diversos caminhos de que se servem os moradores de São Paulo para o Cuiabá e província dos coxiponés. In: TAUNAY, A.(Org). *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p. 201-207.

ANÔNIMO. *Relação e Breve notícia de hum bicho feroz que apareceu a gente de Mato Grosso*, Lisboa: 1754 (Microfilme, BNL)

AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (Orgs). *Anais de Vila Bela*. Cuiabá: Carlini Ciniato Editorial/Editora UFMT, 2006.

Bandos e portarias de Rodrigo César de Meneses. Em *Doc. int.*, vol.12 (1895).

Bandos, regimentos e ordens dos capitães-generais conde de Sarzedas e dom Luis Mascarenhas, 1732-1748. Em *Doc. int.*, vol.22 (1896).

BLUTEAU, Rafael. Dicionário da Língua Portuguesa. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXXXIX, Vols. I,V e outros

BORGES, Francisco Caetano. “Anal de Vila Bela da Santíssima Trindade desde o descobrimento do sertão de Mato Grosso no ano de 1734”. In: *Revista do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso*. [publicação com notas de Carlos Alberto Rosa], Cuiabá (MT), 1(2). Set/1982-fev/1983,

BRITO, Francisco Tavares de. *Itinerário Geográfico com a verdadeira descrição dos Caminhos, estradas, roças, sítios, povoações, lugares, Vilas, Rios, Montes e Serras que há da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro*. Composto por (...). Sevilha, Na Oficina de Antonio da Silva, MCXXXII [1732]. (BNL, acesso disponível em versão pdf)

CAMELO, João Antônio Cabral. “Notícias práticas das minas de Cuiabá e Goias na capitania de São Paulo e Cuiabá que dá ao reverendo padre Diogo Soares, o capitão João Antônio Cabral Camelo, sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727”. In: TAUNAY, Afonso de E.(Org). *Relatos monçoeiros* (1981), p. 118-145

_____. Notícias práticas das minas de Cuiabá e Goias na capitania de São Paulo e Cuiabá que dá ao reverendo padre Diogo Soares, o capitão João Antônio Cabral Camelo, sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727”. IN: *Revista do IHGB*, Tomo 4, 1842

CAMPOS, Antônio Pires de. Roteiro que deu o capitão-mor (...) ao capitão-mor Luiz Rodrigues Villares, procurador do Povo da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, para o descobrimento de grandes haveres para as aldeias dos gentios Araés”. In: TAUNAY, A.(Org). *Relatos sertanistas*. 1981, p.199-200

_____. “Breve notícia que dá o capitão Antônio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuiabá e seu recôncavo, na qual declara-se os reinos a que chegou e viu por maior...” In: TAUNAY, Afonso de E. *Relatos sertanistas* (1981), p. 179-200.

_____. Breve notícia que dá o capitão Antônio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuiabá e seu recôncavo, na qual declara-se os reinos a que chegou e viu por maior...” In: *Revista Trimestral do IHGB*, Vol. 25, 1862

CARDIM, Pedro Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte/Itatiaia, São Paulo/Edusp, 1980.

Cartas Régias e Provisões, 1730 a 1738. Em *Doc. int.*, vol. 24 (1897).

COELHO, Filipe José Nogueira. *Memórias cronológicas da capitania de Mato Grosso, principalmente da Procuradoria da Fazenda Real, Intendência de Ouro*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 13 (1850), p. 137-199

_____. *Princípios do Direito Divino, Natural, Público, Universal e das Gentes*. Oficina de Francisco Borges de Souza, Lisboa, 1773.

Correspondência e papéis avulsos de Rodrigo César de Meneses, 1721-1728. Em *Doc. int.*, vol. 32 (1901).

CÔRTE-REAL, João Afonso. *Anal de Vila Bela da Santíssima Trindade desde o descobrimento do sertão de Mato Grosso, no ano de 1734*. Lisboa: Memória apresentada ao Congresso Luso-Brasileiro de História, 1942.

COUTINHO, Francisco de Souza. “Informação sobre o modo porque se efetua presentemente a navegação do Pará para Mato-Grosso, e o que se pode estabelecer para maior vantagem do

comércio e do estado” In: *Revista do IHGB*, vol. II (1840), pp. 283-306; Vol. XXVIII, Parte 1(1865), pp. 38-69.

DANIEL, Padre João. *Tesouro descoberto no rio Amazonas*. Vols 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004.

Doc. Int.- *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo: Tipografia Aurora/Arquivo do Estado de São Paulo, (vols. XII, XIII, XX, XXXII) 1894- ?.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Memórias: Antropologia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1974.

_____. *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Memórias: Zoologia e botânica*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

_____. *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.

FERREIRA, Luis Gomes. *Erario Mineral*. Dividido em 12 Tratados. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, MDCC XXXV(1735) (BN- F 6938 Reservados).

FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tiete ao Amazonas(1825-1829)*. (Tradução de Visconde de Taunay), São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977.

FONSECA, José Gonçalves da. *Notícia da situação de Mato Grosso e Cuiabá: estado de uma e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamantes*. Em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol.29, parte 1a., (1866), pp.352-390.

_____. “Navegação feita da cidade do Grão-Pará até a boca do rio da Madeira pela escolta que por este rio subiu às minas do Mato Grosso, José Gonçalves da Fonseca, por ordem mui recomendada de S. M. no ano de 1749”. In: *Coleção de notícias para História e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos Domínios Portugueses, ou lhe são vizinhas*. t.IV, nº1, Academia Real de Ciências, Lisboa, 1826, pp.1-143.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 10 vols, Lisboa/Rio de Janeiro; Portugal/Civilização Brasileira, 1938-1950, vol. 6.

_____. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. 3 vols. São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1956-1958, vol.2.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Notícias das minas de São Paulo e dos sertões da mesma capitania*. (Introdução e notas de A. de Taunay). Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1981.

LISANTI, Luís. *Negócios coloniais (Uma correspondência comercial no século XVIII)*. 5 vols. Ministério da Fazenda, São Paulo, 1973.

LIVERMORE, H.V. *An early published guide to minas Gerais: the Itinerário Geográfico (1732)*. Centro de Estudos de Cartografia Antiga/Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Lisboa, 1978, (Separata da Revista da Universidade de Coimbra, v. 26)

MAGALHÃES, Basílio de. ‘Documentos relativos ao bandeirismo’. Em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 18 (1913), pp. 257-506.

MARQUES, Manoel Eufrázio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo seguidos da cronologia dos acontecimentos notáveis desde a fundação da capitania de São Vicente até o ano de 1768*, Rio de Janeiro, Typographia Universal de Eduardo e Henrique Laemmert, 1879.

MELLO, Francisco Pedro de. *Diário da diligencia que por ordem do Ilmo e Exmo Sr. João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, se fez no não de 1795, a fim de destruírem vários quilombos e buscar alguns lugares que houvesse ouro*. IHGMT, Cuiabá, 2001.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Xérox do Brasil, Rio de Janeiro, 1985.

MOTT, Luiz. O Peregrino Instruído: a propósito de um formulário etnográfico do século XVIII. Lisboa: Separata do *Boletim Cultural* da Junta Distrital de Lisboa, 1973.

MOURA, Antônio Rolim de. “Relação da viagem que fez o conde de Azambuja, Antônio Rolim de Moura, da cidade de São Paulo para a vila de Cuiabá em 1751”. In: *Revista do IHGB*, vol. VII, Rio de Janeiro, 1845, p. 469-497.

NOTÍCIAS pertencentes a comunicação do Mato Grosso com o Estado do Maranhão – Ano de 1748. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 107 (1987), Rio de Janeiro, 1991, p 33-142.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*, desde o ano de seu descobrimento até o ano de 1724. Oficina de José Antonio da Silva, Impressor da Academia Real, Lisboa Ocidental, MDCCXXX [1730]

_____. *História da América Portuguesa*, S. Paulo/Belo Horizonte: EdUSP/ Itatiaia, 1976.

PONTES, Antônio Pires da Silva. “Diário Histórico e Físico da Viagem dos Oficiais da Demarcação que partiram do Quartel General de Barcelos para a capital de Vila Bela da Capitania de Mato Grosso, em 01 de setembro de 1781”. In: *Revista do IHGB*, vol. 262, Dep. De Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1964, pp. 344-406

PRADO, Francisco Leme do. “Verdadeira notícia que deu Francisco Leme do Prado, do que passou viu e experimentou na viagem que fez das Minas do Mato Grosso pelo rio abaixo, às Missões dos Padres da Companhia do Reino de Castela a que chamam Moxos (...) indo por companheiros Manoel Félix Lima, Joaquim Ferreira Chaves, Vicente Pereira de Assunção, (...) e paragens por onde não consta andasse pessoa portuguesa [meados de 1743] pp 57-63. In: Jaime Cortesão. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid - Antecedentes do Tratado*. Tomos II, RJ: 1951

PRADO, João Leme do. Notícias das Minas dos Martírios oferecidas ao governador e capitão-general Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Apud .TAUNAY, A. *Relatos sertanistas*. (Coletânea, introdução e notas). Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

RELAÇÃO da chegada que teve a gente de Mato Grosso e agora se acha em companhia do Senhor D. Antônio Rolim de Moura. Oficina Silva, Lisboa, 1754 (BN Lisboa, Reservados, F. 2310)

RELAÇÃO e breve notícia de hum bicho feroz que apareceu a gente que foi para o Mato Grosso (1754) [literatura de cordel ?] (BNLisboa, Microfilme F. 2310)

ROSÁRIO, Frei Antônio do. *Frutas do Brasil numa nova e ascética monarchia*. Lisboa: Oficina de Antônio Pedrozo Galran, 1707.

SÁ, José Barbosa de. *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos (1775)*. Cuiabá: UFMT/SEC-MT, 1975.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. “Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurus e Guanás com a descrição dos usos, religião, e estabilidade dos costumes”. In: *Revista do IHGB*, t. VII, Rio de Janeiro, 1845, pp. 204-218.

_____. “Diário da diligência do reconhecimento do rio Paraguai desde o lugar do Marco da Boca do Jauru, até abaixo do Presídio de Nova Coimbra, ano de 1786.” In: *Revista do IHGB*, vol. XX, (1857), Rio de Janeiro.

SILVA, Caetano Paes. *Relação e notícia da gente, que nesta segunda monção chegou ao sítio do Grão-Pará e às terras de Mato Grosso, caminhos que fizeram por aquelas terras, com outras muito curiosas e agradáveis de Rios, Fontes, frutos, que naquele país acharam*. Lisboa, Oficina de Bernardo Antonio de Oliveira, MDCCLIV(1754). BNL, Reservados (Res.4081)

SIQUEIRA, José Manuel de. *Compêndio Histórico Cronológico das Notícias de Cuiabá, repartição da Capitania de Mato Grosso, desde o princípio de 1778 até o fim do ano de 1817*. In: *Revista di IHGB, vol. 17- 1º Trimestre de 1850, Rio de Janeiro, 1850, pp. 5-124*.

SOARES, Padre Diogo. Carta do padre Diogo Soares ao Rei acerca das plantas que tirara da colônia do Sacramento e em que relata sua opinião sobre a fortificação daquela praça (27/jun/1731). In: *ANAIS da BNRJ*, vol. XLVI, 1924. (Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, org. por Eduardo de Castro e Almeida, RJ, 1934 p. 135/36).

SOUZA, Maria Cecília G. de (Org). *Fundação de Vila Maria*, Cáceres. UFMT, Cuiabá, 1978.

SOUZA D. Antonio Caetano de. *História genealógica da Casa Real Portuguesa*. Liv. VIII, Lisboa, Regia Oficina Sylviana, 1741.

TAUNAY, Afonso d’E. (Coletânea, introdução e notas). *Relatos monçoeiros*. Belo Horizonte; Itatiaia, 1981.

_____. *Relatos sertanistas*. (Coletânea, introdução e notas). Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981.

VASCONCELOS, Simão de. *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil* (Introdução e recolha de textos de Luís A. de Oliveira Ramos), Lisboa: CNPCDP, 2001

Livros, Artigos, Dissertações e Teses

AB´SABER, A.N. “O Pantanal Mato-Grossense e a teoria dos refúgios”. *Revista Brasileira de Geografia*, 50(2):9-57, 1988

ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/INL, 1975.

ABREU, Maurício. “Apropriação do território no Brasil Colonial”. In: Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo César da Costa & Corrêa, Roberto Lobato (orgs.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ALBERT, B. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza. *Série Antropologia*, nº 174. Brasília: DAN/UnB, 1995

- ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projeto do Novo Atlas da América Portuguesa (1723-1748)*. Lisboa: CNCDP - Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001
- ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Aclimação de plantas no Brasil durante os séculos XVII e XVIII*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Separata da Revista Portuguesa de História, tomo XV, 1976.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios. Um projeto de "civilização no Brasil do século XVIII"*. Brasília: EdUnB, 1997.
- AMADO, Janaína. 'Construindo mitos: a conquista do Oeste no Brasil e nos EUA'. Em *Passando dos limites*. Goiânia: Ed. UFG, 1995, pp. 51-78.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.
- ANZAI, Leny Caselli. *Doenças e práticas de cura na capitania de Mato Grosso: o olhar de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Tese de Doutorado, Brasília: UnB, 2004
- ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1993.
- ARAÚJO, Renata K. Malcher. *A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método*. Tese de Doutorado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Nova Lisboa, 2000.
- ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges. *História da vida privada: da renascença ao século das luzes*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- ARRUDA, Terezinha de Jesus. 'Mato Grosso colonial: pistas para uma abordagem alternativa'. Em *Revista da UFMT*, 3 Cuiabá: (1983), pp. 43-54.
- ASSUNÇÃO, Paulo. *Na terra dos Brasis: a natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596)*. São Paulo: Annablume, 2000
- ATAIDES, Jesus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e kaipó do sul no Brasil Central*. Goiânia, Ed. Univ. Católica de Goiás, 1998.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução: Myriam Ávila, Eliana Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BALÉE, W. "Introduction"; "Historical Ecology: Premises and Postulates". Em W. Balée (org.), *Advances in Historical Ecology*. New York: Columbia Univ. Press, 1998.
- _____. "People of the fallow: A historical ecology of foraging in lowland South America." (O povo das capoeiras: uma ecologia histórica dos forrageiros nas terras baixas da América do sul) In: *Conservation of Neotropical Forests: Working from traditional resource use*. New York: 1992. p. 35-57.
- BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. *Expansão do Brasil Colonial no vale do Paraguay (1767-1801)*. São Paulo: Edusp, 1972.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: O Governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura e Conselho Estadual de Artes e Ciências Humana, 1979.

BERTRAN, Paulo. *História da Terra e do Homem no Planalto Central. Eco-história do Distrito Federal. Do indígena ao colonizador*. Brasília: Solo, 1994.

_____. “Desastres ambientais na Capitania de Goiás”. In: *Ciência Hoje*, vol.12, nº 70, jan./fev 1991, p.41.

BERNARD, Carmen & GRUZINSKI, Serge. *O Novo mundo: da descoberta à conquista, uma experiência européia (1492-1550)*. Tradução de Cristina Murachco, São Paulo: Edusp, 1997.

BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: A América Colonial I*. vol. I. Tradução de Maria Clara Cescato. S.Paulo-Brasília: Edusp-Fundação Alexandre Gusmão, 1997.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Prefácio: Jacques Le Goff; apresentação à ed. brasileira, Lília Moritz Schwarcz; tradução: André Telles, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Felipe II*. Lisboa: Martins Fontes, 1983-1984.

BRUNO, Ernani da Silva. *História e tradições da Cidade de São Paulo*, vol. I - Arraial dos sertanistas (1554/1828), Rio de Janeiro: José Olímpio, 1953.

BOXER, Charles R. *A idade do ouro no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1963.

_____. *O império marítimo português (1415-1825)* Trad. Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

CALAFATE, Pedro. *A idéia de natureza no século XVIII em Portugal(1740-1800)*, Estudos Gerais, Série Universitária, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Lisboa, 2000.

CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá e seus objetivos geopolíticos no extremo oeste (1727-1752)*. Tese de Doutorado em História, Dep. de História, FFLC, USP, São Paulo, 1998.

CANELHAS, Maria Graça Salvado. *Museus Portugueses de História Natural: perspectiva histórica*. Cadernos de Museologia, Lisboa, 1983

CANOVA, Loiva. *Imagens dos Índios Paresi no espelho do colonizador (1719-1757)*. *Revista Fronteiras*. UFMT.

CARVALHO, Rômulo de. *A História Natural em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Breve, Instituto de cultura e Língua portuguesa, vol. 112, 1987.

CARVALHO, Silvia M. Schmuziger. ‘Chaco: encruzilhada dos povos e *melting pot* cultural’. Em *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP/SMC, 1992, pp. 457-498.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “As ‘categorias do entendimento’ na Antropologia”. In: *Sobre o Pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq. 1988.

- CASTRO, Eduardo Viveiros de. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, 2(2): 115-144; 1996.
- CASTRO, Hebe. "História Social." In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo Vainfas. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.
- CASTRO, Maria Inês & GALETTI, Lylia S. G. "Um histórico dos usos da biodiversidade em Mato Grosso" In: CASTRO, Carlos F. de Abreu (org) *Diagnóstico Florestal do Estado de Mato Grosso*. Brasília: IBAMA/FUNATURA, 1994.
- CASTRO, Maria Inês M. *Natureza e Sociedade em Mato Grosso*. Brasília: Tese de Doutorado. Universidade de Brasília/Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2001
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano - artes de fazer*. Trad: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.
- _____. *Viajantes do Maravilhoso: O Novo Mundo*. Tradução de Josely Vianna Baptista. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CLASTRES, Pierre. *Crônicas dos índios Guayaki: o que sabem os Ache, caçadores nômades do Paraguai*. Tradução de Tânia Stolze Lima e Janice Caiafa. São Paulo: 34, Letras, 1995.
- CORTESÃO, J. *A história do Brasil nos velhos mapas*. Tomos I, II e III, Rio de Janeiro, MEC, 1957
- _____. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (9 Tomos)*, MRE/IRB, Rio de Janeiro, 1950-1963.
- _____. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958.
- COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.
- _____. "Deus e o diabo em terras molhadas". In: *Revista Territórios e Fronteiras*. Programa de Mestrado em História, UFMT, Cuiabá, Vol.1, nº1, jul/dez. 2000, pp. 63-84.
- CORREIA Fº, Virgílio. *Pantanais matogrossenses*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946.
- _____. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, INL, 1969.
- _____. *Alexandre Rodrigues Ferreira: vida e obra do grande naturalista brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira, v. 144, 1939
- CRONON, Willian. *Changes in the land: indians, colonists, and the ecology of New England*. New York: Hill and Wang, 1999.
- CROSBY, Alfred. *Imperialismo ecológico, a expansão biológica da Europa: 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993
- CUNHA, Maria Manoela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Companhia. das Letras/FAPESP/SMC, 1992

CUNHA, Maria Manoela Carneiro da. & ALMEIDA, Mauro Barbosa de (Orgs). *Enciclopédia da Floresta. O Alto Juruá: Práticas e Conhecimentos das Populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DANSEREAU, P. "Uma preparação ética para a mudança global: prospecção econômica e prescrição moral". Em P. F. Vieira e M. A. Ribeiro (orgs.), *Ecologia Humana, Ética e Educação: a mensagem de Pierre Dansereau*. Porto Alegre: Pallotti, 1999 [1993]. pp. 299-371.

DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. 2a. ed., Trad. de Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica Brasileira*. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

_____. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989.

DESCOLA, Philippe. *In the society of nature: A native ecology in Amazonia*. N. Scott, trad. Cambridge: Cambridge University Press, 1994 [1986].

_____. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. *Mana*, 4(1): 23-45; 1998.

DIAS, Maria Odila Leite. "Aspectos da Ilustração no Brasil". *Revista do IHGB*, n. 289, 1969

DIEGUES, Antônio Carlos S. *O mito da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassallos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: CNCDP, 2000.

_____. "Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição das redes de informação no império português em finais de setecentos". In: *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. VIII(Suplemento). Rio de Janeiro: 2001. pp.823-838.

_____. "Um novo conceito de ciência ao serviço da razão de Estado: a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira ao norte brasileiro". In: *Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Lisboa: Academia da Marinha, 1992.

_____. "Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência, aventura". Lisboa: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991.

_____. Notícia do Brasil Colonial: a imprensa científica e política a serviço das elites (Portugal, Brasil e Inglaterra) *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 22, nº. 35, jan/jun. 2006.

DUARTE, Regina Horta. *História e Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

DRUMOND, José Augusto. "A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa." *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Vol. 1, nº 2, 1988.

DUBY, George e LARDREAU, Guy. (orgs.) *Diálogos com a Nova História*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

DURKHEIM, E. e M. Mauss. "Algumas Formas Primitivas de Classificação: contribuição para o estudo das representações coletivas", In: M. Mauss, *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981 [1903]. pp. 399-455.

- ENGELS, F. *A Dialética da Natureza*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979 (3ª ed.).
- FAUSTO, Carlos. Fragmentos de História e Cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, M. C. da. (Org.) *História dos índios no Brasil*, 1992
- FERNANDEZ, Florestan. “Um balanço crítico da contribuição etnográfica dos cronistas.” In: *Investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*, 1975, p. 191-192.
- FERREIRA, Mario Olimpio Clemente. “Uma idéia do Brasil num mapa inédito de 1746”. *Oceanos*, nº 43, CNPCDP, Lisboa, 2000, pp. 184-195.
- _____. *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional: os trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e sua produção cartográfica (1749-1761)*. Lisboa: CNPCDP, 2001
- _____. “Cartografia e Diplomacia: o Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid “(texto inédito), Lisboa, 2006.
- FERREIRA NETO, Edgard. História e Etnia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo Vainfas. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.
- FIGUEIREDO, Fidelino de. *Do aspecto científico na colonização portuguesa*. Lisboa: Separata da Revista de História, Empresa literária fluminense, vol. 14, 1925.
- FONTANA, Josef. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru/S.P: EdUSC, 1998.
- FURTADO, Júnia. As índias do conhecimento ou a geografia imaginária da conquista do ouro. *Anais de História de Além-Mar*, IV, Lisboa: CHAM/Universidade Nova de Lisboa, 2003
- GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da “civilização”: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. São Paulo: Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 2000
- GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GONZÁLEZ, Érika M. Robrahn. A expansão Tupi, em busca da terra sem mal. IN: Museu de Arqueologia e Etnologia/MAE-USP (Org), *BRASIL 50 mil anos: uma viagem ao passado pré-colonial*. (Catálogo da Exposição) São Paulo, 2001
- GRAY, Andrew. “O impacto da conservação da biodiversidade sobre os povos indígenas”. In: SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luis Donizete B. (Orgs). *A temática indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/NMARI/UNESCO, 1995.
- GEERTZ, C. The ecological approach in anthropology. In *Agricultural Involvement: The processes of ecological change in Indonesia*. Berkeley and LA: Univ. of California Press, 1963.
- GROVE, R. “Introduction”; “Indigenous knowledge and the significance of South-West India for Portuguese and Dutch constructions of tropical nature”. In *Green Imperialism: Colonial expansion, tropical island edens and the origins of environmentalism, 1600-1860*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

- GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. (Séculos XVI-XVIII)*. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GUEDES, Max Justo. "A cartografia da delimitação das fronteiras do Brasil no século XVII-I". In: *Cartografia e Diplomacia no Brasil no século XVIII* Lisboa: CNCNDP, 1997.
- HARRIS, M. "Vacas, Porcos, Guerras e Bruxas: os enigmas da cultura". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 [1974].
- HAZARD, Paul. *O pensamento europeu no século XVIII*. Lisboa: Editorial Presença, 1983.
- HECKENBERGER, M. 'O Enigma das Grandes Cidades: Corpo Privado e Estado na Amazônia'. In: NOVAES, Adauto (Org.) *A Outra Margem do Ocidente*, 1999
- HEMMING, John. *Ouro vermelho: a conquista dos índios brasileiros*. (Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura). São Paulo: Edusp, 2007
- HESPANHA, Antônio Manuel. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- _____. *Às vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político. Portugal, séc. XVIII. Livraria Almedina, Coimbra: 1994
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo, Brasiliense, 3a ed. ampliada, 1990.
- _____. *Raízes do Brasil*. 9a. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- _____. *O extremo oeste*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1992
- _____. *Caminhos do sertão*. *Revista de História*, nº 57. São Paulo: Universidade de São Paulo, jan-mar. de 1964.
- _____. *A Língua-Geral em São Paulo*. In: Egon Schaden. *Leituras de etnologia brasileira*. São Paulo: Nacional, 1976.
- _____. *Movimentos de população de São Paulo no século XVIII*. São Paulo, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 1, 1966, pp. 55-111.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- INGOLD, T. *The Appropriation of Nature: Essays in human ecology and social relations*. Iowa: Univ. of Iowa Press, 1987.
- JENKINS, Keith. *A História Repensada*. Trad. Mario Vilela. São Paulo: Contexto, 2001.
- JESUS, Nauk Maria de. *Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*. Tese de Doutorado em História, PPGHS: CEG, UFF, Niterói, 2006.
- KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: hHistoriografia Acadêmica Luso-Americana(1724-1759)*. São Paulo/Salvador: Hucitec/Centro de Estudos Baianos, 2004.
- KAPLAN, David e Robert A. Manners. "Ecologia cultural". Em *Teoria da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975 [1972]. pp. 118-135

- KOK, Glória. *O Sertão Itinerante: expedições da Capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004.
- LADOURIE, Emanuel Le Roy. O clima: história da chuva e do bom tempo. In: LE GOFF, J.; NORA Pierre.(org.) *História: Novos Objetos*.(3), Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- LATOUR, B. *Jamais Fomos Modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994 [1991].
- LEFF, Henrique. "Interdisciplinaridade, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável". Em *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001. pp. 59-107.
- LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- _____. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.
- _____. O Deserto-Floresta no Ocidente Medieval. *O Maravilhoso e o Cotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa, 1983
- LEITE, Mário César Silva. *Águas encantadas de Chacororé: natureza, cultura e mitos do Pantanal*, Cuiabá: Cathedral Unicem, (Coleção Tibanaré, v. 4), 2003.
- LEITE, Serafim. *Diogo Soares, S.I., Matemático, Astrônomo e Geógrafo de Sua Magestade no estado do Brasil (1684-1748)*. Lisboa: Edições Brotéria, 1947.
- LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. Cuiabá: UFMT, 1982.
- LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: UnB, 1996.
- _____. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15, EdUnB, 1999
- LÉVI-STRAUSS, C. *O Pensamento Selvagem*. Campinas: Papirus, 1989 [1962].
- LEWONTIN, R. *A Tripla Hélice: gene, organismo e ambiente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LIMA, D. M. "Eqüidade, Desenvolvimento Sustentável e Preservação da Biodiversidade: algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia". Em E. Castro e F. Pinton (orgs.), *Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP; UFPA.-NAEA, 1997. pp. 285-314
- LIMA, T. S. Para uma teoria etnográfica da distinção natureza e cultura na cosmologia Juru-na. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 40: 43-52; 1999.
- LISBOA, Karen Macknow. *A nova atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na 'Viagem pelo Brasil' (1817-1820)* São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1997.
- LIVERMORE, H.V. *An early published guide to minas Gerais: the Itinerário Geográfico (1732)*. Lisboa: Centro de Estudos de Cartografia Antiga Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1978. (Separata da Revista da Universidade de Coimbra, v. 26)
- MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980.
- MAGALHÃES, Magna Lima de. *Payaguá: os senhores do rio Paraguai*. Dissertação de Mestrado em História, Porto Alegre. 1999,

- MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil(1808-1912)*. São Paulo: Ed. UNESP/Moderna, 1997
- MALDI, Denise. *A teia da memória - proposta para construção de uma etnohistória*. (série Antropologia n. 1). Cuiabá: UFMT, 1993.
- _____. *Os guardiães da fronteira: rio Guaporé, século XVIII*. RJ/Petrópolis: Vozes, 1989.
- MATOS, Olgária. *A Narrativa: Metáfora e liberdade*. In: COSTA, Cléria Botelho da & MAGALHÃES, Nancy Alessio (orgs). *Contar história, fazer história: história, cultura e memória*. Brasília, Programa de Pós-Graduação/ Depto de Historia da UnB/Paralelo 15.
- MARTINS, Gilson. Resumo do conhecimento acumulado sobre o passado arqueológico do processo de povoamento humano no Centro-Oeste brasileiro. In: VIALOU, A. (Org.), *Pré-história do Mato Grosso*. Vol 1: Santa Elina; S.P: EdUSP, 2005.
- MARTINS, Gilson. *Arqueologia do planalto de Maracaju-Campo Grande: o estudo do sítio Maracaju-1 através da análise quantitativa de sua indústria lítica*. TD., USP, 1996.
- MATURANA, Humberto. “Realidade: a busca da objetividade ou a procura de um argumento coercitivo”. Em C. Magro, M. Graciano e N. Vaz (orgs.), *A Ontologia da Realidade*. Belo Horizonte: EdUFMG, 1997 [1988]. pp. 244-326.
- _____. “Biologia do Conhecer e Epistemologia”. In: *Cognição, Ciência e Vida Cotidiana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. pp. 19-124
- MATURANA, H e F. J. Varela. “Domínios Lingüísticos e Consciência Humana”. In: *A Árvore do Conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Ahena, 2000 [1884]. pp. 227-257
- MAZZOLENI, Gilberto. *O planeta cultural: para uma antropologia histórica*. São Paulo: Edusp/Instituto di Cultura di San Paolo/Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1992.
- MEGGERS, Beth. ‘Desenvolvimento cultural pré-histórico nas terras baixas tropicais da América do Sul’. In: *Fronteiras* (UFMS), 1998
- MESGRAVIS, Laima. A sociedade brasileira e a historiografia colonial. In: Freitas, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, Contexto, 1998.
- MENENDEZ, Miguel A. A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas. In: CUNHA, Manuela C. da. Op. Cit, 1992
- METCALF, Alida. “Vila, reino e sertão no São Paulo Colonial”. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de & MONTEIRO, John Manuel (orgs.). *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro-São Paulo: Expressão e Cultura-Edusp, 1996.
- MIGLIACIO, Maria Clara. *O doméstico e o ritual: cotidiano xaray no alto Paraguai até o século XVI*. TD, Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, 2006.
- MIGNOLO, Walter. “Cartas, crónicas, y relaciones del descubrimiento y la conquista” In: MADRIGAL, Luis Iñigo.(coord.) *Historia da literatura hispanoamericana* (Época colonial - Tomo I). Madri: Cátedra, 1992,
- MONTEIRO, John Manoel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real de História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Minerva, 2003.

MOTT, Luiz. O Peregrino Instruído: a propósito de um formulário etnográfico do século XVIII. Separata do *Boletim Cultural* da Junta Distrital de Lisboa. Lisboa, 1973

MOURA, Carlos Francisco. "Os Paiaguá, índios anfíbios do rio Paraguai". V Reunião Internacional de História Náutica de da Hidrologia. *Separata do Suplemento dos Anais Hidrológicos*, Tomo XLI, Rio de Janeiro, outubro, 1984.

MUNTEAL FILHO, Osvaldo. A Academia Real de Ciências de Lisboa e o Império Colonial Ultramarino(1779-1808). IN: FURTADO, Júnia (Org.) *Diálogos Oceânicos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. pp.279-312.

NOELI, Francisco S. *Fronteiras UFMS*, Campo Grande, 2(4): jul.dez., 1998

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*, São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. Dados para a história dos índios Caiapó. *Anais do Museu Paulista*, tomo XXIII, São Paulo, 1969.

NEVES, Walter. *Antropologia ecológica: um olhar materialista sobre as sociedades humanas*. São Paulo: Cortez, 1996.

NEVES, W. "Sociodiversidade e Biodiversidade: dois lados de uma mesma equação". Em L. Aragón (org.), *Desenvolvimento Sustentável nos Trópicos Úmidos*. v. 2. Belém: Unamaz; UFPA (Série "Cooperação Amazônica", v. 13), 1992. pp.365-39

NEVES, Eduardo G. A Velha hiléia: paisagens e passado dos povos amazônicos. In: MAE-Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (Org). Catálogo da Exposição: *BRASIL 50 mil anos: uma viagem ao passado pré-colonial*. Edusp, 2001

O'GORMAN, Edmundo. *A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir*. São Paulo, Editora Unesp, 1992.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. *Da pré-história à história indígena: (Re)pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal*. (Síntese de Doutorado, UCRS, 2002). In: *Revista de Arqueologia*, 16, 2003

_____. *Guató: argonautas do Pantanal*. Porto Alegre: Editora PUC Rio Grande do Sul, Coleção Arqueológica 2, 1996.

ORLANDI, Eni P. *Terra à vista: discurso do confronto, velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez/Unicamp, 1991.

PÁDUA, José Augusto. "Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil." In:PÁDUA, José Augusto(org). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/IUPERJ,1987

_____. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (século XVI-XVIII)*. Em *História dos índios no Brasil*. Manuela Carneiro da Cunha (org.). São Paulo: Fapesp/Companhia das Letras, 1992, pp. 115-132.

PERRONE-MOISÉS, Leila. Essomericq, o venturoso carijó. In: NOVAES, Adauto. *A outra margem do Ocidente*. 1999

PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995.

- PESAVENTO, Sandra Jathay. “Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário” In: *Revista Brasileira de História - Representações*. São Paulo: Contexto, 1995, p.9-28.
- PIERSON, Donald (org.). *Estudos de Ecologia Humana*. Tomo I (Leituras de Sociologia e Antropologia Social). São Paulo: Martins, 1970. [Textos de Robert E. Park, 1936, e E. Franklin Frazier, 1937.]
- PONTING, Clive. *Uma história verde do Mundo*. Trad: Ana Zelma Campos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- PORTOCARRERO, José Afonso. *Arquitetura indígena: uma história da morada Bororo*. Revista Fronteiras, Pós-Graduação em História, UFMT, Cuiabá, 2002
- PRESOTTI, Thereza Martha. *O novo descobrimento das minas e sertões de Cuiabá: a mentalidade da conquista*. Dissertação de Mestrado, Brasília: UnB, outubro, 1996.
- POSEY, D. “Introdução. Etnobiologia: Teoria e Prática”; “Manejo de Floresta Secundária, Capoeiras e Campos Cerrados (Kayapó)”. Em B. RIBEIRO et alii (org.), *Suma Etnológica Brasileira*, v. 1-Etnobiologia. Petrópolis: Vozes; FINEP, 1987. pp. 15-25; 173-185.
- PRIORE, Mary del & GOMES, Flávio(Orgs). *Os Senhores dos Rios: Amazônia, Margens e História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003
- RAPPAPORT, Roy A. *Cerdos para los antepasados: El ritual en la ecología de un pueblo en Nueva Guinea*. Madrid: Siglo XXI, 1987 [1968].
- RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha à Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Edusp/Fapesp, 1996.
- _____. A natureza na colonização do Brasil. In: REIGOTA, Marcos (org.) *Verde Cotidiano: o meio ambiente em discussão*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001
- RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos Trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagem à FHC*. Rio de Janeiro: Fundação. Getúlio Vargas, 1999
- SILVA, Carolina Joana da & SILVA, Joana A. Fernandez da. *No Ritmo das Águas do Pantanal*. S.P: NUPAUB-USP & Cuiabá: 1995.
- ROSA, Carlos Alberto. O comércio da conquista. Em *Revista da Universidade Federal de Mato Grosso*, Cuiabá: Ano II, nº 1(1982), pp. 33-42.
- _____. *Esbarro no hoje, recuo no tempo, galope na história: notas preliminares para um estudo das relações Cuiabá-Chapada*. Cuiabá:Acrimat, 1994.
- _____. “Notas sobre Nações Indígenas”. *Revista do Arquivo Público de Mato Grosso*. Cuiabá, 1(1), março/agosto, 1982.pp.56-58
- _____. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá: vida urbana em Mato Grosso no século XVIII (1722-1808)*. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 1996.
- ROSA, Carlos Alberto & JESUS, Nauk Maria de. (Orgs) *A terra da conquista: história de Mato Grosso colonial*. Cuiabá: Ed.Adriana, 2003.
- RUSSELL-WOOD, A J. R..Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Revista Brasileira de História*. V. 18, n. 36, São Paulo, 1998.

- _____. A Formação Territorial do Brasil. *Revista Oceanos*, nº 40, out./dez. , Lisboa, CNCDP, 1999.
- ROOSEVELT, Anna C. Arqueologia amazônica (Tradução: John M. Monteiro). In: CUNHA, M. Manuela C. da. *História indígena no Brasil*. São Paulo: Fapesp/Companhia das Letras, 1992
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986..
- SAHLINS, Marshall D. “A cultura e o meio ambiente: o estudo de Ecologia Cultural”. Em Sol Tax (org.), *Panorama da Antropologia*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1966. p.100-110.
- SANTOS, Eugenio dos. *Para a História da cultura em Portugal no séc. XVIII*. Separata da Revista Arquipélago, nº II, janeiro, Instituto Universitário dos Açores, 1980.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Amazônia: conquista e desequilíbrio do ecossistema*. Brasília: Thesaurus, 1998.
- _____. *O Rio de Janeiro e a Conjuntura Atlântica*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.
- _____. *A produção das minas do Alto Peru e a evasão de Prata para o Brasil*. Brasília: Thesaurus, 1998.
- SCHMIDT, Max. Los payaguá. IN: *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol.3, 1949
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A Historiografia Portuguesa: doutrina e crítica*. Vol. III, Lisboa: Editorial Verbo, 1974.
- SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dirs.) e MENEZES, Avelino Freitas de (Coord.). *Portugal: da paz da restauração ao ouro do Brasil*. Nova História de Portugal (vol. VII). Lisboa: Editorial Presença 2001.
- SERRÃO, Joel & MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.) e Mauro, Frédéric (Coord). *Império Luso Brasileiro (1620-1750)*, Vol. VII, Editorial Estampa, Lisboa, 1991
- SERRES, M. *O Contrato Natural*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994
- SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde. *Revista USP- Dossiê: Brasil dos Viajantes*. São Paulo: nº 30, Jun/Jul/Ago 1996. p. 108-119
- SILVA, Carolina Joana da & SILVA, Joana F. *No ritmo das águas do Pantanal*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das Paisagens. In: Ciro Flamarion Cardoso & Ronaldo Vainfas.(orgs) *Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia*. Campinas: Campus, 1997.
- SILVA, Paulo Pitaluga da Costa. *Estudo bibliográfico da história, geografia e etnologia de Mato Grosso*. Cuiabá: Ed. Gráfica, 1992.
- SILVA, Jovam Vilela da. *Mistura de Cores: política de povoamento e população na Capitania de Mato Grosso*. Cuiabá: Ed UFMT, 1995
- SILVA, Maria Beatriz Nizsza da. (coord.) *O Império Luso –Brasileiro: 1750-1822*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986
- SILVA, Maria Beariz Nizza da. A saga dos sertanistas. In: A formação territorial do Brasil. *Revista Oceanos*, nº 40, Lisboa, outubro/dezembro, 1999
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) *Identidade e Diferença*. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira 'As minas de Cuiabá: primeiros tempos.' Em *Revista da Universidade Federal de Mato Grosso*. Cuiabá: 1(1982), p. 25-32.

_____. *Os Aliti (Paresi): uma tentativa de recuperação histórica*. Projeto Roças Paresi, Cuiabá: UFMT/GERA, 1993

_____. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____. *Inferno atlântico: demonologia e colonização: séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

_____. (org). *História da vida privada no Brasil (1): cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

_____. *O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

SOUZA, Lécio Gomes de. *História de uma Região: Pantanal e Corumbá*. Vol.1. Pré-História, Tribos Indígenas. São Paulo: Ed. Resenha Tributária, 1973.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico/84*: 13-53, 1984

TAUNAY, Afonso d'E. *História geral das bandeiras paulistas*. vols. 4 e 11, São Paulo: Tip. Ideal e Imprensa Oficial de São Paulo, 1924-1950.

TELES, Gilberto Mendonça. O Lu(g)ar do Sertão na poesia brasileira. *Colloque International: sertão, réalité, mythe, fiction*. Rennes, 1991

TEODORO, Janice. *América barroca: tema e variações*. São Paulo: Edusp/Nova Fronteira, 1992.

THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil: 1500-1640*. São Paulo: Loyola, 1981.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América e a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. *O mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI-XVII)*, Tese de Doutorado, São Paulo: FCHL, USP, 2004.

VAINFAS, Ronaldo. *Micro-História: os protagonistas anônimos da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

VAYDA, A. P. e R. Rappaport. "Ecology, cultural and non-cultural". In J. A. Clifton (ed.), *Introduction to Cultural Anthropology*. Boston: Houghton Mifflin Co., 1968. pp. 477-497.

VANGELISTA, Chiara. *Los Payaguá entre Assunción y Cuiabá: formación y decadência de uma fronteira indígena (1719-1790)*. In: Pilar Garcia Jordan & Miquel Izard. *Conquista y resistência em la Historia de América*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1991.

VILLALTA, Luiz Carlos. "O que se fala o que se lê: língua, instrução e leitura." In: SOUZA, Laura de Mello e. (Org.) *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

VIALOU, Águeda (Org.). *Pré-história do Mato Grosso*. Vol 1: Santa Elina; Vol. 2: Ferraz

Igreja, São Paulo: EdUSP, 2005.

_____. (Org.). Resumo do conhecimento acumulado sobre o passado arqueológico do processo de povoamento humano no Centro-Oeste brasileiro. In: VIALOU, A. (Org.). *Pré-história do Mato Grosso*. Vol 1: Santa Elina, São Paulo: Edusp, 2005

VIERTLER, Renate Brigitte. *Ecologia cultural: uma antropologia da mudança*. São Paulo: Editora Ática.1988.

_____. "A vaca louca: tendências do processo de mudança sócio-cultural entre os Bororo-MT." In: *Revista de Antropologia*, (33), 1990

VOLPATO, Luiza. *A conquista da terra no universo da pobreza*. São Paulo: Hucitec, 1987.

WINTHROP, K. R. "Historical Ecology: Landscapes of change in the Pacific Northwest". In C. Crumley (ed.), *New Directions in Anthropology and Environment: Intersections*. Walnut Creek, CA: Altemira Press, 2001. pp. 203-222.

WUST, Irmhild. "A pesquisa arqueológica e etnoarqueológica na parte central do território Bororo, Mato Grosso: primeiros resultados." *Revista de antropologia*, (30/31/32), USP, São Paulo: 1999.

Homepage

JESUS, Nauk Maria de. *Revista Eletrônica História em Reflexão*: Vol. 1 n. 2 , UFGD, Dourados Jul/Dez 2007, p.15 www.historiaemreflexão.ufgd.edu.br. Acesso em 04 de dezembro de 2007.

KIPNIS, Renato. *A colonização da América do Sul*. Disponível em:

<www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arqlz.shtml>. Acesso em 04/12/2004.

OLIVEIRA, J. Eremides de. A hidrovía Paraguai-Paraná e o patrimônio arqueológico brasileiro: análise de um diagnóstico. In: *Congreso Virtual de Antropología y Arqueología* (Ciberespacio, Octubre de 1998/ Organiza: Equipo NAYa em

<http://www.naya.org.ar/congreso>Acesso em 15/12/2007

PÁDUA, José A. *Jean de Léry, o pau-brasil e o velho tupinambá*. www.oeco.org.br. Acesso em 21/01/2006